

Rogério Christofolletti
Terezinha Silva
organização

Jornalismo

reflexão e inflexão

Coleção • Horizontes do Jornalismo



editora **ufsc**

Jornalismo

reflexão e inflexão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Irineu Manoel de Souza

Vice-Reitora

Joana Célia dos Passos

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Nildo Domingos Ouriques

Conselho Editorial

Nildo Domingos Ouriques (Presidente)

Antonio Fernando Boing

Bairon Oswaldo Vélez Escallón

Carlos Alberto Severo Garcia Junior

Diogo Robl

Elias Paiva Ferreira Neto

Fernando Luís Peixoto

Francisco Emilio de Medeiros

Jéferson Silveira Dantas

Jucinei José Comin

Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Paula Campos Pimenta Velloso

Raphael Grazziano

Rosane Silvia Davoglio

Vanessa Aparecida Alves de Lima

Comissão Editorial da Coleção Horizontes do Jornalismo

Rogério Christofoletti (UFSC)

Terezinha Silva (UFSC)

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

88040-900 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

editora@contato.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Rogério Christofolletti
Terezinha Silva
organização

Jornalismo

reflexão e inflexão

© 2024 Editora da UFSC

Coordenação editorial:

Flavia Vicenzi

Capa:

Giulia Milezzi

Cristiano Tarouco

Editoração:

Natalia Raposo

Cristiano Tarouco

Revisão:

Júlia Crochemore Restrepo

Sobre a coleção

A Coleção Horizontes do Jornalismo publica títulos que discutem os desafios contemporâneos do jornalismo enquanto prática social, atividade profissional e processo histórico-cultural. Com base em abordagens crítico-reflexivas, a coleção oferece contribuições para a renovação de teorias e práticas. Os livros são voltados a estudantes, pesquisadores, jornalistas e leitores interessados nas transformações que atravessam o jornalismo.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

J82 Jornalismo [recurso eletrônico] : reflexão e inflexão / Rogério Christofoletti, Terezinha Silva, organização. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2024. 283 p. : il. – (Coleção Horizontes do Jornalismo, v. 2)

E-book (PDF)

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/9786558050971>

ISBN 978-65-5805-097-1

1. Jornalismo – Teoria e prática. 2. Jornalismo investigativo. 3. Fotojornalismo. 4. Radiojornalismo. I. Christofoletti, Rogério. II. Silva, Terezinha.

CDU: 07.01

Ficha catalográfica elaborada por Dirce Maris Nunes da Silva – CRB 14/333



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

Nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas envolvidas na produção deste livro. Um reconhecimento especial à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), à equipe da Editora da UFSC e à Capes. Este livro nasceu da insistência, boa vontade e empenho coletivo.

Sumário

Listas de figuras, quadros e tabelas	9
Apresentação	11

Reflexão

Capítulo 1 • Ainda será possível tentar falar acima do barulho das máquinas? <i>Sylvia Debossan Moretzsohn</i>	15
Capítulo 2 • Xenofobia como chave para a leitura interseccional de uma região racializada <i>Fabiana Moraes</i>	37
Capítulo 3 • O jornalismo na cobertura da <i>Agenda 2030</i>: perspectivas e desafios <i>Rita Paulino</i> <i>Ivone Rocha</i>	57
Capítulo 4 • Fotojornalismo e arte: intersecções no sensível partilhado <i>Rafael Venuto</i> <i>Flávia Guidotti</i>	78
Capítulo 5 • Gerir as fronteiras do jornalismo: jurisprudências profissionais de Bélgica e Brasil <i>Fábio Henrique Pereira</i> <i>Florence Le Cam</i>	96

Capítulo 6 • Precursores e pioneiros da atuação do repórter no rádio do Brasil	
<i>Valci Zuculoto</i>	
<i>Juliana Gomes</i>	
<i>Raphaella Ferro</i>	
<i>Arnaldo Zimmermann</i>	120
Capítulo 7 • O fenômeno do jornalismo sem nomes	
<i>Carlos Locatelli</i>	
<i>Caetano Machado</i>	139

Inflexão

Capítulo 8 • Desafios da inovação para a governança social do jornalismo	
<i>Carlos Castilho</i>	
<i>Jacques Mick</i>	153
Capítulo 9 • Jornalismo automatizado: quando o humano deixa de escrever	
<i>Stefanie Carlan da Silveira</i>	
<i>Matheus Costa Nunes</i>	172
Capítulo 10 • Narrativas audiovisuais no jornalismo plataformizado	
<i>Raquel Ritter Longhi</i>	
<i>Fabiana Piccinin</i>	192

Capítulo 11 • Por uma metodologia da reportagem investigativa <i>Magali Moser</i> <i>Samuel Pantoja Lima</i>	211
Capítulo 12 • Direitos humanos e uma visão pluriversa para decolonizar os fazeres jornalísticos <i>Jorge Kanehide Ijuim</i> <i>Isabel Colucci Coelho</i> <i>Lynara Ojeda de Souza</i> <i>Hendryo Anderson André</i> <i>Criselli Maria Montipó</i> <i>Thais Araujo de Freitas</i> <i>Patrícia Hadlich Aquino</i> <i>Karla Gabriela Quint</i>	229
Capítulo 13 • Ética do engajamento jornalístico na era digital <i>Carlos Camponez</i>	250
Sobre as autoras e os autores	276

Listas de figuras, quadros e tabelas

Lista de figuras

Figura 2.1– Notícias em portais do dia 9 out. 2022	37
Figura 2.2 – Xenofobia e classismo da imprensa serviram de combustível para o ex-presidente	38
Figura 2.3 – No <i>Gazeta de Notícias</i> de 1898, o sofrimento em Canudos como espetáculo.....	42
Figura 2.4 – Capa do jornal <i>O Besouro</i> , 1878	45
Figura 2.5 – Capa do <i>Jornal do Brasil</i> , 1983	46
Figura 2.6 – Notícia na Revista <i>IstoÉ</i> , 1998.....	46
Figura 2.7 – Notícia na <i>Folha de S. Paulo</i> , 1991.....	47
Figura 2.8 – Reportagem do portal <i>Repórter Brasil</i> , 2003.....	47
Figura 2.9 – No <i>Estadão</i> , Lula como síntese de uma região obscura e atrasada	51
Figura 2.10 – O “grotão” Garanhuns (PE) como destaque	52
Figura 3.1 – Ênfase dos assuntos mais citados relacionados aos ODS.....	73
Figura 4.1 – Da série “Uma visão independente”	82
Figura 4.2 – “Assassinato num prostíbulo” (Palermo, 1985).....	83
Figura 4.3 – WB #3, 2005	90
Figura 7.1 – Dinâmica do <i>jornalismo sem nome</i> em um acontecimento inesperado.....	144
Figura 7.2 – Determinação do <i>Manual de redação e estilo</i> da PMSC.....	146
Figura 7.3 – Exemplo de notícia do <i>Manual de redação e estilo</i> da PMSC	146
Figura 9.1 – Um dos primeiros casos de uma notícia escrita por máquina	173
Figura 9.2 – Motivos para perseguir a automação	177
Figura 9.3 – Árvore de mensagens.....	181
Figura 9.4 – Frase escrita por um Gerador de Linguagem Natural.....	183
Figura 10.1 – Página inicial do <i>Estadão</i> na plataforma TikTok.....	199
Figura 10.2 – “Capas” com <i>lettering</i> selecionadas	202
Figura 10.3 – Antes e depois das três casas da República	203

Lista de quadros

Quadro 8.1 – Síntese das inovações a desenvolver no jornalismo local	166
Quadro 11.1 – Proposta de etapas do processo de produção da reportagem investigativa.....	218
Quadro 12.1 – Materiais jornalísticos que abordam direitos humanos (44º Prêmio Vladimir Herzog - ano 2022).....	239

Lista de tabelas

Tabela 3.1 – ODS contemplados na <i>Agenda 2030</i>	62
Tabela 3.2 – Dados relativos a veículos e palavras-chave.....	68
Tabela 3.3 – Dados relativos a tipo de publicação.....	70
Tabela 3.4 – Dados relativos a ODS – Objetivos mencionados.....	72

Apresentação

É bastante comum dividir o conhecimento em teoria e prática. A primeira reuniria ideias, conceitos, noções e modelos que teriam uma natureza comum: gravitar acima do solo, espalhando-se por toda a parte de maneira quase abstrata. Já a segunda estaria ancorada no mundo concreto, resultado de testagens e do acumulado histórico dos fazeres humanos. A teoria é como o ar que nos cerca, imaterial e volátil, impalpável, mas absolutamente necessário para a sobrevivência. A prática, por sua vez, é a expressão do movimento e o atestado da nossa presença no mundo, também urgente para quem ambiciona mais do que apenas existir. Conhecimento teórico permite generalizações explicativas. Conhecimento prático possibilita conquistas e realizações. Apesar da evidente complementaridade, teoria e prática são comumente apresentadas como irmãs gêmeas separadas no nascimento. Elas têm, portanto, seus próprios caminhos e desenvolvimentos. E parece haver uma conveniência no senso comum que insiste em deixá-las apartadas. Assim, dissociá-las permite que cresçam com relativa autonomia e que se exibam com independência e alguma maturidade. Cada irmã traça sua rota, que assume um ritmo, um ímpeto, uma direção, o que nos leva a imaginar que seus destinos sejam também escolhidos por consciência e convicção. Cruzamentos podem acontecer, claro, mas eles são resultado de fatores insondáveis e não da necessidade de amparo mútuo. Nessa alegoria, a teoria não depende da prática, e vice-versa.

Mas, como dissemos, isso é só uma alegoria, uma estratégia redutora que privilegia o conhecimento como matéria divisível, pronta para ser fatiada e servida conforme nossos apetites e conveniências. Este livro se insinua àqueles que têm paladares menos cartesianos, a quem se senta à mesa e dispensa regras formais e bons modos. Por isso, transgredindo a habitual repartição entre teoria e prática, recorreremos a uma dicotomia que julgamos mais dinâmica e produtiva, mais orgânica e dialógica: reflexão e inflexão. Para tratar do jornalismo, apelamos à necessidade de refletir sobre sua natureza e funcionamento, com especial atenção aos movimentos de

transformação que arejam os cômodos dessa construção social. Com isso, as próximas páginas convidam a pensar e a repensar teorias e práticas, e a inventariar ventos e rotas que espalham jornalismo em diversas direções. Tal empreendimento tem um objetivo claro: considerar as atividades de reportar, informar, instruir e formar como tarefas complexas, mutantes e aceleradas que precisam ser observadas para além das convenientes gavetas da “teoria” e da “prática”, já que elas são insuficientes para comportar o jornalismo. Como outras expressões humanas, ele transborda e, a cada derramamento, nos lembra da necessidade de conjugar abstrações e materialidades, idealismos e pragmatismos.

O que oferecemos, portanto, é uma proposta de leitura que enfatiza revisar bases e procedimentos, e identificar potencialidades e limitações de posturas e fazeres jornalísticos. Assim, a reflexão alcança teoria e prática, e também ambas propiciam enxergarmos pontos de inflexão que ajudam o jornalismo a se reposicionar em tempos tão desafiadores como estes que vivemos. Por isso também o que este livro permite é uma leitura não sequencial de seus capítulos. Embora tenhamos agrupado textos em duas seções temáticas, convidamos a uma fruição não linear dessas partes, pois são esses movimentos oscilantes que reforçam o espírito da obra que você tem em mãos.

Neste segundo volume da **Coleção Horizontes do Jornalismo**, reunimos 31 autoras e autores que se aproximam do jornalismo por vias muito particulares. Alguns esticam pontes entre continentes, como é o caso de Fábio Henrique Pereira e Florence Le Cam – que comparam as jurisprudências profissionais de Brasil e Bélgica – e de Rafael Venuto e Flávia Guidotti – que aproximam fotojornalismo e arte pela película da sensibilidade. Outros enfrentam velhos e novos fantasmas, como a paradoxal xenofobia num país racializado (Fabiana Moraes), a urgência da agenda do desenvolvimento sustentável (Rita Paulino e Ivone Rocha), a proposta de pensar o jornalismo a partir de uma visão pluriversa dos direitos humanos (Jorge Kanehide Ijuim *et al.*), as omissões e interdições de um jornalismo que prefere apagar os sujeitos das ações (Carlos Locatelli e Caetano Machado) e o ensurdecido barulho do negacionismo e do atraso autoritário (Sylvia Debossan Moretzsohn).

As páginas a seguir também reservam espaço para fenômenos variados. Há quem mire as inovações de linguagem e suporte (Raquel Ritter Longhi e Fabiana Piccinin) e quem se concentre nas transformações da

governança social do jornalismo (Carlos Castilho e Jacques Mick); há quem volte o olhar para pontos de mutação anteriores, como Valci Zuculoto *et al.*, e neles identifiquem marcos de fundação e pioneirismo no radiojornalismo brasileiro; e quem se debruce sobre desafios contemporâneos como o jornalismo automatizado (Stefanie Carlan da Silveira e Matheus Costa Nunes), a reportagem investigativa (Magali Moser e Samuel Pantoja Lima) e a possibilidade de uma ética do engajamento jornalístico nos tempos digitais em que vivemos (Carlos Camponez).

Como adiantamos, a oferta é sortida, e a experiência de leitura, única. Esperamos que este livro provoque, inquiete e desestabilize; que inspire, anime e desacomode certezas. Só nesses movimentos convulsivos e desordenados as potentes ideias de reflexão e inflexão se convertem em forças criativas e perturbadoras.

Rogério Christofolletti
Terezinha Silva

Reflexão

Ainda será possível tentar falar acima do barulho das máquinas?

Sylvia Debossan Moretzsohn

Na cena final de *A classe operária vai ao paraíso*, de Elio Petri, o protagonista conta aos colegas o sonho que teve depois de visitar o velho companheiro metalúrgico, que está recolhido agora a um manicômio – “porque todos enlouquecem, também os ricos, apenas eles não ficam à vista” –, e que, num rompante, começa a esmurrar um muro. Impressionado com a cena, o operário sonha que o amigo morreu e está do outro lado do muro, e do outro lado é o paraíso, e então (no sonho) ele começa a gritar “abaixo o muro!”, e afinal o muro desaba. Num primeiro momento ele só vê poeira e névoa, mas aos poucos vai conseguindo identificar as pessoas, o velho parceiro, e depois outro, e mais outro, afinal todos os seus companheiros da fábrica. Vai contando o sonho aos berros, porque os outros mal podem ouvir, mas se esforçam e vão repetindo as frases aos colegas, e o relato do sonho segue o ritmo da linha de montagem, distorcido, reinterpretado, mas afinal eles compreendem o sentido da história, superando o barulho ensurdecedor: que é preciso derrubar o muro, que do outro lado está o paraíso.

Falar acima do barulho das máquinas: poucas vezes uma frase conseguiu expressar uma metáfora tão poderosa quanto essa que a jornalista Josi Guglielmi resumiu no seu breve comentário a um *post* de um amigo,¹ o jornalista Alceu Castilho, que recordava uma cena marcante de outro famoso filme italiano, *Os companheiros*, para enfatizar a necessidade de perseverar, apesar de tudo. Fundador e editor do portal *De olho nos ruralistas*, Castilho frequentemente protesta no Facebook contra o baixo alcance das reportagens que publica, e se diz convencido de que não se trata apenas das armadilhas

¹ No *post* de Alceu Castilho no Facebook em 31 maio 2021. Disponível em: <https://abre.ai/h0n0>.

dos algoritmos, mas também do pouco interesse, mesmo entre as bolhas da esquerda, no tema central do trabalho de sua equipe. Então, lembrou-se da cena já ao final do clássico de Mario Monicelli, em que o operário, prestes a saltar furtivamente para o trem que passa sobre uma ponte, despede-se da namorada. “Escreve para mim!”, pede a mulher. “Mas você não sabe ler!”, ele diz, já se preparando para saltar. “Escreve assim mesmo!”, ela insiste.

“Sabemos que há uma overdose de letrinhas por aí neste mundo que se julga mais informado, na mesma medida em que se embrutece”, diz Castilho em seu *post*, “mas precisamos escrever ‘mesmo assim’, de resistentes para resistentes. O trem está partindo, alguém lerá”.

Alguém lerá: eterna esperança que carregam as garrafas ao mar. Mas não é possível pensar em escrever apenas de “resistentes para resistentes”, porque este é um universo necessariamente restrito, e é preciso ampliá-lo, se estamos empenhados em combater a ignorância generalizada. Como fazer isso em meio a essa balbúrdia desinformativa e alienante, a esse ruído permanente, que não nasceu com a internet mas com ela se estendeu de maneira exponencial?

O filme de Elio Petri é de 1971, anterior à robotização da produção e muito anterior à internet. O de Monicelli é ainda mais antigo: de 1963. Como seria possível, hoje, falar acima do turbilhão provocado por essas máquinas silenciosas mas tão invasivas da tecnologia digital? Como seria possível tornar eficaz a insistência em “escrever mesmo assim”, diante das barreiras que os algoritmos impõem? Mais: se considerarmos os vínculos entre jornalismo e democracia, como podemos atuar num contexto em que aparentemente o capitalismo já não necessita dela? E como recuperar a credibilidade no jornalismo, diante da destruição da base comum epistêmica que é indispensável a qualquer debate?

Estas são questões fundamentais para os estudos de jornalismo, de comunicação e de educação para a mídia de forma geral. Dizem respeito, essencialmente, à discussão sobre as formas de furar as bolhas autorreferentes – que refletem a dinâmica social de associação de pessoas em torno de interesses e crenças comuns, mas que ficaram evidentes e proliferaram com as redes viabilizadas pela tecnologia digital – e ao combate à desinformação, que, numa perspectiva mais abrangente, é parte fundamental do velho combate à alienação. No caso do jornalismo, essas questões dizem respeito à possibilidade de realizar, ou pelo menos manter, sua promessa iluminista de esclarecimento num contexto francamente adverso, marcado,

num sentido amplo, pela crise das instituições epistêmicas e pela ascensão da extrema direita no mundo e, num sentido estrito, por mudanças estruturais que degradaram o exercício profissional em vários níveis.

Proponho tratar desses temas associando-os àquilo que jamais deveríamos perder de vista em nossas análises: o movimento do capital, indissociável das profundas transformações tecnológicas que nos afetam em todos os níveis, e que está na origem do processo de desdemocratização ora em curso no mundo.

Estamos acostumados a pensar, em parte por influência da tradição marxista, que os ideais de liberdade e igualdade surgiram com as “revoluções burguesas” de fins do século XVIII. Gauthier (2021) põe esse termo entre aspas justamente para demonstrar a inadequação de associar esses ideais à burguesia, em seu estudo sobre a Revolução Francesa, e para destacar o apagamento do movimento popular, afinal sufocado, que estava na origem de propostas igualitárias universais. A autora apontava então, como paradigmática, a “contradição entre o direito de propriedade, que não é universal, e o direito natural à vida e à conservação da existência” (Gauthier, 2021, p. 216).

Miguel e Vitullo (2021, p. 103) acolhem essa crítica à interpretação prevalente na historiografia, que ignora “o processo histórico pelo qual a burguesia se apropriou da democracia e adaptou-a a si mesma, ao mesmo tempo em que as classes populares lutaram para expandir e ressignificar os direitos associados à tradição liberal”. Para compatibilizar a democracia com a sociedade capitalista, seria necessário reduzi-la a um conjunto de instituições isoladas da vida cotidiana, o que resulta no desinteresse dos cidadãos pela política. Por isso não deveria causar tanta surpresa o elevado índice de abstenção na realização regular de eleições, nem o potencial mobilizador do discurso “antissistema” da extrema direita.

Em sua remissão histórica sobre o debate em torno da democracia, Miguel (2021a, 2022) assinala que os “trinta anos gloriosos” posteriores à derrota do nazifascismo – embora apenas “no campo de batalha”, como alertava Florestan Fernandes (2015, p. 33) já no início dos anos 1970 – produziram a ilusão de que a democracia estaria consolidada – naturalmente, nos países desenvolvidos, por mais que a ideia de democracia não fosse exatamente compatível com a segregação racial ou o macarthismo, para ficar apenas no exemplo dos Estados Unidos –, e que esse seria o futuro do mundo. Com

ironia, sugere que o processo de desdemocratização enfrentado agora por esses países seria uma espécie de teleologia às avessas – uma formulação que pode guardar alguma relação com a de Arantes (2023), num ensaio originalmente publicado no início deste século, sobre a “brasilianização do mundo” –, pois o que vem ocorrendo atualmente na Europa e nos Estados Unidos é a realidade corriqueira na América Latina. E constata a posição apenas reativa da esquerda – embora aqui seja necessário evitar a generalização e referir a parcela da esquerda que tem alguma influência –, limitada a defender, sem perspectiva de sucesso, o que resta da democracia formal e liberal que ela sempre criticou, como numa política de redução de danos. É uma defesa difícil porque precisa apelar a valores abstratos, diante da dureza da realidade social, enquanto a extrema direita encontra muito mais eco ao vocalizar a insatisfação contra esse “sistema”, acenando, como sempre, com soluções tão imediatas e fáceis quanto enganadoras, mas de grande apelo emocional.

Miguel e Vitullo (2021, p. 111) argumentam que a desdemocratização não é um acaso: é um *projeto*, que vem desde pelo menos as formulações de Hayek nos anos 1940 sobre a incompatibilidade entre democracia e liberdade de mercado, e que agora, com a globalização que teve início nas últimas décadas do século passado, pretende “anular o grau de imprevisibilidade que a democracia, mesmo limitada, historicamente introduziu na reprodução da dominação”. A desdemocratização é, portanto, obra do capital, em especial do capital financeiro, que passou a prevalecer. Mas associar a crise da democracia ao avanço do neoliberalismo é, segundo os autores, ocultar “o fato de que obstáculo à democracia está no próprio capitalismo” (Miguel; Vitullo, 2021, p. 99), um capitalismo “que *já não precisa da democracia*” (Miguel; Vitullo, 2021, p. 99, grifo nosso), como afirmou Vale de Almeida num breve artigo em que analisa a ascensão da extrema direita em Portugal, pois

[...] quem precisa da regulação de conflitos, da negociação, ou da almofada do Estado social, quando a produção se deslocaliza do espaço da comunidade e os vínculos de trabalho se tornam precários de forma quase naturalizada? Sem chão comum não há democracia, e o desígnio da extrema direita é justamente acabar com esse chão (Vale de Almeida, 2023, s.p.).

É exatamente essa falta de chão comum que caracteriza a crise das instituições epistêmicas, que favorece a consolidação dos guetos refratários

ao debate público e está na base da discussão sobre as possibilidades do jornalismo, e dos projetos de educação para a mídia, no esclarecimento do público e no combate à desinformação. Antes de tratar desse tema, porém, é necessário compreender como se controla atualmente a produção e circulação de informações, e por que o controle da informação é central no capitalismo contemporâneo.

Vamos recordar brevemente a exaltação do poder libertário da tecnologia quando a internet começou a se popularizar: estariam afinal dadas as condições para que todos pudessem falar livremente e se informar sem mediações, especialmente sem a mediação jornalística, vista como um obstáculo a essa liberdade. Era como se, magicamente, as relações de poder desaparecessem.² Hoje, não há quem tenha coragem de sustentar esse embuste, diante da avalanche de mentiras que se despejam nas redes, mas o discurso falacioso é suficientemente contorcionista para encontrar maneiras de se afirmar, tanto no sentido da valorização do indivíduo “empreendedor”, que pode utilizar os mecanismos tecnológicos a seu favor – a ideia do “*do it yourself*” –, quanto nas formulações sobre a “economia compartilhada” ou na perspectiva idealista de um colaborativismo subversivo, que escape aos controles das grandes corporações.

Em sua pesquisa sobre o valor da informação, baseada na teoria marxiana do valor-trabalho, Dantas *et al.* (2022) contestam essas proposições, reiterando a ilusão da imediatividade das aparências que mascara a realidade do capital e a recorrente crença na redenção humana pela tecnologia. Diferentemente do que prevalece nos estudos críticos de economia política da comunicação e da informação, que priorizam a análise da “mídia” e de outras manifestações das indústrias culturais, vistas como um setor entre tantos outros do modo capitalista de produção, Dantas *et al.* (2022, p. 12) partem da hipótese de que é “impossível entender o cerne do capitalismo contemporâneo sem compreender a lógica informacional espetacular que determinaria as demais relações de produção e apropriação de valor do capital-informação”.

Os autores citam de passagem a conceituação entretanto fundamental de Srnicek (2016) do capitalismo de plataforma, assim definido porque é

² Para uma crítica a essa falácia, ver Moretzsohn (2007, p. 255-284).

esse novo tipo de empresa que comanda as demais, todas dependentes dos dados agora indispensáveis para o processo produtivo e para todos os tipos de negócio. Essa necessidade leva a uma radical ampliação dos controles sobre a vida cotidiana, cuja rotina passa a depender também da cessão de dados pessoais. Não é casual que naturalizemos esse processo: é que, fora dele, a vida simplesmente não funciona.

Dantas (2022, p. 116, grifo nosso) afirma que “*o capital é a rede*”, porque

[...] o capital financeiro pode olhar para todo o mercado, dele obtendo informações exclusivas e totais, enquanto os demais agentes apenas obtêm informações segmentadas, não raro orientadas pelas preferências dos assim ditos consumidores, devidamente processadas pelos algoritmos das plataformas sociodigitais. [...] O valor da informação realiza-se em seu compartilhamento, na interação, na comunicação: e os ideólogos desse novo capitalismo não se cansam de cantar loas a essa “economia do compartilhamento”. Porém, não dizem que, sob o capitalismo, o valor desse trabalho ‘compartilhado’ só pode ser apropriado na forma rentista dos DPIS [direitos de propriedade intelectual] e dos “jardins murados”,³ e que seu resultado é o brutal processo de concentração de renda em nível global que estamos testemunhando em nossos dias.

A pesquisa não nega que a informação possa circular como bem comum, mas demonstra como, ao final, de alguma forma, o “comum” produzido nas plataformas acaba sendo apropriado por elas: mais imediatamente no trabalho cotidiano dos usuários, que não percebem – devido ao caráter lúdico de sua participação nessas plataformas – ou nem se preocupam com o fato de estarem contribuindo de graça para o lucro dessas corporações, o que leva Ormay (2022, p. 228) a afirmar que “a fábrica inteira de nossas vidas diárias torna-se base material para a acumulação capitalista”. Mas a apropriação privada se dá também nos mais distintos campos de atividade profissional, inclusive o artístico e o científico.

Dantas *et al.* (2022, p. 385) concluem que “o elo entre essas novas formas de exploração e alienação do trabalho é a propriedade intelectual. [...] Promovidas como ‘comunitárias’, as grandes plataformas sociodigitais

³ Os “*walled gardens*”, ou “jardins murados”, são a denominação do modelo de negócio da indústria para impedir ou restringir o acesso livre a produtos semióticos (Dantas, 2022, p. 91-92).

tendem a formar monopólios que buscam, e estão conseguindo, *cercar* o conhecimento social”⁴

O instrumento fundamental para esse “cercamento” são os algoritmos, que selecionam e hierarquizam as informações a que cada pessoa terá acesso, alegadamente com base naquilo que lhe interessa, mas na prática induzindo o que ela “deve” consumir. Silveira (2019) discute a maneira como a ação dos algoritmos afeta a democracia a partir do famoso escândalo da Cambridge Analytica⁵ e reproduz críticas de outros estudos que apontam, entre outras coisas, o estreitamento da diversidade cultural e da pluralidade política a partir da seleção operada automaticamente. Controlados pelas plataformas que os produzem, são instrumentos que contribuem para a formação de guetos (Pariser, 2011) e que, segundo Silveira (2019, p. 65), querem “substituir nosso trabalho de escolher. [Querem] ser preditivos e antecipar nossos desejos”.

Inspirado em Deleuze, Silveira sugere que os algoritmos atuam mais no sentido da modulação – que delimita o que pode ser visto – do que no da manipulação, embora esse aspecto não possa ser menosprezado, porque também está em causa o conteúdo – portanto, o discurso – do que se oferece ao consumo. Também por isso, sustenta, diferentemente de Zuboff (2019), que não estamos num capitalismo de vigilância, mas de controle.

Em relação ao trabalho jornalístico, Silveira (2019, p. 93) constata que a proposta de pauta e a redação dos textos se orienta para viralizar nas plataformas de relacionamento:

A precisão, a profundidade, a contextualização vão se tornando secundários na redação das matérias, pois o necessário é atender às imposições dos algoritmos que distribuem conteúdos pelas páginas e perfis nas redes sociais *online*. Assim, os algoritmos vão formando nossa expressão.

⁴ Ormay (2022) sugere que o processo de controle estabelecido pelos DPIs são as novas cercas, numa analogia com o cercamento dos campos na Inglaterra, no início da Revolução Industrial.

⁵ A partir de testes de personalidade aparentemente inofensivos disponibilizados no Facebook, a Cambridge Analytica obteve ilegalmente dados de milhões de usuários dessa plataforma, e a partir deles pôde traçar perfis psicológicos e produzir propaganda direcionada, que influenciou a eleição de Trump para a presidência dos Estados Unidos, em 2016, e a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia (o Brexit), no ano seguinte.

A seguir, coloca uma questão fundamental para o exercício do jornalismo e para a vida democrática:

Tão importante quanto a liberdade de expressão é a liberdade de visualização. Todas as pessoas têm o direito de ver, ler e ouvir conteúdos políticos sem que sejam filtrados por algoritmos cujos critérios e parâmetros de operação são ocultados ou ofuscados pelas plataformas onde ocorrem os debates públicos (Silveira, 2019, p. 94-95).

Essa filtragem reduz drasticamente o encontro das pessoas “com o inusitado, o improvável, o imprevisível, o aleatório, o inesperado, o oposto, o irritante, o diferente, enfim com o acontecimento súbito e não estandardizado”, diante do desenho do mecanismo para (supostamente) satisfazer cada pessoa, mas na verdade voltado para mantê-la o máximo possível conectada na plataforma (Silveira, 2019, p. 94-95).

(Recordo que não resisti a uma ironia quando ainda estávamos muito longe dessa realidade, mas já era possível vislumbrar o que aconteceria com a hipótese, tão exaltada na época, de cada um poder editar seu próprio jornal a partir da “informação personalizada” oferecida pela então “nova mídia”: quem sabe não estaríamos diante de uma espécie de expansão do consagrado “direito de saber”? Porque, vejam só, o público não apenas teria esse direito como *já saberia* o que queria, e saberia onde encontrar. A consequência lógica seria, por um lado, a segmentação da audiência e a formação de um círculo vicioso que terminaria por se revelar o contrário da diversidade prometida: a constituição de guetos fechados em torno de seus próprios interesses. Ao mesmo tempo, esse sistema radicalizaria o processo de pasteurização da informação resultante do modo então prevalecente de produção da notícia. Recordo também uma notável frase do representante do *The New York Times* num seminário que a *Folha de S. Paulo* promoveu sobre o futuro do jornal impresso diante da internet, tema que estava na ordem do dia naqueles inícios dos anos 1990: o jornalista é importante porque dá ao público aquilo que ele não sabe que precisa (Moretzsohn, 2002, p. 169-170). Mas não duvido que, hoje, essa frase fosse rejeitada como odiosamente arrogante).

Importa puxar o fio dessa história para percebermos o processo que vem resultar no que hoje se costuma referir como “crise das instituições

epistêmicas” – a desconfiança, o descrédito e mesmo a rejeição aos poderes instituídos e a tudo o que tiver como origem as instituições identificadas com o “sistema”. Bem antes da disseminação das plataformas sociodigitais, Cornog (2005) perguntava: como fazer bom jornalismo se o público não liga? Referia-se ao que estava ocorrendo nos Estados Unidos e associava esse desinteresse ao abandono dos antigos valores de cidadania dos “*founding fathers*”, substituídos pelos valores do mercado, promovidos pelos governos do Partido Republicano, décadas antes. É o período em que a ideologia neoliberal começa a prevalecer, e o capital financeiro a comandar o sistema, paralelamente ao desenvolvimento da tecnologia digital que estimularia a intensa dispersão de atenção a que assistimos hoje.

Não apenas o jornalismo, mas a atividade humana de modo geral precisa ser pensada a partir dessa base concreta, constituída por um modo de produção global que desarticula as formas tradicionais de convívio social. É também assim que se pode tentar compreender essa erosão do “chão comum” que caracteriza a atual crise das instituições epistêmicas.

Perini-Santos (2021, p. 243) aborda esse tema a partir da contestação da expressão “pós-verdade” como “novidade” definidora de um tempo em que as crenças prevalecem sobre as evidências. Explica que, tradicionalmente, as crenças respondem a razões epistêmicas, pois normalmente precisamos confiar em quem tem mais conhecimentos que nós, e temos de reconhecer essa autoridade; mas também são marcadores de identidade, que definem os valores de pertencimento a um grupo social. O conflito entre esses dois níveis, segundo o autor, tem raízes profundas na evolução da cultura humana. A novidade é que ele agora se manifesta de maneira mais intensa com as redes sociais, estimulada pela ação da extrema direita, que investe numa campanha de descrédito das instituições tradicionalmente referidas como parâmetro para informações credíveis.

A recusa a se submeter a especialistas, que Perini-Santos (2021, p. 228) afirma ser pelo menos parte do que se classifica como “pós-verdade”, tem diretamente a ver com a defesa da autonomia individual tomada como valor absoluto, e que se traduz, entre outras coisas, no estímulo a que cada um faça sua própria pesquisa – o que expressa a ilusão da crença na hipótese de ausência de mediações e a ignorância do papel dos algoritmos na seleção daquilo a que cada pessoa vai ter acesso, sem contar a indução a respostas falsas, decorrente da própria forma como as plataformas se estruturam e do estímulo ao clique. Podemos constatar os resultados catastróficos que esse

comportamento produziu durante a pandemia de Covid-19, para ficar em apenas um exemplo.

Oliveira (2020, p. 22) entende que essa crise epistêmica “é o reflexo da passagem de um regime de verdade baseado na confiança nas instituições para um outro regime regulado pela crença individual e pela experiência pessoal”, que daria voz a “movimentos conspiratórios em que a informação é um campo de disputa sobre a produção de narrativa”.

Já Levy (2022) assume uma posição contrária à da maioria dos estudiosos desse tema no que diz respeito ao motivo pelo qual as pessoas adotariam o que ele chama de “crenças ruins”. Começa por defini-las como “uma crença que (a) entra em conflito com as crenças mantidas pelas autoridades epistêmicas relevantes e (b) continua a ser mantida apesar da ampla disponibilidade pública das evidências que sustentam crenças mais precisas [...]” (Levy, 2022, p. xi), e argumenta que se costuma atribuir esse comportamento ao “viés de confirmação”, visto como algo irracional, que conduziria a um fechamento cognitivo no qual as pessoas, irrefletidamente, agarram-se a suas convicções para manter sua estabilidade. Levy (2022, p. xiii) afirma, entretanto, que esse é um comportamento racional:

[...] as pessoas que adotam crenças ruins o fazem mais ou menos pelos mesmos tipos de razões daquelas que passam a ter crenças boas. Não é porque *elas* são irracionais e *nós não*. É em grande parte porque *nós* aderimos a fontes confiáveis de evidências e *elas* aderem a fontes não confiáveis.

O problema aí estará, naturalmente, na justificativa encontrada por essas pessoas para confiar no que não deveriam.⁶ De qualquer modo, faltaria investigar o papel da fé religiosa transformada em fanatismo e suas conexões com a política, que têm larga tradição e vêm demonstrando sua força em países como o Brasil.

⁶ Como se pode perceber, diferentes abordagens filosóficas sobre a crise epistêmica envolvem a questão crucial da credibilidade, que não poderei aprofundar aqui. Lisboa e Benetti (2015) apontaram a complexidade do tema para o jornalismo, a partir da compreensão da credibilidade como crença verdadeira justificada. Diante do (pelo menos aparente) crédito conferido às *fake news*, sugeri que a credibilidade continuaria a ser uma crença, mas não precisaria mais ser verdadeira, e se justificaria tautologicamente como forma de confirmá-la (Moretzsohn, 2019, p. 578). A hipótese de Levy amplia o campo para essa discussão.

Quanto à disseminação de desinformação, Oreskes e Conway (2010) já haviam assinalado a estratégia de poderosas corporações como a indústria do tabaco na promoção da dúvida, que é central para o conhecimento científico, manipulando-a de acordo com seus interesses, financiando pesquisadores para dar-lhe um verniz de legitimidade. Um desdobramento dessa estratégia é o chamado “*firehosing of falsehood*”, o despejo sistemático de doses maciças de mentiras promovido pela extrema direita mundial, e que municia o ataque à credibilidade das instituições. Perini-Santos (2021, p. 237) afirma que o resultado disso é a sobrecarga de nossos mecanismos cognitivos e a diminuição de nossa vigilância epistêmica, de modo que a questão não seria mais saber se uma fonte é ou não confiável, ou se tal informação é verdadeira ou falsa, mas “tornar a própria ideia de confiabilidade inútil”, na esteira do relativismo que afirma a inexistência de verdades e admite apenas versões.

É o que conduz à destruição da base comum que precisaria existir para que o conhecimento seja compartilhado. Parte dessa base comum é garantida por instituições que produzem e também servem de depositárias do conhecimento. Se o papel dessas instituições deixa de ser universalmente reconhecido, o conhecimento que elas detêm não é mais parte do que todos deveriam dar como certo – por exemplo, que a Terra é redonda, ou que vacinas não são perigosas (Perini-Santos, 2021, p. 242).

O autor destaca a estratégia de formulação de teorias alternativas para justificar as próprias crenças, o que torna essas pessoas imunes ao “*debunking*”, isto é, à demonstração da falsidade que sustenta essas crenças. Fechados em si mesmos, esses grupos não interagem com a informação oriunda das fontes tradicionais, devido à destruição do terreno comum assegurado pelas instituições epistêmicas: quando essa base se desfaz, o diálogo se torna impossível, os argumentos são inúteis.

Está aí o problema principal para a promoção do conhecimento a partir da prática jornalística, tal como entendida aqui, como forma social de conhecimento que, na perspectiva marxista de Genro Filho (2012), compromete-se com o projeto de emancipação humana. Está aí também o problema para o combate à desinformação.

A extensa produção acadêmica dedicada a esse tema costuma ignorar essa questão de fundo e converge para a defesa de propostas de esclarecimento que opõem a verdade à mentira, seja através do estímulo ao trabalho

das agências de checagem, seja através de cartilhas que reiteram os alertas para a identificação da fraude, ou outras medidas no campo da educação, além de propostas relativas à regulamentação das plataformas. Só mais recentemente surgiram estudos que põem em causa essas premissas.

Tentemos, então, primeiro resumir o quadro que prevalece até agora.

Pesquisas financiadas por órgãos da União Europeia entendem que, uma vez bem informadas, as pessoas tenderiam a rejeitar a sedução dos discursos autoritários e a valorizar a democracia. É, por exemplo, o que se conclui do estudo de López-García, Vizoso e Pérez-Seijo (2019), que deveria suscitar pelo menos estas questões: É viável pensar que o público possa adotar as precauções prescritas nos manuais para a identificação de *fake news*, diante da velocidade da circulação de informações e da crescente sofisticação tecnológica da manipulação? O público teria condições de exercer uma função que antes era própria do jornalista profissional? É possível sugerir que “a cooperação entre legisladores, empresas de tecnologia e os meios de comunicação será uma das chaves promissoras na luta contra a publicação de conteúdos falsos” (López-García; Vizoso; Pérez-Seijo, 2019, p. 668), quando os dois últimos atores desse grupo são precisamente parte do problema? Pena (2019), por exemplo, mostra que as grandes plataformas, como o Facebook, não manifestam o mínimo interesse em agir nesse sentido.

Também o estudo de Wardle e Derakhshan (2017), que se tornou referência quase obrigatória nas pesquisas sobre desinformação, parte desses mesmos pressupostos duvidosos, mas raramente é objeto de crítica. Daí a importância das ponderações de Oliveira (2020) sobre a impossibilidade de se pautar o combate às *fake news* por uma tentativa de recuperação do lugar de autoridade da imprensa tradicional, como subjaz no estudo de Wardle e Derakhshan (2017) e no de Bennett e Livingston (2021): “a premissa de existência de uma ordem que está sendo corrompida deriva de um pensamento linear e funcionalista da comunicação, que entende que há um ordenamento do mundo como um ideal para a eficiência de uma comunicação direcionada” (Oliveira, 2020, p. 4). A autora lembra que essa perspectiva tem sido amplamente questionada no campo da comunicação desde a década de 1970, sobretudo na América Latina, nos estudos críticos da recepção, “que entendem que uma mensagem não se baseia em um modelo matemático linear do processo comunicativo”.

Já Van der Linden e Roozenbeek (2021) realizaram um experimento que reproduzia a lógica da vacinação, supondo a hipótese de que, suficientemente bem treinadas e alertadas, as pessoas tenderiam a ficar “vacinadas”

contra *fake news*. É espantoso que a ideia de inocular no público o antídoto contra a desinformação não tenha suscitado reações imediatas quanto à ressurreição da metáfora da velha teoria da seringa hipodérmica, que se imaginava já sepultada. Para uma contrapartida irônica, não seria demais imaginar a redação de um artigo intitulado “Vacinando contra *fake news*, ou somos todos cachorrinhos de Pavlov”.

Especificamente em relação à checagem, importa assinalar que essa atividade no jornalismo remonta ao início do século passado, mas, como mostra Palácios (2018), eram iniciativas internas às redações. As agências de checagem tais como as conhecemos hoje surgiram e se multiplicaram com o objetivo de filtrar o que seria confiável diante da profusão de informações contraditórias e duvidosas, quando não francamente falsas, produzidas e disseminadas através das plataformas e redes digitais. Isso, de saída, já estabelece um divisor de águas enganador entre o jornalismo profissional, identificado às empresas tradicionais, e as informações que não têm essa origem. Seria como oferecer um selo automático de credibilidade às empresas, apesar dos inúmeros estudos que comprovam seu papel na produção de falsidades, meias-verdades ou deturpações que já confundiam e desinformavam o público bem antes do surgimento da internet. Mas também seria preciso referir os métodos adotados por essas agências, que trabalham com uma concepção positivista de objetividade e adotam critérios classificatórios que simplificam e distorcem a informação jornalística (Miguel, 2019, 2021b; Moretzsohn, 2019; Albuquerque, 2019, 2021).

Estudos mais recentes, porém, têm redirecionado o enfoque do combate à desinformação. Após uma longa revisão bibliográfica sobre o tema das *fake news*, Mendonça *et al.* (2023, p. 17) sublinham um aspecto para o qual as pesquisas não costumam atentar quando tratam da crise epistêmica:

Não é apenas que as pessoas não saibam reconhecer o que é falso, ou que vejam o inverossímil confirmado por outras fontes. O que se altera é o próprio terreno que permite distinguir verdade e mentira (Marres, 2018).⁷ Com isso, parece não fazer muito sentido esperar que os cidadãos se indaguem se compartilham inverdades. Ou que se importem tanto em compartilhar algo que não seja “totalmente verdadeiro”. As causas morais que defendem são vistas como tão

⁷ Referência a MARRES, N. Why we can't have our facts back. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 4, p. 423-443, 2018.

urgentes que a mentira pode ser compreendida como uma possibilidade válida de ação política. [...] Se quase nada é tão verdade assim, e se quase tudo tem um quê de falso, o compartilhamento (intencional ou ingênuo) de uma inverdade não pode ser pior do que as consequências da vitória dos adversários (ou inimigos) políticos.

Os autores não negam que as pessoas sejam enganadas em virtude do tipo de seleção que as faz acreditar em notícias falsas. Apenas querem destacar, com base em pesquisas sobre esse comportamento, que muitas delas, em certos contextos, não parecem se importar com a veracidade do que divulgam ou, pior, compartilham deliberadamente conteúdos que sabem ser falsos, convencidas de que defendem uma boa causa e assim contribuem para evitar um mal maior.⁸ Isso tem evidentes consequências para o combate à desinformação, pois o trabalho de checagem, a contestação de mentiras e as cartilhas educativas “funcionariam se as *fake news* fossem entendidas em um regime cujo estatuto da verdade permanecesse intocado, o que não parece ser o caso” (Mendonça *et al.*, 2023, p. 23).

Aggio (2023a, 2023b), um dos autores dessa pesquisa, vem insistindo na importância do viés de confirmação, afirmando que nossa relação com a informação se baseia fundamentalmente em nossos sistemas de crenças. Esse argumento parece lógico, mas ao mesmo tempo impõe pelo menos duas questões. A primeira, elementar: se tendemos a confirmar nossas convicções prévias, restaria saber como essas convicções se formam. É uma pergunta que precisa ser enfrentada, e que abre um campo de enorme abrangência e dificuldade. Depois: se fosse inevitavelmente assim, estaríamos num círculo vicioso que não teríamos perspectiva de romper, o que nos conduziria à paralisia angustiada, atormentada ou, pior, cínica, como se pudéssemos nos instalar confortavelmente no Grande Hotel do Abismo, a observar o fim do mundo.⁹ E, afinal de contas, temos capacidade crítica, temos a possibilidade de refletir e reconsiderar nossas convicções, ou então jamais teríamos saído do lugar.

O problema é como despertar, ou fazer despertar para isso, diante do quadro apresentado. A propósito, Safatle (2017) já sintetizava, num

⁸ Importa destacar que esse comportamento, por mais que atualmente esteja identificado a manifestações de extrema direita, independe de filiação ideológica, como a História fartou-se de comprovar.

⁹ A imagem irônica é de Lukács *apud* MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 157.

breve artigo de jornal, o equívoco do “iluminismo ingênuo” dos que então pretendiam combater o recrudescimento do fascismo (estávamos a um ano do início da campanha eleitoral, Bolsonaro já se consolidava nas pesquisas como a segunda força, e depois foi o que se viu): ele mostrava a inutilidade do recurso a argumentos para levar os apoiadores daquela candidatura a rever suas posições, porque o problema não era a falta de informação – embora isso ocorresse também –, mas a adesão a uma outra forma de vida. Ou, talvez fosse mais exato dizer, uma predisposição a aderir a essa forma de vida, que rejeitava o que a contradissesse. Daí que o combate a partir da razão seria inútil: seria preciso começar por desativar os afetos que empolgavam essas pessoas.

Se essa formulação estiver correta, trata-se de avançar na pesquisa sobre emoções e sensibilidades e seu papel na formação da alienação, mas também da consciência. Fechine e Demuru (2022) dão um passo nessa direção em seus ensaios sobre a “experiência vivida” no governo Bolsonaro. Como diz Landowsky (2022, p. 9) na apresentação do livro,

[...] o que funda o credo populista é, com efeito, o sentimento de um elo interpessoal que une intimamente, quase carnalmente, o líder a cada um de seus apoiadores mais ou menos fanatizados. Para a parcela do eleitorado predisposta a se deixar fascinar, a crença na veracidade dos discursos do bufão só depende secundariamente do conteúdo argumentativo do que ele diz. Esta confiança quase inabalável resulta, acima de tudo, de um sentimento de afinidade em relação à sua pessoa enquanto encarnação de um determinado estilo existencial e de uma experiência pessoal pretensamente compartilhada. Fazer crer nesse pertencimento comum – o fazer sentir/fazê-lo sentir – constitui o coração da estratégia do bufão, mesmo se, na realidade, a sua política só piora a condição dos mais desfavorecidos.

A “retórica da desinformação”, que os autores analisam a partir da atuação do governo durante a pandemia de Covid-19, é o tipo de estudo que deveria ser incorporado às iniciativas de combate à desinformação.

Outro enfoque necessário para a compreensão desse quadro é o adotado por Bonfim (2020) sobre os rituais que constituem a pessoa carismática e esclarecem aspectos fundamentais da exploração religiosa em torno da figura de Bolsonaro. Sem isso, fica difícil entender por que esse discurso alienante penetrou tão fundo na numerosa parcela da população vinculada a certos tipos de igreja.

O compromisso iluminista do jornalismo sempre implicou o empenho em “pensar contra os fatos” (Moretzsohn, 2007), de modo a fazer o público refletir e não a se deixar levar pela aparência das coisas: a formar senso crítico, em suma, o que já era muito difícil, porque, além dos constrangimentos impostos pelos interesses empresariais, tratava-se de confrontar, ou contradizer, o senso comum no próprio ritmo da vida cotidiana. Mas para isso o jornalismo precisaria manter seu papel de mediador referencial, num ambiente pautado pela necessidade de distinguir o verdadeiro do falso. No atual contexto da crise epistêmica, a situação se complica, porque é preciso partir de um estágio anterior e convencer as pessoas de que elas precisam se informar adequadamente. E, a partir disso, ganhar a disputa pela atenção do público, que se dispersou de maneira inédita com as múltiplas possibilidades de comunicação proporcionadas pela internet.

O exercício do jornalismo se modificou radicalmente nas últimas décadas com a nova tecnologia¹⁰ – ou melhor, com a apropriação dessa nova tecnologia pelas *big techs*, que trabalham ininterruptamente na captura de dados dos usuários das redes com objetivos não apenas comerciais, mas políticos, como ficou claro no escândalo envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica. As tradicionais empresas jornalísticas tiveram sua fonte de financiamento – ou o que se costuma chamar de “modelo de negócio” – seriamente atingida com a perda de publicidade, que pôde ser direcionada mais eficazmente para públicos específicos. A crise no mercado de trabalho empurrou os jornalistas para os “novos arranjos” (Figaro, 2018), quando não para o desemprego ou para a mudança de ramo. Barros *et al.* (2021) mostram como os profissionais precarizados buscam alternativas para continuar a exercer sua atividade, e como dependem das plataformas digitais, como Facebook e Twitter, para as viabilizar.

Ao mesmo tempo, a algoritmização e a disputa pela atenção do público submeteram o jornalismo à lógica da dataficação, indispensável para alcançar mais visibilidade e interatividade, o que afeta diretamente todos os aspectos das rotinas profissionais, esteja o jornalista trabalhando numa grande empresa ou não.¹¹

¹⁰ Para um resumo das recentes mudanças, ver Moretzsohn (2021).

¹¹ Um dos principais problemas é a caça ao clique, orientada pelo monitoramento ininterrupto da audiência, que já se evidenciava em meados da década passada e que privilegia

Portanto, mais do que uma reestruturação, como dizem Bell e Taylor (2017), a formação das grandes plataformas digitais levou a uma degradação da atividade jornalística. É importante ressaltar isso mesmo se olharmos para o caminho que a internet abriu ao viabilizar novas possibilidades de se praticar jornalismo, pois seu alcance está submetido aos parâmetros definidos pelas *big techs*.

Se o controle algorítmico da circulação de informações já cria grandes obstáculos para o trabalho jornalístico, ainda não se pode calcular o impacto que a mais recente novidade tecnológica pode causar: anunciado em fins de 2022, o ChatGPT, ferramenta de inteligência artificial generativa produzida pela OpenAI, levou pesquisadores e profissionais da área a manifestarem sua preocupação com a hipótese de ser este um mecanismo de amplificação da desinformação,¹² por sua característica de reunir dados sem citar fontes nem estar programado para filtrar o que seria ou não verdadeiro. Mais que desinformação, entretanto, o que se instala é uma dúvida permanente, que já se esboçava com a possibilidade de manipulação de vídeos e a criação de imagens falsas mas muito realistas:¹³ quem poderá ter certeza da autoria de um texto – ou do que quer que seja – a partir de agora?

Pensando especificamente no trabalho jornalístico, Mariante (2023) resumiu: “quem precisará de conteúdo produzido por veículos jornalísticos quando o próprio buscador for capaz de gerá-lo?”. Por ora, isso não parece possível, considerando que o robô precisa ser alimentado com dados: só pode buscar o que já existe, não consegue “apurar” uma notícia. Em tese, isso preservaria o valor do jornalismo profissional. Porém, os dados necessários

frivolidades (Moretzsohn, 2014). O repórter Rubens Valente (2023) mostra como essa prática é mais nefasta do que pode parecer, ao dar exemplos de títulos de matérias sobre a família Bolsonaro, então nos Estados Unidos, após a derrota eleitoral de 2022, no estilo “jornalismo de celebridades”: “Bolsonaro fala com apoiadores e vai a supermercado nos EUA”. “Eu sou o ex mais amado do Brasil, diz Bolsonaro”. “Michelle Bolsonaro ficará viúva e não será candidata, prevê cigana”. “Maquiador de Michelle Bolsonaro faz mistério sobre linha de produtos com ex-primeira-dama”. Valente diz que essas matérias, publicadas em veículos de grande audiência, alimentaram as redes bolsonaristas e ajudam a naturalizar, normalizar e popularizar “o que de pior a política brasileira produziu na sua história”.

¹² Cf., por exemplo, Hsu e Thompson, “ChatGPT será maior espalhador de desinformação que já existiu, diz pesquisador”. *Folha de S. Paulo*, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/h0n4>. Acesso em: 7 ago. 2023.

¹³ É o caso do algoritmo da Samsung que, a partir de uma foto, consegue criar um vídeo falso; e das imagens produzidas a partir do MidJourney.

à máquina podem perfeitamente ser fornecidos por qualquer pessoa, e aqui devemos recordar o entusiasmo dos tempos em que a internet começava a se popularizar e se dizia que qualquer um poderia ser repórter. As próprias empresas, na época, embarcaram nessa onda e estimularam o que ficou indevidamente conhecido como “jornalismo colaborativo”. Se o robô não distingue a qualidade da informação, pode aceitar qualquer coisa.

Mas os “enormes riscos para a sociedade e a humanidade” que a “corrida descontrolada” pelo desenvolvimento de sistemas cada vez mais sofisticados e poderosos de inteligência artificial vem provocando levaram grandes nomes do mercado de tecnologia digital – inclusive o “libertário” Elon Musk, o mais influente de todos – a lançar uma carta aberta, divulgada pelo Future of Life Institute (2023), com um apelo para que essas experiências fossem suspensas imediatamente – inclusive, caso necessário, com intervenção governamental – até a criação de protocolos de segurança que possam “garantir que os sistemas serão seguros acima de qualquer dúvida razoável”. O documento indaga: “Devemos permitir que as máquinas inundem nossos canais de informação com propaganda e falsidades? Devemos automatizar todas as profissões, inclusive as gratificantes?”

Independentemente das reais motivações dos signatários da carta, foi um notável apelo à ética que deveria reger a pesquisa científica e a conduta das grandes corporações que as financiam. Sabemos que não é o que acontece: sabemos que as novidades tecnológicas são sempre apresentadas como instrumentos em benefício da humanidade, quando estão de fato a serviço do lucro de seus investidores. Por isso a regulação das plataformas é decisiva. Tão decisiva quanto difícil, e não só por envolver uma questão tão sensível como a da liberdade de expressão, ou porque a tecnologia muda com tal velocidade que já não pode ser capturada por possíveis controles: o entrave principal é o próprio poder desse complexo de info telecomunicações, que promove, derruba, esconde e bloqueia conteúdos a seu bel-prazer, apenas de acordo com o que diz ser sua “política de comunidade”.

“A impotência do Estado diante das corporações implica a perda de vigência de qualquer regulação democrática”, diz Miguel (2022, p. 58). Por isso propus uma análise que não perdesse de vista o movimento do capital: porque fora dessa perspectiva não é possível pensar em saídas.

Quem faz esse tipo de análise costuma desenhar um quadro catastrófico mas concluir com alguma palavra de alento, porque do contrário só nos restaria cortar os pulsos. Não se trata disso: trata-se de encarar a dureza da realidade para enfrentá-la adequadamente, bem no sentido que,

há tanto tempo, Marx (2016, p. 152) sintetizou ao apontar a necessidade de retirar as flores dos grilhões, não para tornar a opressão mais opressiva, mas para que a consciência da opressão conduzisse à luta emancipatória que fizesse brotar flores vivas.

É claro que, apesar de tudo, continuaremos a escrever assim mesmo, mas precisamos ser ouvidos. Por isso precisamos romper as barreiras que limitam a circulação do que produzimos. Da mesma forma, precisamos entender como sensibilizar um público que nos é alheio e que precisaria cultivar o desejo de saber. Porque falar acima do barulho das máquinas exige também o esforço de quem ouve. Como o dos operários que, apesar do ruído ensurdecedor, se esforçaram para ouvir o relato do sonho do colega que derrubava o muro e descobria o paraíso.

Se o capital já não precisa da democracia, nós precisamos.

Referências

- AGGIO, C. O xadrez da desinformação. *Carta Capital*, São Paulo, 12 mar. 2023a. Disponível em: <https://abre.ai/h0n6>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- AGGIO, C. O efeito terceira pessoa, ou “o inferno são os outros”. *Carta Capital*, São Paulo, 5 mar. 2023b. Disponível em: <https://abre.ai/h0n9>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- ALBUQUERQUE, A. de. O papel da imprensa no debate público: impasses contemporâneos. *Cadernos Adenauer*, v. 10, p. 11-25, 2019.
- ALBUQUERQUE, A. de. Quem vigia os vigias? O combate às *fake news* na pós-democracia brasileira. In: COSTA, M. A. N. (org.). *Qual o caminho do Brasil?: instituições, cultura e política no século XXI*. Curitiba: Appris, 2021. p. 299-320.
- ARANTES, P. E. *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*. São Paulo: Editora 34, 2023.
- BARROS, J. V. *et al.* A plataformação do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. *Avatares de la Comunicación y la Cultura*, Buenos Aires, n. 21, p. 1-21, jun. 2021.
- BELL, E.; TAYLOR, O. A imprensa nas plataformas: como o Vale Silício reestruturou o jornalismo. *Revista de Jornalismo ESPM*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 48-83, jul./dez. 2017.
- BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. *The Disinformation Age: politics, technology, and disruption communication in the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

- BONFIM, E. de S. O Espírito Santo e o “rei do fim do mundo”: transmissão de carisma e iconografia escatológica no governo Bolsonaro. *Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, p. 1-18, 2020.
- CORNOG, E. Let's blame the readers: is it possible to do great journalism if the public does not care? *Columbia Journalism Review*, v. 43, n. 5, p. 43, jan./fev. 2005.
- DANTAS, M. Informação, trabalho e capital. In: DANTAS *et al.* *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 24-133.
- DANTAS, M. *et al.* *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FECHINE, Y.; DEMURU, P. *Um bufão no poder: ensaios sociosemióticos*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022.
- FERNANDES, F. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 33-58.
- FIGARO, R. (org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2018.
- FUTURE OF LIFE INSTITUTE. *Pause giant AI experiments: an open letter*. 29 mar. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/h0og>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- GAUTHIER, F. Crítica ao conceito de revolução burguesa aplicado às revoluções dos direitos do homem e do cidadão no século XVIII. In: MIGUEL, L. F.; VITULLO, G. E. *Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos*. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 209-222.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- LANDOWSKY, E. Prefácio. In: FECHINE, Y.; DEMURU, P. *Um bufão no poder: ensaios sociosemióticos*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022.
- LANDOWSKY, R. (org.). *Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. São Paulo: ECA-USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.
- LEVY, N. *Bad beliefs: why they happen to good people*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research*, Brasília: SBP|or, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015.
- LÓPEZ-GARCÍA, X.; VIZOSO, A.; PÉREZ-SEIJO, S. Verification initiatives in the scenario of misinformation: actants for integrated plans with multi-level strategies. *Brazilian Journalism Review*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 614-635, 2019.

- MARIANTE, J. H. A era do jornalismo artificial. *Folha de S. Paulo*, 19 fev. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/h0oh>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MENDONÇA, R. F. et al. Fake news e o repertório contemporâneo de ação política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-33, 2023.
- MIGUEL, L. F. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46-58, jul./dez. 2019.
- MIGUEL, L. F. O retrocesso democrático na América Latina. In: MIGUEL, L. F.; VITULLO, G. E. *Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos*. Porto Alegre: Zouk, 2021a. p. 81-92.
- MIGUEL, L. F. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. São Paulo: Autêntica, 2022.
- MIGUEL, L. F. [Post no Facebook sobre a agência Aos Fatos]. 24 mai. 2021b. Facebook: Luis Felipe Miguel. Disponível em: <https://abre.ai/h0oj>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- MIGUEL, L. F.; VITULLO, G. E. Democracia, dominação política e emancipação social. In: MIGUEL, L. F.; VITULLO, G. E. *Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos*. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 93-121.
- MORETZSOHN, S. D. *Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MORETZSOHN, S. D. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MORETZSOHN, S. D. O “novo ritmo da redação” de *O Globo*: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 59-79, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://abre.ai/h0or>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- MORETZSOHN, S. D. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 540-561, 2019.
- MORETZSOHN, S. D. A necessidade e as dificuldades do jornalismo no contexto de crise das instituições epistêmicas. *Líbero*, São Paulo, n. 49, p. 43-60, set./dez. 2021.
- OLIVEIRA, T. M. de. Como enfrentar a desinformação científica?: desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-23, dez. 2020.
- ORESQUES, N.; CONWAY, E. W. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth of issues from tobacco smoking to global warming*. New York: Bloomsbury, 2010.

- ORMAY, L. Propriedade intelectual e rendas informacionais. *In: DANTAS, M. et al. O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet.* São Paulo: Boitempo, 2022. p. 134-198.
- PALÁCIOS, M. *Fake news e as agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística?* *In: CONGRESSO SOBRE CULTURAS – INTERFACES DA LUSOFONIA. 3., Atas [...]* Braga: Universidade do Minho, 2018.
- PARISER, E. *The filter bubble: how the new personalized web is changing what we read and how we think.* New York: Penguin, 2011.
- PENA, P. *Fábrica de mentiras: uma viagem ao mundo das fake news.* Lisboa: Objectiva, 2019.
- PERINI-SANTOS, E. What is post-truth? A tentative answer with Brazil as a case study. *In: BIANCHI, B. et al. (ed.). Democracy and Brazil: collapse and regression.* New York: Routledge, 2021. p. 226-249.
- SAFATLE, V. Um fascista mora ao lado. *Folha de S. Paulo*, 3 mar. 2017. Disponível em: <https://abre.ai/h0ot>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- SILVEIRA, S. A. da. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas.* São Paulo: Sesc, 2019.
- SRNICEK, N. *Platform capitalism.* London: Polity, 2016.
- VALE DE ALMEIDA, M. A coisa. *Almanaque*, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/h0ox>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- VALENTE, R. O jornalismo caça-cliques sobre os Bolsonaros fortalece a extrema direita. *A Pública*, Newsletter Brasília a Quente, n. 5, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/h0oy>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- VAN DER LINDEN, S.; ROOZENBEEK, J. Psychological inoculation against fake news. *In: GREIFENEDER, R. et al. (ed.). The psychology of fake news: accepting, sharing, and correcting misinformation.* New York: Routledge, 2021.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making.* Council of Europe, 2017.
- ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism.* New York: Public Affairs, 2019.

Xenofobia como chave para a leitura interseccional de uma região racializada

Fabiana Moraes

Não é fácil dizer que uma pessoa racista, misógina, antipobre, xenófoba, armamentista e negacionista, entre outros atributos, tem razão. Mais difícil ainda quando essa pessoa cumpria o papel de chefe de uma nação. No entanto, foi o que aconteceu após o primeiro turno das eleições presidenciais de 2022, quando diversos veículos da imprensa brasileira repercutiram as falas do ex-presidente Jair Bolsonaro relacionando a alta votação no então candidato Lula no Nordeste ao analfabetismo.

Figura 2.1– Notícias em portais do dia 9 out. 2022

Principais notícias
Bolsonaro associa analfabetismo no Nordeste a votos em Lula



Valor
Bolsonaro diz que Nordeste tem mais analfabetos porque é governado pelo PT
1 dia atrás

Correio Braziliense
Bolsonaro relaciona alto desempenho de Lula ao analfabetismo no Nordeste
1 dia atrás

uol
Bolsonaro tenta votos no Nordeste chamando povo de burro por votar em Lula
1 dia atrás

Estado de Minas
Lula rebate Bolsonaro sobre Nordeste: 'Nunca se preocupou com educação'
21 horas atrás

Poder360
Nordeste tem mais analfabetos por causa do PT, diz Bolsonaro
1 dia atrás

Fonte: Portais *Valor Econômico*, *Estado de Minas*, *Correio Braziliense*, *UOL* e *Poder 360* (Captura de tela).

Assim que as matérias sobre as declarações do ex-mandatário começaram a circular nas redes, seus perfis foram procurados por milhares de pessoas, grande parte revoltada com a associação preconceituosa. Com a repercussão, um Bolsonaro receoso em perder votos na região que, apontavam as pesquisas, mais o rejeitava foi às redes e retuitou uma postagem do *UOL Notícias*. Escreveu, tripudiando: “matéria de vocês, ó”.

Figura 2.2 – Xenofobia e classismo da imprensa serviram de combustível para o ex-presidente



Fonte: Twitter (Captura de tela em 9 out. 2022).

Não era possível contestá-lo: o então presidente estava certo. Dias antes de Bolsonaro realizar a *live* na qual divulgou desinformações sobre a vitória de Lula no primeiro turno (a transmissão aconteceu em 4 de outubro de 2022, dois dias após o resultado), veículos como *CNN* e o citado *UOL* já haviam cravado a falsa relação logo depois do resultado do pleito. Foi a matéria da primeira emissora, aliás, aquela lida pelo ex-chefe de Estado na *live*. É um caso inesquecível de fomentação midiática da xenofobia e do classismo: os meios criaram a notícia, que foi repercutida pelo mandatário, e a repercussão do mandatário virou notícia.

A relação específica da imprensa comercial com o Nordeste já foi abordada, inclusive em seu aspecto histórico, por Neves (2003), Novais Filho (2012), Albuquerque Júnior (2018), Galvão (2019) e Moraes (2022b), entre outros. Nas análises, destacam-se as maneiras assombradas, exotificantes e outremizantes (em síntese, a transformação da diferença em desigualdade, como veremos à frente) com as quais essa região do país surge usualmente na mídia, ainda que muitas vezes sob um manto aparentemente positivo e “humanizado” (denúncias da fome, da pobreza, da seca etc.).

No entanto, o caso exposto a partir da *live* de Bolsonaro e sua repercussão nos mostram que essas perspectivas se atualizam constantemente e continuam buscando explicações técnicas e objetivas variadas (como no caso dos dados sobre analfabetismo e voto em determinado candidato) para impingir aos nordestinos um lugar muito conhecido na imprensa: o do ser irracional e pouco desenvolvido intelectualmente. Neste texto, quero pensar que, enquanto raça e gênero ganharam, felizmente, mais espaço nos estudos de jornalismo e da comunicação (a partir da popularização do debate de temas como negritude, questão indígena, feminismo, travestilidade e transexualidade) o mesmo não pode se dizer sobre a articulação imprensa e xenofobia, que pouca discussão tem tido na pesquisa na área. A xenofobia se reorganiza no ambiente supercomplexificado do jornalismo em sua ambiência digital, mas não só: no contexto de um cenário político instável no qual a extrema direita se fortaleceu e, com ela, o sentimento antinegro, anti-homossexual, antimulher e, sublinhe-se, antinordestino. Nesse cenário emergiu, pela terceira vez, o mandato presidencial de um ex-metalúrgico saído do agreste de Pernambuco. A reação da imprensa ganhou contornos específicos aqui: de um lado, esses veículos circulavam em um país cuja já capenga democracia passou a ser corroída por dentro, inclusive com ataques constantes ao jornalismo e aos jornalistas; do outro, a dissolução de um centro e de uma direita liberais-democráticos aos quais boa parte dessa imprensa tem se atrelado.

É importante dizer que, ao procurar sublinhar Nordeste e imprensa, não deixo de lado as citadas especificidades de raça, gênero e, ainda, de classe: não é possível realizar uma leitura das relações de poder sem recorrer também a uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2018). Não é possível, ainda, ler o Nordeste sem abordá-lo através da racialização da região (Mendes, 2021). São elementos que nos ajudam a analisar, ainda que em sobrevoos, como se articula o processo contínuo de outremização (Moraes, 2022c) do Nordeste sob a luz do terceiro mandato de Luiz Inácio

Lula da Silva. Na verdade, esse processo foi disparado já no contexto do antipetismo (Azevedo, 2016) e ganhou corpo com a prisão e posterior retomada dos direitos políticos de Lula em março de 2021. Este texto procura observar como, mesmo vocalizando maior diversidade e se apresentando como democrática (se afastando, assim, do discurso extremista do bolsonarismo), parte da imprensa brasileira vai atualizar um olhar específico sobre o Nordeste, no qual a região é um grotão a ser civilizado. Por essa perspectiva, Lula figura como síntese de um Brasil no qual a “modernidade” e o “desenvolvimento”, para parcela dos ilustrados nacionais, são sempre precários.

A região Nordeste, segunda mais populosa do país, também a mais pobre economicamente, está impressa no repertório dos brasileiros e brasileiras ora como local de fortes tradições e “beleza natural”, ora como terra arrasada pela fome e pelas estiagens. Seus habitantes, nas imagens que circulam midiaticamente, são postos em lugares muito conhecidos: matutos, violentos, cabras-machos, famintos, engraçados. Mas *não é sobre representação* que desejo falar. Antes, é sobre o que fundamenta e mantém, jornalisticamente, essa operação de outremização (Spivak, 1985) e como ela se revelou nos últimos anos através da cobertura da imprensa que foca Lula: já tivemos uma mostra desse fenômeno na abertura deste texto, com as expressões de xenofobia publicadas nos *sites* e amplificadas por Bolsonaro.

A partir de outros exemplos que datam do início do século passado até os dias atuais, procuro refletir como, apesar das mudanças tecnológicas e culturais, a criação e manutenção do nordestino incapaz segue perene no jornalismo. Também reflito como, tendo a região por referência, essa desumanização se dá através do tratamento reservado a outro grupo: o de pessoas negras. É uma realidade, como já mencionou Borges (2019), que tem relação também com as pesquisas do campo, nas quais a partilha e a realização de vínculos entre comuns (e aqui penso na confortável ignorância sobre questões de raça, gênero e pobreza) foram marginalizadas em benefício da pesquisa da *mass communication research*.

Mas notícias publicadas a partir de uma perspectiva racista e classista são tão comuns quanto naturalizadas na imprensa brasileira, que construiu parte de seu capital a partir da exploração de um outro eternamente condenado a surgir como exótico, “diferente” ou sofredor. Esse fenômeno, sabemos,

não se constitui apenas pelo espetáculo do outro (Hall, 2016), mas antes por uma clara demarcação de poder que deriva dessa operação. Há, aí, uma estruturação calcada em um paradigma moderno-positivista-masculinista-racista-heterossexista-ocidentalista tanto no ensino do jornalismo quanto em sua prática (Grosfoguel, 2010; Veiga; Moraes, 2019). Esse é um aspecto importante para entender o sucesso desse processo de outremização.

Simultaneamente ao fortalecimento da extrema direita no Brasil – que se materializa, por exemplo, no aumento de 270% do número de grupos nazistas entre 2019 e 2021, como mostrou um mapa elaborado pela antropóloga Adriana Dias (2020) – vimos, na imprensa, um movimento mais efetivo em direção a políticas que iam, ao menos em tese, ao encontro da heterogeneidade do país. Foi o caso da *Folha de S. Paulo*, que, em 2019, criou uma editoria chamada *Diversidade*; e, em setembro de 2021, ampliou seu conselho editorial visando maior representação da sociedade brasileira. O jornal também revisou o posicionamento contrário às políticas de cotas, caracterizando-as, hoje, como um “marco civilizatório”. No entanto, a publicação de duas colunas, uma de Leandro Narloch (outubro de 2021) e outra de Antônio Risério (janeiro de 2022), provocou abalos importantes nesse movimento: a primeira, cujo título era “Luxo e riqueza das ‘sinhas pretas’ precisam inspirar o movimento negro” causou a saída da filósofa Sueli Carneiro do citado conselho editorial; a segunda, que abordava o “racismo” de pretos contra brancos, gerou óbvios protestos, incluindo uma carta de repúdio assinada por mais de 200 pessoas, grande parte da própria redação da *Folha*. Depois desse caso, foi criado no jornal um comitê para inclusão e equidade composto por 12 jornalistas negros e 5 brancos, dos quais 11 mulheres e 6 homens, sendo um transgênero e uma travesti.

As colunas acima citadas já indicam as limitações da “heterogeneidade democrática” vendida pelo veículo, aqui trazido como exemplo para pensar na assimilação generalizada dessa perspectiva da imprensa brasileira. Dentro desse ambiente, ainda são mantidas posições que indicam objetividade, neutralidade e isenção (Moraes, 2022a). É comum ainda ver estampados os discursos de diversidade e pluralidade, algo que, observam Miguel e Biroli (2010), é na verdade uma simulação controlada dos conflitos sociais. “Ao apresentar sua posição como não situada socialmente, os jornalistas ocultam o fato de que sua perspectiva incorpora e ativa os pressupostos que naturalizam a ordem social e a política estabelecida” (Miguel; Biroli, 2010, p. 74). Martins (2010, p. 30) lembra: “o prestígio com que se reveste a intervenção de atores sociais na imprensa e a atuação dos jornalistas

junto às elites representam, já por si, uma força considerável na luta pelo estabelecimento de sentidos no processo discursivo”.

Se a propalada posição antirracista na imprensa não poupou as próprias pessoas negras, pode-se imaginar seu reduzido alcance sobre uma leitura mais qualificada e menos estereotipada do Nordeste. Essa operação é necessária também pelo fato de a imprensa nacional ter racializado historicamente, como já veremos, a sua cobertura sobre a região. O que seria essa racialização? A atribuição de características negativas a determinado grupo a partir de traços, origens e histórias. É uma essencialização depreciativa que, pretensamente, diz quem sou eu antes mesmo que eu me apresente a alguém – basta que saibam de onde vim. É ver o outro como subordinado, serviçal, menor, um fenômeno, como bem observou Ianni (1996), que ocorre mundialmente e está também atrelado a um capitalismo globalizado, às divisões transnacionais do trabalho e à robotização da produção. Nesse contexto, problemas raciais tornam-se ainda mais complexos. Abaixo, realizo um sobrevoo cronológico, observando o lugar de tutelado (e racializado) que foi reservado ao Nordeste na imprensa nacional e, depois, como esse lugar vai reverberar, hoje, nas formas de noticiar Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 2.3 – Na *Gazeta de Notícias* de 1898, o sofrimento em Canudos como espetáculo



Fonte: *Gazeta de Notícias* (1898) (Captura de tela).

No dia 2 de fevereiro de 1898, quatro meses após o fim da Guerra de Canudos, o jornal carioca *Gazeta de Notícias* anunciava a exposição pública de 25 das 68 fotos que o fotógrafo Flávio de Barros havia realizado no local. O anúncio acompanhava aquilo que os jornais vinham há tempos, salvo algumas exceções, repetindo sobre o sertão e os sertanejos: fanáticos, miseráveis, feitos sob medida para entreter um público “civilizado”. A campanha de Canudos fez com que a imprensa nacional e internacional voltasse como nunca os olhos para o semiárido brasileiro. Jornais como o *Jornal do Commercio*, *A Notícia*, *O País*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil*, *A República*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e *O Estado de S. Paulo* enviaram correspondentes ao sertão da Bahia.

Galvão (2019) realizou um levantamento sobre a produção noticiosa de Canudos na imprensa e mostrou como foi construído o mito do miserável, do incivilizado (discurso iniciado dez anos antes com a seca, veremos). É particularmente interessante um episódio que envolve o citado *Gazeta de Notícias*. No primeiro dia de abril de 1897, o jornal informa sobre um emissário que teria chegado ao Rio após fugir de Canudos. O homem é descrito como “robusto” e “evidentemente sertanejo”, apesar de “sua inteligência e desembaraço bem pouco vulgares” (Galvão, 2019, p. 131, 132). Dias depois, o mesmo jornal noticia que o “evidentemente sertanejo” era, na verdade, o português Francisco Lopes, de 23 anos. O estranhamento se dava, no jornal, pela conjunção nordestino-inteligência. A imprensa ia estabelecendo ali o que a autora chama de um estereótipo consensual, uma espécie de pacto que une imprensa liberal e/ou conservadora para se referir aos moradores de Belo Monte. A irracionalidade, algo que é ainda hoje constantemente atribuído aos nordestinos e às nordestinas, não era só característica maior de Conselheiro, mas de todas as pessoas que o seguiam. É importante observar que jornais nordestinos também investem de maneira geral nessas marcas estigmatizadoras. É o que aponta Novais Filho (2012) após estudar notícias sobre o Conselheiro na imprensa baiana. A primeira aparição do missionário nos jornais se dá no semanário sergipano *O Rabudo* (1874), que classifica os seguidores do peregrino de “inocentes” e “tacanhos de espírito”. Tais termos, observa o autor, montavam um quadro de atraso, estereótipos e estigmas negativos no interior de uma celebrada ideologia do progresso marcada pelo positivismo, pelo determinismo e pelo evolucionismo. Não à toa, são correntes científicas que influenciaram profundamente a noção de objetividade e imparcialidade jornalísticas (Schwarcz, 2017; Moraes, 2022c).

De acordo com Petrarca (2007), a cobertura da guerra no sertão baiano é chave para pensar a definição de reportagem e mesmo de repórter no Brasil. Nesse sentido, o último já nasce como aquele que, segundo o autor, vai mostrar a “realidade” (Petrarca, 2007, p. 74). Em síntese, é o homem, repórter, o portador da verdade e dos fatos incontestáveis. O fato é que a repetição do Conselheiro “fanático” teve enorme êxito: em 2009, ao realizar uma reportagem sobre os 100 anos da morte de Euclides da Cunha, estive em Canudos. Lá, perguntei a uma criança se ela sabia quem era Antônio Conselheiro. “Era um doido aí”, o menino respondeu. Em 1902, Euclides da Cunha, que havia voltado de Canudos cinco anos antes, quando cobriu a guerra para o jornal *O Estado de S. Paulo*, lançaria *Os Sertões* e legendaria o sertanejo (no imaginário nacional, figura símbolo do Nordeste), como “antes de tudo, um forte”. Sem saber, tornaria épica e mesmo romântica, filmica, a nossa condição da falta. Uma falta não percebida como construída, nascida também pela omissão, mas “natural”, derivada da falta de sorte, da seca, da distância da “civilização”. É o que percebe Barros, Prieto e Marinho (2019), para quem a frase de Cunha “cumpre o papel de petrificar, de amarrar tais sujeitos em seu próprio destino já determinado pelas condições do sertão” (Barros; Prieto; Marinho, 2019, p. 31).

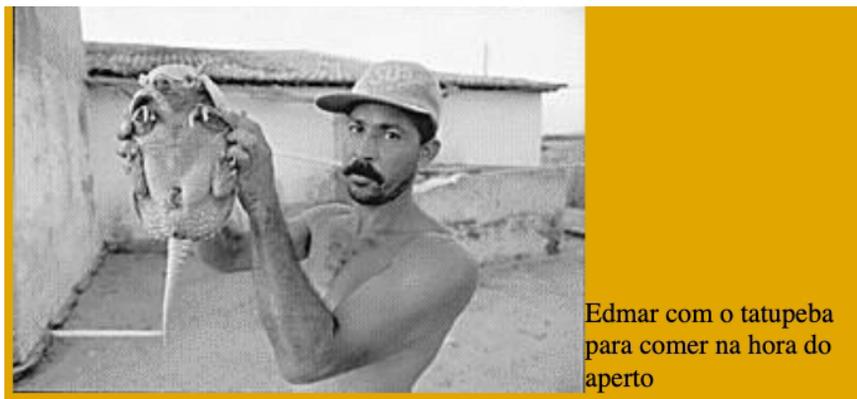
A romaria de repórteres para Canudos na verdade deu mais “celebridade” a uma região que já figurava nos jornais do Sudeste não somente por causa de sua gente, mas sim de suas condições climáticas. No século XIX, o Nordeste foi acometido de sete grandes secas, a mais midiática delas uma década antes do conflito no sertão baiano, entre 1877 e 1879. Naquele momento, vários jornalistas estiveram em terras semiáridas para narrar ao resto do Brasil a nossa dor, entre eles o jornalista e abolicionista fluminense José do Patrocínio. Foi ele, a serviço da *Gazeta de Notícias*, quem levou para o Rio de Janeiro *cartões de visita* nos quais vemos as imagens registradas por Joaquim Antônio Corrêa: nelas, estão crianças e adultos esqueléticos, famintos, fugindo da seca e chegando até Fortaleza em busca de sobrevivência. Essas imagens foram reproduzidas, em ilustração, na revista *O Besouro*, em 1878. No também carioca *Jornal do Commercio*, o editorial que acompanha a série de matérias, intitulado “Secca do Norte” (janeiro de 1878), afirma que a população quase nômade se “constitue um elemento negativo da prosperidade e progresso nacionaes” e que é preciso civilizar esse contingente de pessoas acostumadas a viver com pouco, em choupanas, se alimentando para sobreviver e sem interesses em propriedades, algo que feria a ideia de progresso nacional (Neves, 2003, p. 176). As avaliações

Figura 2.5 – Capa do *Jornal do Brasil*, 1983



Fonte: *Jornal do Brasil* (Captura de tela).

Figura 2.6 – Notícia na Revista *IstoÉ*, 1998



Fonte: Revista *IstoÉ* (1998) (Captura de tela).

Figura 2.7 – Notícia na *Folha de S. Paulo*, 1991



Fonte: *Folha de S. Paulo* (1991) (Captura de tela).

Figura 2.8 – Reportagem do portal *Repórter Brasil*, 2003

REPORTER BRASIL

A Repórter Brasil Equipe Jornalismo Pesquisa Educação Olá

Os homens-tatu do sertão

Por Leonardo Sakamoto | 01/03/03

Em Equador (RN), trabalhadores garimpam caulim, arriscando-se embaixo da terra, para fugir da seca e conseguir, no final do mês, entre R\$ 200,00 e R\$ 250,00 (Matéria ganhadora do prêmio Vladimir Herzog 2003)

f t p r w e

Fonte: Portal *Repórter Brasil* (2003).

As primeiras páginas e reportagens de alguns dos maiores ou mais conhecidos veículos nacionais conseguem nos mostrar, nesse sobrevo das produções jornalísticas a respeito do Nordeste, amplamente pautadas por critérios de noticiabilidade, como se visibiliza um personagem muito “típico”, fraco e esfomeado. O *Jornal do Brasil* (RJ), as revistas *IstoÉ* e *Veja* (SP), o jornal *Folha de S. Paulo*; o site *Repórter Brasil* (SP) carregam apenas pequenas variações das imagens (ilustrações baseadas em fotos dos irmãos Corrêa de retirantes da seca de 1877-1879) mostradas pelo jornal *O Besouro* em 1878. *São reproduções que se repetem, que sempre voltam: as chamo de imagens-bumerangue*. A insistência em mostrar um aspecto verdadeiro, mas não único, de uma região, não se dá à toa. Criado a partir de sua própria condição de falta e também com o apoio da própria elite nordestina, como mostra Albuquerque Júnior (2018), o Nordeste serve como o lugar a ser eternamente salvo, tutelado, uma condição que não só capitaliza aquele que socorre como mostra, no caso do Brasil, uma superioridade econômica e racional. Diz Hall (2016): todo estereótipo guarda profundamente hierarquias de poder.

Essa forma específica de visibilização do Nordeste, como dito, *foi forjada ao mesmo tempo que a imprensa também exotificava e desumanizava populações negras*. Se nordestinos e/ou sertanejos assombraram capitais como São Paulo e Fortaleza com suas presenças, as negras e os negros recém-libertos após a assinatura da Lei Áurea em 1888 também geraram medo e repúdio. A entrada de milhares de ex-cativos no cotidiano nacional, aqueles novos candidatos a postos de trabalho, à vida escolar e social, foi muitas vezes impedida através das pretensas tecnicidade e neutralidade do pensamento científico daquele momento: pessoas negras eram percebidas como biologicamente inferiores, com pouco intelecto e dadas a extremos – do sexo, da bebida, da dança, de uma fé “estranha” e não cristã. Eram lidas, à semelhança dos “analfabetos nordestinos” presentes nos títulos do *UOL* e da *CNN*, como *irracionais*. Uma prova eloquente desse pavor da elite pode ser vista na declaração de Júlio de Mesquita Filho, da mesma família que fundou o jornal *O Estado de S. Paulo* (antigo *A Província de São Paulo*) e que até hoje participa do seu comando:

As portas das senzalas abertas em 88 haviam permitido que se transformassem em cidadãos como os demais dezenas e dezenas de milhares de homens vindos da África e que infiltrando-se no

organismo frágil da coletividade paulista, iriam não somente retardar, mas praticamente entravar o nosso desenvolvimento cultural (Fischmann, 2001 *apud* Carneiro, 2005, p. 109).

Para Mesquita, imigrante bom para salvar o país e não entravar o tal desenvolvimento – ou, pelo menos, o crescimento de São Paulo – era imigrante europeu, enquanto a vinda dos “pretos americanos” não era desejável. “Um contingente preto nesse momento será mais nocivo que útil à obra da civilização em que estamos empenhados”, escreveu ele em 8 de junho de 1929 (*apud* Carneiro, 2005, p. 109).

Naquele mesmo período, começava a engrossar o fluxo de nordestinos (Silva, 2008) para a que viria a ser a maior cidade brasileira. Vinte anos depois das declarações do jornalista, essa migração atingiu seu auge, e, em 1950, São Paulo não sabia o que fazer com os nordestinos “maculando” sua moderna urbanidade. No início daquela década, a Rua Barão de Itapetininga, por exemplo, concentrava lojas chiques como a Maison Madame Rosita de Alta Costura, a Casa Los Angeles, a Sutoris e a Confeitaria Vienense, como descrito no texto *Nordestinos em São Paulo nos anos 1950: imprensa popular, ciência e exclusão social*:

Fome, doença, miséria, morte. Esses foram os cenários que o Diário da Noite montou para apresentar aos seus leitores os migrantes nordestinos que fizeram parte, juntamente com os mineiros, do grande crescimento populacional da cidade de São Paulo nos anos 50 (Romero, 2014, p. 6).

A autora destaca um trecho do *Diário da Noite*, publicado em 13 de setembro de 1951:

Como se os mendigos da cidade não bastassem, seu número nesses últimos dias foi acrescido de maneira espantosa por retirantes do Nordeste. De manhã e à tarde invadem as ruas centrais aos grupos e passam a cercar transeuntes com as mãos estendidas, implorando a esmola. Como, às vezes, esta tarda, chegam a importunar seriamente as pessoas que abordam (Romero, 2014, p. 7-8).

Um adendo: foi nos anos 1950 que Dona Lindu, mãe de Lula, e seus 11 filhos saíram de Garanhuns, interior de Pernambuco, e foram para São Paulo. Em dezembro de 1952, ela chegou a Santos. Em 1956, mudou-se para

a capital. Entre o final da década de 1930 e 1950, 1,3 milhão de migrantes vindos principalmente da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais se deslocaram para o estado.

Na pesquisa sobre a racialização dos nordestinos em São Paulo, partindo da década de 1950, Pedro Vítor Gadelha Mendes mostra como a cor da pele e as características físicas dos migrantes nordestinos eram os elementos principais dessa construção de um “outro” menor e débil. Muitas vezes, a presença nordestina em São Paulo – um grupo heterogêneo generalizado diversas vezes como “baiano” – era sublinhada justamente por causa da negritude (além de supostas características servis) como nos mostra Mendes (2021) no excerto abaixo, extraído do *Correio Paulistano* de 27 de março de 1951:

Muitos são do centro do País, de Minas ou Bahia. Esses vêm mais limpos que os demais. São escuros como os outros, mostram na pele aquela cor de cuia que o sol dá mas, não obstante, são facilmente discrimináveis entre os demais. A maioria, no entanto, revela ao olho menos experimentado as características do “cabeça chata”, este herói anônimo que enche de vida as fazendas do sul e as terras por desbravar (*Correio Paulistano apud* Mendes, 2021, p. 110).

Não coincidentemente, *O Estado de S. Paulo*, dos Mesquitas, que lá atrás se assombrava com negros libertos, é um dos que mais recorre ao discurso que une atraso e Nordeste para se referir, na atualidade, e desta vez usando como uma espécie de tipo ideal, o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2018, antes das eleições, o então articulista José Nêumanne (nordestino, aliás) traçou uma separação entre um “Brasil profundo” e um “Brasil que trabalha e produz” para repudiar o ex-presidente (e o Partido dos Trabalhadores). Lula representando “os grotões” (de inábeis? de vagabundos? de miseráveis?), e o *Estadão* e seus apoiadores representando o tal país trabalhador (o do Sul e Sudeste). Em síntese, atraso e desenvolvimento. Reparem, logo abaixo do título da Figura 2.9, como é exatamente o mesmo argumento usado acima por Mesquita, em 1929, ao falar dos ex-escravizados que, para ele e seus pares, iriam atrasar o futuro da nação:

Figura 2.9 – No Estadão, Lula como síntese de uma região obscura e atrasada

The image is a screenshot of a news article from the newspaper 'O Estado de S. Paulo'. The main headline is 'O partido dos grotões'. Below the headline is a sub-headline: 'Mesmo que seja vitoriosa, estratégia de que Lula lançou mão para se lançar candidato a presidente, usando Haddad como codinome, confinou PT no Brasil profundo e sumiu no País que trabalha e produz'. The author is 'José Nêumanne' and the date is '08 de outubro de 2018 | 06h54'. The main image shows a close-up of Luiz Inácio Lula da Silva, looking down with his hand to his face. Below the image is a caption: 'Lula impôs a seu partido estratégia que pode levá-lo ao poder, mas o confina aos "grotões". Foto: Stringer/Reuters'. To the right of the main image is a section titled 'DESTAQUES EM POLÍTICA' with three sub-articles: 'Quem é o militar afastado pelo TSE da fiscalização das urnas eletrônicas', 'Bolsonaro diz na Febraban que banqueiros têm que julgá-lo por suas ações e não assinar 'cartinha'', and 'Militares cogitam usar boletim impresso de urna para apuração eleitoral paralela'. On the left side of the article, there are social media sharing icons for WhatsApp, Facebook, Twitter, LinkedIn, Email, Print, and Comment.

Fonte: *O Estado de S. Paulo* (8 out. 2018) (Captura de tela).

Tornou-se comum, no mesmo jornal, classificar negativamente Lula, fazendo uma referência direta à sua origem nordestina. Em um editorial publicado em 10 de março de 2021, cujo título é “A ficha moral de Lula é suja”, Antonio Carlos Pereira, diretor de opinião do *Estadão*, diz que “o demiurgo de Garanhuns pode até subir nos palanques dos grotões miseráveis onde ainda é rei para pedir votos, e, eventualmente, voltar ao poder”. Depois, em 12 de março de 2021, o mesmo articulista lançou mão do mesmo termo para dizer como o candidato à presidência é um perigo para as reformas e privatizações que devem alavancar o país. Repetem-se, de novo, os Mesquitas de 1929. A revista *IstoÉ* também entrou na onda e trouxe Garanhuns, essa terra aparentemente muito distante para os novos ilustrados, para falar da prisão de Lula em abril de 2018:

Figura 2.10 – O “grotão” Garanhuns (PE) como destaque

Brasil

A prisão do demiurgo de Garanhuns

Lula transforma ordem para se entregar num espetáculo deprimente de afronta à Justiça, ao refugiar-se num QG sindical em São Bernardo do Campo e montar um cordão humano para impedir o acesso da PF ao local. Tudo para adiar o inevitável: a ida para trás das grades



O CASO DE UMA ESTRELA Cercado por militantes, Lula se refugia no Sindicato dos Metalúrgicos e zomba da Justiça (Crédito: MIGUEL SCHINCARIOL)

Fonte: *O Estado de S. Paulo* (Captura de tela).

A relação interseccional entre cor, origem geográfica, pobreza e grau de instrução, em suas diferentes combinações, foi percebida como perversa especialmente entre negros e/ou nordestinos desempregados já na São Paulo também da década de 1950. Na pesquisa de Mendes, lemos no *Correio Paulistano* de 28 de agosto de 1955:

Assim é incrível ter que constatar que em São Paulo, o centro mais civilizado do país, há ainda preconceito. Os funcionários do Serviço de Colocação e Informação Profissional da Secretaria do Trabalho, de vez em quando são surpreendidos (o fato agora já nem pode causar surpresa) por firmas que se negam terminantemente a empregar negros e... nordestinos. Nem todos têm o descaramento e a ousadia de proclamar a razão exata da recusa. Acontece, porém, que logo que o oferecimento é feito de operários brancos, não nortistas nem nordestinos, aquele mesmo empregador que ontem, laconicamente, afirmava o clássico “não há vagas”, abra as portas de sua firma ao novo empregado. As condições de branco e não nordestino são quase que um “abre-te, Sésamo” (Mendes, 2021, p. 113).

A cor presente nas descrições e a exploração do trabalho barato não se dão à toa, e é importante dizer que a separação entre “negros” e “nordestinos” é feita aqui principalmente para facilitar a análise histórica dos dois grupos. Mas, como apontam os dados acima, estamos comumente falando de uma só pessoa preta/parda, migrante e nordestina. Um levantamento do início de 1962 mostrava que quase 60% dos migrantes do Nordeste que chegavam a São Paulo nos anos 1950 eram pardos ou negros (Mendes, 2021, p. 59). Em *São Paulo e suas favelas* (2006), Suzana Pasternak mostrou que 70% dos favelados migrantes da cidade eram nordestinos. Em 2011, uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicada no *site Repórter Brasil* revelou que a maioria das vítimas de trabalho escravo no Brasil era nordestina.

O Nordeste dos “flagelados” seguindo para o Sudeste é o mesmo para onde foram enviados os maiores contingentes de populações trazidas à força da África. Séculos depois, os milhares de escravizados nos engenhos e fazendas nordestinas foram, com o declínio da economia açucareira, vendidos para as plantações de café de São Paulo. Mendes (2021, p. 9) resume: “Os nordestinos, na medida em que compõem um grupo étnico em São Paulo que sofre uma dominação simbólica, econômica e política pelos paulistas se constitui num grupo racializado”. Esse grupo, continua, é representado em mídias impressas como a antítese do paulista, um outro inferiorizado que é repetido (“o demiurgo de Garanhuns”) dentro de um discurso racista que se reinventa ao apontar no Nordeste uma cultura inferior. Uma leitura interseccional, importante para desvelar questões invisibilizadas pela tradição jornalística brasileira (que realiza “denúncias” ao mesmo tempo que não compactua com políticas públicas voltadas a pessoas subalternizadas), é fundamental para avançarmos para um discurso mais elaborado sobre democracia e humanização. Nessa leitura, a xenofobia (na qual se insere a racialização do Nordeste) é imprescindível.

Muito já se falou tanto sobre a cobertura da imprensa em relação ao Nordeste quanto em relação a Lula. Mas os aspectos xenófobos, que se reinventam e se reatualizam ao longo dos anos em relação ao ex-metalúrgico e à região (sendo, como vimos, muitas vezes indivisíveis), ainda precisam ser melhor qualificados, situados, revelados. Isso porque o olhar midiático sobre a região é carregado, como observamos, de uma forma distinta de visibilizar

como um todo os nove estados. Nessa generalização, residem hierarquizações que se dão não só pelo aspecto de classe e raça, mas ainda pelo espaço geográfico. Muitas vezes, esse fenômeno se materializa no reconhecimento de uma suposta inferioridade racial do Nordeste (aquele que, pobre, faminto, “cor de cuiá”, pensa pior). É importante pontuar essa especificidade, no caso do atual presidente brasileiro, não só porque muitas vezes se prefere observar a tensa relação entre sua figura e a imprensa a partir, por exemplo, de discordâncias ideológicas ou de perspectivas distintas sobre economia, mas por toda ambiência social e política de um país no qual a extrema direita tornou-se mais fortalecida. Essa não é uma questão menor.

A partir da chave de um jornalismo que sublinha os aspectos subjetivos, um jornalismo orientado, a saber, pela reflexividade contínua, pela crítica aos valores-notícia, pela capacidade criadora, pelo posicionamento dotado de sensibilidade *hacker* e pela interseccionalidade (Moraes, 2022a), é possível ler com acuidade essa operação de outremização do Nordeste que também reverbera na pessoa do presidente. Entendo, nesse sentido, a importância da leitura interseccional, com foco, seguindo Carla Akotirene (2018), nos feixes de opressão e poder que se dão sobre grupos/populações, e, ainda, com uma atenção política dotada de sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários e com uma observação para a matriz colonial moderna que evita desvio analítico para apenas um eixo de opressão (Akotirene, 2018, p. 14). Nomear os aspectos xenófobos da imprensa brasileira é urgente. Foi ela que, durante décadas, relacionou o voto das pessoas do Nordeste a benefícios como o Bolsa Família (programa de distribuição de renda criado no Governo Lula em 2003). Depois, com o fracasso do argumento diante do fato de o Auxílio Brasil (programa de transferência de renda do governo Bolsonaro criado em 2021) não se traduzir em votos para Jair Bolsonaro na mesma região, essa imprensa resolveu fazer o elo entre voto e analfabetismo. A estratégia é manter a ideia de uma gente pobre e irracional que vive “no Brasil profundo” para continuar repercutindo, em benefício próprio, o mito dos heróis da competência que salvam a nação.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2018.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

- AZEVEDO, F. A. F. de. *A grande imprensa brasileira: paralelismo político e antipetismo (1989-2014)*. 2016. 172 f. Tese (Concurso para obtenção do título de professor titular em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- BARROS, J.; PRIETO, G.; MARINHO, C. (org.). *Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Elefante, 2019.
- BORGES, Rosane. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo na comunicação. In: CORRÊA, L. G. (org.). *Vozes negras em comunicação: mídia, racismos, resistências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. v. 1, p. 17-36.
- CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DIAS, A. Grupos neonazistas se espalham pelo Brasil e crescem 270% em 3 anos. *UOL*, São Paulo, 2020. Cotidiano. Disponível em: <https://abre.ai/ibVE>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- GALVÃO, W. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*. Recife: Cepe, 2019.
- GROSGOUEL, R. Descolonizando los paradigmas de la economía política: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Diálogos cotidianos*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010. p. 17-40.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- IANNI, O. A racialização do mundo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-23, maio 1996. Disponível em: <https://abre.ai/ibV6>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- MARTINS, A. R. N. Imprensa, minorias e análise do discurso: um espaço de construção da democracia. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 8, n. 26, 2010. Disponível em: <https://abre.ai/ibWn>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- MENDES, P. V. G. *A racialização dos nordestinos em São Paulo: representações na imprensa da década de 1950 e relatos de migrantes idosos*. 2021. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 59-76, jun. 2010.
- MORAES, F. *A pauta é uma arma de combate*. Belo Horizonte: Arquipélago Editorial, 2022a.

- MORAES, F. Imprensa distorce estatísticas e dá munição a classismo e xenofobia de Bolsonaro. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 11 out. 2022b. Disponível em: <https://abre.ai/ibXC>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- MORAES, F. Rejeição da elite a Lula tem origem na racialização do Nordeste. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 9 ago. 2022c. Disponível em: <https://abre.ai/ibYt>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- NEVES, F. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, [S. l.], v. 27, jul./dez. 2003.
- NOVAIS FILHO, J. D. *Memória e discurso nas narrativas sobre Antônio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)*. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.
- PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. *PosFAUUSP*, São Paulo, n. 19, p. 176-197, jul. 2006. Disponível em: <https://abre.ai/ibYS>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- PETRARCA, F. R. *O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul*. 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://abre.ai/ibY5>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- ROMERO, Mariza. Nordestinos em São Paulo nos anos 1950: imprensa popular, ciência e exclusão social. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 22., 2014, Santos. *Anais [...]* Santos: ANPUH, 2014. p. 1-12.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SILVA, U. V. d. *Velhos caminhos, novos destinos: migrante nordestino na região metropolitana de São Paulo*. 2008. 178 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SPIVAK, G. The Rani of Sirmur: an essay in reading the archives. *History and Theory*, v. 24, n. 3, p. 247-272, 1985. DOI: 10.2307/2505169. Disponível em: <https://abre.ai/ibZo>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- VEIGA DA SILVA, M.; MORAES, F. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., Porto Alegre, 2019. *Anais eletrônicos [...]*, Campinas: Galoá, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/ibZQ>. Acesso em: 6 fev. 2023.

O jornalismo na cobertura da *Agenda 2030*: perspectivas e desafios

Rita Paulino
Ivone Rocha

Pensar a *Agenda 2030*,¹ com os compromissos assumidos por inúmeros países ante a Organização das Nações Unidas (ONU) para a melhoria das condições do planeta daqui a seis anos, requer muito mais potenciais do que a coleta seletiva, redução de gases pelos automóveis e pelas indústrias ou a economia de água. Embora todos saibamos que essas medidas são importantes, a preservação dos nossos ecossistemas envolve um conjunto de fatores e a atenção de todas as áreas relacionadas às comunidades, como a econômica, a política, a social e, sobretudo, a cultural. A rigor, o compromisso com a *Agenda 2030* significa uma quebra de paradigmas culturais. Ações sustentáveis precisam fazer parte do cotidiano das pessoas, de forma que promovam a transformação da sociedade. Para isso, a mídia tem um papel fundamental, tanto em campanhas e alertas quanto em informações necessárias para ampliar a conscientização.

Nessa perspectiva, este capítulo traz coletas de dados de três veículos de comunicação: *G1*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, relativas ao segundo semestre de 2022, para analisar a cobertura jornalística sobre a *Agenda 2030*. O objetivo é mostrar o volume de publicações bem como verificar quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão sendo referenciados nas coberturas analisadas. Para a análise dos dados coletados, foram utilizadas referências teóricas tanto da *Agenda 2030* quanto do jornalismo.

A *Agenda 2030* é a formalização de um compromisso assumido em 2015 por 193 países membros da ONU, com vistas ao desenvolvimento sustentável e ao combate (ou redução) da exploração indevida dos recursos

¹ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 21 fev. 2023.

naturais do planeta. No documento estão listados 17 objetivos e 169 metas, considerando como protagonistas, na escala de prioridades, as cidades (âmbito local) “onde os reflexos negativos da insustentabilidade são sentidos e as ações concretas devem ser adotadas” (Carvalho, 2019, p. 6).

A origem do problema vem do século XVIII, com a Revolução Industrial, quando a produção passou a depender de matérias-primas não renováveis. “A natureza foi tratada como subalterna ao homem, servindo-lhe como meios para atingir seus fins maiores inaugurados pela era do capitalismo: os lucros” (Corrêa, 2006, p. 93 *apud* Carvalho, 2019, p. 7). O autor menciona ainda Matos e Rovela (2013) para lembrar que foi a partir da Segunda Guerra Mundial que alguns olhares se destinaram a um possível desenvolvimento que, além de focar o crescimento econômico, voltava-se também para o bem-estar social, ambiental e político. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento em larga escala provocou a explosão do consumo que, ao mesmo tempo que ia esgotando os recursos naturais, afetava de forma negativa a qualidade de vida da população. E também ia promovendo o que a Agência de Notícias dos Direitos da Criança em conjunto com a Fundação Banco do Brasil e a Petrobras chamam de “avanço da economia insustentável” (Andi; Fundação Banco do Brasil; Petrobras, 2006, p. 22).

Foi na década de 1970 que essa preocupação com a degradação do meio ambiente se tornou mais latente. O assunto ganhou destaque na Conferência da ONU de 1972, que teve como tema o ambiente humano. Na ocasião, as discussões abordaram a necessidade de um conceito para o desenvolvimento que contemplasse questões de natureza sustentável (Carvalho, 2019). O assunto foi ampliado, houve a criação de uma comissão, cuja liderança ficou com a norueguesa Gro Harlem Brundtland. Em 1987 foi elaborado o relatório denominado *Nosso futuro comum*, que passou a estabelecer o “desenvolvimento sustentável”, explica Carvalho (2019, p. 7) a partir de Novaes (2003, p. 324). Esse relatório conceituou desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991). Também estabeleceu dois conceitos-chave: a prioridade aos pobres do mundo e a noção das limitações tanto das tecnologias quanto da organização social, para que o meio ambiente não deixasse de ser

atendido em suas carências atuais e do futuro. Além de Brundtland, como presidente, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento teve como vice-presidente o sudanês Mansour Khalid. Entre seus 19 membros estava o brasileiro Paulo Nogueira Neto, naturalista, professor, pesquisador, político e memorialista brasileiro.

São vários os conceitos apresentados no relatório, que também levou o nome de Brundtland, como:

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Mas o simples crescimento não basta. Uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza disseminada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 47).

A década de 1990 também ficou marcada por iniciativas visando o desenvolvimento sustentável. Em 1992, a Conferência da ONU foi sediada em terras brasileiras: Rio de Janeiro. Ficou conhecida como Eco92, Rio92 e Cúpula da Terra e estabeleceu ações para a *Agenda 21*, deixando de lado o conceito de crescimento econômico insustentável para focar em Sustentabilidade (Carvalho, 2019). Tinha como enfoque o desenvolvimento humano sustentável e propostas de leis internacionais de sustentabilidade, cooperação e processos com várias partes interessadas, segundo a ONU (1992). Com os resultados obtidos, percebeu-se a necessidade de um melhor enquadramento das ações. Com isso, a *Agenda 21* foi substituída pelos *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio* (ODM), com oito metas a serem alcançadas até 2015.

Em 1995, a ONU lançou outro documento, denominado *An agenda for development*, destacando cinco dimensões para o desenvolvimento (Matos; Rovella, 2010, p. 4 *apud* Carvalho, 2019, p. 8). A primeira era “paz como pilar”; a segunda, “a economia como motor do progresso”; a terceira, “o ambiente como uma base para a sustentabilidade”; a quarta, “justiça como um pilar da sociedade”; e a quinta, “democracia na governança”. Outras conferências foram acontecendo, amadurecendo o tema sustentabilidade e

suas relações. Em 1999, houve a conferência de assentamentos humanos, com o olhar para os pequenos países, quando ocorreu o Pacto Global, que tinha à frente o então secretário da ONU, Kofi Annan; houve a Cúpula do Milênio, em 2000, na cidade de Nova Iorque; a Rio+10 em Joanesburgo, em 2002; a Jornada Mundial, em 2005 na Alemanha; e a Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012. Nesta última, foi criado um outro documento, denominado *O futuro que queremos*, pensando o desenvolvimento sustentável no cenário global. Em 2015, na cidade de Nova Iorque, houve a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, por meio da qual foi criada a *Agenda 2030*, com os 17 ODS e suas 169 metas a serem cumpridas até 2030. No Brasil, foi instituído um grupo de trabalho interministerial para concretizar seus objetivos e metas, envolvendo o Poder Executivo Federal, estados, municípios, sociedade civil, movimentos sociais, setor privado e academia (MRE, 2016 *apud* Carvalho, 2019).

A maior novidade da *Agenda 2030* foi, ao especificar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tratar esses objetivos globais no aspecto local, por meio da participação das cidades no início do processo de desenvolvimento sustentável. Segundo Kanuri *et al.* (2016 *apud* Lindborg, 2019, p. 2):

Uma cidade que integra os ODS, também chamados de metas globais, da Agenda 2030, pode ter maior acesso a colaborações, parcerias e recursos financeiros e tecnológicos (Kanuri *et al.*, 2016). Desenvolvimento em nível local capacita todos os *stakeholders* [atores] locais, o que torna o desenvolvimento sustentável (DS) ainda mais aplicável às necessidades e aspirações locais.²

Entretanto, para essa adaptação do pensamento global para o local, sem perder o foco também do global, precisa haver uma adequação dos projetos e metas, assim como dos ODS, sem deixar de considerar, sobretudo, os recursos disponíveis no âmbito municipal e regional. Onde não haja um trabalho específico, buscam-se estratégias com vistas ao “local”. Dessa forma, cada localidade trabalha o desenvolvimento sustentável a partir de suas características, peculiaridades técnicas, tecnológicas, políticas, econômicas e sociais, tendo como objetivo um pensamento global e considerando o tempo de cada uma. Essa não é uma tarefa fácil. Lindbord (2019), em sua pesquisa

² Tradução nossa. No original: *A city that has integrated the SDGs, also called the global goals, of Agenda 2030 might have increased access to collaborations, partnerships, and financial and technological resources (Kanuri et al, 2016). Development on the local level empowers all local stakeholders which makes sustainable development (SD) even more applicable to local needs and aspirations.*

envolvendo algumas cidades da Suécia, afirma que aquele país está bem nas expectativas relativas à *Agenda 2030*, devendo sua população liderar as ações voltadas à sustentabilidade ecológica, econômica e social. Porém, não se pode dizer que as cidades suecas sejam líderes mundiais em relação aos ODS, justamente por suas particularidades. O mesmo acontece com outros países da Europa, como Dinamarca, Finlândia, Alemanha e Letônia.

Mesmo com todas as atualizações nos relatórios da ONU, o propósito inicial (ou o objetivo do desenvolvimento sustentável) continua o mesmo, ou seja, obter o equilíbrio de longo prazo das nações envolvidas, no que tange à economia, ao meio ambiente e aos aspectos sociais, o que está representado nas áreas econômica, social e ambiental.

Para os processos de tomada de decisão, em relação ao desenvolvimento sustentável, o autor cita três dimensões: integração intersetorial, interterritorial e intergeracional, considerando os contextos local, regional, nacional e global, de forma que o conceito de desenvolvimento sustentável componha cada um. Seguindo essa linha de pensamento, Pacheco e Carneiro (2021) consideram que para ter uma trajetória de construção e adoção da *Agenda 2030*:

1. O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado com foco exclusivo no meio ambiente, dissociado das questões sociais, culturais, econômicas e institucionais.
2. Ainda que seja universal, abrangente e coerente, a *Agenda 2030* pressupõe adoção integrada nos níveis local, regional, nacional e global, com políticas que reconheçam essa interdependência entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento sustentável.
3. Soluções lineares, típicas do modelo “um faz e os outros seguem” simplesmente não funcionam. É necessário que todas as instituições alinhem mecanismos de desenvolvimento social e ajustem ou expandam seu escopo de trabalho para incluir as novas demandas decorrentes dos ODS, acomodando a dimensão institucional.

É o que estabelece a *Agenda 2030* com seus 17 ODS, os quais foram pensados a partir dos resultados com os ODMs, com a contribuição de pessoas de todo o mundo, por meio de pensamentos e ideias. Os ODS partem de princípios e elementos como dignidade, prosperidade, planeta, justiça e parceria. O ponto alto da *Agenda 2030* é sua adaptação e aplicabilidade a todas as nações, independentemente de suas diferenciadas realidades, conforme explica a Assembleia Geral das Nações Unidas (2015), mencionada por Lindborg (2019).

Para implementar a *Agenda 2030* no contexto local, Kanuri *et al.* (2016 *apud* Lindborg, 2019) apontam quatro etapas centrais: iniciar um processo inclusivo e participativo de localização dos ODS; definir a agenda local dos ODS; planejar a implementação dos ODS; e monitorar o progresso dos ODS.

Tabela 3.1 – ODS contemplados na *Agenda 2030*

ODS	Descrição do objetivo
1 – Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2 – Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3 – Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
4 – Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6 – Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7 – Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
9 – Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10 – Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

12 – Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13 – Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14 – Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15 – Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16 – Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17 – Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://abre.ai/ib2x>.

Se analisarmos todo o processo de ações e o tempo decorrido até aqui em busca de um desenvolvimento sustentável do planeta, entre os países que compõem a Conferência da ONU, podemos entender que mais do que ousadas, as metas estabelecidas para serem concluídas daqui a apenas seis anos dificilmente serão cumpridas. Entretanto, elas precisam avançar nesse horizonte, mesmo que outra “agenda” seja instituída. Esse avanço se caracteriza, principalmente, pela conscientização das sociedades, as quais dependem de informação e de práticas experimentais, para produzir conhecimento, já que “experimentar é apreender sistematizando os dados da realidade” (Gomes, 2009, p. 43). E aí reside a relevância da comunicação, sendo o jornalismo um de seus principais campos, por seu caráter social e de disseminação.

Do ponto de vista de Gomes (2009), o jornalismo, na condição de campo de atuação, tem como norma a veracidade. Embora a obrigação da comunicação verdadeira seja de qualquer pessoa, no jornalismo é condição *sine qua non* tratar a realidade efetivamente como é. “O jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar de todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro” (Gomes, 2009, p. 11). Apesar de o jornalismo surgir para cumprir um papel de veiculação de informação, utilizando-se de métodos interpretativos para as sociedades capitalistas, tem como atribuição a integração social. Suas funções vão além das finalidades democráticas de informar e servir de fórum público (Schudson, 2008; Benedeti, 2009 *apud* Teixeira; Martins, 2021), a partir de quatro características lembradas por Adelmo Genro Filho (1987), a propósito do que foi trabalhado por Otto Groth: a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a difusão. Assim, o público atendido consegue produzir para si o conhecimento necessário.

Tais conceituações dialogam com os objetivos da *Agenda 2030*, que são integralizar, numa perspectiva sistêmica, seus propósitos para toda a sociedade, seja na área pública ou privada, a fim de que as populações e os locais possam percorrer o caminho do desenvolvimento sustentável, o que trará benefícios, sobretudo às gerações futuras. Para que se compreenda a parceria do jornalismo na preservação dos ecossistemas, é importante conhecer seu histórico.

Foi no movimento civilizatório da Europa do século XVII que se instituiu a profissão de jornalista, no período iluminista, quando a liberdade de expressão passou a ser um direito inalienável (Teixeira; Martins, 2021), o que nos leva a compreender o papel significativo do jornalismo no contexto democrático. Mas o modelo específico de jornalismo foi definido por ingleses e norte-americanos, após as transformações de suas sociedades, a começar pelo modelo capitalista, o que caracteriza até hoje o jornalismo moderno (Franciscato, 2003). Entretanto, “o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz” (Genro Filho, 1987, p. 27). Mencionando Sartre, o autor considera que a notícia, embora seja uma mercadoria, não é uma mercadoria qualquer. Ele entende o capitalismo como um acontecimento do processo histórico. Mesmo surgindo da burguesia, o jornalismo ultrapassa esses contornos ideológicos e se manifesta a partir das classes dominantes. O autor ainda defende que a potencialidade do jornalismo caracteriza uma nova modalidade social de conhecimento marcado por sua singularidade.

A institucionalização do jornalismo ocidental ocorreu a partir do século XIX pelo surgimento de novos hábitos sociais, como a leitura de livros e jornais. No Brasil, a atividade foi regulamentada em 1938, e somente em 1947 criou-se o primeiro curso de jornalismo, oferecido pela Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. Enquanto Genro Filho defende a tese de que o jornalismo se estabelece em sociedades democráticas, Schudson (2008 *apud* Teixeira; Martins, 2021) o vê também fora do contexto da democracia, a exemplo de sua sobrevivência em ditaduras, como no Chile, na Espanha e, até hoje, na China. É imprescindível que se mantenha o *ethos* jornalístico, cujo ponto principal é a veracidade defendida por Gomes (2009). Na perspectiva do campo social, e em sociedades democráticas, observam-se três funções para o jornalismo: *watchdogs*, *agendasetters* e *gatekeepers*.

Watchdogs se aproximaria da noção de quarto poder, com os meios de comunicação como vigilantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário; a função de *agendasetters* se refere à atribuição de uma agenda que informa sobre o que se deve falar, ou seja, quais são os temas de relevância pública; por fim, o papel de *gatekeepers* trata da pluralidade de perspectivas expostas sobre um tema. Por sua vez, Schudson (2008) acredita que, nas democracias atuais, o jornalismo adquire seis funções primordiais: informação (uma função educacional), investigação (um *watchdog* e um instigador do interesse da audiência), análise (articula o *background*), empatia social (sensibiliza os leitores), fórum público (agendamento da interação e emissão por parte da audiência) e mobilização (convencimento) (Guerra, 2009 *apud* Teixeira; Martins, 2021, p. 164).

Tudo isso, tendo como pilar a verdade. Notícia verdadeira, na concepção de Gomes (2009), seria a que parte de um acordo universal da comunidade, “aquela que de algum modo alcança o sentido próprio de um fato, portanto, conformando-se nos limites dos percursos interpretativos dogmaticamente instituídos por uma comunidade de sentido” (Gomes, 2009, p. 64). Em outras palavras, aquilo que se estabelece, considerando princípios e valores estabelecidos de forma convencional.

Transparência, responsabilidade e compromisso com o leitor, com os colaboradores e com os protagonistas de suas notícias e reportagens, esses são os princípios defendidos pelos três veículos consultados nesta

pesquisa. A *Folha de S. Paulo* se define, em seu *site*, como “um dos maiores e o mais influente entre os jornais diários nacionais de interesse geral”. Afirma que seu crescimento ocorreu por seus quatro pilares, quais sejam: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. O *Estado de S. Paulo* – identificado como *Estadão* – tem a preocupação maior em apresentar sua missão, que é “ser um grupo empresarial rentável nos setores de informação e comunicação, nos segmentos de jornalismo, informação, publicidade, entretenimento e serviços gráficos”, em defesa dos princípios da democracia e da livre iniciativa. O portal de notícias *G1*, criado em 2006 pelo grupo Grupo Globo, informa que ocupa posição de grande sucesso e que esse êxito é consequência do “bom jornalismo que praticam”. Afirma que seus “princípios foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código”. Diz ainda que o objetivo do veículo é, além de se diferenciar dos demais, possibilitar ao público a capacidade de seu julgamento, para que possa comprovar compromisso assumido e prática.

A *Folha* traz como missão trabalhar o conteúdo jornalístico de forma crítica, plural e apartidária, com a visão de apoiar a democracia, contribuindo para reduzir as desigualdades. Mesmo sem mencionar o desenvolvimento sustentável, alguns de seus valores dialogam com a *Agenda 2030*. São eles: compromisso com seu público, diversidade, integridade e liberdade de expressão. Traz ainda 12 princípios editoriais, entre os quais há os que também direcionam a essa mesma perspectiva dialógica, como praticar um jornalismo com resumo criterioso e atualizado de questões mais relevantes; prioridade para temas relacionados à coletividade ou parcelas exclusivas da população e que são de interesse público; atuar sob os valores da democracia representativa; apontar falhas, fazer críticas sem tabus e questionar autoridades sobre a problemática colocada; considerar a diversidade de opiniões, entre outros.

O *Estadão*, ao se apresentar ao público, menciona honestidade e respeito ao público externo, além de credibilidade, seriedade no atendimento, estímulo à criatividade, disposição ao enfrentamento de desafios, flexibilidade de gestão, respeito às pessoas, preocupação com o desenvolvimento de seus colaboradores e com um clima favorável ao trabalho. No sentido de conexão com a *Agenda 2030*, se mostra sensível às mudanças históricas, compromisso com a democracia, defesa da liberdade de expressão, justiça e busca da verdade. Em sua apresentação se considera “comprometido com os valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem” e

com a defesa dos valores culturais, éticos e históricos, destacando também seu compromisso com a preservação do patrimônio natural. Afirma que persegue, entre outros valores, a eficiência, criatividade, mencionando ainda que “comunga com os princípios das empresas socialmente responsáveis: geração de riqueza com sensibilidade social e respeito ao meio ambiente”. Assim como a *Folha*, traz 10 princípios gerais que caminham nessa mesma direção.

O Grupo Globo enfatiza que todas as gerações que passaram por suas empresas tiveram como propósito valores que levaram o grupo ao êxito, facilitando o julgamento do público, agindo assim de forma transparente, prezando pela integridade do jornalismo como base para as ações de todos os seus veículos, com informação de qualidade, trabalho de seus profissionais condizente com o veículo, com o público e com a equipe. Em seus princípios editoriais, ressalta a isenção, a correção e a agilidade como atributos de qualidade. Essa isenção se relaciona à apuração, edição e publicação; à análise dos fatos, sem julgamentos ou tabus. Ressalta ainda a presença da diversidade: “Quanto mais diversa for uma redação – em termos de gostos, crenças, tendências políticas, cor, gênero, idade, orientação sexual, origens social e geográfica – mais isenta será a escolha dos assuntos a serem cobertos, discutidos e analisados” (Grupo Globo, 6 ago. 2008). Assim como os veículos anteriores, nos princípios editoriais da Globo, há expressiva aderência à *Agenda 2030*, inclusive por considerar a diversidade de cultura do povo e por combater pensamentos, posturas e comportamentos contrários à democracia e ao exercício da cidadania.

A partir do termo “Agenda 2030”, este trabalho procura analisar os dados obtidos dos três grandes veículos jornalísticos nacionais, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2022, relativos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como são tratados em suas coberturas: *Estadão*, *G1* e *Folha de S. Paulo*. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e pesquisa documental visando identificar o *corpus* de matérias jornalísticas. Na *primeira etapa*, foram utilizadas as palavras-chave: Agenda 2030, ODS e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Inicialmente foi preciso identificar quantas publicações havia em cada um dos veículos relativas a essas palavras.

Na *segunda etapa* foram considerados os gêneros jornalísticos para a menção das palavras-chave, pela classificação de:

- notícia: texto com um tema da atualidade e totalmente informativo;
- reportagem: informação mais aprofundada podendo envolver áreas direta ou indiretamente relacionadas, com temas sociais, que promovam a reflexão do leitor, com um diálogo do jornalista com seu público e que possa conter até mesmo sua opinião;
- artigo: traz a visão de algum especialista ou autoridade acerca de determinado tema, sem ser necessário que esse redator seja um jornalista;
- opinião: editorial do veículo com sua visão sobre o assunto em referência e que seja relevante para a publicação;
- *blogs*: espaço cujo conteúdo é produzido e administrado por um profissional jornalista ou não; e
- coluna: espaço valorizado pelo veículo, geralmente ocupado por profissionais (colunistas ou articulistas) com maior poder em formar opinião do leitor.

A menção dos ODS, individualmente por veículo, contempla a *terceira etapa* da pesquisa. Além de listar cada um dos 17 objetivos, foi considerada também a menção geral, quando no conteúdo do texto consta a citação com a valorização dos ODS sem particularizar. Neste caso, em uma mesma publicação pode constar mais de um objetivo.

Tabela 3.2 – Dados relativos a veículos e palavras-chave

Veículo	Palavra-chave	Ocorrências ³
Estadão	<i>Agenda 2030</i>	26
	ODS	48
	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	53
	Total	127
G1	<i>Agenda 2030</i>	10
	ODS	34
	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	66
	Total	110

³ O mesmo conteúdo pode estar em mais de uma publicação daquele veículo, já que, em alguns casos, as três palavras-chave podem aparecer em uma mesma publicação.

Folha	<i>Agenda 2030</i>	96
	ODS	27
	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	22
	Total	145

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A *Folha de S. Paulo* foi o jornal com maior número de publicações sobre a *Agenda 2030* e os ODS, com 145 notas, sendo a *Agenda 2030* mencionada 96 vezes, ficando ODS e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na casa das 20 publicações. O *Estadão* aparece em segundo, com 127 notas, tendo 26 menções da *Agenda 2030*, 48 de ODS e 53 de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Já o *G1*, com 110 publicações, teve apenas 10 menções da *Agenda 2030*, 66 de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 34 de ODS. Considerando-se o período de 180 dias (seis meses contemplados na pesquisa), pode-se afirmar que nem a *Agenda 2030* nem os ODS foram lembrados nas pautas dos jornais todos os dias, embora problemas relacionados a eles tenham aparecido com bastante frequência. É o caso, por exemplo, do desemprego, aluguel, preço e consumo dos alimentos, problemas de energia, condições do clima, qualidade da educação, igualdade de gênero, para citar alguns. Se houvesse uma relação desses temas com a *Agenda 2030* em cada publicação (seja notícia, reportagem, artigo, opinião, *blog* ou coluna), poderia haver maior envolvimento do leitor com o desenvolvimento sustentável.

Essa questão da baixa visibilidade das publicações jornalísticas acerca de determinado assunto de interesse geral da sociedade pode ser fundamentada por Genro Filho (1987) quando, considerando Park, destaca a função orgânica da notícia e da atividade jornalística, a começar pelo que ele define como “conhecimento de trato”, que não é um gênero jornalístico, mas “uma esfera da vida cotidiana na qual a ‘práxis utilitária’ configura os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos, o mundo da pseudoconcreticidade” (Genro Filho, 1987, p. 57). Ele explica que essa práxis e o senso comum ilustram como o homem se orienta no mundo e sua familiaridade e compreensão das coisas e da realidade. Ou seja, a associação dos temas ajuda o leitor na sua compreensão, envolvimento e reflexão. Assuntos tratados de forma isolada, principalmente no mundo digital, dada

sua agilidade e rotatividade, podem impedir a conexão necessária. Isso reforça o fato de que, sendo os temas da *Agenda 2030* tratados no cotidiano jornalístico, poderiam ser lembrados nas notícias.

Tabela 3.3 – Dados relativos ao tipo de publicação⁴

Gêneros jornalísticos	Palavra-chave	Estadão	G1	Folha
Notícia	<i>Agenda 2030</i>	12	10	-
	ODS	21	34	-
	Objetivo do desenvolvimento sustentável	22	66	4
Reportagem	<i>Agenda 2030</i>	1	-	-
	ODS	1	-	-
	Objetivo do desenvolvimento sustentável	1	-	7
Artigo	<i>Agenda 2030</i>	-	-	-
	ODS	-	-	-
	Objetivo do desenvolvimento sustentável	1	-	-
Opinião	<i>Agenda 2030</i>	-	-	-
	ODS	-	-	-
	Objetivo do desenvolvimento sustentável	2	-	4

⁴ O mesmo conteúdo pode estar mais de uma vez na publicação daquele veículo, já que, em alguns casos, as três palavras-chave podem aparecer em uma mesma matéria.

Blogs	Agenda 2030	11	-	7
	ODS	26	-	-
	Objetivo do desenvolvimento sustentável	26	-	-
Coluna	Agenda 2030	2	-	-
	ODS	1	-	-
	Objetivo do desenvolvimento sustentável	1	-	-

Fonte: Elaborada pelas autoras.

O *Estadão* considera os gêneros jornalísticos em suas buscas, mais do que a *Folha* e o *G1*. Quando diluídos nos tipos de publicação, fica mais fácil visualizar a quantidade de matérias e como o jornal prioriza cada tema nos gêneros trabalhados, como se apresenta na Tabela 3.3. É importante considerar os gêneros jornalísticos, pois ajudam na compreensão da prioridade dos veículos em relação aos seus temas. Cada um tem seu devido valor, diante de um determinado contexto dialógico do veículo com seu leitor. Quando se tratar de algo que deva atingir a sociedade como um todo, como é o caso do desenvolvimento sustentável, se estiver nas pautas de notícias e reportagens tem mais chances da informação chegar com maior rapidez ao seu destino. Isso se comprova pela quantidade de notícias e reportagens em relação a artigos, coluna, opiniões etc.

Nesta tabela, nota-se que o *Estadão* tratou do tema *Agenda 2030* em todos os gêneros e a *Folha* em quase todos. Já o *G1* trabalhou o tema apenas em suas notícias diárias, o que pressupõe ainda um baixo interesse em conectar o assunto em todo o seu noticiário e nas suas variadas pautas.

Para uma melhor compreensão dos gêneros jornalísticos, Melo (2016) traz Mikhail Bakhtin (1986), para quem gêneros se referem a tipos de expressões linguísticas utilizadas em ocasiões de comunicação específica, pois refletem na forma, no conteúdo e na estrutura. São configurados por comunicações estilísticas e orgânicas, ou seja, formas de expressão e adequação à culturalidade, respectivamente. Os gêneros também podem ser primários, da comunicação oral, ou secundários, da comunicação escrita.

Tabela 3.4 – Dados relativos a ODS – Objetivos mencionados⁵

Objetivo	Estadão	G1	Folha
1 Erradicação da pobreza	9	2	3
2 Fome zero e agricultura sustentável	4	-	7
3 Saúde e bem-estar	2	1	3
4 Educação de qualidade	2	4	2
5 Igualdade de gênero	3	5	2
6 Água potável e saneamento	2	1	1
7 Energia limpa e acessível		1	2
8 Trabalho decente e crescimento econômico	8	-	3
9 Indústria, inovação e infraestrutura	1	-	-
10 Redução das desigualdades	5	-	2
11 Cidades e comunidades sustentáveis	5	-	5
12 Consumo e produção responsáveis	4	-	4
13 Ação contra a mudança global do clima	1	2	4
14 Vida na água	2	2	-
15 Vida terrestre	1	1	-
16 Paz, justiça e instituições eficazes	-	-	4
17 Parcerias e meios de implementação	-	-	4
Menção geral	62	67	46

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Mesmo havendo baixa conexão dialógica dos temas das notícias e reportagens dos veículos, quase a totalidade dos objetivos foi contemplada. Os objetivos mais citados foram: 1º Erradicação da pobreza, com 14 menções; 2º Fome zero e Trabalho, com 11 cada um; 3º Igualdade de gênero, citado 10 vezes; e 4º Educação de qualidade, com oito menções. Percebe-se que

⁵ Os totais são diferentes das tabelas anteriores, porque pode acontecer de haver um texto com citação de mais de um ODS.

são os temas que mais aparecem no noticiário geral e que, portanto, fazem parte, em maior grau, do interesse público. Gomes (2009, p. 79) entende que “o serviço ao interesse público não pode ser um princípio absoluto da prática jornalística”. Essa colocação faz sentido se analisarmos do ponto de vista do objetivo do jornalismo, que vai, além de informar, promover a reflexão e o pensamento crítico. Se, considerando a ética do jornalismo, uma reportagem precisa apresentar os vários lados envolvidos em determinada questão, significa que é o público que deve formar sua própria opinião. Para isso, cabe ao jornalismo levar a ele todos os elementos relativos àquela informação.

O risco de entender a vinculação declarada ao interesse público por parte do jornalismo como mero exercício discursivo se completa com o risco oposto, a saber, o de se acreditar demais no discurso de autolegitimação, tomando-o como se fosse como um descriptor fiel do modo como as coisas se passam na realidade (Gomes, 2009, p. 79).

Para uma análise mais individualizada de interesse por pautas relacionadas à *Agenda 2030*, mais especificamente com o foco nos ODS, consideramos as dimensões social, ambiental, econômica e institucional. Na Figura 3.1, apresentamos um quadro comparativo dos ODS mais citados nos veículos analisados. Podemos identificar pela legenda e pelo tamanho dos círculos a ênfase dos assuntos mais publicados que reflete o número de menções e recorrência nos assuntos. Destacamos o círculo relacionado ao ODS 1 – Erradicação da pobreza, que de forma quantitativa foi o mais mencionado pelos jornais. Ele foi seguido pelo ODS 5 – Igualdade de gênero, ODS 3 – Saúde e bem-estar, ODS 4 – Educação de qualidade. Todos são relacionados à *dimensão social*, que prevê o foco nas pessoas, em seu bem-estar, dignidade e igualdade de condições sociais. Os indicadores desses ODS medem as ações, o envolvimento e a atenção à intersetorialidade das questões sociais de desenvolvimento, gênero, participação da sociedade civil e de movimentos sociais, identidade e conflito, responsabilidade corporativa, política social e os impactos sociais da globalização (Pacheco; Carneiro, 2021).

Figura 3.1 – Ênfase dos assuntos mais citados relacionados aos ODS



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na *dimensão ambiental*, destacam-se os ODS 6 – Água potável e saneamento e o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, que prevê a análise, ação e monitoramento de recursos naturais e os efeitos climáticos.

Sobre a *dimensão econômica*, destacam-se os ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, com um número grande de menções no *G1* e *Folha de S. Paulo*. A *dimensão econômica* visa a promover a eficiência na geração e uso da energia, o consumo e a produção sustentáveis, bem como compromissos com trabalho digno, empregabilidade, tecnologias, cidades e comunidades sustentáveis (Pacheco; Carneiro, 2021).

Na *dimensão institucional*, apenas a *Folha de S. Paulo*, de forma recorrente, abordou conteúdos relacionados com o ODS 16 – Paz, justiça

e instituições eficazes e com o ODS 17 – Parcerias e meios de implementação. Essa dimensão está relacionada ao compromisso das organizações e do sistema de instituições de cada país com paz, justiça e parcerias em prol do desenvolvimento sustentável (Pacheco; Carneiro, 2021).

Segundo Gomes (2009), o interesse público pode não corresponder a toda a atividade jornalística, já que esta representa a contraposição entre a esfera política e a cidadania. “A esfera política da sociedade é aquela que lida com o controle do Estado: poder político, administração dos recursos comuns, elaboração e administração da lei e produção da decisão política referente às coisas de interesse geral” (Gomes, 2009, p. 79). Gomes faz críticas ao jornalismo, porque suas dimensões afetam o interesse da esfera civil e esse interesse não atende a todas essas dimensões, já que, no seu entendimento com relação aos grandes veículos de imprensa, as editoriais de política e de economia lideram a hierarquia da notícia e da opinião. Isso se percebe em relação ao desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, de acordo com os dados colhidos para este capítulo – e provisórios, por excelência –, temas ligados diretamente ao meio ambiente ainda não são prioridade nas pautas jornalísticas.

Esta pesquisa revelou, entre outros aspectos, que a mídia analisada citou a *Agenda 2030* e de forma mais tímida identificou ODS no conteúdo produzido, mas ficou claro o distanciamento do jornalismo com o tema pesquisado. A falta de aprofundamento nas matérias analisadas ficou evidente. Consideramos que simplesmente citar a *Agenda 2030* ou os ODS não promove o conhecimento necessário e não apresenta a dimensão global dos problemas enfrentados no planeta e a responsabilidade de cada cidadão. A necessidade de buscar alcançar sustentabilidade localmente é uma premissa do desenvolvimento global. Para isso, há que se reconhecer que somente com a existência de capital humano engajado e devidamente instrumentalizado é que se pode implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Pacheco; Carneiro, 2021). Segundo Motta (2013, p. 100), o leitor constrói cognitivamente significados a partir de informações do contexto e de suas próprias experiências, memória e cultura. Assim, faz-se necessário para um tipo de conteúdo com tanta complexidade como o que permeia a *Agenda 2030* um incremento na linguagem enxuta e objetiva comumente observada na imprensa. Trigueiro (2012) vai além e reforça a necessidade

de uma formação mais específica do jornalista na área ambiental. Para ele, o estudante de jornalismo precisa conhecer as causas e as consequências da crise ambiental, analisar os diagnósticos baseados em indicadores científicos específicos e habilitar-se a denunciar.

A cobertura jornalística, neste caso, não pode somente se limitar a uma representação do real fático, mas deve ser uma atividade produtora de sentidos culturais, uma mimese histórica instituidora da realidade, formadora e constituidora do pensamento contemporâneo em todas as dimensões, como relata Motta (2013, p. 99) na referência às narrativas jornalísticas que apresentam conteúdo, experiências, memória e cultura. Podemos ainda agregar a falta de aprofundamento nas informações sobre os ODS e seus 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Para cada assunto apurado, muitas perguntas poderiam ser feitas, como: o que já foi realizado, que metas foram atingidas, que problemas ainda temos para resolver, quais são as boas práticas e como estão as políticas públicas. Na grande maioria dos conteúdos relacionados nesta pesquisa, ficou evidente o jornalismo factual e uma grande lacuna para informações complementares.

Referências

- ANDI; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL; PETROBRAS. *Desafios da sustentabilidade: tecnologia social no foco dos jornais brasileiros*. São Paulo: Cortez, 2006.
- CARVALHO, Francisco T. A *Agenda 2030* para o desenvolvimento sustentável da ONU e seus atores: o impacto do desenvolvimento sustentável nas relações internacionais. *Confluências: revista interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 21, n. 3, p. 5-19, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/icqI>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ESTADÃO. *Grupo Estado: código de conduta e ética*. Disponível em: <https://abre.ai/icq3>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- FOLHA DE S. PAULO. *O jornal mais influente do Brasil: princípios editoriais*. Disponível em: <https://abre.ai/icrj>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FRANCISCATO, C. E. *A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica*. Tese (Doutorado em Comunicação e cultura contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <https://abre.ai/icrz>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

GRUPO GLOBO. *Princípios editoriais do Grupo Globo*. Disponível em: <https://abre.ai/icrP>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GUERRA, J. L. O nascimento do jornalismo moderno. Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 26., Belo Horizonte, 2 a 6 set. 2003 *Anais* [...]. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <https://abre.ai/icsa>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LINDBORG, M. *Making a global framework local: challenges and opportunities*, in *Agenda 2030 Localization*. MSc Thesis (Thematic Studies Environmental Change) – Linköpings Universitet, Linköping, Sweden, 2019.

MELO, J. M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://abre.ai/icsA>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) [UNITED NATIONS (UN)]. *Earth Summit' 92*. The UN Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro, 1992.

PACHECO, R. C. S.; CARNEIRO, M. R. *Introdução à municipalização da Agenda 2030*. Florianópolis: Pandion, 2021. 99 p.

TEIXEIRA, J. F; MARTINS, A.V. O papel do jornalismo impresso na ficção: função social da Gazeta de Tambury na série *After Life* da Netflix. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 18, n. 2, jul./dez. 2021. ISSN 1984-6924. Disponível em: <https://abre.ai/icsH>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TRIGUEIRO, A. *Mundo sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise*. São Paulo: Globo, 2012.

Fotojornalismo e arte: intersecções no sensível partilhado¹

Rafael Venuto²
Flávia Guidotti

Problematizar as relações existentes entre fotojornalismo e arte é tarefa sempre inacabada. Diversos são os estudos que se dedicam a discutir tal avizinhamento tendo como base vieses teóricos igualmente múltiplos, alguns dos quais tensionamos ao longo deste capítulo.

O que propomos aqui é uma reflexão possível, tendo em vista a prática fotojornalística pensada especialmente a partir do *regime estético* identificado por Jacques Rancière, cujas preocupações também circundam o campo da imagem. Embora não tenha se dedicado especificamente a analisar a imagem fotojornalística em si, o filósofo franco-argelino fornece importantes pistas para que possamos problematizar as intersecções entre fotojornalismo e arte, mas também refletir sobre o potencial estético-político de ambos.

Argumentamos que a experiência estética junto às imagens fotojornalísticas pode produzir deslocamentos que ensejam diferentes pensatividades,³ horizontes e espaços de suspensão que permitem outras leituras, subjetivações e fabulações sobre o “real”, servindo como indícios da história passada, presente ou futura de indivíduos ou coletividades.

Dividido em duas partes, o trabalho dá destaque ao poder disruptivo daquelas intersecções bem como às dinâmicas implicadas em tais processos.

¹ Parte deste texto é proveniente da dissertação *Possibilidades e potencialidades estético-políticas do fotojornalismo contra-hegemônico*, do primeiro autor, defendida em 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da segunda autora.

² Bolsista Programa Uniedu/Fundes Pós-Graduação.

³ No original, *pensivité*, termo usado por Jacques Rancière para se referir a um estado indeterminado entre o ativo e o passivo.

Na primeira, trazemos algumas linhas sobre arte, fotojornalismo e experiência estética, que compreendemos como fundamentais para embasar nossa argumentação. Na segunda parte refletimos sobre como o fotojornalismo realizado no *regime estético* das artes incide nas dinâmicas da *partilha do sensível*, conceito que se refere ao “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (Rancière, 2005, p. 15).

Quanto ao regime estético, convém assinalar desde já que ele surge de modo a, de um lado, implodir a distribuição hierárquica do sensível (característica do *regime representativo/poético*) e, de outro, a “libertar” a arte da necessidade de corresponder a um “teor de verdade” em vista do “Bem” da coletividade na *polis*, como acontecia no *regime ético* (Rancière, 2005). Ele revoga tanto a ordenação lógica da *mimesis* compreendida enquanto conjunto de regras e princípios “inerentes” aos gêneros artísticos quanto a propriedade ou impropriedade da representação e da fruição de determinados temas e assuntos, mas também rompe as fronteiras que separavam “arte pura” e “arte utilitarista”.

Nesse regime, a arte não serve a outra coisa senão à própria vida em suas diversas manifestações, inclusive no que se refere aos detalhes, aos restos, ao banal, às sobras, aos refugos, aos anônimos e a tudo aquilo que foge aos emblemas mais óbvios de uma história a ser contada, aspectos que também exploramos ao longo das próximas páginas.

Assim a arte, além de se autonomizar enquanto atividade de “aparecimento livre” (Rancière, 2009a), também passa a ser identificada com a noção de dissenso, contrariamente às lógicas que previam a influência de uma “ideia” ou “forma” que de algum modo se assentaria na matéria, consensualmente, homogeneizando a paisagem do visível, do dizível e do pensável.

O dilema envolvendo aproximações possíveis entre fotojornalismo e arte é antigo e ainda gera polêmicas. Muito embora o primeiro tenha suas especificidades enquanto construto de uma área que histórica e essencialmente se presta à informação, é notório que as pretensas fronteiras entre o que costumamos chamar de arte e fotojornalismo caíram por terra há muito tempo.

Orientados por esse olhar, consideramos com Madalena Oliveira (2018, p. 281) que

[...] com preocupações de ordem estética, o fotojornalista aventura-se nos domínios da arte, abandonando a intransigência de valores caros à prestação jornalística. Ele busca o sentimento dos factos que escreve em imagens. O efeito começa justamente neste ponto de partida do homem da máquina para o objecto: se não a esteticização absoluta do real, pelo menos a sua transfiguração pelo espírito artístico que parece habitar em todo o fotojornalista.

Também Susan Sontag, embora não tenha se dedicado especificamente ao fotojornalismo, em seu livro *Sobre a fotografia*, publicado pela primeira vez em 1977, problematiza a natureza ambígua da fotografia, que pode ser considerada tanto como uma forma de arte quanto como um modo possível de documentar e narrar o mundo. Para a autora, é possível resumir a trajetória da fotografia como uma batalha entre duas forças antagônicas:

[...] embelezamento, que provém das belas-artes, e contar a verdade, que se mede não apenas por uma ideia de verdade isenta de valor, herança das ciências, mas por um ideal moralizado de contar a verdade, adaptado de modelos literários do século XIX e da (então) nova profissão do jornalismo [...] (Sontag, 2004, p. 103).

Se por um lado a escritora e crítica de arte revela que a fotografia é facilmente reconhecida como um objeto artístico, cujo valor estético ela própria apreciava, por outro, no entanto, percebe-se que a autora levanta preocupações típicas de seu tempo. Entendendo a fotografia como uma poderosa ferramenta para “explicar” o mundo, ela alerta para os riscos envolvidos na romantização da imagem fotográfica sem a devida avaliação ou consciência de seu potencial político e ideológico, sobretudo quando tratamos de fotografias de imprensa. Pensando a fotografia de modo mais amplo e genérico, Sontag sugere que as fotos “tiram partido simultaneamente do prestígio da arte e da magia do real”, o que nos leva a crer que não se trata de renunciar ao estatuto documental da fotografia, mas de reconhecer as imagens fotojornalísticas como permeadas de duas coisas ao mesmo tempo: “nuvens de fantasia e pílulas de informação” (Sontag, 2004, p. 84).

Lúcia Santaella (2005), por sua vez, sugere que pensar as diversas formas de comunicação e as artes enquanto universos distintos acaba por ser prejudicial tanto às comunicações quanto às artes.

Por que perde a arte? Porque fica limitada pelo olhar conservador que leva em consideração exclusivamente a tradição de sua face artesanal. Por que perde a comunicação? Porque fica confinada aos estereótipos da comunicação de massa (Santaella, 2005, p. 7).

Entretanto, ressalta ainda a autora, não se trata de ignorar as idiosincrasias de cada área, como se o fato de *convergirem* significasse o mesmo que *se identificarem*. O que há é “a ocupação de territórios comuns, nos quais as diferenças se roçam sem perder seus contornos próprios” (Santaella, 2005, p. 7).

De nossa parte, entendemos que tal convergência se dá, principalmente, no interior do *regime estético*, cuja lógica “produz efeitos pela suspensão dos fins representativos” e igualmente se afasta da lógica ética “que quer que as formas da arte e as formas da política se identifiquem diretamente umas com as outras” (Rancière, 2012, p. 66). Tal ponto será retomado na segunda parte deste trabalho, como já assinalado.

Por ora, convém falarmos sobre como entendemos a arte neste contexto de análise. De modo geral, três instâncias costumam estar implicadas na atribuição do estatuto de arte a um objeto: 1) estar nos lugares destinados a tais manifestações estéticas, como museus e galerias; 2) ser considerada arte pelos sujeitos que exercem poder nesses espaços, como curadores; e 3) despertar uma atitude de experiência estética.

Se quisermos pensar a partir da primeira destas instâncias, podemos lembrar que trabalhos fotojornalísticos circulam pelos chamados “espaços de arte” há bastante tempo. Postas em museus e galerias, essas obras passaram pelo crivo de curadores e analistas de arte e puderam ser experienciadas pelo público como objeto estético, o que já se relaciona de algum modo com a segunda e a terceira instâncias. Daí resulta que uma está atrelada à outra.

A exposição “Na linha de frente” (Figura 4.1) é um exemplo disso. Ela ficou em cartaz de outubro de 2017 a maio de 2018 no Museu da Fotografia, em Fortaleza, que reuniu trabalhos dos principais fotógrafos brasileiros de conflitos armados.

Figura 4.1 – Da série “Uma visão independente”

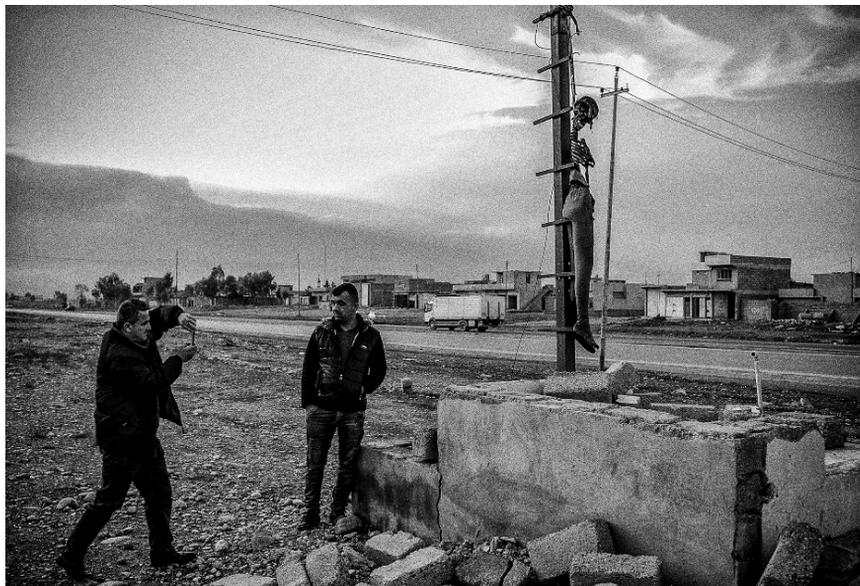


Foto: Yan Boechat.

Outro exemplo (Figura 4.2) é a mostra “Letizia Battaglia: Palermo”,⁴ que ocorreu de 30 de setembro de 2018 a 24 de março de 2019 no Instituto Moreira Salles (IMS), na capital do Rio de Janeiro. A exposição reuniu 58 imagens da fotógrafa italiana, a maioria das quais foi produzida entre os anos 1970 e 1980. Nessa época, a máfia aterrorizava a cidade de Palermo, local em que a artista chegou a trabalhar como editora de fotografia no jornal *L'ora*, periódico comunista que denunciava a corrupção política e a violência praticadas naquele contexto.

⁴ Disponível em: <https://abre.ai/ib5D>.

Figura 4.2 – “Assassinato num prostíbulo” (Palermo, 1985)



Foto: Letizia Battaglia.

Mas será que a presença de fotografias jornalísticas em espaços reservados à arte no sentido mais estrito e institucionalizado, por si só, já confirma que ali há uma possibilidade de experiência estética por parte dos espectadores? Não seria este um modo sereno demais de entender nossa relação *com* as imagens e *com* a própria arte? Antes de tentar responder a tais questões, porém, outra pergunta se impõe: *o que é uma experiência estética, afinal?*

Em princípio, podemos dizer que ela prescinde do belo e da beleza. A exemplo das transmutações que possibilitaram à arte ser compreendida e experienciada para além dos cânones, lugares e convenções reducionistas, também o belo foi de algum modo assumindo diferentes conotações ao longo do tempo. De imitação da realidade visível, passando pela sublimação subsumida à razão pura, indo até um certo valor subjetivo ligado à experiência particular de cada um, o belo se distanciou dos parâmetros conceituais que pretendiam fixá-lo universalmente.

Nas palavras de Nietzsche (2006, p. 92), “nada é mais condicionado, digamos limitado, do que nosso sentimento do belo. [...] O ‘belo em si’ é uma mera expressão, não é sequer um conceito. No belo, o ser humano se coloca como medida da perfeição; em casos seletos, adora nele a si mesmo”.

Isso posto, podemos avançar no sentido de pensar a experiência estética como a criação de um sensível enquanto porvir e latência. A palavra “criação”, aqui, é de suma importância, porque a experiência estética solicita uma disposição do interagente, uma atitude que não é orientada por intencionalidades objetivas, como se pudéssemos apertar um botão e dizer “agora vou experienciar esteticamente este quadro, esta música, esta fotografia etc”. Não, ela diz respeito às aberturas que podemos ter ante o mundo. Ela se relaciona, portanto, à disponibilidade que temos, mas isso independentemente de esquemas explicativos através dos quais criaríamos conceitos, juízos, definições e ideias que remeteriam a fundamentos e/ou essências intrínsecas ao “objeto” estético. Como sinaliza Pereira (2011, p. 112), “somos seres de encontro”.

De todo modo, embora a experiência estética independa do belo para ocorrer e só exista na medida em que há uma abertura dos sujeitos implicados na relação com o sensível, ainda persiste o discurso segundo o qual deve existir um rigor de fundo, o que não deixa de ser paradoxal. Se por um lado podemos ter experiência estética com um pôr do sol, uma lembrança, um livro, um bolo que acabou de sair do forno, uma dança, uma cena qualquer do cotidiano etc., por outro, há quem sustente que há diferenças entre o arrebatamento catártico do olhar “destreinado” e a experiência propriamente estética, rigorosa.

Tal perspectiva nos parece problemática porque, embora ela sinalize para uma espécie de aprofundamento da experiência que só ocorreria mediante um tipo de formação capaz de ampliar os horizontes da percepção, a própria formação enquanto premissa orientada para tal objetivo acaba por estabelecer categorias hierarquizadas e hierarquizantes. Quer dizer, haveria, de um lado, aqueles considerados aptos, capazes, cultivados para bem apreciar, e, de outro, os inaptos, os incapazes, os ignorantes, os que apenas se deixam arrebatar sem compreender muito bem o sentido de sua própria experiência, como se sua atividade de ajuizamento, fruição e posterior comunicação do que viveu e sentiu fosse menor, menos intensa e, por consequência, aprioristicamente falha.

Assim, se é verdade que a experiência estética “não pode ser concebida separadamente da experiência em geral, como algo que privilegia a apreciação de objetos artísticos” (Marques, 2008, p. 4), então ela se inscreve nos modos como partilhamos o mundo. Esse mesmo mundo que “é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao

mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (Merleau-Ponty, 1999, p. 14).

É a experiência do corpo que permite “alcançar” o mundo, porque a percepção é uma maneira de vê-lo através de uma certa perspectiva. É ela que torna o sujeito um sujeito histórico, localizado em certo tempo e espaço. Ou seja, quando percebemos e sentimos algo, o que há é uma comunicação e uma comunhão de nosso corpo *com* as coisas. Isso ocorre a despeito do objetivismo que, no mínimo, equivale por baixo às dinâmicas envolvidas em tal processo ao “reduzir todos os fenômenos que atestam a união do sujeito e do mundo, e substituí-los pela ideia clara do objeto como em si e do sujeito como pura consciência” (Merleau-Ponty, 1999, p. 429).

Para Madalena Oliveira (2018, p. 284), “provavelmente mais emotiva do que nunca, a fotografia é hoje também ela expressão da transformação do *homo videns* em *homo sensibilis*, homem movido especialmente por afetos, sensações, desejos e paixões”. Ainda segundo ela, há uma talvez inexplicável capacidade de sedução em todas as imagens fotográficas, inclusive nas que se pretendem jornalísticas. O que há, portanto, é uma conjunção de pensamento e sentimento: se a fotografia “pressupõe, por um lado, requisitos da faculdade de pensar, por outro, estimula a faculdade de sentir” (Oliveira, 2018, p. 285). Isso se relaciona diretamente com aquilo que mencionamos há pouco em relação à experiência estética, mas também com as considerações de Rancière no que tange à capacidade que as imagens têm de embaralhar as falsas evidências de esquemas estratégicos que determinam quem pode e quem não pode qualquer coisa.

Para Rancière (2012), quando estamos diante de uma imagem, seja ela qual for, estamos diretamente sob influência de afetos e disposições de corpo e espírito que fraturam o sensível. O ato de ver pressupõe que o olho não sabe de antemão o que está sendo visto, ao que o pensamento, igualmente, ainda não tem ideia do que fazer com a imagem que se apresenta:

sua tensão aponta, assim, para outra política do sensível, política baseada na variação da distância, na resistência do visível e na indecidibilidade do efeito. As imagens mudam nosso olhar e a paisagem do possível quando não são antecipadas por seus sentidos e não antecipam seus efeitos (Rancière, 2012, p. 101-102).

Isso quer dizer, entre outras coisas, que não se trata mais de pensar em termos de uma “estética fina”, tampouco de imaginar um leitor ideal,

com formações específicas. Se experiência e emoção andam juntas, visto que ambas se relacionam com um movimento que nos conduz para fora de nós mesmos, e que também está em nós (Didi-Huberman, 2016), então podemos presumir que os encontros que temos com imagens jornalísticas também podem mudar nossas formas de apreensão do mundo e de nós mesmos: nos lançam para fora das coordenadas de leitura habituais, por assim dizer, mas também nos trazem para um “dentro” que sequer conhecemos, via experiência.

Deduzimos do exposto que o fato de algumas imagens jornalísticas fazerem parte de circuitos de mostras e exposições em galerias e museus, passando previamente pelo crivo de especialistas e curadores, não é o que torna fotojornalismo e arte “vizinhos”. O que os torna “vizinhos” são os modos de apreensão e fruição que conformam a experiência estética *com* aquelas imagens, no gesto mais banal de rolar um *feed* de Instagram, que seja, onde deliciosamente, ou não, nos perdemos.

Conforme destaca Jorge Coli (1995, s.p.), “os discursos que determinam o estatuto e o objeto das artes não são unânimes nem constantes. Sua segurança enquanto critério de julgamento já pode ser, num primeiro tempo, questionada”. Isso porque eles podem se mostrar movediços e contraditórios ao longo da história, interferindo não apenas nos modos de atribuição do estatuto da arte, mas também modificando as hierarquias que se constroem a partir daí.

Por outro lado, ainda que a maioria das imagens, inclusive jornalísticas, não esteja à disposição de olhares curiosos em lugares historicamente consagrados à arte, há que se considerar que as reduzir à sua visualidade é um erro (Rancière, 2009b). Em nossa experiência com as imagens, além dos dados mais objetivos e decodificáveis, operam ainda o não visível, o dizível e o indizível, onde também as emoções participam de modo decisivo.

A imagem é autônoma, rompe hierarquias e, por isso mesmo, deve ser compreendida em sua alteridade, ou seja, no modo como ela se coloca como um terceiro entre aquele que a produziu e quem a vê, em um perpétuo fluxo circular de significações e imponderáveis.

Ainda na introdução deste capítulo falamos brevemente sobre *partilha do sensível* e *regime estético*, mas sem nos aprofundarmos em tais questões,

razão pela qual precisamos dar meia-volta. Em princípio, começando pela partilha, que não é algo dado, pronto, acabado: ela sempre está por fazer, em perpétuos ciclos de construção e desconstrução, via processos de subjetivação estético-políticos, os quais surgem a partir de rupturas e dissensos que reconfiguram tempos e espaços, deslocando-nos de posições outorgadas consensualmente.

Nas palavras de Rancière, tempo, espaço, tipos de atividade e atuação determinam “propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (Rancière, 2005, p. 15). Tais elementos estariam, portanto, em jogo no meio deste complexo sistema de relações e poder em que se decide o que se vê, o que se pode dizer sobre o que é visto e quem tem competência (ou não) para ver e dizer.

Com a subjetivação, o que supostamente “não faz parte” do comum acaba por vir à tona de modo a [re]criar outros modos de pensatividade, visibilidade e dizibilidade, sendo que tal processo é o gesto político (dissensual) em si mesmo. Para que se implodam predeterminações, no entanto, não basta haver discordância de pontos de vista, como quem debate se Mozart é melhor que Beethoven. Não é a isso que o dissenso em Rancière remete. Para ele, a cena dissensual “põe em jogo, ao mesmo tempo, a evidência do que é percebido, pensável e factível e a divisão daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum” (Rancière, 2012, p. 49), em sucessivos processos desidentificatórios.

Além disso, como estética e política não são campos distintos da experiência humana, compreender como se dá o imbricamento entre elas é de suma importância, sob risco de atribuímos à primeira contornos edulcorados, doces demais: como se ela também não fosse, a exemplo da segunda, “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento” (Rancière, 2005, p. 13).

Na esteira de tal reflexão, e por compreender que “há uma dimensão estética que se expressa na ordenação social dos modos de visibilidade e dizibilidade e, ao mesmo tempo, uma dimensão política na reconfiguração dessa ordenação, na possibilidade de agenciamento de novos modos de fazer, ver e dizer” (Mello, 2015, p. 121-122), Rancière também viria a localizar três regimes ou formas de identificação, visibilidade e pensabilidade da arte na tradição ocidental. Cada um deles corresponde a uma forma de *partilha*

do sensível, afinal é ela que “articula um regime da arte e um modo de ser da comunidade, uma ordem do saber da arte e uma forma da comunidade” (Salomon, 2007, p. 257).

Como já assinalamos, um desses regimes é justamente o estético, que é aquele em cujo “interior” o artista e a própria arte se encontram desobrigados de obedecer a qualquer lógica, hierarquia ou função. Do mesmo modo, nele, projetos de leitura pretendidos pelo autor/fotógrafo não só podem como costumam fracassar, porque há uma indeterminação que não permite prever a ação dos espectadores, pois eles também atuam na criação daquilo que está sendo visto/lido.

Vale lembrar, no entanto, que o *regime estético* não surge a partir do “fim” da figuração e da similitude, com a predominância do abstracionismo e da irrepresentabilidade, por exemplo, mas sim quando os temas de gênero e mesmo o romance realista, com sua profusão de detalhes e descrições do banal, acabam por ser incorporados ao universo dito artístico.

No *regime estético* não há limites para a imaginação. As regras da representatividade “lógica” podem ser suspensas, e novos mundos são criados. O olhar do fotógrafo pode oferecer, assim, sentidos para além da visão que impõe limites entre o que pode ser dito, visto e pensado, mas esse efeito dependerá sempre de um olhar implicado. Afinal “qualquer matéria espalhada em uma superfície pode ser considerada como arte, desde que um olhar a veja como tal” (Martins; Voigt, 2016, p. 261).

Nesse sentido, acreditamos que o fotojornalismo pode abdicar de um modo de narrativa que “conta tudo”, o que não significa dizer que o documental deva ser preterido. Ele sempre estará ali, queiramos ou não. O *regime representativo*, como visto anteriormente, não era definido pela *mimesis* como similitude, mas “por uma estrutura que submetia essa produção a todo um conjunto de regras que estipulavam o que podia ser representado e as formas de representação mais adequadas a cada tema” (Rancière, 2011b, p. 15). Tudo isso o *regime estético* viria a revogar.

Como “o ‘sensível heterogêneo’ está em todo lugar [...], a prosa da vida cotidiana torna-se um poema enorme e fantástico. Qualquer objeto pode atravessar a fronteira e repovoar a esfera da experiência estética” (Rancière, 2011a, p. 18), o que definitivamente não significa dizer que “tudo é arte” ou que “a arte acabou”. Tal proposição (principalmente a de que “a arte acabou”) não se sustenta, na medida em que compreendemos que o chamado “fim da arte” não se deve ao que denominamos genericamente

de “modernidade”. O que há, considerando que a fórmula estética torna imbricadas arte e não arte, é uma espécie de fluxo de marés, um movimento anadiômeno em que algo mergulha para ressurgir por um instante, para ato contínuo voltar a mergulhar e assim retornar à superfície novamente – ao mesmo tempo.

O “fim da arte”, assim, não seria sinônimo de sua morte, seu fim trágico e irretorquível, mas o outro lado da própria vida da arte. É nesse sentido que a arte se coaduna à própria vida, justamente por causa deste vaivém, “jogando uma autonomia contra uma heteronomia e uma heteronomia contra uma autonomia” (Rancière, 2011a, p. 28).

De nossa parte, acreditamos que também o fotojornalismo flutua entre ao menos quatro condições – jornalismo e não jornalismo, arte e não arte. Não há por que haver determinismos aqui, sobretudo porque delimitar de modo rígido tais fronteiras serve apenas às guerras simbólicas e institucionais que ignoram possíveis interdisciplinaridades. É similar ao que acontecia no *regime representativo*, que marcava muito fortemente a distinção entre gêneros, escolas e temas, mas também reiterava uma estrutura consensual/policial que amalgamava o funcionamento da arte e a própria distribuição do comum compartilhado, de possíveis e impossíveis, capacidades e incapacidades.

Ao contrário, no *regime estético*, obras antes consideradas “vulgares” passam a adquirir outro *status*, por assim dizer, mas ao mesmo tempo um *não status* que lhe é próprio. É nesse sentido que a estética também reflete sobre contradições que autonomizam a arte “enquanto esfera de experiência, ao mesmo tempo que erradica as fronteiras que separavam os objetos ‘artísticos’ dos objetos e formas da vida prosaica” (Rancière, 2011b, p. 5).

Sobre isso, aliás, convém lembrarmos, com Rancière (2012), uma fotografia (Figura 4.3) da artista francesa Sophie Ristelhueber, pertencente à série WB (West Bank).

Figura 4.3 – WB #3, 2005

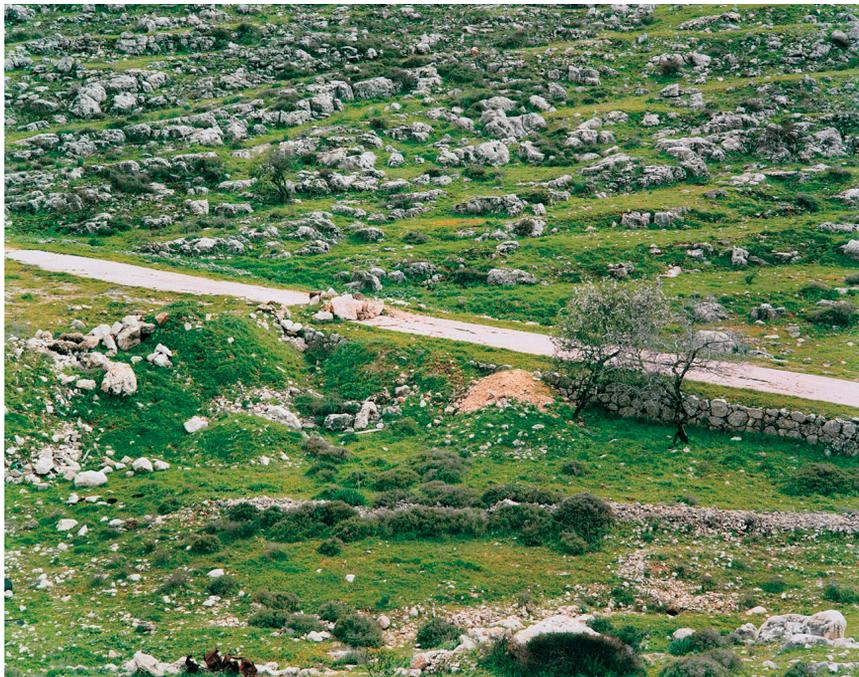


Foto: Sophie Ristelhueber.

Em vez de direcionar suas lentes para o grande Muro da Cisjordânia, símbolo e ícone midiático do “problema do Oriente Médio”, a fotógrafa preferiu dar destaque aos pequenos amontoados de pedras dispostos pelas autoridades israelenses ao longo das vias. Não se buscou o ícone da guerra, seu emblema mais óbvio, “mas as feridas e as cicatrizes que ela deixa no território. Desse modo, talvez produza um deslocamento do desgastado afeto da indignação para um afeto mais discreto, um afeto de efeito indeterminado, a curiosidade, o desejo de ver mais de perto” (Rancière, 2012, p. 101).

Em outras palavras, na fotografia de Sophie Ristelhueber não há uma alusão específica aos trágicos acontecimentos que se dão logo ali. O que se vê é uma paisagem trivial, prosaica, compondo uma cena que poderia ter sido captada em qualquer outro lugar, mas que de certo modo provoca uma pensatividade em torno daquele contexto.

A partir disso, se quisermos imaginar o fotojornalista enquanto artista, que é o que nos toca mais diretamente neste trabalho, podemos compreendê-lo como aquele que

[...] viaja nos labirintos ou nos subsolos do mundo social. Ele recolhe os vestígios e transcreve os hieróglifos pintados na configuração mesma das coisas obscuras ou triviais. Devolve aos detalhes insignificantes da prosa do mundo sua dupla potência poética e significativa. Na topografia de um lugar ou na fisionomia de uma fachada, na forma ou no desgaste de uma vestimenta, no caos de uma exposição de mercadorias ou de detritos, ele reconhece os elementos de uma mitologia. E, nas figuras dessa mitologia, ele dá a conhecer a história verdadeira de uma sociedade, de um tempo, de uma coletividade; faz pressentir o destino de um indivíduo ou de um povo. Tudo fala, isso quer dizer também que as hierarquias da ordem representativa foram abolidas (Rancière, 2009b, p. 36).

Como é de se supor, esse tipo de fotojornalismo – que vê nas coisas prosaicas, nos sujeitos anônimos, nos rastros e restos do ordinário, indícios de uma sociedade, de uma vida, de uma coletividade – já existe há muito tempo e é exercido nos mais diversos veículos e mídias. A vida banal, a vida do homem comum, há muito tem sido objeto de fotografos. Ocorre que, apesar dessa existência, muitas vezes tais coberturas acabam por reforçar o mesmo sistema estigmatizante que pretensamente se pretende combater.

Isso sinaliza para o fato de que a simples demonstração de um mundo invisibilizado não o torna socialmente reconhecido e respeitado, simplesmente porque os modos como tais demonstrações ocorrem correspondem à lógica dominante. Ou seja, à lógica que insiste em manter as estruturas e representações exatamente como se encontram.

A partir disso, sugerimos que se trata de criar estratégias que possam bagunçar o universo de narrativas dadas (consensuais/policiais), revirando o visível e o enunciável de modo a mostrar o que estava eclipsado por véus homogeneizantes. Trata-se, igualmente, de criar relações e correlações capazes de operar rasgos e fissuras que dinamizam afetos e percepções, via dissenso, como um trabalho que põe de ponta-cabeça as métricas do representável, possivelmente alterando algo de nossa própria existência, mas também os modos pelos quais nos relacionamos em comunidade, no próprio cotidiano, que é onde a cultura inventa-se e reinventa-se através da produção de sentidos variados, em um fazer rotineiro marcado por extraordinariedades de onde emergem dinâmicas que organizam e desorganizam partilhas.

Conforme destaca Michel Maffesoli, “nunca é demais insistir na nobreza da vida cotidiana”, um domínio “estranhamente” ignorado durante muito tempo. Para ele, “a vida cotidiana é um bom revelador do estilo da

época, pois destaca muito bem como a existência é determinada pelo sentido do coletivo” (Maffesoli, 1995, p. 65). Trazemos tal aspecto porque se, durante muito tempo a vida banal não era percebida como um lugar estratégico e fundamental da vida social, no *regime estético* ela se coloca como o lugar-tempo por onde se tecem e se cruzam fios de tramas maiores e por onde se constitui e se articula a comunidade, suas formas de entendimento, de significação e de estetização da chamada “realidade”.

Nada, então, é indigno de ser retratado. Há, em todos os detalhes, mesmo nos mais insignificantes, uma história não contada, não ficcionalizada, não mitologizada. Isso implica que se entenda que a oposição que corriqueiramente é instituída entre realidade e ficção é uma falácia que visa tão somente a manutenção das hierarquias, a rigidez das posições e das capacidades e incapacidades no sensível partilhado.

Se quisermos pensar a ficção apenas a partir do modo como se convencionou, quer dizer, como aquilo que remete a ilusões artificialmente fabricadas, deixamos de ter acesso a tudo o que ela designa enquanto “distribuição de capacidades de experiência sensorial, do que os indivíduos podem viver, o que podem experimentar e até que ponto vale a pena contar a outros seus sentimentos, gestos e comportamentos” (Rancière, 2010, p. 79). Dito de outro modo, ao tomá-la apenas enquanto estratégia lúdica de poetas, cineastas e demais artistas, deixamos de compreender os arranjos em que ela incide sem cessar, estética e politicamente.

É nesse sentido que convém reiterarmos que o “real”, de que o fotojornalismo historicamente se vale, a exemplo da *partilha do sensível*, não é algo dado. Muito pelo contrário, isso porque

[...] não há real em si, mas configurações daquilo que é dado como nosso real, como o objeto de nossas percepções, de nossos pensamentos e de nossas intervenções. O real é sempre objeto de uma ficção, ou seja, de uma construção do espaço no qual se entrelaçam o visível, o dizível e o factível. É a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por realidade e traçando uma linha de divisão simples entre o domínio desse real e o das representações e aparências, opiniões e utopias (Rancière, 2012, p. 74, grifo nosso).

O trabalho da ficção não é a fabricação de um mundo oposto ao que experimentamos com nossos próprios corpos, emoções e razões, portanto. Seu trabalho suspende ou no mínimo altera as frequências e escalas em que

a *partilha do sensível* se dá, resultando não em mundos paralelos, como se houvesse uma espécie de Matrix, mas em diferentes aberturas diante do comum, embaralhando e reconfigurando o que nos é dado como concreto, fazendo surgir novas e sempre novas constelações.

Ao tratar especialmente da literatura, ou mais especialmente da política imbricada em seu fazer, Rancière chama a atenção para o seguinte fato:

O escritor é o arqueólogo ou o geólogo que faz falar os testemunhos silenciosos da história comum – eis o princípio que põe em ação o romance dito realista. O princípio desta forma na qual a literatura impõe sua nova potência não é de modo algum, como se costuma dizer, uma reprodução dos fatos em sua realidade, mas a demonstração de um novo regime de adequação entre o significado das palavras e a visibilidade das coisas, a aparição do universo da realidade prosaica como um imenso tecido de signos que carregam escrita a história de um período, de uma civilização ou de uma sociedade (Rancière, 2016, p. 10).

Se partirmos da premissa segundo a qual o fotógrafo, seja ele qual for, também escreve, mas com a luz, podemos então transladar as colocações acima para a atividade fotojornalística. Acreditamos que aquele que se dedica à tarefa de contar histórias visualmente pode vir a se aventurar distintamente nos caminhos e descaminhos do social, de algum modo ajudando a desobstruir rios de pensatividade na própria comunidade em que está inserido, escavando o solo do visível e do invisível. A eficácia desse tipo de fotojornalismo não estaria, necessariamente, atrelada ao conteúdo das imagens que geraria, portanto, mas aos modos de pensatividade que de alguma maneira colocaria em jogo, dissensualmente.

A história comum, a vida fugaz, os desatinos de uma borboleta que voa sob detritos de uma casa destruída pelas máquinas do Estado, a sombra de um palhaço que chora, o riso poético de um assassino confesso, a poeira no sapato de um príncipe vaidoso, a rachadura que se abre nas paredes de seu palácio, o ranho que escorre do nariz de seu filho, enfim... Tudo isso pode se tornar a insígnia de um tempo, de uma sociedade, de um grupo e mesmo de um acontecimento qualquer.

Ao propormos uma aproximação entre fotojornalismo e arte no *regime estético* identificado por Rancière (2005), pensamos em formas possíveis de intervenção na *partilha do sensível*. Embora reconheçamos que nem sempre é possível atuar de modo a embaralhar horizontes e tampouco queremos que nosso texto soe como recomendação, principalmente se considerarmos acontecimentos de cunho mais factual, acreditamos que é possível caminhar no sentido de procurar, no ignorado, mundos até então invisibilizados, não ficcionalizados, mundos que, a partir de sua suposta pequenez, podem sim vir a abrir margem para outros modos de subjetivação estético-política. Entulhos, pegadas, frutos podres em uma mesa bamba, pedras sobrepostas, insetos, rabiscos em uma parede, sombras, a roda de uma carroça esquecida pelo tempo, bolor etc. – tudo, absolutamente tudo pode vir a se tornar tema da arte fotojornalística.

Vimos que o que chancela o que pode ou não ser considerado arte faz parte de convenções efêmeras e, muitas vezes, arbitrárias, logo não há motivos para encerrar o fotojornalismo em gavetas, como aconteceria no *regime representativo* igualmente identificado por Rancière.

Além disso, a partir de nosso escopo de análise, deduzimos que o que aproxima fotojornalismo e arte não é o fato de algumas imagens produzidas pelo campo circularem em locais historicamente devotados à segunda, como museus e galerias, mas os modos pelos quais nos sentimos tocados pela experiência estética *com elas*, o que pode acontecer durante um trajeto básico da casa ao trabalho, pelo celular, por exemplo.

As imagens são autônomas, e nossa relação *com elas* jamais será previsível, assim como nossas emoções e percepções não o são. A despeito de legendas ou o que quer que supostamente possa direcionar nosso olhar, o indecível sempre rondará tal experiência – *com elas*. Em outras palavras, sempre haverá uma parcela de imponderável em tais encontros.

Referências

- COLI, J. *O que é Arte*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Que emoção! Que emoção*. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.
- MAFFESOLI, M. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MARQUES, A. C. S. Ficção televisiva e experiência estética. *Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura*, v. 6, n. 1, 2008.

- MARTINS, M. M.; VOIGT, A. F. Arte, imagem e fotografia: um diálogo possível entre Roland Barthes, Walter Benjamin e Jacques Rancière. *Oficina do Historiador*, v. 9, n. 1, p. 250-264, 2016.
- MELLO, J. G. Fragmentos de guerra: estética e política em *El Perro Negro*, de Péter Forgács. *DEVIRES-Cinema e Humanidades*, v. 12, n. 1, p. 118-137, 2015.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos ídolos: ou como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA, M. Da fotografia de imprensa à fotografia de arte: quando a actualidade se presta ao olhar artístico. *CECS-Publicações/eBooks*, p. 277-287, 2018.
- PEREIRA, M. V. Contribuições para entender a experiência estética. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa: CeIED, n. 18, p. 111-123, dez. 2011.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. 14. ed. São Paulo: EXO experimental org., 2005.
- RANCIÈRE, J. *Aesthetics and its discontents*. Transl. Steven Corcoran. Cambridge/ Malden: Polity Press, 2009a.
- RANCIÈRE, J. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009b.
- RANCIÈRE, J. O efeito de realidade e a política da ficção. *Novos estudos CEBRAP*, n. 86, p. 75-80, 2010.
- RANCIÈRE, J. *A revolução estética e seus resultados*. São Paulo: Projeto Revoluções, 2011a.
- RANCIÈRE, J. O que significa estética. *Ymagoproject*. 2011b. Disponível em: <https://abre.ai/ib9X>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- RANCIÈRE, J. Política da literatura. *A!*, Trad. Renato Pardal Capistrano, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 110-131, jan./jul. 2016.
- SALOMON, M. Regimes da arte e formas da comunidade. *Artcultura*, v. 9, n. 14, 2007.
- SANTAELLA, L. *Por que as comunicações e as artes estão convergindo?* São Paulo: Paulus, 2005.
- SONTAG, S. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Gerir as fronteiras do jornalismo: jurisprudências profissionais de Bélgica e Brasil

Fábio Henrique Pereira
Florence Le Cam

Este capítulo baseia-se em uma comparação entre Brasil e Bélgica francófona para questionar a relação que diferentes atores sociais estabelecem com o sistema de normas de concessão do registro de jornalistas (e do seu equivalente belga, a *carte de presse*). Discute-se ainda a maneira como as jurisprudências sobre o jornalismo se constituem em mecanismos de gestão desse território profissional nos dois países.

Na Bélgica, o *status* de jornalista profissional é atribuído, desde o decreto de 1963, pela Commission de première instance relative à la protection du titre de journaliste professionnel,¹ que será chamada aqui de Commission d'agrément² ou simplesmente de Comissão. Esta entidade reúne jornalistas e representantes de diretores de redação dos meios de comunicação, sob a responsabilidade do Ministério do Interior. A *carte de presse* do jornalista profissional é atribuída de acordo com três critérios: uma experiência prévia de pelo menos dois anos trabalhando como jornalista, a realização de um trabalho jornalístico de produção de informações de caráter generalista e a prova de que mais da metade do salário do requerente provém de atividades jornalísticas. Evidentemente, desde os anos 1960, a natureza do trabalho jornalístico e a noção de informação generalista se alteraram bastante. E a comissão julga individualmente cada solicitação. Por isso, a evolução da jurisprudência sobre a *carte de presse* está presente nos

¹ Comissão de primeira instância relativa à proteção do título de jornalista profissional.

² Comissão de credenciamento.

documentos internos da Comissão (solicitações de reconhecimento do *status* de jornalistas, atas de reunião), raramente extrapolando para a esfera governamental ou judiciária.³

No caso brasileiro, o *status* de jornalista tem sido historicamente reconhecido e definido pela esfera estatal, por meio de uma série de leis, decretos e decretos-lei, emitidos a partir de 1938 e que tratam da definição do trabalho jornalístico e das condições de emissão do registro profissional. Uma definição relativamente estável vigorou entre 1969 e 2009, quando a legislação estabeleceu a posse do diploma superior em jornalismo como principal dispositivo de aquisição do *status* de jornalista profissional e de acesso ao mercado de trabalho. Outro espaço importante de discussão e de evolução jurisprudencial são as instâncias superiores do poder judiciário (Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ)), solicitadas com frequência a se manifestar em relação à interpretação desse aparato legal. Foi uma decisão do STF, por exemplo, que suprimiu, em 2009, a exigência de uma formação superior em jornalismo para o exercício da profissão. Quando atendidas as exigências legais, o *status* de jornalista é atribuído pelo Serviço do Registro Profissional do Ministério do Trabalho e a carteira de jornalista é emitida pela Federação Nacional de Jornalistas, entidade de caráter sindical.

As formas de regulação do espaço laboral são, portanto, bastante distintas entre os dois países, o que remete às modalidades históricas de construção do profissionalismo jornalístico e de regulação das formas de acesso ao espaço laboral (Le Cam; Ruellan, 2004). Essas diferenças reforçam a riqueza dos casos e justificam a escolha de uma abordagem comparativa. Essa situação também ampara nossa decisão por abordar a construção das identidades jornalísticas brasileiras e belgas por meio das evoluções jurisprudenciais. De fato, as jurisprudências presentes tanto na Comissão belga como no arcabouço legal e jurídico brasileiro permitem entender as condições de aquisição do *status* de jornalista nos dois países, mas também revelam as estratégias discursivas para incluir ou recusar novos perfis e para discutir mudanças nas práticas de produção da informação.

Este capítulo busca compreender a forma como atores internos e externos ao mundo do jornalismo se relacionam com as normas que definem as fronteiras do grupo profissional. Também pretende discutir o papel

³ Existe ainda uma segunda comissão, que não será abordada neste capítulo e que trata dos jornalistas *por* profissão, que trabalham em veículos especializados. Essa distinção, tipicamente belga, será discutida em trabalhos posteriores.

das jurisprudências como mecanismo de gestão e de regulação do território dos jornalistas brasileiros e belgas – com uma atenção ao processo hesitante, embora constante, de abertura das fronteiras, observado no caso belga. Nosso *corpus* reúne um conjunto de leis dos dois países, documentos internos da Commission d'agrégation e decisões emitidas pelo STJ e STF no Brasil. Essa exploração dos dados nos permite avançar na compreensão do papel das jurisprudências como modalidades de intervenção do território profissional, mas também de expressão de autoridade da parte dos atores interessados na gestão do espaço jornalístico. Também revela a capacidade das instâncias jurisprudenciais de se organizarem para intervir ou interpretar a norma vigente com o objetivo de promover aberturas mais ou menos graduais desse território.

A jurisprudência constitui uma das modalidades de gestão do território profissional e particularmente do território profissional dos jornalistas. Analisar as jurisprudências de instituições como a Commission on the Right to Development (Kamga; Fombad, 2013), a National Claims Commissions (Wilson, 1942), a Corte europeia de direitos do Homem (O'Donnell, 1982), ou ainda as cortes europeias (Rizcallah; Davio, 2019) permite compreender não só o conteúdo das decisões tomadas por essas diferentes instâncias, mas também a forma como interpretam as normas que elas deveriam seguir e adotar. Assim, a evolução de contextos culturais, econômicos, políticos e ideológicos induz as instituições a buscar se adaptar, sem necessariamente transformar de forma radical a base normativa na qual elas fundamentam o processo de tomada de decisão.

Em um contexto em que a Constituição belga garante, desde 1831, o direito à liberdade de imprensa, o espaço jornalístico é aberto a todos os cidadãos. Um trabalho sócio-histórico a respeito da história do discurso sobre a *carte de presse* na Bélgica (Le Cam; Tant, 2018) mostra que a primeira definição coletiva do *status* de jornalista naquele país data de 1885. Nessa época, uma das primeiras associações profissionais, a Associação da Imprensa Belga (Association de la Presse Belge (APB)) produziu uma definição que visava excluir os amadores, mas também – e esta é uma particularidade belga – distinguir os jornalistas que produzem notícias de caráter generalista daqueles que trabalham para a imprensa especializada. Mas

é apenas em 1940 que um “passe nacional de jornalista”⁴ será finalmente reconhecido para os “jornalistas, repórteres fotográficos e repórteres”.⁵ Essa primeira forma de credenciamento oficial (um primeiro rascunho da *carte de presse*) reconhece, portanto, “as pessoas que colaboram regularmente e de forma remunerada à redação de um ou mais jornais ou de uma agência de notícias, e que fazem dessa colaboração sua ocupação principal”⁶ (Association Générale de la Presse Belge, 1949). Ela se torna a base das reivindicações cada vez mais fortes em torno de um *status* profissional dos jornalistas, que será endossado pela lei de 1963. O estatuto legal imaginado se baseia na vontade de definir o título de “jornalista profissional”, de melhorar as condições sociais dos seus praticantes, de encontrar uma solução para o problema da aposentadoria dos jornalistas, de construir comissões paritárias e faixas salariais. Os debates são turbulentos, mas a lei é finalmente adotada por unanimidade em dezembro de 1963, e endossa a definição de jornalista como um indivíduo que trabalha para uma mídia generalista, que não realiza atividades comerciais, e cuja maior parte do salário provém da atividade jornalística. Ela também cria comissões de credenciamento: uma para os jornalistas francófonos e germanófonos, a outra para os jornalistas neerlandófonos (Chambre des Représentants, 1963). Elas serão encarregadas de decidir sobre o *status* dos jornalistas que solicitam a *carte de presse*, e, sobretudo, sobre o *status* dos jornalistas que produzem informação generalista (Le Cam; Tant, 2018).⁷

Assim, no caso da Bélgica e dos seus jornalistas profissionais, a Comissão tem como função julgar casos individuais por meio da *interpretação do espírito da lei de 1963*. Ao fazer isso, ela desfruta da liberdade que lhe é atribuída para interpretá-la de forma restritiva ou flexível, e de tomar as decisões que lhe parecem mais adaptadas aos casos sob sua responsabilidade. O desafio, para a Comissão, consiste em respeitar a lógica das decisões que vem tomando ao longo do tempo. Por isso, as atas de suas

⁴ No original: “*laissez-passer national de journaliste*”. Todas as traduções do francês foram feitas pelos autores.

⁵ No original: “*journalistes, reporters-photographes et reporters*”.

⁶ No original: “*personnes qui collaborent régulièrement avec rémunération, à la rédaction d’un ou de plusieurs journaux ou d’une agence d’information, et qui font de cette collaboration leur occupation principale*”.

⁷ Uma lei posterior, direcionada aos jornalistas que trabalham na imprensa especializada, será aprovada e instituirá comissões específicas a partir de 1965.

reuniões se constituem em indícios do processo de tomada de decisão e que ajustam os termos da lei a situações concretas. A Comissão faz referência regularmente a essas atas, visando ajustar suas decisões, ao mesmo tempo que evita entrar em contradição consigo mesma.

No caso brasileiro, a primeira legislação que trata do registro profissional dos jornalistas é o Decreto-Lei nº 910, de 1938. O texto propõe uma definição do que se entende por jornalista e por empresa jornalística. Em seguida, prevê a criação, pelo governo federal, de escolas de jornalismo, com o objetivo de regular o acesso ao mercado de trabalho e a aquisição do *status* profissional: “Criadas as escolas, de que trata este artigo, a inscrição no Registo da Profissão Jornalística só se fará, para os novos profissionais, em face dos diplomas do curso feito ou exames prestados em tais escolas” (Brasil, 1938). Como explica Meditsch (2022, p. 129), “o ensino de jornalismo [como mecanismo de regulação da profissão] já era lei antes de ser ensino de jornalismo”. De fato, a primeira escola de jornalismo do Brasil foi criada quase dez anos mais tarde, em 1947. As legislações posteriores mantêm o teor do decreto-lei de 1938, cujo marco legal é efetivamente consolidado com o Decreto-Lei nº 972, de 1969. Com ele, amplia-se o rol de atividades consideradas jornalísticas e passa a ser obrigatória a posse de um diploma de nível superior em jornalismo para a obtenção do registro profissional (Sant’anna, 2009). Há um debate na literatura da área em relação ao contexto político de instituição dessa legislação, ocorrido durante a Ditadura de 1964-1985. Para alguns autores, a obrigatoriedade do diploma insere-se em um conjunto de mecanismos de cooptação do grupo (Melo, 1991) ou mesmo de cerceamento e controle da contratação dos jornalistas pelo regime militar (Albuquerque, 2006). Outros situam essa decisão como resultado de movimentos mais complexos de pressão ou de negociação política pelas entidades sindicais junto ao Estado, que acaba por aceitar uma reivindicação histórica da área (Sant’anna, 2009; Meditsch, 2022). De qualquer forma, a imposição da formação superior para exercício do jornalismo produziu ao menos dois efeitos na configuração do grupo. Primeiro, levou a um relativo esvaziamento do debate identitário, na medida em que a posse do diploma se tornou o único requisito para atribuição do *status* de jornalista (Albuquerque, 2006). Segundo, garantiu certa flexibilidade ao processo de gestão do território: novos *status* podiam ser integrados ao jornalismo, desde que exercidos por jornalistas devidamente formados.

Essas configurações distintas do processo de atribuição de *status* de jornalista nos dois países impõem uma série de desafios do ponto de

vista dos estudos comparativos, a começar pela diferença dos contextos nacionais envolvidos. O *corpus* belga se ancora em um espaço linguístico subnacional, composto por jornalistas francófonos. Já o *corpus* brasileiro abrange todo o território nacional. Com base na lei de 1963, a Comissão da Bélgica atua apenas junto aos jornalistas profissionais, excluindo o que eles chamam de “jornalistas *por* profissão”, categoria que abrange os que trabalham para a mídia especializada. Já a jurisprudência brasileira, estabelecida a partir do decreto-lei de 1969, não só atribui o *status* de jornalista àqueles que trabalham em veículos generalistas e especializados, como inclui também os professores de jornalismo e os indivíduos que atuam em assessorias de imprensa e de comunicação – funções que não são consideradas jornalísticas na Bélgica.

Outra distinção está ligada ao modelo associativo adotado nos dois países. Na Bélgica francófona, os jornalistas são reunidos e representados por meio de associações e comissões representativas e mistas, visando sempre a busca do consenso. No Brasil, a defesa da profissão é realizada por um modelo vertical de organização sindical, os jornalistas se filiam a sindicatos estaduais, agrupados em uma Federação Nacional de Jornalistas. Os dois países também diferem na forma como o quadro legal é apropriado pelas instâncias jurisdicionais. Na Bélgica, a lei de 1963 continua sendo o principal marco legal, tendo sofrido apenas ajustes marginais. O trabalho da Comissão consiste sobretudo em interpretar a lei e aplicá-la aos casos apresentados, de forma a construir uma jurisprudência. No caso brasileiro, o debate jurisprudencial passa pela adoção de argumentos de caráter jurídico, que vão subsidiar a aprovação de novas leis ou a sua interpretação e adaptação pelos tribunais superiores.

E, apesar de todas essas diferenças, um processo similar atravessa a gestão dos territórios profissionais dos dois países, onde as mudanças nas práticas e identidades justificam ajustes mais ou menos radicais nos argumentos (legais ou jurisprudenciais) mobilizados pelas instâncias responsáveis pela atribuição do *status* profissional. Nesse sentido, duas perguntas de pesquisa norteiam este trabalho: De que forma o aparato jurisprudencial de concessão do registro profissional de jornalistas de países tão distintos como Brasil e Bélgica francófona é revelador de processos de gestão do território profissional? De que maneira as jurisprudências e o sistema de normas que enquadram o *status* de jornalistas brasileiros e belgas francófonos permitem distinguir as modalidades de negociação coletiva em torno da definição do

território profissional? Para responder a essas questões, uma metodologia de caráter histórico e comparativo será empregada na análise de um *corpus* de jurisprudências.

A metodologia adotada é a da comparação histórica, seguindo o método da diferença (*most different cases*) (Hirschl, 2005) ou de países contrastantes (*contrasted countries*) (Vigour, 2011), em que contextos nacionais marcadamente distintos são comparados com base em uma variável comum – neste caso, as jurisprudências sobre o registro profissional/*carte de presse*. O *corpus* de análise consiste em documentos legais e jurisprudenciais publicados nos dois países.

Na Bélgica, o período de análise vai de 1966 a 2015. De fato, a Comissão responsável pela *carte de presse* da Bélgica francófona começou a emitir esse tipo de documento em 1966, três anos após a aprovação do decreto que instituiu o *status* profissional de jornalista. O ano de 2015 corresponde à data de assinatura da convenção de pesquisa entre a Université Libre de Bruxelles e a Comissão, que autorizou o uso de dados pessoais de jornalistas. O *corpus* é constituído por um conjunto de atas (em francês, *procès-verbaux*) publicadas pela Comissão. O órgão se reúne mensalmente para tratar de novos pedidos de *carte de presse*. Ele analisa os processos submetidos e decide pela concessão ou não desse documento, que é efetivamente emitido pelo Ministério do Interior. As atas permitem ter acesso ao resumo e aos principais argumentos adotados nos debates. Por isso, o *corpus* belga é constituído por cerca de 600 itens, incluindo 580 *procès-verbaux*, bem como documentos suplementares, como notas emitidas pela Comissão sobre a adoção de posições jurisprudenciais específicas. Esse conjunto de documentos foi analisado de forma indutiva e permitiu a construção de quatro eixos principais, base da análise temática: a) os debates em torno da definição de informação generalista; b) as fronteiras identitárias questionadas pela aparição regular de novas práticas ou por demandas específicas de subdomínios do jornalismo; c) as fronteiras da atividade jornalística remunerada; d) as fronteiras da própria comissão, que aborda as dinâmicas referentes à vida e à legitimidade do órgão. Neste capítulo, apenas a parte sobre as fronteiras identitárias será efetivamente explorada.

No caso brasileiro, o *corpus* consiste nos decretos-lei nºs 910/38, 5.480/43, 972/69, 83.284/79, na Lei nº 7.084/82 e nos decretos nºs 51.218/61

e 91.902/85. Além disso, foram analisadas as decisões contidas em 66 acórdãos do STF e 27 acórdãos do STJ que tratavam, de alguma forma, das condições de exercício do jornalismo, publicados entre 1951, ano em que o primeiro documento sobre a profissão de jornalista aparece na base do STF, e 2016 – sete anos após a supressão do Decreto-Lei nº 972/69 pelo STF.⁸ A escolha desse período visou ainda garantir algum tipo de comparabilidade com o *corpus* belga. A amostra foi construída por meio da busca pela palavra-chave “jornalista” nas plataformas digitais dos dois tribunais. Inicialmente, foram encontrados 268 processos. Em seguida, uma leitura dos itens encontrados permitiu a exclusão de todos os acórdãos que não tratam diretamente da identidade jornalística, objeto deste estudo. Essas decisões aparecem em cinco tipos de instrumentos jurídicos: Ação Cautelar (AC), Agravo de Instrumento (AI), Mandado de Segurança (MS), Recurso Extraordinário (RE) e Recurso em Mandado de Segurança (RMS). Uma análise indutiva desse material revelou três categorias analíticas principais: a) os trechos que tratam da definição do jornalista profissional; b) os que discutiam as condições de acesso ao mercado de trabalho; c) os discursos jurisprudenciais que se propunham a distinguir os jornalistas dos não jornalistas. A exploração desse *corpus* e sua comparação com o *corpus* belga serão tratadas a seguir.

A Commission d'agrégation na Bélgica deve tratar, caso a caso, de todas as demandas recebidas. O procedimento consiste na submissão de um pedido em que deve constar uma carta do empregador e, se for o caso, provas financeiras do salário do solicitante e cópias de suas produções. Os pedidos são julgados em função da adequação aos critérios estabelecidos pela lei de 1963 sobre o trabalho realizado em um ou mais veículos jornalísticos generalistas, a comprovação de experiência profissional de pelo menos dois anos, e, sobretudo, com base na natureza jornalística do trabalho realizado. Esses três elementos estão no centro dos debates que ocorrem na Comissão, responsável por definir constantemente os contornos dessa prática diante das transformações do mundo do jornalismo e das atividades jornalísticas. A Comissão julga há décadas novas práticas, novos formatos ou novos

⁸ A coleta e a codificação inicial do *corpus* brasileiro foram feitas pelas bolsistas de iniciação científica Ana Paula Manrique e Mariana Cosme.

status e os admite como probatórios (ou não) para a obtenção da *carte de presse*. Desde 1966, ela tem sido constantemente confrontada por situações do tipo: A imprensa feminina ou esportiva publica notícias generalistas ou especializadas? O duplo emprego de certos jornalistas é contrário ao espírito da lei? A baixa remuneração pode ser percebida como um critério de exclusão de certas candidaturas? As mídias comunitárias locais são mídias jornalísticas?

A análise geral da jurisprudência de todo o período mostra que, apesar das reticências preliminares, as definições e as fronteiras tendem sempre a se ampliar e a integrar novas práticas conexas, novidades que, à primeira vista, não pareciam evidentes. Entre 1966 e 2015, numerosos nós identitários foram levados à Comissão: a aparição das mídias comunitárias, sobretudo as rádios e TVs locais, a mobilidade entre as carreiras jornalística e política, pedidos feitos por diretores de programas de TV, por empregados que atuam na programação musical de rádios, a emergência de jornalistas da imprensa gratuita ou da *web* etc. O caso dos técnicos no mundo audiovisual constitui um exemplo marcante da maneira como a Comissão funciona. Esse exemplo serve, no contexto deste capítulo, para ilustrar o processo jurisprudencial de forma mais geral.

Os pedidos de técnicos representam, de fato, uma trama recorrente nas últimas décadas. Desde 1971, vários técnicos de som que trabalham em uma empresa audiovisual pública (a Radio-télévision belge (RTB)) foram examinados. Esses indivíduos são apresentados como técnicos de som, operadores de som e engenheiros. Eles desejam obter a *carte de presse*, mesmo que um desses solicitantes tenha admitido que ele “não se considera de forma alguma um jornalista”⁹ (Commission, 1971). A Comissão estima que sua “formação parece ser essencialmente uma formação técnica; [...], além disso, alguns não parecem se dar conta do que é exatamente a profissão de jornalista nem de em que consiste a tarefa da comissão de credenciamento”¹⁰ (Commission, 1971). Assim, a Comissão considera que eles parecem sobretudo desejosos de obter “um *laissez-passer* nacional de imprensa”,¹¹ e “que seja por razões de prestígio ou simplesmente para não serem tratados de forma diferente pelas autorida-

⁹ No original: “*se considér[e] pas tout à fait comme journaliste*”.

¹⁰ No original: “*formation paraît être essentiellement une formation de technicien ; (...) certains ne semblent d'ailleurs pas se rendre compte exactement de ce qu'est la profession de journaliste ni en quoi consiste la tâche de la commission d'agrégation*”.

¹¹ No original: “*un laissez-passer national de presse*”.

des durante seus deslocamentos com jornalistas profissionais, eles desejam ser assimilados a estes últimos”¹² (Commission, 1971). Essas razões parecem não ser suficientes para a Comissão, que lhes recusa o reconhecimento. Mas ela participa, em seguida, ao lado de presidentes de uniões e de associações profissionais, de uma campanha para a criação de um documento de trabalho, permitindo a identificação desses trabalhadores com base no trabalho que desempenham cotidianamente. Entretanto, os engenheiros de som continuam a se dirigir à Comissão e desejam, em 1975, ser reconhecidos como “repórteres de imagem” (em francês, *reporters-image*) (Commission, 1975).

Um parecer é solicitado ao Ministério do Interior e, finalmente, esses pedidos são aprovados, caso a caso, em 1976. Em 1980, o tema reaparece, dessa vez para discutir o caso dos jornalistas operadores de câmera ou captadores de som que trabalham com iluminação. Várias entrevistas são realizadas com um representante da RTB, e a Comissão, apaziguada por essas reuniões, “não se opõe mais ao reconhecimento dessas pessoas”¹³ (Commission, 1980). A atenção dada pela Comissão aos *status* técnicos continua nos anos seguintes. Em 1988, ela se preocupa com as tarefas enunciadas nos contratos de jornalistas de uma televisão local, a *TéléSambre*, particularmente com a menção às “tarefas de técnico de produção e tarefas anexas”.¹⁴ Ela decide escrever ao diretor da TV local “chamando atenção ao fato de que, se essas pessoas são empregadas para tarefas distintas à [produção] de informação geral, o seu reconhecimento lhes será retirado na sessão em curso”¹⁵ (Commission, 1988a). Dois anos mais tarde, ela decide por atribuir a *carte de presse* aos operadores de câmera com base numa declaração solene assinada pelos diretores de redação atestando sua participação na produção de informação generalista. O diálogo para que as “pessoas que asseguram uma assistência técnica aos jornalistas profissionais”¹⁶ pudessem se beneficiar de um documento de identificação ainda estava em aberto em 1996. O Ministério do Interior prepara, então, um projeto de circular ministerial discutido na presença dos

¹² No original: “*que ce soit pour des raisons de prestige ou plus simplement pour ne pas être traités différemment par les autorités lors de leurs déplacements avec des journalistes professionnels, qu’ils désirent être assimilés à ceux-ci*”.

¹³ No original: “*ne s’oppose plus à la reconnaissance de ces gens*”.

¹⁴ No original: “*tâches de technicien de production et tâches annexes*”.

¹⁵ No original: “*en attirant solennellement l’attention sur le fait que si ces personnes sont employées à des tâches autres que celles touchant à l’information générale, la reconnaissance leur serait retirée séance tenante*”.

¹⁶ No original: “*personnes assurant une assistance technique aux journalistes professionnels*”.

representantes das comissões de credenciamento e da Associação Geral da Imprensa Belga (AGJPB) (Commission, 1996). Essa circular entra em vigor em 1º de julho de 1997 (Commission, 1997) e cria a *Carte T*. A Comissão é, assim, encarregada de emitir pareceres para a atribuição ou não desta carteira destinada aos técnicos. Contudo, nem todos os atores envolvidos entendem o significado desse novo documento. Por isso, alguns indivíduos solicitam uma *carte T*, mesmo preenchendo os requisitos exigidos pela lei para obter o título de jornalista profissional (Commission, 1999a). E, inversamente, os próprios engenheiros de som sinalizam à Comissão, em outubro de 1999, que a *carte T* não tem nenhuma utilidade para eles, pois “ela não lhes permite obter as credenciais necessárias para cobrir eventos do Palácio Real”¹⁷ (Commission, 1999b). Assim, o tema retorna à mesa de discussões. A Comissão termina por reconhecer, mais uma vez, caso a caso, o *status* dos técnicos.

Esse exemplo, tomado de um conjunto de dinâmicas profissionais e identitárias, é representativo do processo jurisprudencial adotado pela Comissão ao longo dos anos. Requisitada por vários grupos, a Comissão tende sempre não só a julgar caso a caso, mas, sobretudo, a analisá-los em função de sua concepção das práticas profissionais reconhecíveis, da natureza geral ou não da informação produzida e do *status* profissional do solicitante. Contudo, esses critérios devem se ajustar constantemente aos contextos das solicitações, à fluidez das práticas e às transformações do mundo do jornalismo. Ao fazer isso, a Comissão busca resguardar sua diretriz e a clareza de seus critérios, mas ela também lida com outras demandas: o pedido de pareceres junto ao Ministério do Interior, a participação em ações coletivas de pedido de reconhecimento paralelo de *status* aos demandantes da *carte de presse*, o reconhecimento feito com base em enquetes pelos membros da própria Comissão ou por audiência com os solicitantes. Além disso, essas medidas precisam ser mensuradas em um período mais longo. Elas vão sendo progressivamente implantadas em função de certas recorrências das solicitações que levam a Comissão a se questionar. Essas estratégias são, portanto, múltiplas, na medida em que a própria Comissão negocia os termos de compreensão da Lei, tenta conservar uma trama diretriz, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de ajustar suas decisões às mudanças e permanências. Nesse contexto, ela acaba por aceitar de forma lenta, mas inevitável, os diversos pedidos pelas *cartes de presse*.

¹⁷ No original: “elle ne leur permet pas d’obtenir les accréditations nécessaires pour couvrir les événements du Palais Royal”.

Diferente do processo gradual observado na Bélgica, a análise documental do *corpus* brasileiro nos permite propor uma periodização da evolução do debate jurisprudencial nos últimos 80 anos. *Grosso modo*, três fases emergem dessa leitura. Em um primeiro período, que vai de 1938 a meados dos anos 1970, a jurisprudência define o jornalista com base no caráter intelectual da sua prática e na natureza da sua remuneração. Um segundo momento, que vai até a promulgação da Constituição de 1988, é marcado por uma relativa estabilização jurisprudencial, quando a identidade jornalística passa a ser associada à formação superior na área. Um terceiro momento, iniciado nos anos 1990 e intensificado em meados dos anos 2000, é marcado pela desregulamentação das condições de acesso e exercício da profissão e pela desconstrução da definição intelectual da prática jornalística.

O primeiro período analisado reflete principalmente os impactos na gestão do território derivados de dois conjuntos de dispositivos legais. O primeiro é derivado do Decreto-Lei nº 910/38, que “dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas”. Elaborado durante o período autoritário da Era Vargas (1930-1945), o instrumento definia o jornalista como um “trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até à redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho” (Brasil, 1938). O decreto-lei associa a prática do jornalismo ao exercício de tarefas no interior de empresas jornalísticas, excetuando o trabalho realizado por “empregados de escritório e de portaria” e pelos gráficos. Também nega o registro profissional a “empregados de estabelecimentos de natureza pública ou paraestatal”. O decreto-lei de 1938 também prevê que, no futuro, a posse do diploma superior em jornalismo se torne um requisito legal para o exercício da profissão. Esse dispositivo será, mais tarde, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 5.480/43, que “institui o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências” (Brasil, 1943), e reforçado por trechos do Decreto nº 51.218/61: “Só poderá exercer, nas empresas jornalísticas, de rádio e televisão, a profissão de Jornalista Profissional, quem fôr portador de diploma ou certificado de habilitação expedidos pelas Escolas de Jornalismo, devidamente reconhecidas pelo Governo Federal” (Brasil, 1961). A lei de 1961, contudo, dispensou dessa exigência os jornalistas que já atuavam em redações e os indivíduos que exerciam atividades “de natureza puramente técnico-materiais” (revisor, fotógrafo, arquivista, entre outras).

Assim, esse primeiro conjunto de normas sugere uma definição “intelectual” da prática jornalística – e o diploma superior, mesmo que não tenha sido efetivamente exigido, funciona como um mecanismo de reforço dessa reputação intelectual – sem necessariamente limitar o acesso ao mercado de trabalho.

O segundo conjunto de leis e jurisprudências que regula o território nesse período segue uma motivação de ordem econômica. Ele é baseado em dois dispositivos legais que previam a isenção de impostos aos jornalistas. O primeiro, mais abrangente, foi disposto pela Constituição Federal de 1934. Ela afirma, no artigo 113, nº 36, que “nenhum imposto gravará diretamente a profissão de escritor, jornalista ou professor” (Brasil, 1934).¹⁸ O segundo tipo de isenção aparece em leis municipais e estaduais que isentam os jornalistas do pagamento de impostos sobre imóveis ou transmissão de bens, por exemplo. Referências a esses diferentes dispositivos legais marcam o debate jurisprudencial no STF entre 1951 e 1974. Eles revelam casos em que a corte suprema precisava deliberar sobre pedidos de reconhecimento do *status* de jornalista de grupos que desejavam se beneficiar dessas isenções fiscais. Nesses casos, a jurisprudência se baseou na natureza dos rendimentos dos requerentes para decidir pela atribuição ou não do *status* de jornalista. De modo geral, era considerado jornalista o requerente que atuava como assalariado em empresas jornalísticas. Essa definição permitiu que o STF recusasse vários pedidos feitos por diretores de jornal (AI 35767/1966; RE 67041/69; RE 67389/1971; RE 74222/1972 e RE 67389 EDv/1974). Também foi utilizado para recusar solicitações feitas por produtores de conteúdos “artísticos” para emissoras de rádio e TV, cuja remuneração viria do pagamento de direitos autorais. Também recusou pedidos feitos por arquivistas (RMS 13188/1964), cujo trabalho não atendia a natureza intelectual que se espera do jornalista. Um caso interessante aparece no Recurso em Mandado de Segurança nº 12037, de 1965, em que é negado o pedido de reconhecimento de uma requerente que possuía registro de jornalista, sob a justificativa de que o exercício do jornalismo era feito esporadicamente, “*sem caráter profissional*” (Brasil 1965, grifo no original). Por outro lado, tiveram o *status* de jornalista reconhecido e o direito à isenção fiscal jornalistas de rádio e TV – sob o argumento de que a lei

¹⁸ Essa isenção será posteriormente eliminada pela reforma constitucional de 1964. Como os processos judiciais poderiam levar anos até terem uma decisão do STF, vários recursos julgados em meados dos anos 1970 ainda tinham como referência a lei de 1934.

deve “considerar o progresso dos meios de difusão” (Brasil, 1964) (RMS 11614/1964; Cf RE 73285/1972). Também tiveram o *status* reconhecido um jornalista que comprovou o pagamento de contribuição sindical (RMS 16494/1966) e um funcionário público que exercia o jornalismo como segunda profissão (RMS 14306 /1966).

A partir do Decreto-Lei nº 972/69 – e com os ajustes feitos pelo Decreto-Lei nº 83.284/79, pela Lei nº 7.084/82 e pelo Decreto nº 91.902/85 – a posse do diploma em jornalismo torna-se o principal instrumento de gestão do território profissional. Os instrumentos legais de 1969 e 1979 detalham um conjunto de atividades e funções privativas do jornalista, desde que realizadas em empresas jornalísticas, ou seja, “aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário” (Brasil, 1969). Também abrem possibilidades de exercício da profissão fora das mídias, pelo ensino de jornalismo e por meio do “registro especial de funcionário público titular”, desde que se desempenhem atividades consideradas jornalísticas (Brasil, 1969, 1979). A legislação também prevê o *status* de colaborador que “sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização” e que poderia, portanto, intervir na mídia sem formação superior; e o de provisionado: aqueles que têm direito ao registro profissional, “desde que comprovem o exercício de atividade jornalística nos dois últimos anos anteriores à data do Regulamento” (Brasil, 1969). Essas legislações produziram um efeito de estabilização da jurisprudência sobre a profissão nos anos seguintes. Isso se reflete no número bastante reduzido de processos relacionados a essas leis que chegam ao STF nos anos 1970 e 1980 (apenas quatro) e que questionam aspectos pontuais dos decretos-lei de 1969 e 1979: o reconhecimento das horas de estágio para obtenção do registro (RE 71953/1971), a recusa de conceder o *status* de jornalista a taquígrafos-revisores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (AI 56620 AgR/1973), ou o debate sobre a obrigação de se apresentar atestado de antecedentes criminais (folha corrida) para obtenção do registro (RE 93230/1980).

Finalmente, o terceiro período, iniciado após a Constituição de 1988, busca revisar o aparato legal instituído durante a ditadura. Questionam-se, além da exigência do diploma, vários processos que tratam dos dispositivos da Lei nº 5.250/1967, conhecida como Lei de Imprensa, e que se propunha a regular a “liberdade de manifestação de pensamento e de informação” (Brasil, 1967). O período se insere também em um contexto de ascensão do pensamento neoliberal no Brasil e que atravessa, de certa forma, o debate

jurídico. Com a criação do STJ pela Constituição de 1988, nossa análise passou a considerar também as decisões emitidas por essa corte. De modo geral, a maioria dos processos sobre a profissão que tramitam nos anos 1990 e início dos anos 2000 se utilizam do direito à liberdade de expressão como argumento para suprimir a exigência de diploma para exercício do jornalismo (STF: RE 511.961-RG/1988, STJ: STJ MS 180/1989, REsp 151408/1997, MS 7149/2001, REsp 498960/2003, REsp 608234/2004). Esse conjunto de questionamentos será respondido, de forma definitiva, por meio do RE 511961/2009, no qual o STF decide, por 8 votos a 1, pela supressão da obrigatoriedade do diploma. No acórdão, a maior parte dos argumentos se ampara na ideia de que tal exigência atenta contra os direitos constitucionais de liberdade de expressão e de informação (Pereira; Maia, 2016). Mas a decisão também se propõe, em alguns momentos, a definir a atividade jornalística. Destacamos, por exemplo, um trecho do voto do ministro-relator Gilmar Mendes, bastante midiaticizado à época, em que o trabalho de jornalista é comparado ao de um chefe de cozinha ou de um profissional de moda. “Um excelente chefe de cozinha poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área” (Brasil, 2009). A partir dessa decisão, a maior parte dos processos analisados em ambas as cortes, no período de 2006 a 2016, terá por finalidade referendar a decisão do STF, autorizando a concessão do registro a requerentes, independentemente da sua formação.

Assim, as evoluções jurisprudenciais no Brasil costumam ser assinadas por dispositivos legais (leis, decretos-leis, decretos ou acórdãos). Por isso, a gestão do território profissional passa pela capacidade de os atores (trabalhadores, sindicatos, empresas de comunicação, políticos) se organizarem para pressionar as instâncias estatais no sentido da adaptação às normas em função de seus interesses, mas também da própria evolução das práticas jornalísticas. Como se verá a seguir, as reconfigurações da lei indicam, portanto, mudanças nas relações de força entre os envolvidos no processo jurisprudencial

Esta análise comparativa e exploratória da evolução dos contextos brasileiro e belga francófono permite, finalmente, apontar algumas pistas sobre como jurisprudências, inscritas em dois sistemas de normas distintos, nos ajudam a entender os processos de gestão do território profissional.

A leitura dos diferentes documentos jurisprudenciais revela um processo de negociação permanente e incessante das fronteiras que delimitam o jornalismo. Os mecanismos de gestão dessas fronteiras são, obviamente, bastante distintos nos dois países: na Bélgica, a autoridade é outorgada pela lei à *Comission d'agrégation*, enquanto no Brasil esse processo dependeu historicamente da construção de dispositivos legais relativamente vagos que permitiam se adaptar aos (novos) contornos do território profissional. Nossas observações mostram que a gestão do espaço laboral não é uma tarefa exclusiva do grupo de jornalistas, nem é resultado de estratégia de autogestão do território ou de defesa de interesses corporativos. Na verdade, na medida em que o espaço jornalístico se mostra heterogêneo (Marchetti, 2002), aberto e atravessado por diferentes práticas (Trédan, 2015), o processo de construção de jurisprudências é também marcado por uma diversidade de atores interessados em participar da definição dessas fronteiras.

No Brasil, esse debate foi historicamente marcado por uma lógica tripartida. Em um canto, situam-se uma miríade de atores ligados ao aparelho estatal, tanto aqueles diretamente vinculados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e que, de certa forma, assumiram um protagonismo direto na construção do sistema de normas sobre a profissão, como toda uma constelação de juristas e consultores, responsável pelo formato definitivo dos textos legais. Um segundo grupo de atores inclui empresários e proprietários de empresas de mídia e comunicação, cujos interesses oscilam entre a liberalização e o controle do espaço laboral. Finalmente, as entidades sindicais e acadêmicas – em um contexto em que sindicalistas e professores de jornalismo muitas vezes se confundiam (Meditsch, 2022) – vão atuar, em conjunto, na defesa da formação como uma modalidade de restrição do acesso ao espaço laboral (Pereira; Maia, 2016). Além disso, outras instâncias associativas (relações públicas, escritores e intelectuais, produtores de conteúdo) vão participar desse processo, mantendo relações mais ou menos próximas com as entidades jornalísticas em função de seus próprios interesses.

Na Bélgica, a Comissão é paritária e constituída, de fato, por representantes de jornalistas (nomeados pelas associações profissionais) e de editores (nomeados pelas associações patronais). O trabalho da Comissão se insere, contudo, em uma gama bastante díspar de temáticas, expectativas ou de questões que emanam de outras instâncias. A primeira dessas atividades da Comissão faz referência, de forma direta, à participação do Ministério do Interior. A segunda consiste nas comissões recursais que podem deliberar

sobre decisões da Comissão (que toma decisões em primeira instância). A terceira é composta pelas associações profissionais de jornalistas e editores de mídia, que podem atuar à margem da Comissão. Finalmente, a quarta reúne uma série de associações profissionais diversas e variadas existentes na Bélgica – como, por exemplo, a Associação Geral da Imprensa Fotográfica e Fílmica da Bélgica (Association générale de la presse photographique et filmée de Belgique) que reivindicou, em 1988, o direito dos fotógrafos a uma *carte de presse* (Commission, 1988b) – e que interage com a Comissão, sempre buscando influenciá-la. Essa lista de atores belgas não é exaustiva, e é claro que a capacidade da Comissão de reconhecer ou não os jornalistas é uma força de atração que precisa ser gerida.

A pluralidade de atores envolvidos nesses debates explica uma segunda dimensão das jurisprudências: sua inscrição em relações de poder, em disputas por autonomia ou autoridade. Isso emerge tanto na forma como os atores acabam por impor ou negociar definições da prática jornalística que atendem os seus interesses como na capacidade de algumas entidades se imporem ou se posicionarem como instâncias legítimas e responsáveis pela construção das jurisprudências. Assim, na Bélgica, a própria Comissão se insere em relações de poder específicas. Por um lado, ela é responsável por todas as propostas de reconhecimento dos jornalistas francófonos junto ao Ministério do Interior, o que lhe confere uma forte legitimidade. Ao mesmo tempo, essa distribuição de poder é, na Bélgica, pulverizada entre várias comissões: a comissão equivalente para os jornalistas de língua holandesa, mas também as duas comissões dedicadas ao reconhecimento dos jornalistas *de* profissão, que trabalham para mídias especializadas. Ora, essa multiplicidade de instâncias resulta, na verdade, em tensões entre os territórios profissionais, competições em termos de legitimidade, mas também de concorrência na tomada de decisões jurisprudenciais. Há, inclusive, casos em que uma das comissões é a primeira a reconhecer um perfil como jornalístico, o que cria, evidentemente, fricções.

Já no Brasil, o forte enquadramento legal desse processo, capitaneado pelo aparato estatal, explica a necessidade de os atores envolvidos nessas discussões construir alianças e/ou mecanismos mais ou menos formais de atuação junto ao Estado (Meditsch, 2022) com o objetivo de influenciar, seja na elaboração das leis e decretos (ou seja, no processo legislativo), seja na sua posterior interpretação pelas instâncias judiciais. Assim, as evoluções das jurisprudências são reveladoras do estado de forças desses atores nos diferentes momentos de definição ou adaptação das normas, com uma

mudança mais acentuada dessas relações a partir do início dos anos 2000, quando setores ligados ao empresariado e/ou tributários de uma ideologia de matriz neoliberal conseguem produzir uma inflexão do processo jurisprudencial rumo a uma forte desregulamentação do espaço laboral. Da mesma forma, se, até os anos 2000, atores ligados às instituições de ensino superior (responsáveis pela formação) e às entidades sindicais (responsáveis pela emissão e supervisão dos registros profissionais) tinham um controle importante do processo de aplicação das normas, a supressão do diploma em 2009 garantiu às empresas jornalísticas a autoridade para definir, de certa forma, quem deve ou não ser considerado jornalista. E essas dinâmicas de poder continuam. Desde a decisão pelo fim do diploma, atores dos campos acadêmico e sindical se articulam junto a parlamentares da esquerda com o objetivo de restaurar, via proposta de emenda constitucional, a exigência do diploma para exercício da profissão (Fenaj, 2023).

A terceira dimensão comparativa remete à relação que os dois grupos profissionais constroem com a norma ou a forma como esta é percebida e trabalhada nos dois países. De fato, o estabelecimento de um *status* legal é o resultado de negociações anteriores que conduzem, em um dado momento, a um consenso em torno de uma definição normativa do que é ou não um jornalista. O estabelecimento de uma lei tem o efeito de congelar por um determinado período o quadro normativo ao qual o indivíduo, o grupo profissional, as comissões e as instituições podem se referir. Além disso, esse elemento permite distinguir as modalidades de reconhecimento dos jornalistas em relação a outros países em que não existe nenhum tipo de previsão legal sobre o tema, como no Canadá, por exemplo. O quadro normativo é frequentemente o resultado de lutas profissionais visando não apenas obter um reconhecimento público do *métier* de jornalista, mas também de um conjunto de prerrogativas específicas associadas ao *status* profissional (carteiras de jornalistas, acesso aos locais de cobertura, reduções tributárias etc.). Mas esse quadro normativo é evidentemente *trabalhado* pelos atores e pelo contexto.

Na Bélgica, a lei de 1963 sobre o *status* jornalístico fixa dois conjuntos de normas: por um lado, aquelas relativas à definição do jornalista profissional (relacionada aos dois anos de carreira, à produção de notícias de caráter generalista e à obtenção da maior parte do salário de atividades jornalísticas), e, de outro, aquelas que fazem referência à responsabilidade das comissões, encarregadas exclusivamente da avaliação dos pedidos de reconhecimento do *status* de jornalista e que desempenham o papel de

julgar em função da norma e de exprimir seus ajustes com base nos casos que se apresentam. No Brasil, as diferentes legislações são utilizadas com o objetivo de fixar regularmente as normas: elas se sucedem a fim de fixar o processo de ajustes do território profissional de acordo com as práticas jornalísticas e de solidificar a norma sob um ponto de vista jurídico. Nesse sentido, a comparação dos dois casos nos leva a entender melhor o papel do Estado e das instituições judiciais nesse processo. Apesar de os dois países terem optado pela criação de um estatuto legal, eles produziram normas de forma bastante distinta: um deles aprovou uma norma geral e delegou a responsabilidade de sua interpretação sem intenção de fixar um novo quadro normativo; o outro tem reajustado constantemente por meio de dispositivos legais a norma que define o *status* em uma lógica de expressão hierárquica do Estado e do quadro legal.

A norma guia, portanto, a formalização das decisões subsequentes, mas, ao mesmo tempo, ela autoriza uma informalidade em sua aplicação. É nesse ponto que a jurisprudência adquire todo o seu sentido, ela é, a todo momento, o ato de aplicar a norma, mas, sobretudo o de interpretá-la. No caso belga, ela será ajustada em função da evolução das práticas dos mundos do jornalismo, mas também da evolução da concepção da Comissão (e dos mundos que a circundam), do que são as práticas jornalísticas, de suas especialidades, do valor justo da remuneração dos jornalistas etc. Da mesma forma, no Brasil, as jurisprudências não lidam apenas com as mudanças da prática jornalística, mas também evoluem historicamente de acordo com a definição de políticas públicas de fomento e avaliação do ensino superior e da construção de modalidades legais de regulação e de controle da profissão pelo Estado e pelas entidades sindicais.

Essa evolução constante nos levou à nossa quarta dimensão comparativa. A análise histórica das modalidades de reconhecimento dos jornalistas nos dois países revela claramente o processo de abertura constante do território profissional. As definições originais foram produzidas em função de um certo contexto, de representações da profissão ancoradas em determinada época. Elas têm uma tendência de serem englobantes a fim de lidar com a diversidade de especificidades de práticas ligadas à informação jornalística. Mas elas não têm condições de, em sua origem, se anteciparam às transformações, à emergência de *especialidades*, à mutação de contextos. A análise da jurisprudência nas últimas cinco décadas mostra claramente um processo gradual de ajustes e de incorporação de novas identidades ao *status* mais englobante de “jornalista”. Tudo isso não acontece sem tensões e

negociações. Na Bélgica, vários casos (os técnicos de som, como já evocado, mas também os jornalistas da mídia comunitária, da imprensa gratuita ou do jornalismo *on-line*) pressionam a Comissão. Em diversas situações, ela começa repelindo os pedidos até começar progressivamente a aceitá-los. No Brasil, mesmo que a obrigatoriedade da formação superior tenha fornecido uma resposta legal para o problema da atribuição do *status* profissional, a evolução das práticas e a emergência ou proliferação de novas atividades – como os assessores de imprensa, os jornalistas *on-line* ou os produtores de informação para as “mídias das fontes” (Sant’anna, 2009) – foram sempre precedidas de negociações e pressões da parte dos sindicatos e da própria Federação Nacional dos Jornalistas para que as empresas e as organizações contratassem apenas pessoas formadas em jornalismo para assumirem essas novas práticas (Adghirni, 2017; Le Cam; Pereira, 2022). Esse ajuste gradual leva a reconsiderações sucessivas do território. Ou seja, para além da ideia de um profissionalismo marcado por uma imprecisão identitária (Ruellan, 1993), nossas constatações revelam uma impossibilidade de fixar um território em razão do seu caráter movediço. O processo de fechamento do território se mostra aqui ainda mais temporário, na medida em que os atores envolvidos nele acabam por integrar, poderíamos mesmo falar em ingerir, as novidades por causa de sua recorrência, de sua insistência ou mesmo da capacidade do grupo de jornalistas e de outros atores de reconhecer a transformação das práticas, de se ajustar, de tomar decisões para lidar com essas mudanças.

Este capítulo buscou compreender a forma como as normas redigidas sobre o jornalismo são recebidas, tratadas, transformadas pelas instâncias profissionais e legais brasileiras e belgas francófonas. Definir legalmente o *status* de jornalista (profissional, no caso belga) não é um fim em si mesmo. As definições legais se constituem na base das interpretações, dos ajustes e da reafirmação, o que permite complexificar o nosso olhar sobre as dinâmicas de construção das fronteiras dos grupos profissionais. A pertinência da comparação reside justamente no fato de que ela permite melhor delimitar o processo de gestão dos territórios jornalísticos. Trata-se da primeira etapa de nossa pesquisa, que tem uma ambição maior de analisar as jurisprudências para compreender a identidade profissional e o processo de evolução identitária, baseada em formas distintas, embora comparáveis, de gerir o

território profissional. Essa perspectiva implica considerar os discursos das associações ou coletivos que definem a identidade pública e os valores profissionais do jornalismo, mas também implica se aprofundar na forma como essas instâncias atuam, em suas ações e processos decisórios, visando integrar ou excluir práticas e especialidades. Ela nos permite, portanto, perceber a multiplicidade de atores e de decisões que contribuem à *vida* do território profissional e sua constante ampliação.

Referências

- ADGHIRNI, Z. L. *O jornalista: do mito ao mercado*. Florianópolis: Insular, 2017.
- ALBUQUERQUE, A. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. *Contracampo*, n. 14, p. 73-92. 2006. Disponível em: <https://abre.ai/icbL>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Líder José Guimarães garante apoio à PEC do Diploma, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/iccf>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- HIRSCHL, R. The question of case selection in comparative constitutional law. *The American Journal of Comparative Law*, v. 53, n. 1, p. 125-1655, 2005. Disponível em: <https://abre.ai/iccx>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- KAMGA, S. A. D.; FOMBAD, C. M. A critical review of the jurisprudence of the African Commission on the Right to Development. *Journal of African Law*, v. 57, n. 2, p. 196-214, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/iccZ>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- LE CAM, F.; PEREIRA, F. H. *Um jornalista on-line mundializado: sócio-história comparativa*. Florianópolis: Insular, 2022.
- LE CAM, F.; RUELLAN, D. Professionalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec: un essai de comparaison. In: LEGAVRE, J. B. (org.). *La presse écrite: objets délaissés*. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 53-69.
- LE CAM, F.; TANT, C. Premiers pas de la carte de presse en Belgique francophone (1885-1966). *Le Temps des Médias*, n. 30, p. 200-226, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/icdp>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- MARCHETTI, D. Les sous-champs spécialisés du journalisme. *Réseaux*. v. 1, n. 122, p. 22-55, 2002. Disponível em: <https://abre.ai/icdF>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- MELO, J. M. de. Indústria cultural, jornalismo, jornalistas. *Intercom*, v. 14, n. 65, 1991. Disponível em: <https://abre.ai/icdS>. Acesso em: 31 out. 2023.

- MEDITSCH, E. B. A teoria do jornalismo ainda é um projeto: Entrevista com Eduardo Meditsch. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, v. 11, n. 2, p. 124-133, 2022. Disponível em: <https://abre.ai/iceF>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- O'DONNELL, T. The margin of appreciation doctrine: standards in the jurisprudence of the European Court of Human Rights. *Human Rights Quarterly*, v. 4, n. 474-496, 1982. Disponível em: <https://abre.ai/ice5>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- PEREIRA, F. H.; MAIA, K. O jornalista brasileiro face ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão: reagenciamento do repertório de legitimação profissional. *Trabajo y Sociedad*, n. 26, p. 35-50, 2016. Disponível em: <https://abre.ai/icfn>. Acesso em 15 mar. 2023.
- RIZCALLAH, C.; DAVIO V. L' article 19 du Traité sur l'Union européenne: sésame de l'Union de droit. Analyse de la jurisprudence récente de la Cour de justice de l'Union européenne relative à l'indépendance des juges nationaux. *Revue Trimestrielle des Droits de l'Homme*, n. 122, p. 155-185, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/icfF>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- RUPELLAN, D. *Le professionnalisme du flou: identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble: PUG, 1993.
- SANT'ANNA, F. *Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro – um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.
- TRÉDAN, O. Quando o jornalismo se utiliza da web: o exemplo do datajornalismo. In: MOURA, D.; PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. (org.) *Mudanças e permanências do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 285–303.
- VIGOUR, C. Comparison: a foundational approach in the social sciences. In: OUÉDRAOGO, Jean-Bernard; CARDOSO, Carlos (org.). *Readings in methodology: African perspectives*. Dakar, Senegal: Codesria, 2011. p. 215-246.
- WILSON, R. R. Some aspects of the jurisprudence of National Claims Commissions. *American Journal of International Law*. v. 36, n. 1, p. 56-76, 1942. Disponível em: <https://abre.ai/icfU>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Fontes históricas e legais utilizadas

- ASSOCIATION GÉNÉRALE DE LA PRESSE BELGE (AGPB). Pour un statut légal des journalistes professionnels belges. Délibérations du XXVI^e Congrès National de la Presse Belge, organisé à Namur le 5 juin 1949.
- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: <https://abre.ai/icf8>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938. Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1938. Disponível em: <https://abre.ai/icgp>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943. Institue o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://abre.ai/icgL>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 51.218, de 22 de agosto de 1961. Regulamenta o Decreto-Lei nº 910, de novembro de 1938, que dispõe sobre o exercício da Profissão de Jornalista. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://abre.ai/icg5>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso de Mandado de Segurança 11614 - Guanabara. Imposto de Renda. Distinção entre radialista jornalista e radialista artista, etc., para só reconhecer ao primeiro a isenção de imposto de renda. Segurança negada. Recorrente: Carlos Brasil de Araújo. Recorrido: União Federal. Relator: Luiz Gallotti, 6 de abril de 1964. Disponível em: <https://abre.ai/ichh>. Acesso em: 15 mar. 2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso em Mandado de Segurança 12037 - Distrito Federal. Isenção do imposto de transmissão inter vivos (A.D.C.T., art. 27). O simples registro como jornalista não comprova o exercício efetivo e habitual da profissão. Recorrente: Otávio de Carvalho Júnior. Recorrido: Estado da Guanabara. Relator: Victor Nunes, 25 de março de 1965. Disponível em: <https://abre.ai/ichy>. Acesso em: 15 mar. 2023

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 – Lei de Imprensa. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: <https://abre.ai/ichV>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre exercício da profissão de jornalista. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: <https://abre.ai/ich8>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6612, de 07 de dezembro de 1978. Brasília: Presidência da República, 1979, Disponível em: <https://abre.ai/icil>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.084, de 21 de dezembro de 1982. Atribui valor de documento de identidade à carteira de Jornalista Profissional. Brasília: Presidência da República, 1982. Disponível em: <https://abre.ai/iciv>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 91.902, de 11 de novembro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.360, de 10 de setembro de 1985, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Brasília: Presidência da República, 1985. Disponível em: <https://abre.ai/iciR>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 511961 - São Paulo. Jornalismo. Exigência de diploma de curso superior registrado pelo Ministério da Educação, para exercício da profissão de jornalista. Liberdades de profissão, de expressão e de informação. Recorrente: Sindicato das Empresas de Rádio e TV do Estado de São Paulo. Recorrido: Federação Nacional dos Jornalistas. Relator: Gilmar Mendes, 17 de junho de 2009. Disponível em: <https://abre.ai/icjc>. Acesso em: 15 mar. 2023

CHAMBRE DES REPRÉSENTANTS. Séance du mardi 10 décembre 1963, p. 21. COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 25 août 1971.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 26 mars 1975.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 11 mars 1980.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 5 janvier 1988a.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 15 novembre 1988b.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 19 octobre 1996.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 22 avril 1997.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 5 janvier 1999a.

COMMISSION DE PREMIÈRE INSTANCE RELATIVE A LA PROTECTION DU TITRE DE JOURNALISTE PROFESSIONNEL. Procès-verbal de la réunion du 5 octobre 1999b.

Precursores e pioneiros da atuação do repórter no rádio do Brasil

Valci Zuculoto
Juliana Gomes
Raphaela Ferro
Arnaldo Zimmermann

A coleta e a difusão de informações são ações naturais do cotidiano do rádio brasileiro desde o seu aparecimento no Brasil, no início do século XX. Parte importante do universo da radiodifusão, o jornalismo também acompanha o meio desde sua fundação, mesmo que a estruturação do radiojornalismo só tenha sido iniciada na década de 1940, com o Repórter Esso e o Grande Jornal Falado Tupi, como destaca Ortriwano (1985). Ainda assim, a presença do repórter no radiojornalismo brasileiro só começa a ser identificada formalmente a partir da década de 1950, com os “Comandos Continental”, a equipe de jornalismo da emissora Continental, do Rio de Janeiro, que ganhou destaque com a transmissão na hora e local dos acontecimentos (Bespalhok, 2006).

Entretanto, elementos da reportagem são perceptíveis desde os primeiros anos da história do rádio, mesmo quando o jornalismo não tinha centralidade na programação radiofônica (Zuculoto, 2012). Ainda na fase do rádio pioneiro, mesmo com todas as limitações técnicas do período, é possível encontrar traços do que acabou por se atribuir à função do repórter, considerando o contexto de uma mídia ainda sem uma linguagem própria. Por isso, propõe-se neste capítulo compreender como a atuação do repórter de rádio se caracteriza nos primeiros anos da história do meio até os “Comandos Continental”.

Buscando ampliar pesquisa anterior (Zuculoto *et al.*, 2022), identificam-se raízes históricas da atuação do repórter de rádio, constituindo bases para a compreensão da conformação da reportagem sonora no Brasil.

Verifica-se o percurso da função desde os primeiros anos da história do meio no país, nas décadas de 1920 e 1930, até a experiência protagonista dos “Comandos Continental”, na Rádio Continental do Rio de Janeiro, de 1952 até 1964. Para evidenciar esses vestígios iniciais, adapta-se ao estudo um roteiro periodizado proposto por Zuculoto (2016) para a história do campo acadêmico do rádio no Brasil. Assim, investigam-se períodos precusores e pioneiros de rastros do que, posteriormente, vai-se identificar como atuação de repórter radiofônico.

Entre os objetivos específicos desta pesquisa está apontar e refletir sobre traços da função de repórter nas primeiras décadas do meio, quando a Rádio Sociedade introduz o jornalismo na radiofonia (Zuculoto, 2012), passando pelo protagonismo da Continental, evidenciado até 1964, ano em que a reportagem começa a perder força, com a instauração da ditadura militar (Bespalhok, 2006). Nosso estudo é exploratório, e recorre, sobretudo, à análise documental, por meio da revisão bibliográfica, com uma perspectiva histórica sobre a comunicação, que busca fundamentos nas contribuições de pesquisadores como Marialva Barbosa (2013).

Se considerarmos que história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente, serão os rastros, restos e vestígios que perduram no tempo em diversos suportes que se constituirão nas fontes a serem interpretadas para explicitar gestos e ações pretéritas (Barbosa, 2013, p. 8).

O termo “reportagem” possui, no mínimo, duas definições para o radiojornalismo: serve para se referir ao formato jornalístico em si como também à atividade do repórter na apuração de informações. Neste último caso, Barbeiro e Rangel (2006, p. 20) entendem que este profissional é “o elemento mais importante na cadeia de produção” em qualquer área do jornalismo. Para os autores, o que determinará a exatidão dos fatos, a qualificação e a idoneidade das fontes que irão compor a reportagem será o rigor da apuração que o repórter empenha. No rádio, explica Ferraretto (2001), esse profissional adquire a capacidade de unir a observação à habilidade na comunicação, que muitas vezes será ao vivo. As características essenciais de um bom repórter radiofônico devem reunir também, conforme Ferraretto, sensibilidade, criatividade, busca por atualização informativa e sólida formação intelectual. É muito comum que haja um estilo próprio do

jornalista, como um toque especial na estruturação da narrativa, de acordo com a capacidade criativa do profissional, com as circunstâncias do fato e também com o público (Ferraretto, 2011).

Jung (2004), por sua vez, entende que “o repórter é a síntese do jornalismo, nele se personifica o profissional que vive em busca da informação. Função que não é exercida apenas por aquele que está na rua, microfone em punho, à caça de histórias interessantes para serem contadas” (Jung, 2004, p. 114). O autor compreende que o trabalho desse profissional é diferenciado, ao levantar notícias, investigar fatos e encontrar novidades, sempre buscando esclarecer o ouvinte. Essa função de testemunha e intérprete da realidade é destacada por vários pesquisadores, incluindo Ferraretto (2011, p. 251):

O repórter, como define Philippe Gaillard, constitui-se em uma “testemunha profissional, um investigador que, em vez de prestar contas a uma administração, as presta ao público”. Significa dizer que é um profissional treinado para assistir e analisar o fato do ponto de vista informativo (Ferraretto, 2011, p. 251).

A reportagem enquanto formato jornalístico normalmente transita preferencialmente entre a informação e a interpretação dos fatos, mas as características clássicas de imediatismo e instantaneidade do rádio é o que costuma alicerçar o papel do repórter.

Diferentemente dos meios impressos, onde o repórter hoje age como grande ator da observação da realidade, nos meios eletrônicos a limitação da autonomia nessa observação reside diante da necessidade de imagens (no caso da TV) e de sonoras com depoimentos de fontes ou testemunhos de populares (no caso do rádio). O desenho da narrativa da reportagem para cada meio distinto influencia no tempo de exibição de cada matéria jornalística. Embora a autonomia interpretativa do profissional do rádio seja, por vezes, mais limitada em relação ao profissional dos impressos, a localização no tempo e espaço faz com que o trabalho do repórter em campo exija uma capacidade mínima de interpretação dos acontecimentos (Zimmermann, 2019, p. 5).

A autoridade do repórter radiofônico, ao apurar diretamente onde os fatos ocorrem, acaba não diferindo, na sua essência, da dos jornalistas de outros meios de comunicação, também revestidos de sua autenticidade de testemunha ocular (Zuculoto *et al.*, 2022). No entanto, a transmissão ao vivo da informação envolve a fala do repórter enquanto os fatos ainda se desenvolvem, o que gera os ingredientes lembrados por Jung

(2004), como o calor e a emoção necessários para seduzir o ouvinte e lhe oferecer credibilidade. Ocorre nesses momentos uma conexão direta com a realidade através da adesão do discurso ao fato produzido, quando “receptor e emissor se cruzam num mesmo contexto que é o do próprio acontecimento” (Meditsch, 2007, p. 246).

É no vivo radiofônico que o trabalho do repórter de rádio acaba por se diferenciar dos demais meios de comunicação. Além do preparo para o improviso enquanto a ação perdura (Ferraretto, 2014), a capacidade de produzir e emitir um enunciado simultaneamente à observação sobre o desenrolar do acontecimento completa a isocronia entre quatro tempos, que são “o do acontecimento, o da produção do relato, o da enunciação e o da recepção” (Meditsch, 2007, p. 213).

No entanto, em uma emissão ao vivo e simultânea ao acontecimento, Prado (1989) alerta para o controle de uma curva de tensão que o profissional deve ter sobre sua reportagem, já que a tensão sobre a ação é incontrollável para quem a transmite. Os vazios existentes entre as curvas de tensão da ação e da reportagem podem ser preenchidos com dados complementares ao que ocorre em tempo real, o que exige do repórter uma base documental que ajudará a ampliar a compreensão do ouvinte sobre a ação central (Prado, 1989). Além disso, a transmissão ao vivo frequentemente exige também que o repórter entre no ar repetidas vezes, para a transmissão de um mesmo fato. Herrera Damas (2008) aponta como principal motivo dessa repetição a natureza intangível e efêmera da transmissão radiofônica, que exige que se repitam detalhes do fato para públicos distintos ou não atentos à mensagem na primeira emissão. Outro motivo, segundo a pesquisadora, é a necessidade de o repórter conduzir a interpretação do ouvinte.

Acrescenta-se ainda aos motivos lembrados por Damas (2008) que um acontecimento não se esgota logo após a primeira veiculação da reportagem. Como os fatos possuem um caráter movediço, surge a necessidade de novas intervenções no ar a fim de atualizar e contextualizar o assunto a cada nova entrada. Diferente das reportagens em profundidade ou interpretativas que ocorrem nas diversas mídias, o conjunto de emissões ao longo da cobertura radiojornalística cumpre também, de maneira fragmentada, a contextualização dos acontecimentos, inclusive na alternância entre reportagens ao vivo e gravadas. Meditsch (2007, p. 104) sugere até uma “dupla divulgação” para acontecimentos temporalmente mais distantes, mas que mantenham a atualidade: “a primeira vez ao vivo no momento mesmo da sua apuração e a segunda numa edição mais refinada para um horário privilegiado da programação”.

As intervenções do repórter na programação radiofônica acendem também outra questão que o diferencia, especialmente, do repórter das mídias de menor mobilidade: a abordagem direta às fontes. Enquanto nem sempre é possível reunir as fontes necessárias para a apuração de um acontecimento durante uma transmissão ao vivo, o repórter se depara com duas opções principais: a realização do diferido, com a gravação e a montagem que inclui, por exemplo, “opiniões de especialistas, ou o contraste entre afetados pelos fatos e os ausentes do acontecimento” (Prado, 1989, p. 89); ou a possibilidade de ouvir diferentes fontes em momentos diversos, inclusive diante do surgimento de novos fatos.

Esta segunda alternativa se revela para Chagas (2017) como uma espiral informativa, com zonas altas e baixas, de acordo com a intensidade da cobertura. Segundo o pesquisador, em vez da produção de um texto estático e acabado, como ocorre em outros meios de comunicação, “a potencialidade de diversidade se mantém na seleção das vozes que constroem a interpretação dos acontecimentos” (Chagas, 2017, p. 11). Há, nesse sentido, um cruzamento entre o tempo e o espaço que emissora e fontes possuem. Mas se as diferenças entre a função do repórter de rádio em relação ao profissional de outros meios de comunicação sempre estiveram ligadas à instantaneidade da informação, ao imprevisto da transmissão ao vivo e às formas de organização e emissão de suas mensagens, na era da velocidade da *web* e dos *smartphones*, cabe ao repórter radiofônico ser o primeiro a dar uma informação de maneira dupla, pelo rádio hertziano e pelas plataformas digitais da emissora.

Há um encurtamento do lapso temporal entre o acontecimento e a transmissão de informações ao ouvinte e também um aumento da velocidade das etapas de execução da reportagem, como apuração, produção e circulação (Zimmermann; Zuculoto, 2020). Mesmo diante de um ambiente midiático, onde todos os meios se aproximam mais em suas linguagens e modos operacionais, o repórter radiofônico já convive, historicamente, com o hábito de mesclar o seu tempo de apuração, de produção do conteúdo e de intervenção no ar, tão comuns em tempos digitais.

Lopez (2009) destaca que os primeiros passos da reportagem de rádio no Brasil ocorreram na década de 1940. No entanto, antes mesmo do estabelecimento do radiojornalismo informativo, já existiam práticas que podem

ser consideradas semelhantes ao que, posteriormente, se identificou como reportagem. Portanto, há precusores: experiências anteriores à prática sistematizada do trabalho do repórter, mas que já apresentavam características do que viria a receber o nome de reportagem. Assim, o registro de uma periodização histórica desse gênero jornalístico deve incluir também essas iniciativas, considerando paralelos que evitem aproximações anacrônicas, mas compreendam práticas anteriores como referências do começo do desenvolvimento do jornalismo sonoro.

A partir do roteiro inicialmente elaborado por José Marques de Melo (2003) para uma História das Ciências da Comunicação no Brasil e adaptado por Zuculoto (2016) para a elaboração de uma cartografia da pesquisa do campo radiofônico, é possível estabelecer um paralelo sobre como se desenvolveu a reportagem e o trabalho do repórter no radiojornalismo brasileiro. Na pesquisa radiofônica, há um primeiro período de precusores entre os anos de 1920 e 1940; uma fase de pioneirismo nas décadas de 1950 e 1960; um terceiro período, de organização, nos anos 1970 e 1980; e uma fase de fortalecimento nos anos 1990 (Zuculoto, 2016). Da mesma forma, é possível pensar em fases para o surgimento e desenvolvimento do trabalho de reportagem de rádio.

Nos mais de 100 anos de história do rádio no Brasil, algumas experiências que antecedem a efetiva estreia da reportagem radiofônica são identificáveis nos pioneiros da radiofonia nacional. Apesar de Moreira (1991) e Ferraretto (2001), por exemplo, reconhecerem o início do rádio informativo no Brasil na primeira transmissão do Repórter Esso, em 1941, é perceptível a existência de precusores da reportagem na fase das décadas de 1920 e 1930. As primeiras transmissões de competições esportivas em mídia sonora eram constituídas por elementos que caracterizam ações, no mínimo, similares ao radiojornalismo e embrionárias das reportagens. Ainda em período anterior, Roquette-Pinto, pioneiro da radiodifusão brasileira, já estabelecia uma relação com características que posteriormente seriam definidas como jornalismo radiofônico, ao apresentar noticiários na sua Rádio Sociedade no Rio de Janeiro.

Embora o rádio brasileiro seja mantido no início por uma elite intelectual de apaixonados pela novidade tecnológica, a exemplo das pioneiras Rádio Clube de Pernambuco, em 1919, e Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, a base da programação em seus primórdios é associada à cultura e educação. No entanto, a presença da informação jornalística não pode ser desconsiderada. “A notícia faz parte da programação radiofônica

emergente de maneira muito tímida. Pode-se dizer que a notícia é exceção no rádio pioneiro” (Zuculoto, 2012, p. 28).

A introdução de conteúdo jornalístico na programação está registrada na leitura de notícias extraídas dos jornais impressos por Roquette-Pinto na década de 1920. Ele lia no ar, por telefone, as notícias que julgava mais importantes, comentando-as em seguida, conforme relatam Lopes (1970), Jung (2004), Gilioli (2008) e Zuculoto (2012). Lopes (1970) explica que os fatos eram comentados, esmiuçados e interpretados por Roquette-Pinto naquele período em uma iniciativa inédita para a época. “O comentarista apreciava os acontecimentos aparecidos nos noticiários dos jornais, lendo-lhe as manchetes e oferecendo um panorama inigualável de concisão, de realidade e de objetividade como somente ele poderia fazê-lo” (Lopes, 1970, p. 41).

A novidade levada ao ar, com a simples leitura de jornais ao microfone, revela que já havia algum tipo de conteúdo jornalístico na programação radiofônica, mas também demonstra que a reportagem ainda era inexistente, como explica Besspalhok (2005, p. 2-3): “O radiojornalismo brasileiro começou sem reportagem, portanto sem a voz do repórter ou das fontes. Tinha-se, desde o início, a figura do apresentador que narrava as notícias ou fazia comentários”. Entretanto, se ao repórter cabe a atribuição, entre outras, de assistir e analisar o fato do ponto de vista informativo, como já apontou Ferraretto (2011), é possível considerar que o papel que Roquette-Pinto desempenhava também reunia alguns elementos do que mais tarde se tornaria o radiojornalismo e até mesmo alguns traços da reportagem radiofônica. Nesse sentido, pode-se considerar que a sua atividade já antecipava, de forma precursora, o futuro formato radiofônico.

Apesar de não haver uma estrutura elaborada de apuração e checagem das informações naquela prática de transposição das notícias de jornal para o rádio, não pode ser descartado o fato de haver ali uma consulta documental, ao considerarmos o impresso como um documento. Além disso, a apresentação de fatos novos e a elaboração de uma análise sobre eles são mais indícios de que havia um esforço pioneiro na tentativa de atualizar o ouvinte sobre os últimos acontecimentos. Mas embora houvesse uma forma inovadora de “transposição” das notícias dos jornais para o rádio, as equipes e a programação das emissoras ainda eram totalmente improvisadas, sem técnicas de produção que pudessem adequar o conteúdo às especificidades da linguagem radiofônica, como lembra Zuculoto (2012). O potencial de imediatismo e instantaneidade

que o meio oferecia à época para a difusão de notícias continuaria negligenciado por mais algumas décadas, segundo a autora.

É preciso ter em consideração que na fase do rádio pioneiro, o meio ainda não se caracterizava como de comunicação de massa, pois as transmissões estavam restritas aos membros das sociedades que mantinham as emissoras e tinham recursos para adquirir os aparelhos receptores de elevado valor financeiro. A programação das rádios era composta, por exemplo, de apresentações de cantores líricos e palestras científicas (Zuculoto, 2012).

No mesmo período, é possível identificar nas primeiras transmissões de futebol características que mais tarde seriam relacionadas à reportagem. A apresentação de informações em tempo real a partir de uma ideia de relato das partidas aproxima-se do que posteriormente se tornou o trabalho do repórter de rádio, algo que à época ainda não tinha surgido como tal. As primeiras transmissões foram realizadas entre as décadas de 1920 e 1930. De acordo com Guimarães (2020), foram identificados, em documentos referentes ao intervalo entre os anos 1923 e 1930, diversos experimentos e iniciativas de transmissões feitas pelo rádio diretamente de eventos esportivos. “As irradiações eram marcadas pela precariedade”, afirma Guimarães (2020, p. 83).

Uma iniciativa descrita por Ribeiro (2007) exemplifica esse cenário. O autor descreve a cobertura de um jogo entre as seleções do Brasil e da Argentina, válido pelo Campeonato Sul-Americano de Futebol Masculino e realizado em 15 de outubro de 1922 no Estádio das Laranjeiras (RJ). Leopoldo Santana foi o responsável, a convite de Cásper Líbero.

Não era uma transmissão na íntegra, mas uma série de boletins recebidos por telefone e retransmitidos por alto-falantes. Eles informavam o andamento da partida aos frequentadores da Confeitaria Mimi, localizada no Vale do Anhangabaú (Ribeiro, 2007, p. 59).

Guimarães (2020) indica uma prática semelhante, mas referente ao ano de 1923 e a outro estabelecimento comercial, a Sorveteria Meia Noite, igualmente localizada no Anhangabaú.

Em 6 de janeiro de 1923 foi encontrado, na pesquisa realizada, o primeiro recorte que dava conta de algo próximo a uma irradiação de uma partida de futebol no Brasil. A nota publicada pelo jornal A Gazeta (6 jan. 1923) informava que um serviço de informações faladas seria prestado para a Sorveteria Meia Noite, no Anhangabaú, na cidade de São Paulo. [...] No dia 13 de janeiro do mesmo ano a sor-

veteria repetiu a iniciativa, desta vez para mais três jogos do Campeonato da Cidade de São Paulo (A Gazeta, 6 jan. 1923). Depois do registro histórico documentado pelo Correio Paulistano (1º maio 1940), em que Leopoldo Sant’Anna narrou um confronto entre paulistas e cariocas em 1924, a Rádio Mayrink Veiga irradiou informações sobre o jogo entre Brasil e Paraguai, em 17 de dezembro de 1924 (O Jornal, 17 dez. 1924), entretanto não foi uma transmissão completa. Havia apenas o repasse de informações de tempos em tempos para o público (Guimarães, 2020, p. 87-89).

O caráter informativo e a atuação do jornalista configuram, então, a ação como elemento entre os precursores da reportagem, assim como o que se desenvolve nos anos seguintes no âmbito esportivo. Guimarães (2020, p. 80) destaca o caráter experimental desses primeiros esboços de transmissão, mas afirma que “tais acontecimentos foram preponderantes para que, a partir do início da profissionalização do futebol e do rádio comercial, a jornada esportiva passasse a se consolidar efetivamente como um produto radiofônico brasileiro com a chegada dos anos 30”, jornada que enfrentou diversos desafios técnicos, ganhou forma cada vez mais informativa e se tornou, em alguns elementos, referência prática para o que seria o radiojornalismo.

Ortriwano (1985) avalia que o trabalho voltado para a área de esportes no rádio contribuiu de forma determinante, inclusive, para o desenvolvimento tecnológico do meio. “Os problemas técnicos precisavam ser resolvidos e as soluções encontradas eram aplicadas a outras situações”, afirma a autora (Ortriwano, 1985, p. 27). Houve influência também na formatação dos gêneros do radiojornalismo, destacando-se a reportagem, para a qual as transmissões esportivas indicaram práticas testadas a partir de uma combinação entre preparação e improviso, desenvolvendo técnicas sobre como transmitir ao ouvinte “o clima do acontecimento” (Barbeiro; Rangel, 2006). Assim, a cobertura esportiva fez parte do que posteriormente se transformaria até a consolidação da reportagem como se conhece hoje.

No período, em linhas gerais, apenas boletins sobre as partidas eram apresentados pelo rádio, com apresentadores entrando ao vivo na programação durante os intervalos das partidas para relatar os lances mais importantes. Ainda não existia a ideia de narrar integralmente o jogo e descrever seus acontecimentos no momento em que aconteciam (Mostaro; Kischinhevsky, 2016, p. 153).

Os relatos esportivos, que integravam desde seus primeiros anos a programação da Rádio Clube, do Rio de Janeiro, atingiram o ápice em 1925, com a primeira transmissão de futebol, narrada por Amador Santos, segundo Mostaro e Kischinhevsky (2016), mesmo que ainda não de forma integral. As transmissões de eventos esportivos contribuíram diretamente para a estruturação do rádio como enunciador de acontecimentos em “tempo real”. Um exemplo é o episódio quase folclórico em que Amador Santos narrou uma partida posicionado em um galinheiro próximo ao local em que era realizado o jogo. Nesse período, em alguns momentos, as rádios foram proibidas de entrar nos estádios, porque os clubes temiam que os torcedores deixassem de frequentar o local para ouvirem a transmissão de futebol pelo rádio, em casa (Guimarães, 2020). Em uma ocasião, “Amador Santos foi impedido de ingressar no estádio do Fluminense, um dos primeiros clubes de futebol do país, e teve que se postar no galinheiro de uma casa ao lado do campo para narrar a partida” (Mostaro; Kischinhevsky, 2016, p. 153).

O empenho na busca pela informação e por transmiti-la está entre os elementos que permitem a identificação de tal cobertura como precursora da reportagem, considerando também a capacidade de observação, a habilidade na comunicação e o uso de testemunho profissional no processo de apuração dos fatos.

As transmissões esportivas desde o início se caracterizaram por apresentar um jornalismo de natureza “substantiva” em seu grau máximo, com a “recriação” do fato para o ouvinte com toda a emocionalidade que as palavras podem conseguir. A criação de “imagens mentais” é tão poderosa, a ponto de ser muito mais emocionante ouvir uma partida pelo rádio do que assisti-la no próprio estádio. O torcedor vai ao estádio, mas leva seu “radinho” para saber o que está acontecendo... Ou assiste à imagem na televisão, ouvindo a narração do rádio. A presença do “repórter de campo”, acompanhando todos os movimentos – e até, pretensamente, os “pensamentos” – das equipes durante a disputa, é também uma conquista do rádio esportivo, informando e prestando serviço (Ortrivano, 1985, p. 26-27).

As características da reportagem, ainda em sua fase de prenúncio, se tornam mais elaboradas a partir do momento em que começam a ser feitas as transmissões integrais de jogos de futebol. A primeira foi realizada em 19 de julho de 1931, pela Rádio Sociedade Educadora Paulista. Nicolau Tuma, que ficaria posteriormente conhecido como *speaker* metralhadora

por pronunciar até 250 palavras por minuto (Mostaro; Kischinhevsky, 2016), narrou partida entre as equipes de São Paulo e Paraná (Ribeiro, 2007), depois de visitar os vestiários dos dois times com o objetivo de “conhecer os atletas para descrevê-los ao público” porque ainda não havia numeração nas camisas dos jogadores, dificultando a identificação a distância (Guimarães, 2020, p. 85). “Tuma se propôs a descrever ‘fielmente todos os acontecimentos ocorridos na partida’” (Mostaro; Kischinhevsky, 2016), assim como é exigido da reportagem que apresente veracidade e exatidão.

O termo aparece, inclusive, em um jornal do final da década de 1930, que noticiava jogo da Copa América de Futebol Masculino, referenciando a função do narrador. Segundo Mostaro e Kischinhevsky (2016), o torneio de 1937 se tornou marco nas transmissões radiofônicas de competições esportivas no Brasil. “Com um microphone instalado no campo de S. Lourenço de Almagro, ligado directamente à Tupi e à Difusora por meio de telephone internacional, a irradiação que Nicoláo Tuma vae fazer será a reportagem perfeita e completa do jogo no instante mesmo em que elle se realizar” (Diário da Noite, 23 jan. 1937, p. 17, *apud* Mostaro; Kischinhevsky, 2016, p. 157).

Há muitas diferenças entre o que era praticado e o que posteriormente foi considerado característica da reportagem radiofônica, mas também muitas semelhanças. Mostaro e Kischinhevsky (2016) analisam, por exemplo, que os jornais da época demarcavam que o locutor estaria no local do jogo que seria transmitido, vendo o acontecimento, o que dava mais legitimidade e credibilidade à atuação do narrador. Além disso, há registros jornalísticos de situações em que esse profissional foi identificado como repórter. “A função do repórter, qualquer repórter, é ver e contar” (A Noite, 2 fev. 1937, p. 4 *apud* Mostaro; Kischinhevsky, 2016, p. 161). A coluna do jornal demarca que a função se relaciona ao ato de “contar exatamente o que está vendo no campo para o ouvinte” (Mostaro; Kischinhevsky, 2016, p. 161).

Nos Estados Unidos, desde 1920, as reportagens externas, feitas diretamente do local do acontecimento, faziam parte da rotina das emissoras, e, na década seguinte, o telefone passou a ser uma ferramenta para transmissão de qualquer local, simultaneamente ao acontecimento, segundo Ortriwano (1990). Para Ferraz (2014), esta é uma demonstração do atraso na tecnologia do rádio brasileiro à época, pois o primeiro transmissor para reportagens volantes, ideal para o transporte até o local dos acontecimentos, chegou no Brasil apenas em 1937. Era um equipamento que pesava 10 quilos e tinha dimensões bem mais reduzidas em relação aos anteriores. Dessa forma, o

amadorismo e a cópia faziam a notícia até a década de 1930, quando a radiofonia passou a operar como comercial, com mais qualidade técnica e profissionalizando suas equipes (Zuculoto, 2012, p. 50).

A partir de 1931, após a legalização da publicidade, o rádio busca uma aproximação das massas e para isso assume um perfil popular de comunicação. Por isso, entre o fim da década de 1930 até meados de 1950, o meio vive seu período de glória, com programas de auditório, de humor, concursos de calouros, musicais e radionovelas (Zuculoto, 2012). A notícia vai sendo inserida aos poucos, em meio aos programas de entretenimento e, principalmente, em programas esportivos, consagrados pelas narrações dos jogos de futebol (Jung, 2004).

Na década de 1930, o rádio foi fundamental na Revolução Constitucionalista, quando foi usado como agente político e ideológico, conforme Zuculoto (2012), na busca pela convocação de uma assembleia constituinte. Pelas ondas do rádio, diversos locais do país foram informados de que o estado de São Paulo estava isolado pelo cerco das forças federais.

As emissoras paulistas divulgavam notícias, comentários e discursos em prol da Revolução. Já o presidente Getúlio Vargas utilizava-se de emissoras de outros estados e procurava passar a imagem dos paulistas como separatistas “que pretendiam tornar São Paulo uma ‘república italiana’” (Bespalhok, 2006, p. 35).

Já nos anos 1940, no auge do radioespetáculo, começa a estruturação do radiojornalismo, com o Repórter Esso pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro e o Grande Jornal Falado Tupi pela Rádio Tupi de São Paulo. É a partir desse momento que o radiojornalismo nacional passa a ser padronizado como forma de se dissociar do jornal impresso, como relata Ortriwano (1985, p. 21): “O Repórter Esso e o Grande Jornal Falado Tupi foram marcos importantes para que o radiojornalismo brasileiro encontrasse sua definição, os caminhos para uma linguagem própria para o meio”. A novidade representa um avanço para o veículo, que antes se resumia às notícias do dia anterior, publicadas no jornal impresso.

Ao usar como fontes de notícias a agência noticiosa United Press Association (UPA) e, de 1958 em diante, a United Press International (UPI), que emitia telegramas em tempo real para seus assinantes, o Repórter Esso, graças à simultaneidade do rádio, pôs-se à frente do jornal impresso na difusão da notícia. E pôs mais claramente o rádio diante dos fatos enquanto eles aconteciam (Ferraz, 2014, p. 9).

O Repórter Esso entra no ar em 1941, com a justificativa de oferecer agilidade para a transmissão das notícias da Segunda Guerra Mundial. O noticioso foi transmitido, no Brasil, por 27 anos por emissoras de diversos estados de forma simultânea. A referência era do radiojornalismo norte-americano, considerado o responsável pelo texto e pelas técnicas de produção incorporadas à notícia de rádio no país, conforme Zuculoto (2012). “O Esso é determinante no nosso modelo de notícia: síntese, clareza, objetividade na forma e estrutura do relato. E assim, com o Esso, o *lead* chega ao Brasil pelas ondas do rádio” (Zuculoto, 2012, p. 29). Heron Domingues, principal apresentador do Repórter Esso, foi o responsável por organizar a primeira equipe jornalística do rádio, segundo Moreira (1991). Em 1948, Domingues implantou na Rádio Nacional a Seção de Jornais Falados e Reportagens, a redação pioneira de radiojornalismo. De acordo com Ferraz (2014), Domingues propôs um perfil de reportagem mais aplicado ao impresso. “[...] pelo próprio formato do Repórter Esso, o trabalho do repórter de sua equipe seria o de apurar os fatos com as fontes e redigir a reportagem na forma de uma lauda, com no máximo 15 linhas de texto” (Ferraz, 2014, p. 10).

A partir do Repórter Esso, o rádio se torna “o primeiro a dar as últimas”, como indica um de seus *slogans*, de acordo com Ortriwano (1985). Com isso, abre mão do *gilete press*, o copia e cola do jornalismo impresso e, pela primeira vez, um programa de rádio entra no ar em horários exatos, com tempo fixo de cinco minutos (Klöckner, 2006).

Outro marco do jornalismo radiofônico, o Grande Jornal Falado Tupi, passou a ser transmitido em 1942, sob o comando de Corifeu de Azevedo Marques na Rádio Tupi de São Paulo. “Não era uma síntese de cinco minutos, como o famoso ‘Repórter’ e tinha uma única edição diária, à noite. Começava com manchetes e transmitia as notícias em blocos que eram divididos por assuntos, seguindo a técnica de edição dos jornais impressos” (Zuculoto, 2012, p. 93). A captação de informações não se resume ao jornal impresso, começa a diversificar fontes, embora ainda se baseie principalmente nas agências de notícias.

O processo de estruturação da reportagem de rádio se dá em grande parte como resposta à chegada da televisão ao Brasil no início da década de 1950 (Zuculoto, 2012). Grande parte das primeiras experiências de reportagem de rua buscava retomar a credibilidade e o espaço do rádio diante da TV. “A emissora Continental e a JB, no Rio de Janeiro; a Bandeirantes e a Record, em São Paulo, entenderam a necessidade de oferecer informação

ao vivo, apesar da falta de mobilidade dos equipamentos da época” (Jung, 2004, p. 37). Lopez (2011) destaca que nesse período as grandes dimensões dos equipamentos exigiam a presença de carregadores para o transporte.

Nessa época, as linhas telefônicas eram usadas para transmitir a voz do repórter, que precisava deixar o local da pauta para relatar os fatos à audiência. Já o rádiojornalismo esportivo fazia transmissões ao vivo dos jogos de futebol, com uma atuação mais próxima de uma reportagem no local da pauta, conforme Ferraz (2014).

Uma das inovações da rádio era a colocação de um locutor atrás do gol. Quando acontecia um escanteio ou uma falta perto da meta, esse locutor irradiava o lance, no lugar do narrador titular. Por isso, quem transmitiu o gol de Baltazar pela seleção brasileira na abertura da Copa de 50 não foi o locutor principal, Pedro Luís, mas sim o repórter de campo, Otávio Muniz (Souza, 1994, p. 47 *apud* Ferraz, 2014, p.10).

A reportagem se instala efetivamente no rádio nacional só em 1952, com a criação dos Comandos Continental. A iniciativa foi de Carlos Pallut, da emissora Continental do Rio de Janeiro, como relata Besspalhok (2006), e se constituiu no primeiro modo de operação contínuo, com uma rotina de reportagem no rádio.

A equipe da emissora Continental fazia a cobertura de grandes eventos ou acontecimentos ao vivo, como incêndios, julgamentos, acidentes graves e outros com o uso de carros adaptados tecnicamente.

Foi também um tempo em que se via a narrativa de repórteres que viveram a experiência, se dedicaram ao extremo pela chance de reportar para o rádio. [Era] a busca pelos detalhes, pelo aprofundamento e pela cobertura com começo, meio e fim (Ferraz, 2014, p. 39).

Conforme Zuculoto (2012), esse sistema de cobertura externa já era uma prática do jornalismo esportivo da emissora.

Na rua, o repórter fazia entrevistas e as transmitia ao vivo ou diferido. Com dois carros da marca Dodge, um furgão e uma caminhonete, chamados de RC-1 e RC-2, a emissora Continental foi a primeira a ter veículos com essa tecnologia para reportagens externas, segundo Besspalhok (2006, p. 71). Os Comandos Continental possuíam também dois microfones sem fio, chamados BTP, que, como lembra um dos repórteres da época, Saulo Gomes, ouvidos por Besspalhok:

Tinha mais ou menos assim uns 40 centímetros de altura, 10 por aí, de largura, com duas alças de ferro, era uma bateria e ele operava com um pequeno transmissor. Então, o operador, a uma certa distância, sintonizava o som desse microfone, até ajustar aquela sintonia e isso é que servia para nós fazermos as transmissões externas quando tínhamos que nos deslocar (Bespalhok, 2006, p. 70).

Conforme a autora, eram usados ainda gravadores de fita de rolo, para pautas agendadas e reportagens políticas. Com peso de cerca de 20 quilos, os gravadores precisavam que pelo menos quatro pessoas os carregassem, segundo Bespalhok (2006).

Em 1951, com seis postos de transmissão, a Continental coloca no ar a primeira cobertura de carnaval, prática que se tornou tradição no Rio de Janeiro (Bespalhok, 2006). Esse modelo de cobertura externa e ao vivo foi adaptado a outros grandes acontecimentos que eram acompanhados pela equipe, segundo Bespalhok (2006), ou seja, os Comandos Continental usavam a estrutura disponível para se manter em movimento, porque a informação não podia parar:

[...] um carro ficava encarregado de cobrir as pautas previamente agendadas e o outro percorria a cidade em busca do inusitado e do inesperado. A ordem de Pallut era que os repórteres fossem em busca de assuntos de interesse da cidade e prestassem um serviço ao cidadão falando de incêndios, assaltos, desabamentos ou enchentes (Bespalhok, 2006, p. 71-72).

De acordo com a pesquisadora, longas coberturas ao vivo eram prática comum na Continental. Embora não informe a data da ocorrência, Bespalhok (2006) conta que a equipe da emissora chegou ao extremo de, por quatro dias, fazer a cobertura de um acidente entre dois trens na estação de Mangueira. Dessa forma, ampliava as notícias em reportagens com entrevistados e repórteres pela cidade toda. Com isso, os profissionais investigavam causas, desdobramentos e aprofundavam a informação inicial.

O protagonismo dos Comandos Continental se estendeu até 1964, de acordo com Bespalhok (2006), quando o golpe militar impôs a censura aos meios de comunicação e a reportagem externa foi perdendo espaço no rádio brasileiro.

Não é possível analisar a realidade do rádio de hoje a partir da perspectiva do passado. O inverso também é verdadeiro. É preciso compreender as distâncias que separam e as interpretações que aproximam o que se entende agora sobre o meio, sem desconsiderar os contextos das realidades envolvidas na análise. Para identificar traços da presença do repórter nos primeiros anos do rádio no Brasil, é imprescindível considerar que a instalação do veículo se deu em um contexto amador, quando era compreendido como mera tecnologia, em uso, primordialmente, com a finalidade de entreter e educar, sem o viés informativo factual.

Nas duas primeiras décadas, a informação se baseava no jornal impresso, com a crônica ou os comentários e contextualizações, como as feitas por Roquette-Pinto, no caso da Rádio Sociedade. Já na década de 1940, o Repórter Esso, assim como o Grande Jornal Falado Tupi, era construído a partir da apuração das agências de notícias. Na década de 1950, a reportagem ganha estrutura pela primeira vez com a experiência dos Comandos Continental, explorando principalmente características do rádio como a mobilidade e o imediatismo. Mas é preciso considerar o que há de jornalístico nas experiências que existiam antes. Podemos dizer que os primeiros anos do rádio prepararam o terreno para a constituição do repórter como se conhece hoje.

Algumas características hoje atribuídas ao repórter já eram exploradas no chamado rádio pioneiro, como o caráter da transmissão ao vivo e a aposta em características como o improvisado e o uso da base documental para a constituição dos programas. Assim, adaptando a periodização elaborada por Zuculoto (2016) para uma cartografia da pesquisa do campo radiofônico, podemos identificar traços da função do repórter nas duas primeiras fases. No primeiro período, de precusores, entre os anos de 1920 e 1940, encontramos a atuação de Roquette-Pinto, com a apresentação das principais notícias contextualizadas e comentadas, ainda que retiradas do jornal impresso, além das primeiras transmissões e coberturas esportivas (1925), bem como a chegada do Repórter Esso e do Grande Jornal Falado Tupi (1941).

Nas décadas de 1950 e 1960, fase do pioneirismo, podemos situar a experiência dos Comandos Continental com a primeira estrutura de reportagem externa ao vivo, que serviu de referência para o meio no país. Essa fase delimita o escopo do estudo aqui proposto sobre a conformação histórica da função de repórter de rádio e se estende até 1964, quando a reportagem perde força com a censura imposta pela ditadura militar.

Referências

- BARBEIRO, H.; RANGEL, P. *Manual do jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARBOSA, M. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BESPALHOK, F. L. B. Reportagem externa radiofônica: a experiência da emissora continental na construção da história do radiojornalismo brasileiro. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO*, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-12.
- BESPALHOK, F. L. B. *A prática da reportagem radiofônica na Emissora Continental do Rio de Janeiro*. 2006. 340 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2006.
- CHAGAS, L. J. V. Da pirâmide à espiral: a construção da notícia no radiojornalismo ao vivo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 40., 2017, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-16.
- DAMAS, S. H. La frecuencia como dimensión temporal en los reportajes en radio. *In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE LINGÜÍSTICA (SEL)*, XXXVII. 2008, Pamplona. *Anais [...]*. Pamplona, Universidad de Navarra, 2008. p. 327-340.
- FERRARETTO, L. A. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- FERRARETTO, L. A. Radiojornalismo no Brasil: do noticiário à convergência, alguns fragmentos históricos. *In: MOREIRA, S. V. (org.). 70 anos de radiojornalismo no Brasil 1941-2011*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 17-41.
- FERRARETTO, L. A. *Rádio: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 2014.
- FERRAZ, N. Relações entre avanço tecnológico, produção da informação no rádio brasileiro e reportagem radiofônica entre o fim dos anos 30 e início dos anos 50. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 37., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Intercom, 2014. p. 1-15.
- GILIOLI, R. S. P. *Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto*. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GUIMARÃES, C. G. S. O início da narração esportiva no rádio brasileiro: as transmissões pioneiras. *In: RADDATZ, V. L. S. et al. (org.). Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re)construção*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020. p. 79-95.
- JUNG, M. *Jornalismo de rádio*. São Paulo: Contexto, 2004.

- KLÖCKNER, L. O noticiário radiofônico como política de guerra e a edição brasileira de O Repórter Esso. In: GOLIN, C.; ABREU, J. B. (org.). *Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. v. 38, p. 49-72.
- LOPES, S. *Rádiodifusão hoje*. Rio de Janeiro: Temário, 1970. v. 1.
- LOPEZ, D. C. Marcos tecnológicos do radiojornalismo no Brasil: uma revisão histórica. In: KLÖCKNER, L.; PRATA, N. (org.). *A história da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 466-482.
- LOPEZ, D. C. O Repórter Esso e as sínteses radiofônicas contemporâneas. In: MOREIRA, S. V. (org.). *70 anos de radiojornalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 127-140.
- MEDITSCH, E. *O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2007.
- MELO, J. M. de. *História do pensamento comunicacional: cenários e personagens*. São Paulo: Paulus, 2003.
- MOREIRA, S. V. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- MOSTARO, F. F. R.; KISCHINHEVSKY, M. Narrativas sobre as primeiras transmissões de jogos internacionais da seleção brasileira. *LIS Letra. Imagen. Sonido. Ciudad Mediatizada*, Buenos Aires, n. 15, p. 147-165, 2016.
- ORTRIWANO, G. S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- ORTRIWANO, G. S. *Os (des)caminhos do radiojornalismo*. 1990. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- PRADO, E. *Estrutura da informação radiofônica*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1989.
- RIBEIRO, A. *Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- ZIMMERMANN, A. Reportagem no rádio contemporâneo: interpretação da realidade em formato informativo nas coberturas do 15 de maio pela CBN e Jovem Pan News. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., 2019, Goiânia. *Anais [...]*. São Paulo: SBPJor, 2019. p. 1-16.
- ZIMMERMANN, A.; ZUCULOTO, V. R. M. A transformação da reportagem radiofônica externa a partir do uso dos *smartphones*: reflexões sobre as potencialidades tecnológicas em tempos de pandemia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 18., 2020, Remoto. *Anais [...]*. São Paulo: SBPJor, 2020.

ZUCULOTO, V. R. M. A notícia no rádio pioneiro e na “época de ouro da radiofonia brasileira”. In: CUNHA, M. R.; HAUSSEN, D. F. (org.) *Rádio brasileiro: episódios e personagens*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. p. 15-34.

ZUCULOTO, V. R. M. *No ar: a história da notícia de rádio no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2012.

ZUCULOTO, V. R. M. A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. In: ZUCULOTO, V.; LOPEZ, D.; KISCHINHEVSKY, M. (org.). *Estudos radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom*. São Paulo: Intercom, 2016.

ZUCULOTO, V. R. M. *et al.* O repórter de rádio: das transmissões esportivas de cima de galinheiros aos Comandos Continental, percursos históricos nas primeiras décadas do meio no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Intercom, 2022.

O fenômeno do *jornalismo sem nomes*

Carlos Locatelli
Caetano Machado

Uma patologia cada vez mais perceptível assola os veículos brasileiros em todas as mídias: a proliferação de uma forma narrativa não usual para o que se convencionou denominar jornalismo de referência, a saber, a produção textual sem a nominação das pessoas envolvidas nos acontecimentos. O fenômeno, denominado aqui *jornalismo sem nomes*, caracteriza-se pela produção de narrativas desprovidas de resposta para uma das principais perguntas que balizam a cultura e o fazer jornalístico, especificamente o “Quem?”, o revelador dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos.

A dessubjetivação, ou seja, a retirada dos sujeitos das ações nas narrativas sobre acontecimentos com potencial de interesse público pelo jornalismo é uma situação complexa que envolve e transcende, em muito, a necessária anonimização prevista legalmente para a proteção da privacidade das pessoas e o sigilo das fontes. Ao estender-se, em alcance, a um número cada vez maior de situações que não envolvem esses requerimentos, que de fato são ou deveriam ser exceções, a dessubjetivação provoca impactos ainda pouco conhecidos às funções socialmente esperadas do jornalismo, afetando potencialmente seus requerimentos sociais de autoridade, legitimidade e credibilidade. Particularmente, a ausência dos envolvidos pode resultar em sérios prejuízos aos demais cidadãos, que não têm elementos cognitivos para compreender e se proteger de situações que implicam até mesmo um risco à sua existência.

Entre 2017 e 2019 acompanhamos esse fenômeno, inicialmente de forma exploratória, em leituras diárias e coleta dos materiais mais típicos e recorrentes em veículos *mainstream* de Santa Catarina (das redes *RBS/NSC* e *ND*) e de alcance nacional (*Folha de S. Paulo*, *UOL* e *Valor*). Os resultados dessa primeira etapa de pesquisa foram apresentados no

congresso anual de 2022 da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ABRAJI (Locatelli; Machado, 2022).

As principais conclusões foram as seguintes.

Quanto aos veículos e mídias, o *jornalismo sem nomes* é um fenômeno crescente e abundante em produtos jornalísticos de todas as mídias, mas tende a ser mais visível em veículos de alcance local e estadual. Ou seja, ele afeta mais publicações que estão próximas de seus públicos.

Quanto às temáticas, o fenômeno aparece com mais frequência e intensidade ligado a ações de segurança pública, decisões do judiciário, questões envolvendo saúde pública, agressões ao meio ambiente e ameaças aos direitos dos cidadãos.

Em relação aos acontecimentos, a dessubjetivação tende a estar mais ligada a:

- a) acontecimentos públicos cotidianos inesperados que ocorrem na sociedade, os chamados *faits divers* apontados fartamente pela literatura do jornalismo (Lage, 2005), tais como fraudes, ocorrências de trânsito, desastres naturais, situações de violência, crimes, contrabando e descaminho, corrupção, tráfico etc.;
- b) acontecimentos programados e provocados por agentes públicos do Executivo e do legislativo, nos níveis municipal, estadual e federal;
- c) situações envolvendo o Judiciário, desde indiciamentos a resultados de decisões parciais ou definitivas de processos.

Percebeu-se ainda que os acontecimentos anonimizados envolvem sempre um ou mais cidadãos e/ou organizações nas quais agentes do Estado precisam imputar-lhes provisória ou definitivamente responsabilidade por ação praticada que afeta outros indivíduos ou coletividades, implicando eventual responsabilização cível e/ou criminal.

O fenômeno parece ter múltiplas origens e justificativas provenientes de campos e situações distintas, mas que se complementam e autoinfluenciam, entre elas:

- a) Da estratégia das fontes que oligopolizam a oferta de informações sobre determinados acontecimentos (Nascimento, 2018), como as polícias (federal, estadual, civil e militar), corpo de bombeiros, órgãos de proteção do consumidor, da saúde e meio ambiente, além de diversos ramos do Judiciário e do Ministério Público. Cada vez mais capacitadas a produzir, rapidamente e em muitas mídias, narrativas

sobre os fatos em que atuam, essas fontes adotam estrategicamente a dessubjetivação como padrão de suas manifestações públicas (*releases*, notícias, imagens etc.).

- b) Das alterações no ecossistema comunicacional em que o jornalismo se insere, considerando ao menos três dimensões. A primeira, de caráter estruturante, diz respeito ao ambiente em que o jornalismo está imerso, com abundância de informações e concorrência das redes sociais pouco interessadas em informação de qualidade, que na operação diária fragilizam as possibilidades do trabalho investigativo característico do jornalismo (Charron; Bonville, 2016). A segunda, ligada à estrutura e à cultura das organizações que produzem jornalismo, com cada vez menos capacidade operacional e mais riscos às suas atividades por causa de eventuais retaliações posteriores à publicação (Charron; Bonville, 2016; Deuze; Witschge, 2013). A terceira – certamente decorrente das duas anteriores – das alterações no comportamento dos jornalistas, que diante do conhecimento das consequências de suas matérias (pelo julgamento nas redes, por ameaças físicas e morais e por eventuais impactos de decisões judiciais de dano moral), passam a produzir jornalismo com estratégias defensivas, minimizando seus próprios riscos (Locatelli, 2018).
- c) Do campo do Direito, quer por exigências legais, atendendo aos preceitos e aos conflitos interpretativos emanados da Lei de Acesso à Informação – LAI (Brasil, 2011), da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Brasil, 2018) e da Lei de Abuso de Autoridade (Brasil, 2019), por exemplo; quer pela percepção de que, em casos de conflito judicial as decisões têm potencial de provocar prejuízos financeiros às organizações jornalísticas e a seus profissionais pelos direitos do nominado (à privacidade, à honra etc.) em detrimento do direito de liberdade de expressão do jornalismo (Machado, 2018).

Conhecidas essas características, uma segunda etapa da pesquisa, realizada entre 2020 e 2022, procurou compreender a dinâmica dos ambientes comunicacionais que se instalam em torno dos acontecimentos públicos mais recorrentes que são objeto do *jornalismo sem nomes*, a partir de uma visão sistêmica que considerou os principais atores envolvidos,

suas funções legais e sociais e suas estratégias de comunicação. Diante da complexidade desses eventos, que, saliente-se, são dinâmicos e só podem ser compreendidos de forma intertemporal (acontecimentos sociais deflagram acontecimentos comunicacionais, que podem deflagrar “n” acontecimentos sociais/comunicacionais, indefinidamente), elaborou-se um estudo de caso centrado no subsistema comunicacional formado pelos veículos de imprensa e pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), uma vez que corporações de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal) são as que mais aparecem como epicentros geradores do fenômeno no estudo preliminar.

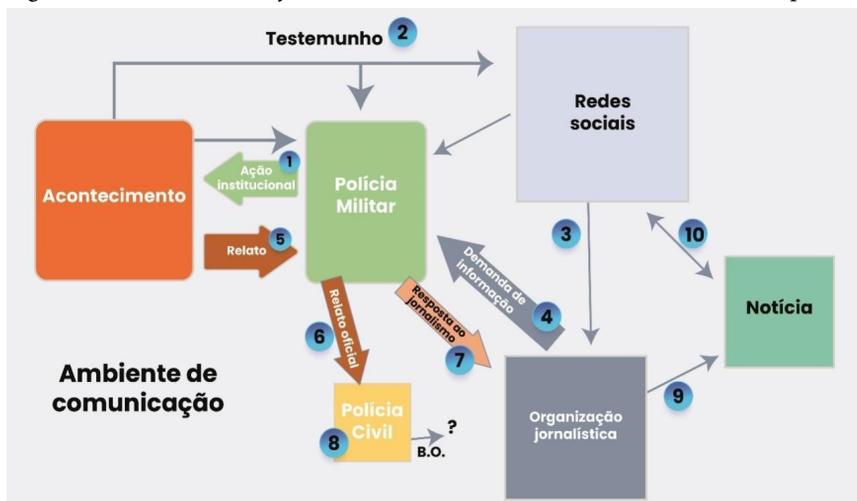
O estudo cotejou um conjunto de matérias publicadas nos veículos da NSC no mês de maio de 2022 com os *releases* publicados pela PMSC, e foi complementado por entrevistas com assessores de comunicação da PMSC e jornalistas responsáveis pelas publicações. Também analisou documentos da PMSC que balizam seus procedimentos, tais como o *Manual de relacionamento com a imprensa* (Marques *et al.*, 2022), o *Manual de mídias sociais* (Santos Júnior; Castro, 2022) e o *Manual de redação e estilo* (PMSC, 2016).

Na montagem do sistema em questão, de forma típica, consideramos apenas os elementos ligados ao ambiente comunicacional em acontecimentos não programados (inesperados) e as ações dos atores diretamente envolvidos nele. Para isso, considera-se:

- a) Ambiente da comunicação: Parte-se da premissa de que na ecologia da comunicação contemporânea praticamente todos os atores sociais e indivíduos têm condições (e algum interesse) de produzir conteúdo com o intuito de obter visibilidade e atenção dos públicos. Nesse novo ambiente, o jornalismo perde a hegemonia da produção e disseminação em larga escala de informações (Bell; Owen, 2017).
- b) Acontecimento: Situação vivida que integra o que “acontece em nossa experiência” (França, 2012). No caso dos acontecimentos não programados ou imprevistos (acidentes, catástrofes, crimes etc.) trata-se de eventos que ocorrem inesperadamente, modificam a normalidade da vida cotidiana, exigem a intervenção de organizações do Estado e simultaneamente apresentam interesse dos públicos por distintas razões, evidentemente que em diferentes graus conforme a situação, mobilizando também o interesse do jornalismo e das redes sociais.

- c) Atores envolvidos: São os atores que participam direta ou indiretamente do acontecimento e os que têm dever legal de interagir com ele e/ou que têm interesse em sua narrativa. De forma imediata, interagem de forma regular com os acontecimentos imprevistos ou não programados, com os sujeitos neles envolvidos (participantes e testemunhas), organizações públicas, organizações jornalísticas e redes sociais. As organizações públicas são responsáveis por dar algum tipo de resposta tática imediata ao acontecimento. O envolvimento varia conforme a natureza e a temática do acontecimento e as designações legais de cada organização. As organizações jornalísticas são aquelas em que o jornalismo é objetivamente construído e que socialmente reivindicam para si tal atribuição. E as redes sociais são as plataformas de interação comunicacional pela internet, que podem ser utilizadas tanto pelas organizações públicas quanto pelas jornalísticas, mas têm um caráter errático, caótico e estocástico, tanto pelas narrativas e interações dos cidadãos envolvidos ou não com o acontecimento quanto pela ação desconhecida de seus algoritmos.

A partir do material coletado, modelou-se o funcionamento do sistema em torno de um típico acontecimento público inesperado, considerando os relatos colhidos no Centro de Comunicação da PMSC (Figura 7.1). É importante observar que a dinâmica se restringe a um intervalo de tempo claramente definido, em geral curto, no qual o tempo inicial é o do acontecimento em si e o tempo final é a disponibilidade do documento Boletim de Ocorrência (BO), emitido pela Polícia Civil de Santa Catarina e a publicação da notícia pela imprensa.

Figura 7.1 – Dinâmica do *jornalismo sem nome* em um acontecimento inesperado

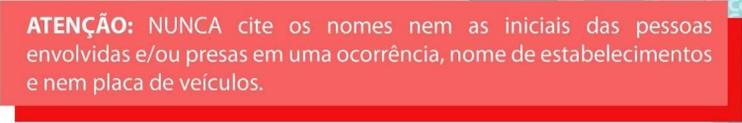
Fonte: Elaborada pelos autores.

Explanando os elementos e a dinâmica da Figura 7.1, tem-se o seguinte:

1. Ação institucional: É a ação policial em si, a PMSC respondendo às suas funções institucionais, balizada por procedimentos legais para cada situação. Ao agir, a polícia interfere no acontecimento, que pode se encerrar com a própria ação (como um acidente de trânsito) ou ter novos desdobramentos (no qual a PMSC passa a ser parte envolvida, como numa perseguição).
2. Testemunho: Relato de pessoas que, de alguma forma, vivenciam o acontecimento. Sendo parte dele ou mediante observação direta, produzem relatos imediatos, parciais e incompletos em texto, áudio e imagens, postados por razões distintas em grupos de WhatsApp e redes sociais quase simultaneamente ao desenrolar do acontecimento. Muitas vezes são essas pessoas que informam a PMSC do próprio acontecimento (e/ou simultaneamente as redes sociais e grupos de WhatsApp).
3. Redes x Jornalismo: A circulação de informações sobre o acontecimento em redes sociais é monitorada pelo jornalismo e, por conter valores-notícia, deflagra uma cobertura.
4. Demanda de informação: Sem estrutura nem condições para apurar o acontecimento, o jornalismo demanda à PMSC informações. O pedido

- pode ocorrer antes mesmo que a ação institucional (1) seja deflagrada, nos casos em que o relato de observadores (2) chega à imprensa antes do aviso da ocorrência aos canais de emergência da PMSC.
5. Relato policial do acontecimento: Após controlarem o acontecimento, ou seja, ao considerarem concluída a ocorrência, as equipes da PMSC geram um relatório técnico completo com a descrição do ocorrido e dos envolvidos que terá usos distintos: na PMSC, para uso administrativo (relatório operacional, que seguirá para a Polícia Civil e eventual inquérito, ver item 6) e, para uso externo, como base de notícia para publicação no *site* da corporação e/ou atendimento às demandas da imprensa (item 7).
 6. Relato oficial para a Polícia Civil: É a versão completa feita pela PMSC sobre o acontecimento, contendo necessariamente o nome dos envolvidos. Entregue à Polícia Civil, subsidia a elaboração do Boletim de Ocorrência (BO). A precisão é extremamente relevante neste caso porque o documento é peça fundamental em eventual instauração de inquéritos e ações judiciais.
 7. Resposta ao jornalismo: Adaptado conforme orientação dos manuais de redação e estilo, de mídias sociais e de relacionamento com a imprensa da PM, com base na interpretação da LGPD e na Lei do Abuso de Autoridade (2019), as informações solicitadas pela imprensa são fornecidas, mas sem o nome das pessoas envolvidas e com imagens genéricas que não permitem a identificação de quaisquer elementos que possam ser objetos de controvérsia. É importante ressaltar que a política de comunicação da PMSC percebeu, aprendeu, adaptou e assumiu a seu modo as práticas jornalísticas convencionais. Os policiais que atendem as ocorrências recebem capacitação e conhecimento sobre como o jornalismo (e as redes sociais, por extensão) demandam o material. Por isso, os textos são feitos diretamente na forma de notícia, na ordem direta e com informações hierarquizadas; as imagens são captadas por celular em formato adequado ao padrão técnico-estético das televisões abertas (paisagem) e redes sociais (retrato), e os áudios e declarações em vídeo de pessoas que atenderam à ocorrência ou seus comandantes são propositalmente curtos e declaratórios, de modo a serem encaixados facilmente na edição dos veículos.

O procedimento é padronizado e regulamentado no *Manual de redação e estilo* da PMSC, e de conhecimento dos 15 mil integrantes da corporação (conforme as Figuras 7.2 e 7.3):

Figura 7.2 – Determinação do *Manual de redação e estilo* da PMSC

ATENÇÃO: NUNCA cite os nomes nem as iniciais das pessoas envolvidas e/ou presas em uma ocorrência, nome de estabelecimentos e nem placa de veículos.

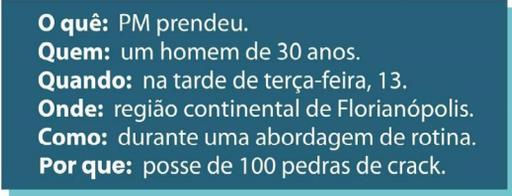
Centro de
comunicação
social

Fonte: *Manual de redação e estilo* da PMSC (2016).

Figura 7.3 – Exemplo de notícia do *Manual de redação e estilo* da PMSC

Exemplo:

Um homem de 30 anos foi preso pela Polícia Militar na tarde de terça-feira, 13, de posse de 100 pedras de crack. A prisão aconteceu na parte continental de Florianópolis, durante uma abordagem de rotina.



O quê: PM prendeu.
Quem: um homem de 30 anos.
Quando: na tarde de terça-feira, 13.
Onde: região continental de Florianópolis.
Como: durante uma abordagem de rotina.
Por que: posse de 100 pedras de crack.

Fonte: *Manual de redação e estilo* da PMSC (2016).

8. Boletim de ocorrência: Produzido pela Polícia Civil de Santa Catarina a partir do informe da PMSC, o BO tem caráter público, mas, via de regra, não é divulgado, conforme política da instituição. Em geral, o documento é a principal fonte alternativa para o jornalismo obter de forma razoavelmente rápida os nomes dos envolvidos nos acontecimentos, desde que requeira, por meio de reportagem e seja atendido pelo delegado ou escrivão. Essa atitude (a reportagem) pode reverter a dinâmica de dessubjetivação – imediatamente (o que raramente se verificou) ou em momentos seguintes aos acontecimentos originais – percebida empiricamente em situações em que textos são anonimizados inicialmente, mas, diante da repercussão na esfera pública acaba-se por revelar os sujeitos que praticaram as ações.¹

¹ O caso do assassinato de um homem em uma viatura por agentes da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe, em maio de 2022, serve de exemplo: o escamoteamento de informações só foi rompido pela investigação de equipes jornalísticas que buscaram ativamente pela inclusão dos nomes dos responsáveis pela morte da pessoa.

9. Publicação: Com base nos materiais fornecidos pela PM (textos, áudio e imagens), o jornalismo empacota o conteúdo segundo seus critérios. O cotejo dos *releases* da PMSC com os textos publicados pelo jornalismo no período estudado pelos veículos revela um espelhamento praticamente integral, inclusive dos elementos de edição (títulos, textos, intertítulos, legendas, imagens etc.).
10. Jornalismo x Redes: A publicação das notícias apuradas pela PMSC e transmutada em jornalismo é compartilhada em redes sociais pelos próprios veículos e, a partir daí, replicadas indefinidamente.

Fica claro para nós que o *jornalismo sem nomes* não é uma situação isolada ou circunstancial, mas um fenômeno comunicativo consolidado que arbitra um novo padrão de informação sobre a vida cotidiana, especialmente sobre sua dimensão local, marcado pela incompletude e imprecisão. Não é *fake news*, mas meia notícia. E sua materialidade é resultante das estratégias e ações dos principais atores envolvidos na produção e disseminação de narrativas cotidianas no ambiente comunicacional digital: as organizações do Estado, o jornalismo e as redes sociais.

É perceptível um amplo movimento de acomodação, um jogo de empurra-empurra de responsabilidades entre esses atores, cujo objetivo é cumprir suas funções sociais e aspirações econômicas cumprindo as determinações legais, mas evitando os riscos que a nomeação também traz. Melhor dizendo, nesse momento, a nomeação parece não trazer nenhum benefício imediato a esses atores, apenas riscos potenciais. No caso das organizações governamentais, a acomodação se dá em uma zona de conforto em que as exigências legais de produção de informação são cumpridas no estreito hiato interpretativo entre requerimentos de transparência e proteção e dados pessoais. Feita dessa forma, sem nomes, a transparência não oferece riscos às organizações e seus gestores, garante a proteção de dados e proporciona ganhos de imagem pública, por meio da visibilidade midiática de suas ações, que por sua vez reforça sua importância no aparato estatal e social. A superexposição da polícia e de seus comandantes em todas as mídias, especialmente as militares, demonstra isso. A enxurrada de militares eleitos para o Legislativo em 2018 e 2022 também.

Enfraquecidos estrutural e economicamente, diminuídos em sua autoridade, legitimidade e credibilidade, as organizações jornalísticas e

os jornalistas adequam-se às necessidades vindas de campos alheios à sua deontologia, mas que se encaixam perfeitamente na maquinaria contemporânea da feroz concorrência caça-cliques. Com custo zero, outros agentes institucionais passam a funcionar como repórteres terceirizados. Já não há mais repórter, mas funcionário público repórter, que alimenta com facilidade a demanda de conteúdo e gera a sensação de onipresença dos veículos em todas as situações do cotidiano. Um jornalismo feito dessa forma abdica no mínimo da principal justificativa para sua própria existência – a de informar corretamente a sociedade (GOMES, 2009) – além de submeter-se a regras de não questionamento e não exercer sua autonomia de investigar e decidir conforme seus próprios códigos, inclusive em situações previstas na LGPD.

Por outros caminhos e metodologias, a perspectiva apresentada aqui converge com a da pesquisa *Mídia, sistema de justiça criminal e encarceramento: narrativas compartilhadas e influências recíprocas* (Conselho Nacional de Justiça, 2021), que assinala uma confluência de interesses entre mídia e atores do sistema de justiça brasileiro, com a predominância do aparato policial como fonte de notícias e dependência das organizações do Estado para a produção jornalística.

As consequências sociais do fenômeno do *jornalismo sem nomes* são predominantemente negativas em nosso entendimento, mas podem também ser vistas como positivas em certas perspectivas. É evidente que a não exposição dos nomes reduz os prejuízos de toda natureza sobre a vida de pessoas que, ignorada a condição de presunção da inocência, são julgadas, condenadas ou linchadas pelo tribunal do jornalismo e das redes sociais, mesmo que posteriormente declaradas inocentes pela justiça. A anonimização também protege grupos minorizados e que historicamente foram alvo de exposição excessiva, especialmente pelos agentes do Estado, particularmente os negros, os pobres e as mulheres. Por outro lado, a dessubjetivação indiscriminada impede os próprios envolvidos de terem voz, de apresentarem suas versões. Aqui o contraditório é natimorto. Tão grave quanto isso, ela impede a sociedade de saber quem são as pessoas envolvidas em acontecimentos públicos relevantes, muitos deles representando risco à própria vida dos cidadãos, em situações que envolvem crimes ambientais, fraudes em produtos, sonegação, racismo, corrupção, violência física e simbólica. O perigo mora ao lado, e já não sabemos mais disso.

Do ponto de vista normativo, para permanecer socialmente relevante, parece óbvio que o jornalismo precisa ir além da simples divulgação de

informações ofertada pelas organizações do Estado. A opção de simples divulgação pode durar pouco com a automatização das narrativas a partir de bases digitais. Fato é que o fenômeno revela dependência e confiança excessiva nas autoridades constituídas (e em sua suposta fé pública) e na necessidade de divulgação dos interesses dessas fontes. Ao publicar nomes e situações problemáticas, organizações jornalísticas assumem os riscos e as responsabilidades dessas escolhas; ao fugir das atribuições específicas, formula-se objeto comunicacional diverso do jornalismo. Tal criação transforma o jornalismo em simulacro, subtraindo dados por motivos alheios à deontologia.

Partindo da premissa de que a credibilidade é fundante do jornalismo, Christofolletti (2019) questiona como organizações jornalísticas e jornalistas aceitam informações incompletas sabendo que deliberadamente arbitram contra as características necessárias para tornar o jornalismo confiável. As organizações jornalísticas conspiram, assim, para que seu produto se deteriore continuamente, condicionando o público ao aceite de tal situação, ao menos até aqui.

Sim, é possível supor que os públicos ainda não percebam ou passem a não se importar com as ausências cognitivas, assumindo as informações incompletas como parte do novo padrão do jornalismo e da própria vida cotidiana. A nosso ver, já percebam os públicos ou não, a ausência objetiva do responsável pela ação e daqueles impactados por ela deixa incompletas as necessidades cognitivas das coletividades a respeito dos acontecimentos públicos.

A tendência do *jornalismo sem nomes* é mais intensa no jornalismo local, o que também foi observado na pesquisa do CNJ, tornando-se particularmente grave pelas funções que o jornalismo deveria cumprir em situações de proximidade (Camponez, 2002), em que a imprecisão impede a associação direta de pessoas, situações e territórios com o universo local, a tal ponto que o jornalismo local parece naturalizar uma nova forma de desinformação, conforme demonstraram Bavaresco, Luz e Locatelli (2022), ao observar que foram justamente os veículos locais que mais retardaram, omitiram e distorceram a existência e a amplitude da pandemia de Covid-19 em cidades de Santa Catarina.

Por fim, reconhecemos que há muitas lacunas a serem preenchidas na agenda de pesquisa que o *jornalismo sem nomes* suscita. Mas, se a dessubjetivação consolidou-se como uma saída fácil para um desafio empírico

e teórico difícil, a questão mais urgente que se apresenta tanto para o jornalismo quanto para a comunicação pública é definir quais situações precisam e quais não devem ser nominadas. Afinal, retirados indistintamente os sujeitos das narrativas, de que transparência, comunicação pública e jornalismo estamos falando?

Referências

- BAVARESCO, M. E.; LUZ, S. C. C.; LOCATELLI, C. A. Jornalismo local e a cobertura dos casos de Covid-19 em frigoríficos de Santa Catarina – Brasil. *Comunicação & Sociedade*, v. 44, n. 1, p. 205-235, 2022.
- BELL, E.; OWEN, T. A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. *Revista de Jornalismo ESPM*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI), Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD). Lei Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 14 ago. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019. LEI DO ABUSO DE AUTORIDADE. Define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 set. 2019.
- CAMPONEZ, C. *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- CHARRON, J.; BONVILLE, J. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.
- CHRISTOFOLETTI, R. *A crise do jornalismo tem solução?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Mídia, sistema de justiça criminal e encarceramento: narrativas compartilhadas e influências recíprocas*. Brasília: CNJ, 2021.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando. *Parágrafo*, v. 53, n. 9, p. 1689-1699, 2013.
- FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, 2012.

- GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.
- LAGE, N. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LOCATELLI, C. A. O risco como síntese da tomada de decisão jornalística. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. *Anais* [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018. p. 1-14.
- LOCATELLI, C. A.; MACHADO, C. Cadê o Quem? Notas preliminares sobre o fenômeno do Jornalismo sem Nomes. Trabalho apresentado ao 9º Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2022.
- MACHADO, C. *O jornalismo no banco dos réus: análise de ações de indenização por dano moral julgadas pelo TJSC entre 2010 e 2017*. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- MARQUES, A. *et al. Manual de relacionamento com a imprensa*. Florianópolis: PMSC, 2022.
- NASCIMENTO, S. O surgimento da Lava-Jato e o sumiço do jornalismo investigativo: uma análise de *Veja*, *Época* e *IstoÉ*. Trabalho apresentado ao 5º Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2018.
- POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. *Manual de redação e estilo: site* PMSC. Florianópolis: PMSC, 2016.
- SANTOS JÚNIOR, A. V.; CASTRO, M. C. R. *Manual de mídias sociais*. Florianópolis: PMSC, 2022.

Inflexão

Desafios da inovação para a governança social do jornalismo

Carlos Castilho
Jacques Mick

Nos últimos 30 anos, o jornalismo foi uma das vozes mais ativas na disseminação da inovação como motor do desenvolvimento capitalista, um dos pilares do neoliberalismo como razão de mundo. Paradoxalmente, o ofício revelou-se um empreendimento resistente à inovação: jornalistas e proprietários do ramo contornaram a experimentação e seus riscos e preferiram repetir formatos consagrados nas mídias tradicionais (imprensa, rádio e TV), efetivando uma adaptação insuficiente desses formatos ao ambiente predominantemente *online* para o qual migraram no período. Além do conservadorismo nas linguagens, o jornalismo pouco inovou em sua governança de gestão e controle: permanece subsistindo como empreendimento privado, tentando vender anúncios ou acesso a conteúdos como se o ambiente comercial do século XIX se mantivesse inalterado.

Neste capítulo, vamos refletir sobre as consequências dessa resistência à inovação num contexto em que inovar tornou-se imperativo (para esse e outros ofícios). Vamos mapear os tópicos em que a inovação é mais relevante em cada dimensão do jornalismo e procurar demonstrar como o principal desafio do ofício é alcançar um modelo social de governança, que recrie suas relações com os públicos a começar de sua estrutura organizacional.

Desde a disseminação da internet nos anos 1990, a inovação, fenômeno episódico ou excepcional no jornalismo, tornou-se componente indispensável ao exercício da profissão. Frequentemente o conceito de inovação é associado à descoberta ou novidade: “um produto ou processo novo ou aprimorado (ou uma combinação dos dois) que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da empresa e que tenha sido introduzido no mercado ou colocado em uso pela empresa” (OCDE, 2005, p. 23).

A observação detalhada da atividade no período demonstra que as transformações no contexto sociopolítico, econômico e cultural em que o jornalismo opera o tornaram estrutural e integralmente dependente da inovação, tanto na parte editorial como na governança dos processos gerenciais e de relacionamento com o público. Contudo, as respostas do ofício são ainda insuficientes para a grandeza das mudanças.

Até o final do século XX, a inovação no jornalismo deu-se através de avanços quantitativos, quando novos dados, fatos, eventos ou interpretações ocorreram por justaposição sem alterar a essência do processo. Com a chegada da digitalização e da internet houve uma mudança qualitativa na inovação jornalística. A profissão perdeu a hegemonia na produção de notícias porque a distribuição de informação socialmente relevante passou a ser compartilhada com as pessoas comuns. O surgimento das tecnologias digitais imergiu o jornalismo num processo inovador contínuo, sem que ele conseguisse se reestruturar e reagir.

Inovação e governança, desse modo, se tornaram dois processos interligados e essenciais ao exercício do jornalismo. Para entender a natureza dessa relação e sua relevância para o futuro da profissão, situaremos a seguir o contexto e detalharemos os dois aspectos centrais deste capítulo, a inovação e a governança, antes de apontar uma agenda de desafios para transformações profundas no ofício impostas pelo contexto – aquelas a que se costuma chamar hoje de “inovações disruptivas”.

A partir de 2020, a crise no modelo de jornalismo praticado há pouco mais de dois séculos concentrou-se na urgência da busca de soluções para a questão da sustentabilidade financeira da atividade em ambiente digital e do desenvolvimento de um novo tipo de relacionamento entre os jornalistas (profissionais e amadores) e o público consumidor de notícias. O problema econômico desafia o jornalismo porque, sem sustentabilidade, é inviável a sobrevivência de projetos informativos, tanto corporativos como individuais, o que provoca frustrações entre os empreendedores e quem precisa de notícias para tomar decisões. O engajamento entre jornalistas e públicos envolve a transformação de uma relação, até agora, baseada na compra e venda de notícias, num vínculo estruturado na troca de conhecimentos e na confiança mútua, dois elementos determinantes para o envolvimento da comunidade na produção, circulação, debate

público e avaliação de informações. Os desafios da sustentabilidade e do engajamento integram uma longa lista de questões que estão mudando os valores, normas e comportamentos do jornalismo desde que a digitalização alterou radicalmente a nossa relação com a notícia e com a informação.¹

É no jornalismo local que o modelo tradicional de negócios da imprensa sofreu o maior impacto. Estima-se que metade dos jornais locais de Estados Unidos, Europa, Austrália, América Latina e Oriente Médio tenham desaparecido em razão do efeito combinado da digitalização e da pandemia de coronavírus. Estatísticas mencionadas pela *newsletter Local News Matters* (<https://twitter.com/LMattersNews>) indicam que dois jornais locais, em média, fecham as portas por semana nos Estados Unidos. Mantido esse ritmo, em 2025, um terço de todos os jornais de pequenas cidades norte-americanas teriam desaparecido. A expressão “desertos informativos” foi criada para designar cidades médias e pequenas que já não têm mais jornais impressos.

No Brasil, o projeto Atlas da Notícia² mapeia a devastação informativa no interior do país. Cinco em cada 10 municípios brasileiros eram considerados desertos de notícias em 2022, o que significa que 13,8% da população nacional, vivendo em 2.968 cidades, com população total de 29,3 milhões de pessoas, não tinham como saber o que se passa em sua comunidade. O número já foi 9,5% maior e só caiu porque a grande maioria dos jornalistas desempregados passou a trabalhar autonomamente em redes sociais. São esses profissionais autônomos que vivem com mais intensidade o desafio da sustentabilidade financeira.

O jornalismo é uma das atividades mais radicalmente atingidas pela digitalização porque as novas tecnologias mudaram a forma como a notícia é processada, transmitida e publicada. A digitalização de dados, fatos e narrativas permitiu aumentar exponencialmente tanto a velocidade de transmissão como o processamento de textos. Equipamentos, rotinas, valores, relações sociais e modelos de comunicação tornaram-se obsoletos ao mesmo tempo que surgiram novos espaços informativos como as redes sociais, os bancos de dados e a realidade virtual.

¹ A crise foi agravada pela pandemia de coronavírus, conforme apontou o Journalism Crisis Project, iniciativa conjunta da Columbia Journalism Review e do Tow Center. Disponível em: <https://abre.ai/ixR>. Acesso em: 25 ago. 2023.

² Ecossistemas informativos são ambientes onde indivíduos e comunidades interagem pela internet num contexto social, econômico, político e cultural específico (Grembergen; De Haes 2008).

Tudo isso acabou forçando os jornalistas a assumir uma nova postura diante da profissão. Principalmente depois que as redações e os profissionais autônomos começaram a sofrer os efeitos do que se convencionou chamar de “avalanche informativa”, um fenômeno gerado pela multiplicação do volume de dados a que qualquer pessoa passou a ter acesso na internet. Como consequência, fatos e eventos simples se tornaram complexos pela oferta de dezenas e até centenas de versões diferentes das mesmas questões. O mundo da informação tornou-se extremamente complicado. A dicotomia cedeu espaço para a complexidade. Conceitos de certo e errado, verdade e mentira, passaram a ser usados em situações muito diferentes das tradicionais.

A mais complexa de todas as novas posturas é a da caracterização da notícia não mais como uma mercadoria, mas como um item obrigatório na produção de conhecimento tanto individual quanto coletivo. A avalanche informativa gerou uma superoferta de notícias na internet, o que acabou reduzindo o seu valor econômico a quase zero, seguindo uma lei clássica do capitalismo.³ Com isso, o modelo convencional de negócios da imprensa começou a perder sustentabilidade e viabilidade financeira. Ao mesmo tempo, a superoferta de notícias gerou forte desorientação e insegurança no público, que passou a cobrar com muito mais ênfase que o jornalismo – além dos clássicos “o quê, quando e onde” da notícia – explicasse os porquês e os significados de dados, fatos e eventos. A superoferta noticiosa gerou também a multiplicação incontrolável de versões conflitantes sobre os mesmos fatos, dados e eventos.

A avalanche informativa, a cobrança do público por uma contextualização ampla das notícias e a introdução maciça das novas tecnologias digitais estão na origem de uma quebra generalizada de paradigmas nas rotinas, regras e valores do jornalismo. Foi nesse contexto que surgiram as grandes redes sociais como Facebook, YouTube, WhatsApp, Twitter, Instagram e TikTok, que ocuparam um espaço antes monopolizado integralmente pela imprensa. As redes implantaram a produção colaborativa de notícias e a diversificação, mas também abrigaram *fake news* e discursos de ódio; sugaram a publicidade que sustentava jornais, revistas e o audiovisual, promoveram o surgimento do colonialismo de dados⁴ e criaram um espaço público digital,

³ Saiba mais em <https://www.atlas.jor.br/>.

⁴ Quando há excesso de oferta de um produto, bem ou serviço, o seu preço tende a cair. Quando há escassez, os preços sobem, como qualquer pessoa que administre uma casa pode constatar num supermercado.

altamente diversificado a ponto de muitos o classificarem como um ambiente caótico, onde todos falam e ninguém escuta.

A combinação de todos esses desafios despertou a preocupação de pesquisadores e profissionais do jornalismo interessados em entender as causas e consequências mais profundas de todas as mudanças em curso na forma como a notícia se insere no cotidiano da era digital. Cinco áreas ganharam destaque na segunda década do século XXI, uma lista que está sujeita a mudanças constantes porque a cada dia surgem inovações:

- a) a notícia como forma de conhecimento;
- b) a automatização das narrativas;
- c) a curadoria da atenção;
- d) a relação do jornalismo com os territórios; e
- e) o letramento ou literacia digital.

A notícia como forma de conhecimento, não como mercadoria, é talvez a questão mais complexa de todas as demais porque afeta a essência dos procedimentos, normas e valores do jornalismo praticado nos últimos 200 anos. O objetivo da atividade jornalística deixa de ser prioritariamente produzir notícias de impacto para o consumo do público para preocupar-se com a forma como leitores, ouvintes, telespectadores e internautas interpretam cada dado, fato ou evento publicado. É uma quebra do modelo tradicional porque o foco da produção noticiosa passa a estar nos desdobramentos da notícia e não mais apenas na sua publicação, o que acarreta o surgimento de novas rotinas, regras e valores no exercício do jornalismo, como a necessidade de combater as *fake news* e o incentivo à promoção da complicada interação entre profissionais e público.

Automatização das narrativas. O jornalismo algorítmico deixou o campo da ficção científica com a popularização de *softwares* como o ChatGPT, um programa baseado na inteligência artificial capaz de produzir conversas humanas a partir de perfis individuais construídos automaticamente com base em informações disponíveis na internet. O ChatGPT não usa material inserido por programadores, ele mesmo busca os dados na internet, o que o torna autônomo. Lançado em novembro de 2022, o *software* deflagrou uma corrida de investidores porque ele pode produzir livros, músicas, imagens e debates sem a participação direta de programadores. É uma questão de tempo sua aplicação na produção de notícias, intensificando o debate sobre a validade ou não do que já é chamado de jornalismo robotizado.

Curadoria da atenção. A avalanche informativa tornou inevitável a competição entre produtores de informações pela atenção das pessoas. A digitalização permitiu o aumento exponencial da oferta de notícias, mas, como é limitada a capacidade humana de absorver e interpretar tudo o que é publicado, tornou-se indispensável gerir a atenção pública. É aí que surgem os curadores da atenção, indivíduos que assumem a tarefa de filtrar a enorme massa de dados publicados na internet para satisfazer os desejos e necessidades de segmentos sociais específicos.

Jornalismo local e hiperlocal. A valorização da notícia local como forma de aproximar o público do jornalismo é talvez uma das mais significativas inovações geradas pelas TICs. É uma consequência do protagonismo assumido pelas redes sociais que permitiram o aumento do fluxo de dados, fatos e eventos locais em razão do intercâmbio de mensagens entre usuários da internet. Muitos jornalistas demitidos de jornais, rádios e televisões criaram suas páginas noticiosas *online* especializadas em assuntos municipais, já que elas permitem um contato mais direto e fácil com o público. Com isso, os acessos a *sites* locais se multiplicaram exponencialmente, criando dois problemas: alcançar sustentabilidade financeira e atender ao aumento da demanda por mais notícias. A falta de recursos é um desafio ainda insolúvel na maioria dos casos, embora estudos estejam sendo feitos em várias universidades. Já a maior procura de notícias municipais mostrou um ressurgimento da preocupação comunitária na população e colocou os jornalistas diante da necessidade de criar formas de colaboração tanto na produção de notícias como na forma de sustentar profissionais e equipamentos técnicos.

Letramento digital. Também conhecida como literacia, é outra expressão que ganhou destaque na era digital. É a capacidade de um indivíduo saber como utilizar ferramentas digitais como *software* e *hardware*, bem como conhecer suas aplicações sociais, econômicas, políticas, culturais e científicas. A inovação permanente das ferramentas digitais motivada pela concorrência e pela pesquisa impõe aos usuários a necessidade de atualizar constantemente suas competências e habilidades, noutras palavras, um processo de aprendizado ininterrupto.

Com a ampliação do uso das TICs, a questão do letramento passou a ser também um desafio educacional (na medida em que conhecimentos digitais se incorporaram ao currículo escolar) e um dilema social, político e econômico por causa do fenômeno da exclusão digital (já que pessoas sem capacitação tecnológica mínima são mais vulneráveis ao desemprego e à pobreza).

A observação da realidade jornalística contemporânea mostra que o jornalismo está deixando de ser, majoritariamente, um emprego na cadeia industrial de produção de notícias para se transformar numa estrutura pública de comunicação, ou seja, uma função central no fluxo de dados e fatos dentro da internet. Fenômenos como a avalanche informativa e as redes sociais deram um protagonismo inédito às trocas de informação entre pessoas comuns e levaram o jornalista a abandonar a postura de observador, monitor ou “cão de guarda” (*watchdog*), alguém que olha de fora os fluxos noticiosos, para assumir uma modalidade especial de *producer*, alguém que é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de notícias (Bruns, 2005). Qualquer pessoa é um *producer* na era digital porque estamos imersos em meios de comunicação, mas o jornalismo é, por definição, um tipo especial porque cabe a ele a função de orientar e gerenciar o fluxo de notícias em ambientes digitais (Bruns, 2005).

O reposicionamento do jornalismo dentro dos fluxos informativos constitui uma inovação revolucionária porque altera a inserção dos jornalistas nos ecossistemas informativos⁵ das comunidades sociais. Não é uma mudança burocrática nem uma responsabilidade adicional. É toda uma nova contextualização social, econômica e política da profissão provocada pelas novas tecnologias de comunicação e informação (TICs).

O jornalismo deixou de ser o ator hegemônico na prática da produção de notícias para passar a compartilhá-la com dados, fatos e eventos inseridos na internet por usuários comuns das redes sociais, usando formatos textuais, sonoros e visuais que se assemelham gradualmente aos desenvolvidos por jornalistas profissionais. Quando as pessoas passam a ter um papel marcante nos fluxos de notícias, criam-se condições para uma negociação de práticas entre profissionais e amadores no exercício do jornalismo, potencial base para o surgimento de práticas inovadoras.

Segundo Raetzsch (2015), o estudo do exercício do jornalismo, visto como um ambiente de ações sociais, permite entender como a prática da profissão gera inovações estruturais que buscam assegurar a sobrevivência da atividade. A grande inovação introduzida pela internet na prática do jornalismo é a participação do público no fluxo de notícias através das redes

⁵ Termo criado pelo sociólogo inglês Nick Couldry para expressar a concentração, nas mãos dos donos de grandes redes sociais, do poder econômico acumulado com a comercialização dos dados fornecidos gratuitamente por usuários. Detalhes em: <https://abre.ai/iczj>. Acesso em: 28 ago. 2023.

sociais. O contato compulsório com pessoas sem formação jornalística está forçando os profissionais a desenvolverem estruturas inovadoras como por exemplo os projetos de checagem da veracidade de notícias e os fóruns *online*. A nova forma de relacionamento dos profissionais com o público está levando a uma nova forma de lidar com a notícia. Segundo Benkler (2006, p. 37), “a informação é ao mesmo tempo um insumo e um produto” no processo de produção de conhecimento.

A dinâmica da atividade jornalística faz com que a profissão exista num ambiente de mudança permanente, já que o profissional, por definição, é o personagem encarregado de investigar, checar, processar e disseminar o que ocorre no meio social em que trabalha. O ineditismo é uma das características centrais da atividade jornalística, o que traz como corolário a mudança como uma variável permanente.

A mudança como prática no dia a dia induz o jornalista a desenvolver estruturas como, por exemplo, estilos de edição e redação cuja finalidade é obter os melhores resultados possíveis da produção noticiosa inovadora. Quanto mais frequente o uso de uma estrutura, mais ela cria uma rotina, que pode dar origem a uma regra ou norma.

Só que a regra tende a ser estática e, quando ela se defronta com uma mudança no contexto social a ser tratado jornalisticamente, surge um conflito cuja superação passa a ser um desafio colocado diante do profissional. A superação é um mandamento profissional determinado pela empresa ou pela concorrência entre profissionais na busca da melhor apresentação de uma notícia. Assim, pode-se dizer que o jornalismo depende da inovação permanente. Há inovações acumulativas e inovações disruptivas. As que estamos vivendo no momento com a crescente digitalização dos fluxos noticiosos são uma inovação disruptiva, que rompe com o modelo tradicional, o que previsivelmente gera resistências que vão do âmbito individual ao corporativo, no campo do jornalismo.

O jornalismo entrou na era industrial por volta de 1830, quando surgiram nos Estados Unidos os chamados *penny press*, jornais de um centavo (em tradução livre). Foi uma tentativa de empresários de buscar receitas com a publicação de notícias e ao mesmo tempo tornar a imprensa menos partidária e militante. A associação entre notícia e negócios visava também dar ao público a ideia de que a imprensa se tornara imparcial, sem

privilegiar um público e desprezar outro: aquele que não concordava com a militância extrema dos jornais.

A comercialização da notícia se mostrou um excelente negócio, com alta rentabilidade, onde a generalização do discurso da imparcialidade e objetividade logrou ocultar para o público os interesses políticos e financeiros dos grandes conglomerados midiáticos do início do século XX. A comercialização criou também a necessidade de criar estruturas organizacionais capazes de maximizar tanto a produção de notícias como o aumento da lucratividade. A estrutura industrial da produção de jornais, revistas e mais tarde também do rádio e TV condicionou a cultura jornalística nas redações, fenômeno materializado nos manuais destinados a regulamentar o exercício de repórteres, editores, fotógrafos, ilustradores e cinegrafistas.

A chegada da era digital inevitavelmente provocou resistências tanto no meio empresarial como nas redações jornalísticas. A mudança sempre assusta porque afeta a rotina, as regras e os valores profissionais estabelecidos. Na área empresarial, as novas tecnologias digitais provocaram inicialmente uma grande perplexidade porque os executivos de empresas jornalísticas perceberam a rápida obsolescência de equipamentos, prédios e estruturas industriais que exigiram grandes investimentos financeiros. Mas após o impacto inicial o empresariado vislumbrou a possibilidade de a automatização pelo uso intensivo de computadores e algoritmos substituir boa parte da força de trabalho.

A resistência à inovação no âmbito empresarial se manifesta ainda na tendência de procurar adaptar as práticas tanto editoriais como de governança ao marco institucional vigente nos últimos 200 anos na imprensa. Importantes pesquisadores acadêmicos como os norte-americanos Phillip Meyer (2007), Robert McChesney (2007), Downie e Schudson (2009) abordam o futuro do jornalismo a partir da melhoria da qualidade das notícias, dentro da perspectiva de que a qualificação do produto o tornaria mais valorizado, aumentando a receita das empresas. O grande problema dessa linha de pensamento é que ela não dá a devida importância a questões como o novo papel do público na produção dos fluxos noticiosos nem à participação crescente das tecnologias digitais como inteligência artificial na produção jornalística.

Entre os jornalistas, a resistência às mudanças provocadas pela digitalização na produção de notícias se manifestou basicamente através do medo

do desemprego, algo que com o passar do tempo se tornou real.⁶ A resistência individual se manifesta também quando as inovações interferem nas rotinas, regras e valores tradicionais dos profissionais. As redações são um exemplo bem conhecido de estruturas tradicionais que estão perdendo rapidamente sua eficiência diante do surgimento de novos formatos organizacionais, quase todos eles caracterizados pela fluidez e instabilidade. São inovações que geram insegurança pessoal causada pela quebra de paradigmas e pela incerteza do futuro. O jornalismo se tornou uma profissão de risco porque a velha associação da notícia com negócios se tornou imprevisível. O futuro da atividade ainda está carregado de dúvidas, e uma das poucas coisas que começam a emergir nessa avalanche de inovações e incertezas é a constatação de que o exercício da profissão vai depender mais da ligação dos profissionais com o seu público do que da eficiência empresarial.

Desde 1830, o jornalismo está associado a uma estrutura composta de três itens: os profissionais, as empresas e o compromisso com a democracia. Essa conexão funcional, estudada por Bennett (2001), entre a notícia como principal ativo jornalístico, a estrutura empresarial como suporte financeiro da atividade e a existência de uma imprensa independente como base da democracia está agora sendo revista à luz da emergência de um paradigma inovador, a pesquisa da prática como principal parâmetro na busca de um modelo digital de produção de notícias.

A partir do momento em que o fator empresarial e financeiro entrou em crise por causa da inadequação do modelo tradicional de negócios da imprensa causada pela digitalização e pela internet, o processo de produção de notícias ingressou num período de incertezas, com reflexos na relação entre jornalismo e política. A observação da nova realidade digital na comunicação e no jornalismo mostrou a inadequação de teorias tradicionais para entender as mudanças ocorridas nos últimos 50 anos no terreno da informação e da notícia. A revitalização da Teoria da Prática surgiu então como a ferramenta teórica usada por pesquisadores como Nick Couldry (2010), Laura Ahva (2017) e Theodore Schatzki (2001) para explorar novos rumos para os estudos sobre jornalismo, em especial o desenvolvimento de novos conceitos sobre a notícia e sobre seu papel na produção de conhecimentos na era digital.

Como já vimos, a revolução digital mudou o significado da notícia em nosso universo informativo, ao deixar de ser, majoritariamente, uma *commodity* integrada a operações comerciais para se transformar num fator

⁶ Disponível em: <https://abre.ai/icz5>. Acesso em: 28 ago. 2023.

de produção de conhecimentos socialmente relevantes. A notícia perdeu valor comercial porque se tornou superabundante por causa da avalanche informativa na internet, mas simultaneamente ganhou valor na medida em que as pessoas passaram a depender dela para tomar decisões num mundo cada vez mais complexo, onde o conhecimento passou a ser o ativo mais importante em todos os setores da atividade humana, principalmente na economia e na ciência.

As ciências da cognição ensinam que o conhecimento surge a partir da recombinação de informações. Quanto mais diversificadas forem as informações, mais abrangente e profundo é o resultado da recombinação. Noutras palavras, isso ocorre quando a partir da remixagem de elementos conhecidos, chega-se a algo antes desconhecido, ou seja, algo novo. O conhecimento no seu sentido estrito é sempre algo inovador porque ignorado previamente.

A notícia – um dado, fato ou evento caracterizado pelo seu ineditismo, entre outros fatores – é assim um componente gerador de inovação, incorporado ao processo de produção de conhecimentos. A notícia é um dado, fato ou evento inédito que o jornalista contextualiza por meio da atribuição de significados cujo principal objetivo é dar aos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas condições para avaliarem a importância do que está sendo publicado. A atribuição de significado transforma o dado em informação, que é incorporada à memória das pessoas, onde é recombinada com outras informações preexistentes, dando origem ao que chamamos de conhecimento.

Até o surgimento da internet e da digitalização, a notícia de jornais, revistas, rádios e telejornais era a principal matéria-prima original do conhecimento sobre o cotidiano. Com as novas tecnologias de informação e comunicação, as fontes se diversificaram e se multiplicaram exponencialmente quando as pessoas comuns passaram também a produzir e disseminar notícias. Ao contrário da inovação tecnológica, onde as descobertas geram grande impacto a curto prazo, a inovação estrutural é essencialmente um processo de erro e acerto, porque envolve a complexa relação entre humanos, máquinas e redes sociais virtuais, num contexto marcado por um elevado número de variáveis localizadas. Toda inovação tecnológica depende de inovações estruturais para se consolidar, o que confere uma enorme importância a processos como o da governança em projetos jornalísticos, como veremos a seguir.

A partir da metade do século XIX, o jornalismo aos poucos deixou de ser um exercício polemista conduzido por indivíduos ou organizações com finalidades sobretudo políticas para se tornar predominantemente uma empresa privada a disseminar um discurso que se ofertava como pluralista, crítico e objetivo sobre acontecimentos socialmente relevantes. Ao final do século XX, os conflitos entre os interesses das empresas privadas e seus compromissos com o público tornaram-se transparentes sob o cenário de hiperconcorrência: o escrutínio de significados e intenções subjacentes aos conteúdos jornalísticos havia se tornado inclusive uma tarefa militante para certos ativistas. As novas tecnologias de informação e comunicação que se universalizaram no século XXI criaram um cenário diferente do da hiperconcorrência: a era da desinformação surgiu porque se alteraram profundamente os modos de ler o mundo vigentes nos 200 anos anteriores. O jornalismo reagiu lentamente a essa transformação tão rápida por uma série de razões. Como um ofício que ambiciona o profissionalismo, o jornalismo se aferra aos conhecimentos consagrados e que o constituíram ao longo do tempo; qualquer novidade ou mudança produz incerteza, o que, entre os pares, convida a reações conservadoras. Nos termos de Freidson (2001 *apud* Gonçalves, 2017, p. 184), uma profissão envolve

[...] trabalho especializado assente num corpo teórico, no uso discricionário do conhecimento e das competências pelo profissional; jurisdição exclusiva e uma divisão do trabalho controladas pela profissão; posição de monopólio no mercado baseada em credenciais qualificacionais criadas pela profissão; existência de um programa formal de ensino, ao nível superior, produtor dessas credenciais e controlado pela profissão; existência de uma ideologia que garanta o reconhecimento social do trabalho profissional, da sua eficiência económica e da validade do conhecimento especializado em que assenta.

Além disso, a condição organizacional do jornalismo como empresa privada tornou-se em si um obstáculo à inovação. Parte das empresas tradicionais fechou ou desapareceu em movimentos de fusões e aquisições. Outra parte voltou ao discurso proselitista, surfando no ciclo de polarização política que levava, no Brasil, expressivo percentual da audiência a preferir obter informação em veículos com cuja angulação editorial concordasse. Resultaram disso os desertos de informação e um ecossistema em que mídias de informação enviesada por proselitismo coexistiam com outras, pouco numerosas, de informação pluralista, crítica, objetiva e de qualidade – todas

invariavelmente afetadas pela precarização do trabalho associada à redução das receitas das empresas.

Algumas organizações jornalísticas preservaram sua pujança por conseguirem dispor de capitais provenientes do sócio principal, de outras empresas do mesmo grupo econômico ou de novos investidores. Mas pequenas e médias empresas do setor, aquelas que dominam no jornalismo local, usualmente não dispõem de nenhum desses recursos. Entendendo esse contexto, não é de surpreender que poucas empresas jornalísticas tenham se convertido em ambientes de inovação – circunstância agravada pelo caráter igualmente conservador das universidades, mais focadas em reproduzir a tradição que em enfrentar a aventura de descobrir respostas aos desafios contemporâneos do ofício, isoladamente ou em parceria com empresas.

A resistência à inovação por parte dos profissionais e das organizações do jornalismo é tão multidimensional quanto as inseguranças que afetam o ofício. Ao contrário de uma crise no modelo de negócios, temos argumentado que as mudanças profundas no contexto devem levar o jornalismo a uma transformação radical, caso queira retomar algum protagonismo como discurso que se quer verdadeiro, sobretudo nos níveis local e regional, onde à erosão de sua credibilidade se soma a deterioração mais acentuada das organizações e, com ela, da qualidade da informação. É, assim, um desafio central reinventar a governança do jornalismo, ou seja, os padrões que orientam a relação entre o ofício e seus profissionais e os variados grupos sociais que com ele se conectam cotidianamente – as audiências, mas também fontes, profissionais de áreas contíguas, *stakeholders*, eventuais anunciantes ou sócios, parceiros de todo tipo, entre outros.

A governança do jornalismo foi, para fins didáticos e metodológicos, dividida por Mick e Tavares (2017) em quatro dimensões interconectadas:

- editorial, relativa às escolhas temáticas e aos processos de apuração de informações e produção de narrativas;
- da gestão, dando conta de propriedade, controle, organização e divisão do trabalho;
- da circulação e do engajamento, referente ao modo como as audiências se apropriam, criticam e reproduzem conteúdos jornalísticos; e
- da sustentabilidade, comportando as fontes de receita e os destinos de despesa derivados das dimensões anteriores da governança.

Se o argumento desses autores faz sentido, os desafios de inovação no jornalismo devem ser enfrentados em todas essas quatro distintas dimensões, simultaneamente ou não, para que se recrie a governança do jornalismo sob uma forma social, ou seja, focada nos públicos. O Quadro 8.1 relaciona uma série de inovações que, pertinentes a cada dimensão da governança, representam os desafios para a reinvenção do jornalismo local. Ainda que essa trama de inovações pudesse ser desenvolvida ou adotada por empresas privadas com fins de lucro, estudos empíricos sugerem a hipótese de que o jornalismo possa se converter em serviço público. Convertido em “comum”, ao ofício seriam mais pertinentes as formas de organização próprias da esfera pública não estatal, tais como associações, fundações ou cooperativas.

Quadro 8.1 – Síntese das inovações a desenvolver no jornalismo local

Dimensão da governança	Tipos de inovação
Editorial	<p>Testar novos critérios de noticiabilidade, incluindo nestes a disseminação de informações sobre boas práticas da comunidade e temas relevantes para <i>smart cities</i> (especialmente quanto a meio ambiente e mitigação da mudança climática); experimentar novo processo de organização do trabalho de apuração e produção de narrativas; incrementar o uso de tecnologias da informação no processo de apuração; aperfeiçoar as linguagens multiplataforma; desenvolver linguagens gráficas e narrativas adequadas ao dispositivo de maior circulação do jornalismo (<i>smartphone</i>); redesenhar a combinação entre informação e opinião no jornalismo local; ampliar a diversidade de fontes na cobertura local; aperfeiçoar a transparência quanto aos métodos de apuração; desenvolver estratégias para “personalização de massa” dos conteúdos publicados; desenvolver metodologias para exercício de autocrítica e compartilhamento com os públicos.</p>

De engajamento e circulação	Aperfeiçoar as dinâmicas de participação dos públicos no jornalismo, visando universalizá-la; nesse movimento, focar especialmente na participação na avaliação de qualidade <i>a posteriori</i> e no aproveitamento editorial de comentários ou correções; facilitar o compartilhamento de informação de qualidade em mídias sociais, especialmente WhatsApp e Telegram; aperfeiçoar a transparência quanto às relações com os públicos; testar estratégias para a celebração de jornalistas locais em redes sociais, na condição de <i>news influencers</i> ; desenvolver estratégias para conexão entre mídia jornalística e <i>secondary definers</i> .
Gestão	Desenvolver um sistema de governança para um jornalismo local que exista não como empresa, mas como serviço público não estatal, de controle compartilhado por organizações da sociedade civil interessadas em dispor de informação de qualidade para fortalecer a democracia; adotar mecanismos de gestão que sejam ao mesmo tempo eficazes e participativo-democráticos.
Sustentabilidade	Desenvolver um conjunto de fontes de receita (fundo de <i>endowment</i> , <i>crowdfunding</i> , doações, assinaturas, eventos, produtos conexos etc.) com vistas a viabilizar jornalismo local financeiramente sustentável e independente das elites políticas e econômicas; desenvolver mecanismos de transparência e <i>accountability</i> em relação à sustentabilidade.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Mick e Tavares (2017) e Mick, Christofoletti e Lima (2021).

Os mais recentes estudos sobre perspectivas futuras do jornalismo indicam que o grande desafio colocado diante dos profissionais e das empresas é o desenvolvimento de estruturas capazes de viabilizar a sustentabilidade financeira e gerencial de empreendimentos jornalísticos locais e hiperlocais (Raetzsch, 2015; William; Harte, 2016). Estruturas organizacionais alternativas à empresa jornalística surgiram ao longo do tempo, sem que se consolidasse um novo modelo: empresas públicas ou de economia mista, cooperativas de jornalistas, associações sem fins lucrativos, mídias das fontes.

As novas tecnologias digitais tornaram obsoleto o modelo de negócios baseado em receitas publicitárias obtidas a partir da publicação de anúncios junto a notícias capazes de atrair a atenção do público. Como a

avulso informativo gerada pela internet provocou uma redução aguda no valor monetário da notícia, devido ao excesso de oferta, isso desorganizou toda a estrutura que sustenta a atividade informativa. Afetou principalmente a ideia de que um “jornalismo de qualidade” (Meyer, 2007) seria a saída financeira para a crise no modelo de negócios da imprensa.

Uma das grandes falhas do modelo tradicional de negócios é a não incorporação das audiências como participantes na produção jornalística de notícias, o que levou à inexistência de estruturas adequadas à colaboração entre profissionais e não profissionais. Até agora, o público era representado através de estatísticas de aceitação ou rejeição de produtos jornalísticos. Quando as pessoas ganharam voz e imagem através das redes sociais virtuais, os índices de popularidade passaram a ser medidos, inicialmente, por *likes*, comentários e recomendações, e depois pela colaboração crescente na produção de conteúdos informativos, o *crowdsourcing*. A notícia deixou gradualmente de ser o resultado apenas do trabalho jornalístico dentro de redações para assumir a forma de produto coletivo, num processo de inovação estrutural que ainda é objeto de experiências e pesquisas.

À medida que avançaram as experiências práticas sobre as novas formas de organização do trabalho noticioso colaborativo na internet ganharam importância os processos de desinstitucionalização e desprofissionalização do jornalismo (Castilho, 2020). A desinstitucionalização consiste na substituição de estruturas organizacionais baseadas em princípios analógicos por outras apoiadas na realidade digital, destacando especialmente a identificação de modalidades de ação coletiva integrada entre profissionais e pessoas sem formação técnica em jornalismo. A desprofissionalização é definida pelo *site Science Direct*⁷ como a perda do monopólio no exercício de uma função, como a produção de notícias, no caso do jornalismo. O mesmo conceito é retomado por Wahl-Jorgensen (2009) e por William e Harte (2016) num artigo onde analisam o processo pelo qual as notícias deixaram de ser produzidas apenas no espaço físico das

⁷ Só nos Estados Unidos, calcula-se que 40% dos jornalistas empregados nos anos 1970 e 1980 foram demitidos. Aqui no Brasil, segundo a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), houve uma redução de 20,7% no número de profissionais empregados entre 2003 (17.853 empregados) e 2019 (14.149 jornalistas com carteira assinada). Disponível em: <https://abre.ai/icBd>. Acesso em: 28 ago. 2023. Contratos de profissionais como pessoa jurídica, *freelancers* e outros tipos de contrato não aparecem nesse tipo de cálculo, que considera unicamente o emprego formal.

redações de jornais, revistas, emissoras de rádio e TV para resultarem da interação virtual entre jornalistas e pessoas sem formação em jornalismo.

Já Besbris e Petre (2020) destacam como a desprofissionalização está sendo acelerada pelo aumento da precariedade e instabilidade das estruturas que cercam o exercício do jornalismo na internet. Os dois autores investigaram a forma como as escolas de jornalismo nos Estados Unidos estão transmitindo a seus alunos o novo cenário da notícia, no qual os profissionais necessitam assumir múltiplas tarefas como empreendedorismo, *marketing* de imagem, relações públicas, programação eletrônica básica e moderação em comunidades sociais.

Para que esse novo modelo de notícia colaborativa logre aprimorar-se, ele necessita de estruturas que o tornem replicável e adaptável a distintas realidades, condição indispensável para a geração de estruturas de sustentação. Centenas de empreendedores jornalísticos autônomos em todo o mundo estão hoje testando diferentes estruturas de sustentabilidade financeira a partir da prática da produção colaborativa de notícias.

A sobrevivência financeira de iniciativas jornalísticas *online* depende do desenvolvimento de estruturas inovadoras capazes de organizar a relação entre jornalistas e não jornalistas em torno da sustentabilidade econômica. Essas estruturas só se consolidam quando atendem a condições específicas da realidade social, política, cultural e econômica dos ecossistemas informativos no qual estão inseridas.

A sustentabilidade de projetos jornalísticos *online* está sendo pesquisada por cerca de 22 universidades norte-americanas e pelo menos seis organizações não governamentais, também nos EUA, focadas especialmente na cobertura local e hiperlocal. Embora os estudos ainda sejam inconclusivos, os resultados parciais apontam para estruturas que atendam aos seguintes requisitos:

- a) Sistemas de financiamento desenvolvidos a partir das características e condições locais. Cada projeto montará a sua própria estrutura, o que exige uma detalhada pesquisa da realidade onde o projeto está ou será implantado.
- b) As experiências realizadas até agora indicam que as três modalidades de captação de recursos mais eficazes são: cobrança de assinaturas; doações, financiamentos ou empréstimos; e prestação paga de serviços (cursos, campanhas de utilidade pública, organização de eventos ou venda de brindes). A intensidade de uso de cada moda-

lidade vai depender das condições sociais, econômicas, políticas e culturais do local.

- c) A funcionalidade de qualquer estrutura de sustentação financeira vai depender da intensidade do engajamento entre jornalistas e o seu público-alvo. Como foram habituadas à gratuidade das notícias, as pessoas só pagarão se as informações publicadas forem específicas do local onde vivem ou trabalham; se o noticiário local não estiver disponível em nenhum outro órgão de imprensa; e se confiarem irrestritamente na equipe de produtores jornalísticos.

Referências

AHVA, L. Practice theory for journalism studies. *Journalism Studies*, v. 18, n. 12. London: Taylor & Francis Online, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/icFY>. Acesso em: 4 abr. 2023.

BENKLER, Y. *The wealth of networks*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2006.

BENNET, L. *News: the politics of ilusion*. New York: Longman Editors, 2001.

BESBRIS, M.; PETRE, C. Professionalizing contingency: how journalism schools adapt to deprofessionalization. *Social Forces*, v. 98, n. 4. Oxford: Oxford University Press, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/icGi>. Acesso em: 4 abr. 2023.

BRUNS, A. *Gatewatching, collaborative online news production*. New York: Peter Lang Publishing, 2005.

CASTILHO, C. A. V. A desprofissionalização e a desinstitucionalização do jornalismo na era digital. *objETHOS*, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/icG0>. Acesso em: 4 abr. 2023.

COULDRY, N. Theorizing media practice. *Social Semiotics*, v. 14, n. 2. London: Taylor & Francis Online, 2010. Disponível em: <https://abre.ai/icLz>. Acesso em: 4 abr. 2023.

DOWNIE, L.; SCHUDSON, M. The reconstruction of American journalism. *Columbia Journalism Review*, New York, Nov./Dez. 2009. Disponível em: <https://abre.ai/icLP>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FREIDSON, E. *Professionalism, the third logic*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GONÇALVES, C. M. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. *Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 17, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/icMc>. Acesso em: 28 ago. 2023.

- GREMBERGEN, W. N.; DE HAES, S. *Implementing information technology governance: models, practice and cases*. New York: IGI Publishing, 2008.
- MCCHESENEY, R. *Communication revolution*. New York: The New Press, 2007.
- MEYER, P. *Os jornais podem desaparecer?* São Paulo: Contexto, 2007.
- MICK, J.; CRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. P. *Jornalismo local a serviço dos públicos*. Florianópolis: Insular, 2021.
- MICK, J; TAVARES, L. Governance of Journalism and Alternatives to the Crisis. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 13, n. 2, 2017, p. 114-140.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Paris: OCDE, 2005.
- RAETZSCH, C. Innovation through practice, journalism as a structure of public communication. *Journalism Practice*, v. 9, n. 1. Theories of journalism in the digital age. London: Taylor & Francis Online, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/icMw>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- SCHATZKI, T. Introduction to Practice Theory. In: CHATSKI, T.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (ed.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge Publishing, 2001.
- WAHL-JORGENSEN, K. News production, ethnography, and power – on the challenges of newsroom centrality. In: BIRD, S. E. (ed.). *Journalism and Anthropology*. Bloomington: Indiana University Press, 2009. Disponível em: <https://abre.ai/icMH>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- WILLIAM, A.; HARTE, D. Hyperlocal news. In: WITSCHGE, T. et al. (ed.). *Sage handbook of digital journalism*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2016. Disponível em: <https://abre.ai/icMU>. Acesso em: 4 abr. 2023.

Jornalismo automatizado: quando o humano deixa de escrever

Stefanie Carlan da Silveira
Matheus Costa Nunes

Em 2010, uma empresa de mídia digital chamada StatSheet lançou 345 sites dedicados à cobertura da divisão de basquete universitário estadunidense (National Collegiate Athletic Association). O entendimento da empresa era de que haveria audiência para as notícias, uma vez que milhares de universitários e egressos tinham o costume de acompanhar as partidas e não havia naquele momento um grupo editorial que se dedicasse a reportar todos os resultados da liga universitária. Esse desinteresse por parte das empresas de mídia poderia ser atribuído à falta de repórteres para acompanhar as partidas ou a um entendimento de que somente as ligas profissionais mereciam uma cobertura profissional e sistemática.

Ignorando as razões que levaram ao descaso da mídia convencional, a StatSheet encontrou uma forma de abocanhar a audiência dos fãs de basquete universitário. O caminho encontrado pela empresa foi redigir os textos com máquinas. Mais de 15 mil notícias sobre a divisão de basquete universitário foram publicadas entre 2010 e 2011. Os conteúdos variavam entre prévias dos jogos, resultados das partidas e outros tipos de artigos, todos gerados por algoritmos. A tecnologia desenvolvida pela empresa era capaz de combinar – ou, como se diz na computação, concatenar – os dados dos jogos com um estoque de sentenças. Uma vez que as informações de uma partida eram digitalizadas, um *script* as puxava de um banco de dados e as inseria, de forma automática, em um modelo de texto. Nascia então o *robô jornalista*.

Figura 9.1 – Um dos primeiros casos de uma notícia escrita por máquina

Fonte: Stross (2010).

Essa história é contada em detalhes em *Os algoritmos por trás das manchetes* (Van Dalen, 2012). Na época, o que se popularizou para se referir à automação no jornalismo foi evocar a figura de um autômato. Ao longo da década seguinte, outros conceitos foram cunhados como “jornalismo automatizado”, “repórter robô”, “jornalismo algorítmico”, “notícias automatizadas”, “*information automatisée*” e “*periodismo cyborg*” (Carlson, 2016; Caswell; Dorr, 2018; Latar, 2015; Linden, 2017; Graefe, 2016; Diakopoulos, 2019; Ufarte-Ruiz, 2020).

Independentemente do termo, a partir daquele momento, uma atividade extremamente associada à figura do repórter passou a ser executada por um objeto, um algoritmo, um código, um sistema. O surgimento dessa técnica nasceu de um casamento improvável entre cobertura esportiva, mídias digitais e computação linguística. O jornalismo automatizado surge de maneira similar ao seu irmão mais velho (Silver, 2014): o jornalismo de dados. Este último, por sua vez, encontra suas raízes na cobertura de ligas

de *baseball*, que tinham por tradição quantificar as jogadas dos times e jogadores nas chamadas *stats* (abreviação de estatísticas).

Embora um dos primeiros casos de automação dentro do jornalismo tenha tomado lugar na cobertura esportiva, existem precedentes para a automação de outros tipos de textos. A inovação dos textos redigidos por máquinas começa em 1960, de acordo com Linden (2017). Os primeiros acontecimentos consistem na geração de relatórios meteorológicos que não eram publicados, mas serviam de insumo para os meteorologistas elaborarem suas previsões. Mais tarde, o campo migrou para as áreas dos esportes, finanças e medicina na década de 1990, mas somente no meio corporativo.

É notável como áreas com um alto grau de quantificação em seus discursos capitanearam o processo de automação de textos, antes de ele ser colocado em prática por veículos jornalísticos. As aplicações recentes de projetos de jornalismo automatizado em grandes empresas jornalísticas demonstram essa propensão, embora seja importante pontuar que poucas editorias até o momento comportam a automação das notícias, sendo elas: esportes, finanças, clima, crime e resultados eleitorais (Caswell; Dorr, 2018).

É possível alegar que a automação está diretamente relacionada à quantificação da narrativa jornalística. A presença crescente de dados no lide jornalístico, defendida por Meyer (2002) como o jornalismo de precisão, ou a virada quantitativa de Coddington (2015), indicam uma busca por alicerçar a objetividade jornalística em números. Santos (2016) corrobora essa ideia ao afirmar que os conteúdos baseados em informações numéricas podem ser extraídos mais facilmente de campos já quantificados, como torneios esportivos ou apostas do mercado financeiro. Essa quantificação se encaixa com a automação, na medida em que ela adentra no lide sempre nas mesmas posições dentro do texto, em um lugar de destaque.

Anderson (2018) vai além, ao afirmar que o esforço em colocar dados dentro de notícias vem de um intuito do jornalismo em emular as ciências naturais, de certa maneira, pegando a credibilidade desse segundo campo emprestada. Seja qual for a explicação, a emergência de um discurso jornalístico quantitativo, por um lado, e da automação da produção de notícias, por outro, mostram-se como fenômenos intrinsecamente conectados. Se a motivação que impulsiona o jornalismo de dados são a objetividade e a credibilidade, resta compreender o que motiva a automação.

Para Aljazairi (2016), a fórmula capitalista do corte de gastos em função do aumento de lucro pode ser o motivo. Nessa visão, o motor por trás da automação seria meramente econômico. Também segundo Aljazairi (2016), é possível que haja, em paralelo à redução de gastos, uma busca por agregar mais valor ao trabalho do repórter: poupar o tempo desse profissional com a produção de notícias, vistas como meros insumos, para destinar mais esforços a textos mais analíticos e de maior profundidade, como reportagens. Nessa linha, Örnebring (2010) afirma que a tecnologia, no geral, “alivia” o jornalista de trabalhos mecânicos.

Já para Latzer *et al.* (2016), os algoritmos na indústria midiática (jornais, produtoras de filmes, canais de televisão, gravadoras etc.) são formas de agregar valor tanto em âmbito individual quanto corporativo e social. Entre os benefícios da automação estão a redução de custos transacionais, customização de serviços e aumento de performance. Entretanto, o principal benefício econômico da automação é o ganho de escala. O que se buscava nos primeiros estágios da Revolução Industrial se mantém verdade no século XXI. A busca por velocidade e quantidade na produção de notícias é, na opinião do autor, o fator determinante para automatizar a produção de conteúdo jornalístico.

Thurman, Dörr e Kunert (2017) apontam que a razão econômica primária por trás da automação no jornalismo é uma adequação dos modelos de negócios a novas pressões econômicas, como a queda de receita provinda de anunciantes; porém, existem ao menos quatro motivos que foram elencados em entrevistas com profissionais de organizações midiáticas tradicionais, como *Reuters*, *CNN* e *BBC*, para o investimento na área: (1) reduzir custos; (2) aumentar a velocidade; (3) expandir a cobertura; e (4) produzir conteúdo para dispositivos móveis. Ali e Hassoun (2019) elencam ainda mais dois fatores que são a (5) abundância de informações no meio digital, exigindo em excesso a capacidade de jornalistas de dar sentido a esse volume; e (6) a busca por credibilidade em um cenário de baixa confiança em instituições jornalísticas.

Os seis motivos listados permitem olhar para benefícios pouco óbvios da automação. Por expandir a cobertura (3), entende-se que a produção automatizada de jornalismo permite aos veículos realizar coberturas que, outrora, simplesmente não seriam feitas por falta de capital humano. Um exemplo disso é a cobertura da StatSheet de ligas universitárias de basquete, tendo em vista que frequentemente só ligas profissionais recebem um jornalista para uma cobertura *in loco* de todas as partidas. Ao ampliar a

cobertura, existe também a possibilidade de personalização, como apontado por um jornalista esportivo da *Reuters* que foi entrevistado pela pesquisa de Thurman, Dörr e Kunert (2017, p. 11, tradução nossa): “Você poderia automaticamente gerar uma notícia, por exemplo, sobre a partida de futebol *Leicester versus Liverpool*, enviando uma versão para o torcedor de Leicester, uma para o de Liverpool e uma terceira para leitores neutros”.¹

A quarta razão, produzir conteúdo para dispositivos móveis (4), se dá graças a uma característica estética própria da era dos *smartphones*: textos curtos. A notícia produzida por algoritmos frequentemente reúne dados em um texto conciso, menor do que uma reportagem, ou um artigo. Segundo um editor da *Reuters* entrevistado por Thurman, Dörr e Kunert (2017, p. 11, tradução nossa), “ninguém que ler 5 mil palavras na tela de um celular”.² O público leitor que acessa notícias por dispositivos móveis tem uma inclinação menor a ler longas reportagens, com vários recursos visuais e narrativos, nas telas de seus telefones, preferindo textos curtos com galerias de fotos e vídeos curtos. A inclinação de jornalistas produzirem textos cada vez menores é uma característica notada desde o princípio do webjornalismo no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (Mielniczuk, 2003). O futuro da automação no jornalismo estaria, portanto, associado a leituras de dois ou três parágrafos.

Se o texto diminui, por um lado, o volume de informações disponíveis na *web* aumenta exponencialmente. A tentativa de lidar com a abundância de informações no meio digital (5) é uma das características centrais do jornalismo de dados (Gray; Chambers; Bounegru, 2014) que parece ter sido herdada pela vertente do jornalismo automatizado. De forma similar, a busca por credibilidade em um cenário em que a legitimidade do jornalismo é contestada (6) também se apresenta como um denominador comum. Enquanto a pós-verdade entra em cena, veículos de comunicação tentam remediar a questão colocando ênfase na objetividade, na cientificidade, logo, em dados.

¹ No original: *You could automatically generate a story about, for example, Leicester versus Liverpool [soccer match] and send a different version of the story to Liverpool and Leicester, and have a third one for neutrals.*

² No original: *People don't want to read 5000 words on their phone. They want a really nice picture and two or three paragraphs on what's happened. This is what we're thinking currently about our automated future.* [Ninguém que ler 5.000 palavras na tela de seu celular. As pessoas querem uma imagem muito bonita e dois ou três parágrafos sobre o que aconteceu. Isso é o que estamos pensando atualmente sobre nosso futuro automatizado].

Figura 9.2 – Motivos para perseguir a automação



Fonte: Thurman, Dörr e Kunert (2017); Newman (2018); Ali e Hassoun (2019).

Apesar dos diversos motivos econômicos, estéticos e profissionais para se adotar a automação na produção de notícias, a pesquisa de Thurman, Dörr e Kunert (2017) conclui que a opinião geral dos jornalistas é de que o estado atual da tecnologia é limitado e, portanto, não produz impactos econômicos consideráveis na dinâmica de empresas jornalísticas. Embora ainda não seja possível estabelecer uma relação de causa entre o recém-surgido jornalismo automatizado e as mudanças em modelo de negócios de empresas jornalísticas, a literatura corrente permite identificar, primordialmente, dois valores que impulsionam a área: a busca por velocidade e o ganho de escala (Latzer *et al.*, 2016; Thurman *et al.*, 2017).

É possível argumentar que perseguir esses dois valores é uma constante dentro da própria contemporaneidade e da história da mídia. O discurso da velocidade impulsiona veículos a fazerem o possível para publicar um furo primeiro, distribuindo a notícia para o maior número possível de leitores (Örnebring, 2010). Entretanto, é interessante notar como essa busca por velocidade e ganho de escala parece produzir uma controvérsia singular. A ubiquidade dos computadores, das conexões em rede e, por consequência, das mediações algorítmicas, resulta em uma capacidade humana de tomada de decisão diminuída, ou substituída, por algoritmos (Broussard, 2018). O processo de passar de princípios éticos, formatos estéticos e poder de decisão de uma atividade até então exclusivamente humana – a escrita – para não humanos denota transferência de

autoridade (Beaujon, 2014). A compreensão de o que essa transferência representa na prática para o futuro do jornalismo é fundamental, assim como a compreensão da transferência que já existe a partir do uso vasto e disseminado de tecnologias ubíquas e plataformas de publicação de conteúdo e redes sociais *online*.

Apesar do ainda pequeno número de estudos de casos concretos sobre a automação no jornalismo, exemplos práticos são cada vez mais frequentes.³ Em 2020, a Bloomberg, veículo especializado em notícias sobre finanças, estabeleceu um serviço separado e totalmente dedicado à redação automatizada de notícias, chamado Bloomberg Automated Intelligence (BAI). A empresa, que conta com uma média de 5 mil notícias publicadas por dia, passou a se apoiar amplamente na automação para dar conta da produção. Segundo seu editor-chefe, John Micklethwait, um terço de todo o conteúdo produzido pela empresa é automatizado em algum nível.

O relatório publicado pelo Laboratório Nieman da Universidade de Harvard aponta uma direção semelhante. Há uma aplicação progressiva da automação de tarefas por robôs e algoritmos em redações. Segundo o relatório, veículos de imprensa buscam na automação uma forma de expandir suas coberturas, engajar mais sua audiência e ter mais agilidade para emplacar furos. Editores entrevistados pela pesquisadora Clarence Lecompte (2015) declararam que tirar o trabalho mecânico de redigir notícias meramente descritivas libera os jornalistas para se dedicarem mais ao trabalho de reportagem.

Segundo levantamento exploratório feito por Carreira (2017), 59 veículos de mídia já executaram projetos de automação da produção de notícias sobre oito tópicos de cobertura (política, finanças, esporte, previsão do tempo, crime, viagem, trânsito e entretenimento) em dez países da América do Norte, Europa e Ásia. Organizações tradicionais de jornalismo como a Associated Press, Reuters, Los Angeles Times, Washington Post, Deutsche Welle e Grupo Globo têm experimentado o emprego de um conjunto de ferramentas digitais para automatizar a produção de notícias. Mais recentemente, com o crescimento da discussão sobre o ChatGPT,⁴ a revista norte-

³ Considerando a análise de Ioscote (2021) sobre os pesquisadores com o maior número de trabalhos publicados sobre o tema, é possível concluir que existe uma concentração dos estudos de jornalismo automatizado, algorítmico e computacional no norte global.

⁴ O ChatGPT (*Generative Pre-Training Transformer*) é uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pela OpenAI capaz de criar diálogos virtuais de forma automática utilizando técnicas avançadas de Processamento de Linguagem Natural (PLN).

-americana *Wired* publicou uma política⁵ de uso de inteligência artificial (IA) na publicação de seus conteúdos. No documento, o veículo afirma que não publicará textos gerados ou editados por IA, mas que poderá utilizar a tecnologia para sugestão de títulos ou chamadas para plataformas de redes sociais *online*, ou ainda, para sugestão de pautas, pesquisas e como ferramenta de análise.

O jornalismo automatizado nada mais é do que a combinação do lide (dimensão estética) e dos princípios de valor-notícia (dimensão ética) com a Geração de Linguagem Natural – GLN (dimensão técnica). Essas três dimensões são unidas em um processo algorítmico que é, por definição, dividido em três etapas. Quando o algoritmo é encarado como processo, ele transcorre em uma fase inicial (*input*), que é submetida a procedimentos computacionais específicos (*throughput*), produzindo um resultado (*output*) (Latzner *et al.*, 2016).

Portanto, o jornalismo automatizado é o processo (semi)automatizado de Geração de Linguagem Natural pela seleção pré-programada de informações disponíveis em bases de dados públicas ou privadas (*input*), a atribuição de relevância à característica dos dados, seguida do processamento em estruturas semânticas (*throughput*) e a publicação dos textos na forma de notícia (*output*). O processo ocorre dentro ou fora do ambiente editorial, com o assunto da cobertura sendo especificado pelos aspectos da base de dados (*input*). Os valores éticos e padrões estéticos do jornalismo são transferidos para o algoritmo de Geração de Linguagem Natural (*throughput*), numa dinâmica de modificação mútua que afeta tanto os atores (algoritmos e humanos) quanto o produto final (texto).

Em linhas gerais, a GLN consiste na engenharia de computar a língua escrita, ou falada. Em síntese, a aplicação consiste no “processo de renderizar pensamento em linguagem” (McDonald, 2010, p. 121, tradução nossa),⁶ tendo sido estudada e elaborada simultaneamente por filósofos, neurologistas, linguistas e engenheiros da computação.

⁵ Ver *How WIRED will use generative AI tools*. Disponível em: <https://abre.ai/icPL>. Acesso em: 16 fev. 2022.

⁶ No original: “*Natural language generation (NLG) is the process by which thought is rendered into language*”.

Os principais nichos da GLN são a Compreensão de Linguagem Natural, o Processamento de Linguagem Natural e a Geração de Linguagem Natural (Clark; Fox; Lappin *et al.*, 2012). Os três subcampos se comportam como os três lados que compõem um mesmo triângulo. Enquanto a Compreensão de Linguagem Natural encontra formas de interpretar a fala humana, o Processamento identifica padrões no discurso que a Geração reproduz. O poder das três aplicações reside no potencial de fazer computadores se comunicarem com humanos em sua própria linguagem. Exemplos de programas de Compreensão de Linguagem Natural se popularizaram com assistentes virtuais como Siri (Apple), Organa (Microsoft) e Alexa (Amazon). Essas tecnologias são capazes de identificar padrões no discurso por meio do reconhecimento de voz, depois inferir significado e prover uma resposta. As etapas que antecedem a resposta são exatamente o processo de Compreensão.

O Processamento de Linguagem Natural é ainda mais difundido, sendo encontrado em motores de busca, como o Google, filtros de *e-mail*, sistema de *autocomplete* para textos, *chatbots*, sistemas de classificação de texto e análise de sentimento em redes sociais. É a área da computação linguística mais propagada e a que mais se destina poder computacional. Uma concepção inicial errônea é que o Gerador de Linguagem Natural é um Processador de Linguagem Natural “ao contrário”, ou seja, com as etapas invertidas do processo que mecanismos de busca executam. Segundo McDonald (2010), os processadores enfrentam problemas analíticos, enquanto os geradores incorrem em desafios de *construção e planejamento*. O que é sabido no Processamento são as palavras, enquanto a intenção do falante é desconhecida. Já a Geração de Linguagem Natural trabalha com um fluxo informacional⁷ contrário, indo do conteúdo para a forma, da intenção para o texto. O “gerador” equivale a uma pessoa com algo a dizer, só que na forma de um programa computacional. O *software* parte de uma intenção comunicativa para depois determinar o que será escrito, selecionando palavras e recursos retóricos, todos pré-adequados a uma gramática. Por meio da formatação das palavras no texto redigido, o programa estabelece a prosódia⁸ do discurso. Segundo McDonald, isso tudo ocorre em três estágios.

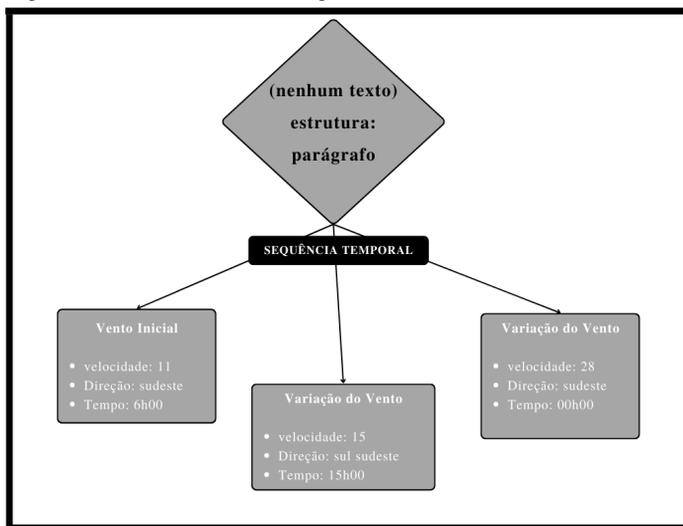
⁷ O fato de o fluxo informacional ser contrário implica etapas distintas, mas não inversamente proporcionais ao Processamento de Linguagem Natural.

⁸ Prosódia é o ramo da linguística que estuda a entonação, sendo mais característico da linguagem oral. Dentro da linguística computacional, a ideia de prosódia está ligada à intenção comunicativa tanto em linguagem oral quanto escrita.

Geralmente, o processo de geração é dividido em três partes que com frequência se subdividem em três programas: (1) identificar os objetivos do enunciado, (2) planejar como os objetivos serão alcançados a partir dos recursos comunicacionais e (3) realizar o planejamento na forma de texto (McDonald, 2010, p. 121, tradução nossa).⁹

O pesquisador Ehud Reiter (2012) reitera a separação do processo em três etapas, mas com uma definição mais simples para os estágios: (1) planejamento do documento, (2) Mmicroplanejamento e (3) realização. O primeiro estágio consiste em decidir qual informação comunicar (determinação de conteúdo), assim como a organização da informação (estruturação do documento). De uma perspectiva do *software*, Reiter explica que o *input* do planejamento do documento é o *input* de todo o sistema de Geração de Linguagem Natural. Já o *output* é geralmente constituído de uma árvore de mensagens, sendo as mensagens pedaços de informações que podem ser linguisticamente expressas em cláusulas, ou frases.

Figura 9.3 – Árvore de mensagens



Fonte: Reiter (2012). Exemplo do *software* SumTime.

⁹ No original: “Modulo a number of caveats discussed later, the process of generation is usually divided into three parts, often implemented as three separate programs: (1) identifying the goals of the utterance, (2) planning how the goals may be achieved by evaluating the situation and available communicative resources, and (3) realizing the plans as a text”.

Como o trabalho de Reiter explica, a raiz constitui uma interseção na qual não existe nenhuma mensagem, apenas a especificação de que a estrutura é um parágrafo. Essa interseção tem três ramificações que se desencadeiam em uma sequência temporal. Cada ramificação, no exemplo, comunica uma mensagem singular sobre o fluxo do vento. A primeira ramificação é sobre o estado inicial do vento, enquanto as duas ramificações que seguem comunicam estados de mudança – todas contêm parâmetros de velocidade e direção de tempo.

A fase do microplanejamento (2) consiste em decidir como as informações são expressas no texto que será gerado. Para isso, quatro tipos de escolhas devem ser feitas: a) *escolhas lexicais*, decidem quais palavras devem ser usadas para expressar conceitos centrais e os dados; b) *escolhas de referência*, decidem quais expressões de referência identificam objetos individuais no discurso; c) *escolhas sintáticas*, decidem a estrutura das sentenças; d) *agregação*, decidem quantas mensagens devem ser expressas em cada sentença. O *input* do microplanejamento (2) é o planejamento do documento (1), enquanto o *output* é a *especificação do texto*. Essencialmente, esse *output* é uma árvore em que as ramificações determinam a estrutura textual.

Por último, a realização (3) gera um texto concreto, baseado nas informações selecionadas na etapa do planejamento e moduladas pelas escolhas linguísticas do microplanejamento. No estágio da realização, o *input* é condicionado a um formalismo gramatical específico, que varia de língua para língua. Os “realizadores” também suportam as funções de *sobregeração* e *seleção*, ou seja, um mecanismo cria várias possibilidades de textos, enquanto outro seleciona uma delas.

Os resultados do *software* de previsões meteorológicas SumTime podem ser vistos na figura da página seguinte. Por meio de um processo algorítmico (passo a passo), o *software* entregou uma frase com três estados de variação do vento. Em termos de estilo e extensão, McDonald (2010) não coloca uma limitação específica para os gêneros textuais que a Geração de Linguagem Natural pode produzir, embora os casos sejam em sua maioria de textos curtos e descritivos, com grande presença de dados quantitativos, tais quais relatórios meteorológicos, ou notícias.

Figura 9.4 – Frase escrita por um Gerador de Linguagem Natural

Previsão numérica do vento , 19 de Setembro de 2000		
Tempo	Direção do Vento	Velocidade (nós)
6h00	Sudeste (SE)	11
9h00	Sul Sudeste (SSE)	13
12h00	Sul Sudeste(SSE)	14
15h00	Sul Sudeste (SSE)	15
18h00	Sudeste (SE)	18
21h00	Sudeste (SE)	23
00h00	Sudeste (SE)	28

Texto escrito pelo SumTime:
SE 9-14 veering SSE 13-18 by mid-afternoon, then increasing SE 26-31 by midnight.

Fonte: Reiter (2012).

Há também, de um ponto de vista estritamente computacional, três formas de executar a Geração de Linguagem Natural. De acordo com Vajjala *et al.* (2020) e Dong *et al.* (2022), são elas: (1) regras e heurística, (2) aprendizado de máquina e (3) aprendizado profundo.¹⁰ As aplicações feitas por regras e heurística (1) consistem em programar normas explícitas do que deve ser identificado em um texto. Por exemplo, constatar que uma palavra é masculina, de acordo com uma biblioteca de palavras classificadas por gênero, se for antecedida pelo artigo “o” antes do nome. A precisão desses sistemas depende das decisões que são tomadas com base nas regras. Se não houver regra para certo caso, o sistema falha.

Já o aprendizado de máquina (2) e o aprendizado profundo (3) são dois campos mais complexos da inteligência artificial. No aprendizado de máquina (2), os algoritmos aprendem a executar tarefas automaticamente com base em amplos conjuntos de exemplos, chamados de “dados de treinamento”. Isso normalmente é feito com um programador que cria uma representação numérica, chamada de *feature*, que é aplicada pelo algoritmo aos dados de treinamento para identificar padrões nesses exemplos.

¹⁰ *Machine learning* e *Deep learning* são os termos mais usados em inglês para se referir a essas duas aplicações da inteligência artificial.

O aprendizado profundo (3) segue uma arquitetura de redes neurais que tenta emular o comportamento de um cérebro humano. Segundo Bishop (1994), uma rede neural é um modelo de aprendizagem composto por nós de processamento interconectados. Tais nós são treinados por grandes volumes de dados a desempenhar tarefas específicas mediante o ajuste de proximidade entre as conexões. As redes neurais podem ser pensadas como uma memória computacional organizada em camadas. Cada fração de um padrão identificado pelo algoritmo é salvo em uma camada, que pode ser depois recombinada para identificar diferentes objetos. Diferentemente do aprendizado de máquina (2), as *features* são determinadas pelo próprio algoritmo a partir de um vasto conjunto de dados de treinamento, que depois são aplicadas na classificação dos dados de *input*.

Para ilustrar melhor a aplicação dessas formas de inteligência artificial, vale retomar o exemplo do ChatGPT. O modelo é treinado utilizando o aprendizado de máquina (2)¹¹ e o aprendizado profundo (3), a partir de um banco de textos extraídos da internet. Ao todo, estipula-se que a aplicação foi alimentada com 570 GB de dados, totalizando 300 bilhões de palavras. A partir desses vários exemplos, o modelo é capaz de adivinhar por probabilidade qual é a próxima palavra que irá aparecer em uma frase.

A Geração de Linguagem Natural do ChatGPT é consideravelmente diferente dos casos do StatSheet e do Plyvote.com, pois envolve o treinamento de modelos. Os outros dois exemplos estão associados a textos automatizados que se dão por regras e heurística (1). Para Diakopoulos (2019), o jornalismo automatizado se relaciona a essa forma de Geração de Linguagem Natural, pois é o método que permite a codificação dos valores editoriais jornalísticos (*throughput*) dentro do sistema que gerará a notícia (*output*).

A emergência do jornalismo automatizado implica novos desafios para a categoria dos profissionais de imprensa, ao mesmo tempo que desperta diferentes opiniões dentro de redações. Os pesquisadores Ali e Hassoun (2019) declaram que já existe uma ala de pessimistas e outra de otimistas dentro da indústria midiática. A ala dos pessimistas vê a inovação como uma ameaça à manutenção de empregos. O enxugamento de postos de trabalho

¹¹ Ver ChatGPT: *Everything you need to know about OpenAI's GPT-3 tool*, Science Focus. Disponível em: <https://abre.ai/icQi>. Acesso em: 11 fev. 2023.

em veículos, assim como a chamada precarização do trabalho, é uma realidade que preocupa o setor. Uma segunda aflição estaria relacionada com uma exigência de jornalistas com um alto nível de literacia digital e domínio de programação para conseguir operar nesse cenário.

Já a ala dos otimistas acredita que o jornalismo automatizado é uma possibilidade de elevar a qualidade do trabalho jornalístico, assim como a sua relevância. Entre as possíveis melhoras, Ali e Hassoun (2019) mencionam que o jornalista fica habilitado a lidar com um fluxo maior de informações, combater *fake news* de forma automática, fazer checagem de fatos com o auxílio de algoritmos, adequar a escrita de textos aos manuais de redação e personalizar o conteúdo para subnichos de sua audiência. Para a ala dos otimistas, a automação do jornalismo não trará um cenário de escassez de empregos, mas um emprego com diferentes características e graus de complexidade.

Entre otimistas e pessimistas há uma clara distância entre o que um e outro acreditam que uma inteligência artificial pode de fato executar. É importante observar, portanto, as limitações de recursos algorítmicos na produção de notícias. A literatura corrente elenca ao menos três: (1) criatividade; (2) vigilância (*watchdog*) e (3) viés algorítmico (Ali; Hassoun, 2019; Dörr, 2015; Latar, 2015; O’Neil, 2021).

A limitação de criatividade em algoritmos ocorre pela ausência de uma subjetividade na leitura de mundo, assim como de uma intersubjetividade para propor angulações, ganchos e pautas. A tecnologia seria incapaz por si só de fazer uma entrevista, descrever o cenário de um desastre, ou acidente, e de despertar reações emocionais no público leitor.

A limitação da vigilância está relacionada à natureza do jornalismo de ser “uma força essencial para manter a sobrevivência do sistema social” (Ali; Hassoun, 2019, p. 44, tradução nossa).¹² Esse papel público do jornalismo está associado a sua capacidade de identificar eventos alarmantes, inesperados, que constituem de certa forma uma perturbação na esfera social. Por uma razão similar à (1) limitação de criatividade, a (2) limitação da vigilância ocorre por uma incapacidade de algoritmos fazerem conexões com experiências pregressas externas ao seu quadro de referências. Tal inabilidade resulta em não reconhecer o inesperado, ou a novidade, para produzir denúncias e, portanto, vigiar as instituições (*watchdog*).

¹² No original: “*Journalism is an essential force to maintain the survival of the social system*”.

Já a limitação de viés algorítmico (3) ocorre porque a tecnologia digital reproduz vieses de quem o configurou, mesmo que seus criadores o façam inconscientemente. O conceito desse tipo de viés é apresentado por Cathy O’Neil (2021) e Safiya U. Noble (2018) como as transferências de preconceitos do homem para a máquina, que os reproduzem acriticamente. Um exemplo disso ocorreu em 2015, quando o *app* Google Fotos etiquetou a imagem de duas pessoas negras como sendo de gorilas.¹³ A empresa mais tarde se desculpou pelo erro, enquanto isso, pesquisadores especularam a causa do erro como uma falta de imagens de pessoas negras no conjunto de dados que alimentou o processo de aprendizagem de máquina do algoritmo. Noble (2018) afirma que essa limitação na forma de vieses, na maioria dos casos, de gênero, raça e classe, é inerente ao processo de criar uma inteligência artificial e não pode ser solucionada sem uma interferência externa.

Para além das três restrições na implementação dos algoritmos, mencionadas acima, o jornalismo automatizado acarreta desafios profissionais de natureza ética. Autores como Clerwall (2014), Montal e Reich (2017), Ali e Hassoun (2019), Monti (2019) e Sánchez e Ruiz (2020) elencam ao menos cinco obstáculos: (1) transparência; (2) checagem de fatos; (3) justeza (*fairness*); (4) qualidade dos dados; e (5) automação da produção de *fake news*.

O desafio da transparência (1) envolve comunicar ao leitor de onde veio a base de dados estruturados usados para a produção automatizada da notícia. Em suma, deixar a referência clara para os leitores é visto como uma necessidade para manter a objetividade e credibilidade jornalística, atrelada tanto à organização periodística quanto ao algoritmo. Para Ali e Hassoun (2019, p. 44, tradução nossa), consiste em “apresentar abertamente a forma como os dados foram coletados e usados, incluindo as informações que foram deliberadamente deixadas de fora”¹⁴

Por outro lado, a checagem dos fatos (2) é para Clerwall (2014) garantir a credibilidade e a objetividade das fontes utilizadas. Da mesma forma que no combate às *fake news*, a checagem é essencial, assim como um recurso para que jornalistas e redações não sejam acusados de calúnia e difamação. Tal questão também vale para o jornalismo automatizado,

¹³ Ver *Google photos tags two African-Americans as gorillas through facial recognition*. Disponível em: <https://abre.ai/icQU>. Acesso em: 11 fev. 2023.

¹⁴ No original: “*This term essentially refers to being open about the way data is collected and used, as well as eschewing unnecessary data collection*”.

com a preocupação extra que uma informação equivocada poderá ser replicada em centenas de milhares de publicações, tendo em vista o aspecto do ganho de escala mencionado anteriormente.

Em justiça (*fairness*) (3), o desafio consiste em evitar publicações que invadam a privacidade dos dados de usuários, a fim de mitigar manipulações sociais e opressões estruturais. A digitalização crescente da vida acarreta questões de Proteção Geral de Dados Pessoais. O icônico escândalo da Cambridge Analytica, com suas implicações eleitorais, é um exemplo da história recente de como dados pessoais podem ser utilizados de maneira manipuladora e sem o consentimento dos usuários, ou de má-fé, para ganhos políticos e econômicos. No momento em que veículos jornalísticos passam a usar um algoritmo para tornar públicas informações disponíveis *online*, eles devem considerar princípios de *netsecurity* tal como fazem as empresas de tecnologia.

Já a qualidade dos dados (4) diz respeito à precisão das informações presentes nas notícias. De forma muito similar ao desafio da checagem, o quarto desafio consiste em uma preocupação prévia com a objetividade das informações. O trabalho de algoritmos é repetitivo e sistemático, para o bem ou para o mal. Um dado sem precisão será reproduzido múltiplas vezes sem julgamento por parte da máquina.

De maneira similar às preocupações de qualidade e checagem dos fatos, os pesquisadores Sánchez e Ruiz (2020) apontam ainda mais uma possibilidade ameaçadora para o jornalismo profissional: (5) a automação da produção de *fake news*. Se notícias com precisão e qualidade podem ser produzidas automaticamente em grande volume, o contrário também é válido. Em uma dimensão estética, as notícias falsas se utilizam de um *aspecto de jornalismo* para promover desinformação, manipulação política e dissenso. Casos concretos de *bots* utilizados para disseminar notícias falsas são múltiplos, *vide* o Inquérito das *Fake News* no Brasil.¹⁵ Entretanto, no lugar da automação para a distribuição, existe a possibilidade da automação para a redação das *fake news*.

¹⁵ Ver *Inquérito do STF sobre fake news: entenda as polêmicas da investigação que provoca atrito entre Bolsonaro e a Corte*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52824346>. Acesso em: 11 fev. 2023.

Em resumo, o surgimento do jornalismo automatizado vem acompanhado de novos desafios éticos e de limitações provenientes da dinâmica entre os diferentes atores. As mudanças tecnológicas exigem discussões de pesquisadores e da categoria profissional sobre como enfrentá-las. A imprensa vive há algumas décadas uma transição histórica em razão das tecnologias digitais (Pavlik, 2001), e o jornalismo automatizado se apresenta como mais um capítulo no qual novos obstáculos emergem, exigindo soluções sem precedentes.

Como podemos observar ao longo do texto, as etapas do processo do *software* criam uma troca entre os valores da profissão jornalística (éticos, estéticos e discursivos) com o funcionamento do recurso algorítmico. Os tomadores de decisão dentro de uma redação, sejam eles repórteres ou editores, são convidados a partilhar seus valores profissionais com cientistas de dados e engenheiros de *software*. O esforço é de transmitir o *know how* do ofício jornalístico para um algoritmo. O público também cumpre seu papel, tendo em vista que é o alvo desenhado a partir do que o jornalista julga ser relevante para ele (público).

Os valores jornalísticos de diferentes ordens são incorporados no sistema, desde aspectos estéticos como a construção de uma frase, até preferências de valor-notícia, como qual base de dados usar, como calcular os dados, como as informações são apresentadas, em qual ordem. Esse exercício de decidir o que entra e o que sai acaba por esbarrar em questões seculares para o jornalismo, como “novidade”, “importância”, “relevância” e “imprevisibilidade”.

A viabilidade da automação para o jornalismo pressupõe que ele próprio é dotado de tarefas mecânicas. A repetição e sua forma são as chaves para determinar como o sistema deverá operar e em que partes do trabalho jornalístico ele poderá atuar. Os cientistas da computação fazem o trabalho de codificar os protocolos do fazer jornalístico, quebrando-os em partes mínimas para servirem de *input* a uma máquina. No entanto, ainda não se sabe até onde um algoritmo é capaz de traduzir protocolos jornalísticos humanos.

Referências

ALI, W.; HASSOUN, M. Artificial intelligence and automated journalism: contemporary challenges and new opportunities. *International journal of media, journalism and mass communications*, v. 5, n. 1, p. 40-49, 2019.

- ALJAZAIRI, S. *Robot journalism: threat or an opportunity*. Sweden: Örebro University, 2016.
- BEAUJON, A. L. A. Times reporter talks about his storywriting “Quakebot”. *Poynter*, Mar. 17, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/ic4A>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BISHOP, C. M. Neural networks and their applications. *Review of Scientific Instruments*, v. 65, article 1803. 1994. Disponível em: <https://abre.ai/ic43>. Acesso em: 9 fev. 2022.
- BLOOMBERG. *Using Bloomberg automated news stories to predict market events*, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/icSO>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BROUSSARD, M. *Artificial unintelligence: how computers misunderstand the world*. Cambridge: MIT Press, 2018.
- CARREIRA, K. A. C. *Notícias automatizadas: a evolução que levou o jornalismo a ser feito por não humanos*. 207 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.
- CARLSON, M. Automated journalism: a posthuman future for digital news? In: FRANKLIN, B.; ELDRIDGE II, S. (ed.). *The Routledge companion to digital journalism studies*. UK: Routledge, 2016
- CASWELL, D.; DÖRR, K. Automated journalism 2.0: event-driven narratives: from simple descriptions to real stories. *Journalism practice*, v. 12, n. 4, p. 477-496, 2018.
- CLARK, A.; FOX, C.; LAPPIN, S (ed.). *The handbook of computational linguistics and natural language processing*. EUA: John Wiley & Sons, 2012.
- CLERWALL, C. Enter the robot journalist: users’ perceptions of automated content. *Journalism practice*, v. 8, n. 5, p. 519-531, 2014.
- CODDINGTON, M. Clarifying journalism’s quantitative turn: a typology for evaluating data journalism, computational journalism, and computer-assisted reporting. *Digital journalism*, v. 3, n. 3, p. 331-348, 2015.
- DIAKOPOULOS, N. *Automating the news*. EUA: Harvard University Press, 2019.
- DONG, C. et al. A survey of natural language generation. *ACM Comput. Surv.*, v. 55, n. 8, art. 173, 2022. DOI: 10.1145/3554727. 38 p.
- DÖRR, K. N. Mapping the field of algorithmic journalism. *Digital journalism*, v. 4, n. 6, p. 700-722, 2015.
- FANTA, A. Putting Europe’s robots on the map: automated journalism in news agencies. *Reuters Institute Fellowship Paper*, v. 9, p. 1-23, 2017.
- GRAEFE, A. *Guide to automated journalism*. 2016. Disponível em: <https://abre.ai/ic5n>. Acesso em: 16 ago. 2022.

- GRAY, J.; CHAMBERS, L.; BOUNEGRU, L. *The data journalism handbook: how journalists can use data to improve the news*. “O’Reilly Media, Inc.,” 2012.
- IOSCOTE, F. C. Jornalismo e inteligência artificial: tendências nas pesquisas brasileiras entre 2010 e 2020. *Novos Olhares*, v. 10, n. 2, p. 162-182, 2021.
- LATAR, N. The robot journalist in the age of social physics: the end of human journalism? In: EINAU, G. (ed.) *The new world of transitioned media*. Switzerland: Springer: Cham, 2015. p. 65-80.
- LATZER, M. et al. The economics of algorithmic selection on the Internet. In: BAUER, J. M.; LATZER, M. (ed.). *Handbook on the Economics of the Internet*. UK: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 395-425.
- LECOMPTE, C. *Automation in the Newsroom: how algorithms are helping reporters expand coverage, engage audiences, and respond to breaking news*. Sept. 1st, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/ic5J>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- LINDEN, C. Decades of automation in the newsroom: why are there still so many jobs in journalism? *Digital journalism*, v. 5, n. 2, p. 123-140, 2017.
- MCDONALD, D. *Natural Language Generation*. In: INDURKHYA, N.; DAMERAU, F. J. (ed.) *Handbook of Natural Language Processing*. EUA: Routledge, 2010. v. 2, p. 121-144.
- MEYER, P. *Precision Journalism*. 4th ed. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2002.
- MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (org.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: GJOL: Calandra, 2003. p. 37-54.
- MONTAL, T; REICH, Z. I, robot. You, journalist. Who is the author? Authorship, bylines and full disclosure in automated journalism. *Digital journalism*, v. 5, n. 7, p. 829-849, 2017.
- MONTI, M. Automated journalism and freedom of information: ethical and juridical problems related to AI in the press field. *Opinio Juris in Comparatione*, v. 1, p. 2018, 2019.
- NEWMAN, Nic. *Journalism, media and technology trends and predictions 2018*. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018.
- NOBLE, S. U. Algorithms of oppression. In: NOBLE, S. U. *Algorithms of oppression*. New York: New York University Press, 2018.
- O’NEIL, C. *Algoritmos de destruição em massa*. Rio de Janeiro: Rua do Sabão, 2021.
- ÖRNEBRING, H. Technology and journalism-as-labour: historical perspectives. *Journalism*, v. 11, n. 1, p. 57-74, 2010.
- PAVLIK, J. *Journalism and new media*. New York: Columbia University Press, 2001.

- REITER, E. Natural language generation. In: CLARK, A.; FOX, C.; LAPPIN, S. (ed.). *The handbook of computational linguistics and natural language processing*, 2010. p. 574-598.
- REITER, E; SRIPADA, S.; ROBERTSON, R. Acquiring correct knowledge for natural language generation. *Journal of Artificial Intelligence Research*, v. 18, p. 491-516, 2003.
- SÁNCHEZ, J.; RUIZ, M. J. U. Inteligencia artificial y periodismo. *Revista Cidob d'afers internacionals*, n. 124, p. 49-72, 2020.
- STROSS, R. When the software is a sportswriter. *New York Times*, 27 nov. 2010. Disponível em: <https://abre.ai/ic53>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- THURMAN, Neil; DÖRR, Konstantin; KUNERT, Jessica. When reporters get hands-on with robo-writing: Professionals consider automated journalism's capabilities and consequences. *Digital journalism*, v. 5, n. 10, p. 1240-1259, 2017.
- VAJJALA, S.; et al. *Practical natural language processing: a comprehensive guide to building real-world NLP systems*. EUA: O'Reilly Media, 2020.
- VAN DALEN, A. The algorithms behind the headlines: how machine written news redefines the core skills of human journalists. *Journalism Practice*, v. 6, n. 56, p. 648-658, 2012.

Narrativas audiovisuais no jornalismo plataformizado

Raquel Ritter Longhi
Fabiana Piccinin

Existe uma indissociabilidade entre o narrar e a experiência de existir, uma vez que essa habilidade interpretativa acompanha o homem desde os primórdios, como bem aponta Harari (2015, p. 402). Narrar como estratégia de atribuição e organização semântica dos eventos vividos é condição para a vida e suas ofertas recorrentes de flancos e verdades sem explicação. Ou, como diz Nietzsche (1998), não existe vida fora do sentido, a ponto de a condição inexorável torná-la inviável se não cumprida. Ou seja, ainda que se trate de uma necessidade distinta das demandas biológicas imediatas, contar histórias está na mesma ordem de importância em relação à sobrevivência humana.

Narra-se, portanto, como já tratado em trabalhos anteriores (Piccinin, 2012), para atenuar as angústias (Bruner, 1997), para estetizar a experiência (Freud, 1997; Longhi; Caetano, 2019), para desafiar a finitude (Benjamin, 1987) e até mesmo para promover o autoconhecimento (Gai, 2009). Narra-se, segundo Resende (2011), para dar a conhecer sobre sujeitos e objetos, levando as diferentes proposições aqui feitas a um lugar distintivo da narrativa no caso do jornalismo, porque compreendido como um dos mais importantes narradores contemporâneos.

Têm-se, assim, as razões para que a análise da narrativa jornalística implique considerar seu tempo, linguagem e técnica. Estudar as narrativas, e nelas as de natureza jornalística, portanto, pressupõe que a prática de contar histórias ganhe anatomias, conformações e temáticas que estão diretamente relacionadas à significação e à potência social que produzem, às variantes técnicas de que lançam mão para sua estruturação, bem como à linguagem associada com esses aspectos. Em tempos de jornalismo digital,

por exemplo, observa-se a decorrente exploração das potencialidades da hipermídia e do ambiente conectado, articulado pela lógica rizomática. Tal contexto ilustra o que diz Barthes (2011), quando afirma que cada época tem suas narrativas que são expressão de significado e significante de um tempo e por meio das quais se dá valor de verdade ao experienciado.

Neste capítulo, observam-se essas transformações especialmente nas formas de narrar, para chegar à análise das narrativas do jornalismo plataformizado. Discute-se particularmente o contemporâneo e, nele, as implicações nas práticas e gramáticas jornalísticas. Assim, a análise dessa trajetória e o apuro dispensado às produções jornalísticas dos tempos líquidos (Bauman, 2001), marcados pela complexidade (Morin, 2015) por oposição ao caminho linear que traçou a Modernidade, apresentam-se como insumos enquanto rastreamento teórico para a chegada, por fim, ao objeto empírico proposto, que trata das narrativas jornalísticas audiovisuais produzidas no TikTok, que servem de exemplo à expansão do audiovisual e, nesta reflexão, do jornalismo para as telas (Emerim, 2017).

A plataforma de entretenimento, como é definida pelos seus criadores (TikTok, 2023), tem se mostrado um dos lugares mais recorrentes de publicação de conteúdos por mídias jornalísticas tradicionais, que apresentam ali versões com traços bastante originais em termos de formato, especialmente na oferta editorial de seus conteúdos. O capítulo explora o perfil do jornal *Estadão*,¹ apresentando para tanto, em termos metodológicos, uma reflexão sobre as transformações identificadas na anatomia da narrativa jornalística em correspondência ao seu contexto sócio-histórico discursivo, repousando especialmente no tempo atual e no contexto do jornalismo plataformizado.

Dadas suas particularidades, verifica-se de que maneira essa narrativa se estrutura e, ao atentar para o produto final encontrado nas publicações do TikTok, busca-se compreender que prática jornalística é essa. E que história, portanto, está se narrando a partir desse lugar emergente, capaz de promover modos inaugurais de lidar com o acontecimento, tanto em termos de forma como de conteúdo. Ou, por outras palavras, investiga-se como o jornalismo afeta e é afetado ao construir uma versão de verdade sobre o que narra, em uma plataforma recente, que tem se mostrado de grande aderência especialmente com relação às novas gerações. Dados mais recentes do crescimento do TikTok apontam que, em meados de 2021, a plataforma atingiu um bilhão de usuários ativos mensais (TikTok, 2021). No

¹ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@estadao>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Brasil, os números mostram que somos 4,72 milhões de usuários, atrás apenas da China, país de origem do TikTok (Walliter, 2021).

O foco no TikTok justifica-se pela escassez de estudos que tenham essa plataforma por objeto. Dentre alguns trabalhos, destacam-se o artigo de Vásquez-Herrero, Negrera-Rey e López-Garcia (2020), que analisa os desafios para as organizações de mídia adaptarem seus modelos de produção às novas funcionalidades das redes sociais e aos comportamentos de consumo; o de Alves (2020), que verificou alguns perfis jornalísticos na plataforma e sistematizou suas estratégias de conteúdo; em seguida, destacam-se Longhi (2021a; 2021b), que categorizou alguns “estilos” de conteúdos ciberjornalísticos no TikTok e, no mesmo ano, Pereira e Monteiro (2021), que analisaram a utilização estratégica da mídia social TikTok no jornalismo, verificando de que modo os profissionais da imprensa estão integrando essa plataforma nas rotinas produtivas do jornalismo, num *corpus* que incluiu os perfis da *CNN Brasil*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*. Mais recentemente, Lindemann, Schuster e Belochio (2022) analisaram a apropriação que os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* fazem do TikTok, do ponto de vista da análise de conteúdo.

A estética contemporânea trouxe a perspectiva da liquidez proposta por Bauman (2001) e Santaella (2007), apresentando a complexificação das verdades categóricas, bem como dos rígidos limites e classificações próprios da Modernidade. Num contexto em que se passa a transitar da linearidade para as estruturas complexas e em rede (Morin, 2015; Castells, 2000), o jornalismo também vai marcar seu fazer por hibridações (Santaella, 2008) e reconfigurações que cogitam as prescrições antes estanques, baseadas na égide racionalista moderna. Ou seja, as práticas narrativas que vêm sendo redesenhadas a partir da convergência e da digitalização vão resultar em narrativas complexas, associadas à condição da multiplicidade dos sentidos e formas do que tende à desordem, à não linearidade e à contínua mutação e ressignificação (Longhi, 2020).

Em decorrência disso, as transformações operadas nas formas de narrar no ambiente complexo vão determinar novas interfaces, lugares e não lugares que vão sendo ocupados por sujeitos – produtores e consumidores –, funcionando como um fomento para as formas inaugurais do fazer jornalístico. O enfoque na complexidade, para a autora, diferentemente

de dificultar a compreensão, colabora para entender o contexto em que se inserem as narrativas, no qual “as contradições (aberto/fechado, completo/incompleto, estático/móvel, ordem/desordem) são um fermento para a inovação e as transformações que ora se operam” (Longhi, 2020, p. 41). Ao reunir características dessa ambiência na conformação de seu narrar, o ciberjornalismo mobiliza recursos como imersão, fluidez, experiência e elasticidade, qualidades da narrativa complexa estabelecidas pela autora.

Observadas no cenário da plataformização do jornalismo – uma tendência que despontou num contexto de expansão, carregado pelo crescente envolvimento do jornalismo na ecologia das plataformas (Anderson; Bell; Shirky, 2013; D’Andrea, 2020; Zago; Belochio, 2014; Vásquez-Herrero; Negrera-Rey; López-García, 2020) – as narrativas plataformizadas ensejam novos olhares. Há aqui a exploração das distintas plataformas – redes sociais, *sites*, plataformas de *streaming*, portais – que compõem o ecossistema midiático, resultando em iniciativas de formatos expressivos que surgem e se retroalimentam, na forma de influências, referências e/ou contaminações, de acordo com Longhi (2023), que marcam o que a autora vem definindo como “jornalismo plataformizado”. Em específico, há trocas interacionais – configuradas pelos aspectos computacionais, econômicos e políticos da conectividade *online* (D’Andrea, 2020), uma conexão que se dá não apenas entre interatores, mas marcada pelas relações entre as próprias plataformas na criação, nas referencialidades e nas contaminações de formatos narrativos diversos entre si. Assim, o jornalismo plataformizado seria caracterizado fortemente pela quinta fase da evolução dos conteúdos noticiosos hipermediáticos, marcada fortemente pela mecânica própria da economia das trocas, influências e recombinações entre as plataformas na produção de conteúdos (Longhi, 2023). Essa dinâmica é marcada por pelo menos cinco instâncias: 1) *Produção* – uso de recursos de linguagem, *affordances*, interação e compartilhamento nativos e originais das plataformas; 2) *Distribuição e compartilhamento* – potencializados pelas possibilidades das plataformas, especialmente considerando conexão, engajamento e atenção dos usuários; 3) *Explorações de novos modelos de negócio* – programa de membros, pautas e investigações colaborativas; 4) *Reforço no jornalismo imersivo e experiencial*; e, finalmente, 5) *Novos formatos de narrativas em áudio e vídeo* – especiais multimídia, hiperinfográficos; *podcasts*; exploração das tecnologias de imagem e novos formatos narrativos em plataformas de rede social (Longhi, 2021b).

A mudança das dinâmicas sociais, especialmente observada em termos das possibilidades interacionais que a paisagem midiática vai ofertando e suas novas ambiências, vai resultar em narrativas marcadas por características particulares também no que diz respeito às produções audiovisuais. De partida, é preciso considerar que, como diz Costa (2015), há uma centralidade da televisão desde o século XX, feita de sua domesticidade ao articular o público e o privado e que, neste momento, se expande para além dos formatos originais, levando seus conteúdos em imagem e som, a partir de diferentes dispositivos, até onde o público estiver.

Novas gramáticas, portanto, são instauradas entre o mundo da produção e da recepção do audiovisual em conteúdos marcados pelo reflexo dessas influências que, como técnica ou como forma expressiva, promovem a expansão do audiovisual de modo significativo no século XXI, levando a repensar a exatidão do conceito (Longhi, 2014). O que a autora considera “expansão”, dessa forma, diz respeito a mudanças históricas, institucionais e tecnológicas que resultam em novos formatos expressivos, que desafiam a entender de que maneira o gênero audiovisual se adapta aos meios digitais de informação e comunicação (Longhi, 2014, p. 297).

No caso da imagem em movimento, trata-se de uma derivação da mistura e recombinação desse tempo, que vem diluindo as fronteiras das categorias fixas e dos constrangimentos rígidos da formatação audiovisual trazida pela televisão original – dia, hora e linearidade da programação e repercutidas até então nas produções do videojornalismo, conforme apontam Piccinin (2019a; 2019b), Bozzetto e Piccinin (2019) e Piccinin, Thomé e Reis (2020). Essa dinâmica está em consonância com o conceito de jornalismo para telas (Emerim, 2017), evidenciado nas práticas de produção de conteúdo em imagem em movimento e som para diferentes telas, distribuídas em múltiplas plataformas, que intercambiam características entre si. O conceito também se associa ao de Scolari (2014), quando trata desse tipo da produção audiovisual elaborada e distribuída desde a hipertelevisão:

O modelo centralizado, baseado na produção de programas e na venda de audiências para os anunciantes, está obrigado a partilhar seu espaço com outras formas de produzir, distribuir e ver televisão. O surgimento de novas lógicas de produção e consumo abre brecha no antigo reino do *broadcasting*. [...]. Dada a crise do broadcasting, a fragmentação das audiências e o avanço de uma televisão reticular e colaborativa, marcada pelas experiências interativas de seus novos

telespectadores, propomos o conceito de hipertelevisão para definir essa nova configuração do meio televisivo (Scolari, 2014, p. 44).

Também Carlón (2014) nomeia essa nova configuração da TV como a televisão expandida, ou ainda Eco (1984) a classifica como a neotelevisão em contraposição à paleotelevisão, tendo em comum a ideia de que as alterações são sobretudo decorrentes da inauguração de uma nova relação de produção e consumo televisivo, pautada pela demanda e pensada em termos das suas novas possibilidades de interação com o produto/programa. As implicações vão incidir, portanto, também em diferenciadas formas de funcionamento, produção e distribuição do sinal, além de gramáticas transformadas pela relação com os públicos, agora voltados para a fruição dos conteúdos por arquivos, redefinindo esse consumo. Ao estabelecer um consumo personalizado, os públicos constroem sua própria ordem de programação em dia e frequência que melhor lhe aprouverem, mediante uma lógica totalmente distinta da prática produtiva até então adotada, resultando no jornalismo em imagens mais experimental, feito de conteúdos e linguagens dinâmicos, interativos e inovadores.

A dissolução do vínculo entre conteúdo e suporte, que serviram de base para a definição de gêneros e formatos, atinge seu ápice com a expressão dos modelos de distribuição baseado em serviços de armazenamento e sincronização em nuvem. O ambiente móvel é, na sua essência, multidispositivo, cujo núcleo reside na concepção do modo de acesso e consumo ao conteúdo e serviços (Telleria, 2015, p. 206, tradução nossa).

Ou seja, de algum modo, e considerando as *affordances* e possibilidades específicas oferecidas pelas plataformas, as narrativas do jornalismo plataformizado, neste caso produzido para telas, vão perseguindo o sentido de proximidade e cumplicidade com o receptor, em programas que adotam, dada a lógica de centralidade e de autorreferencialidade (Piccinin; Thomé; Reis, 2020) da mídia televisiva, técnicas narrativas que informalizam o narrar e geram sentido de proximidade entre ambas as instâncias. Os ruídos de produção e edição dos conteúdos amadores transformam o antigo “erro” ou a espontaneidade do dizer em estratégia de sedução e convencimento sobre a humanidade daquele que conta, e, portanto, em sentido de verdade. Já do ponto de vista do conteúdo, as pautas que vão ganhando força são as que, de algum modo trazem essa humanidade e a naturalização da expe-

riência contemporânea, por meio da “incorporação de vidas comuns ou do comum da vida [...] na intensa exposição performatizada da vida íntima na internet” (Ribeiro; Sacramento, 2020, p. 11).

A escolha do perfil do jornal *O Estado de S. Paulo* no TikTok se deve ao fato de ser o *Estadão* um veículo reconhecido por seu caráter bastante conservador, mas que, paradoxalmente, foi um dos primeiros a apostar no TikTok.² O jornal possui uma presença bastante recorrente na plataforma, com uma quantidade de seguidores muito representativa – perto de 950 mil, um número considerável, se comparado aos dois outros veículos tradicionais com perfil na rede, a *Folha*, com 444 mil e *O Globo*, com 211,7 mil seguidores (Figura 10.1). Além disso, a utilização da plataforma mostra como o jornal, originado no impresso, agora influenciado pelo fenômeno da convergência digital, apresenta suas produções também no formato videojornalístico, compondo nesse movimento o fim da exclusividade das mídias televisivas a produzirem em áudio e vídeo. Dessa maneira, não só apresenta os conteúdos sob anatomias narrativas distantes de sua origem por princípio, como o faz com certa ousadia, ao adequar os conteúdos a uma plataforma que demanda experimentalismo e formas narrativas inaugurais.

O período escolhido para esta análise foi de 8 a 16 de janeiro de 2023, marcado por um acontecimento ímpar na história do Brasil. Trata-se dos ataques terroristas às casas dos três poderes instituídos da República Brasileira: o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, em Brasília, promovidos por um numeroso contingente de pessoas inconformadas com o resultado das eleições presidenciais de 2022. Uma multidão de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro comandou o último movimento de reação à derrota nas urnas, ocorrida formalmente no dia 30 de outubro de 2022, quando do segundo turno das eleições presidenciais, promovendo um sem-fim de depreciações e estragos deliberados a esses locais.

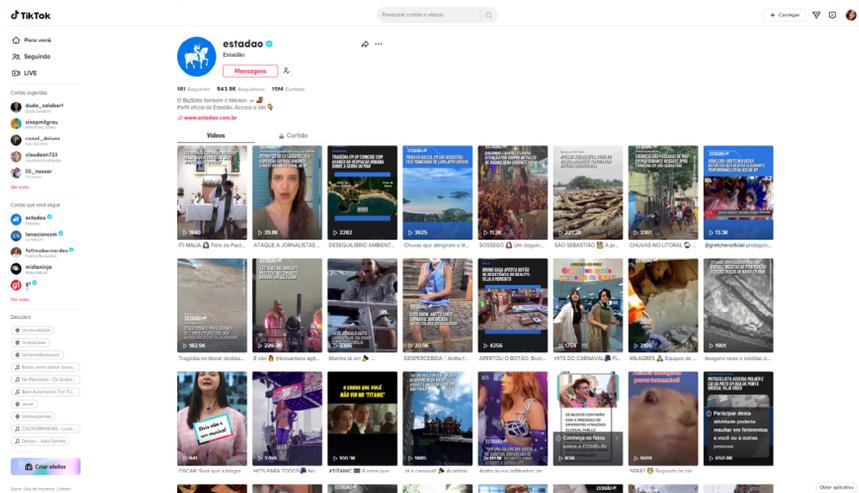
Um outro detalhe considerado para o recorte diz respeito ao êxito que o *Estadão* tem obtido nessa nova plataforma, expresso no número de curtidas. O perfil possui 15,2 milhões de curtidas, quase três vezes mais do que o perfil da *Folha* – 5,8 milhões – e muito mais do que *O Globo*, com 2,4 milhões de curtidas segundo dados de março de 2023, conforme o perfil do

² O primeiro *post* foi publicado em 30 de outubro de 2019. Disponível em: <https://abre.ai/ic7L>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Estadão. Desse modo, a partir da pesquisa exploratória, foi possível identificar uma extensa produção de conteúdo no caso da cobertura dos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023, no período de sete dias, o que foi, também, considerado para o recorte, uma vez que permitiu oferecer um conjunto do acontecimento e de suas reverberações na cobertura jornalística. Do ponto de vista do tema, o registro do vandalismo protagonizado pelo grupo de golpistas, “inconformados” com o resultado das eleições presidenciais contra os poderes instituídos da República, foi eleito para análise tendo em vista a potência narrativa das imagens e a exploração destas pela plataforma.

Já na análise exploratória, a cobertura midiática mostrou conteúdos em áudio e vídeo bastante impactantes, dada a violência e a ousadia que caracterizaram os atos, tanto do ponto de vista simbólico quanto das ações concretas registradas, permitindo confirmar nesse caso a centralidade dessas narrativas audiovisuais no contexto do jornalismo platformizado.

Figura 10.1 – Página inicial do *Estadão* na plataforma TikTok



Fonte: *Estadão* (2023). Disponível em <https://abre.ai/ic83>. (captura de tela) Acesso em: 30 ago. 2023.

Mesmo guardando o perfil de uma organização jornalística bastante tradicional, o grupo *Estadão* mostrou pioneirismo e frequência na produção de conteúdos para a plataforma, a despeito de ela estar cercada de suspeitas a respeito do prestígio que pode ter dentro do circuito jornalístico. Isso porque o TikTok ainda está associado, em alguma medida, à imagem/

conceito de entretenimento que o originou, tendo ficado conhecido por ser a plataforma “dos vídeos curtos de dancinhas”. No entanto, como o jornal busca marcar a presença e o engajamento especialmente dos novos usuários,³ adequa-se à lógica do jornalismo plataformizado, que requer a presença em diferentes formatos e dispositivos, promovendo nessa distribuição novas gramáticas narrativas.

A análise aqui proposta mostra que, no caso da cobertura dos atos terroristas, foi publicado um total de 20 vídeos no período selecionado para a amostra. Os *posts* variam em duração de 11" a 1'17" e já aqui se percebe o rompimento com os padrões originais, tanto pela falta de homogeneidade na duração quanto pelo fato de que são vídeos muito curtos para a reportagem convencional, dada a complexidade do tema.⁴ Além disso, todos os conteúdos publicados foram capturados na forma verticalizada, configurando-se neste tempo e modo para atender os contornos e práticas dessa plataforma e das demais redes sociais, em razão de sua operacionalização. Segundo Casarotto (2022), a verticalização é uma tendência verificada a partir do uso massivo dos *smartphones* e adotada por várias redes sociais, como o YouTube, que lançou os conteúdos “shorts” em 2020, especialmente no formato vertical.

Os vídeos exemplificam o estilo Pequenas Histórias (Longhi, 2021), muito característico dos conteúdos produzidos para o TikTok, constituindo, assim, novos formatos em acordo com as condições para a viralização. É importante lembrar que no ecossistema do ciberjornalismo e/ou do jornalismo plataformizado, o conteúdo é pensado, produzido e colocado para circular não só para que seja visto por quem vai até o endereço do TikTok do *Estadão*, mas também para que alcance a potencialidade de viralização. Publicados diariamente, mas sem regularidade de quantidade/dia, os vídeos são tratados de forma autônoma dentro do grande tema dos atos terroristas e trazem informações textuais muito breves – no máximo um parágrafo junto às publicações – que trataremos, neste trabalho, como *letterings*, conforme a linguagem técnica do jornalismo de televisão.

³ Relatório mais recente do Reuters Institute of Journalism e da Oxford University mostra o aumento no consumo de notícias por parte de jovens na faixa dos 18 aos 24 anos no TikTok, de 3% em 2020 para 15% em 2022.

⁴ De fato, os formatos breves de conteúdo tornaram-se uma característica do jornalismo nas plataformas, em alguns casos, definido como “jornalismo efêmero”, como se pode ver em autores como Barros (2017), Kannenberg (2017), Alves (2018) e Longhi e Pagoto (2021).

Em razão disso, pela característica própria dessa plataforma, o conjunto de vídeos do tema específico eleito para a análise se junta a uma série de outros que sequer estão separados por editoria, de modo que são apresentados ao lado de assuntos tanto relacionados às *hard news* quanto vinculados às *soft news*, a exemplo da vida de famosos e/ou conteúdos sobre comportamento e vida cotidiana. Mais uma vez, novos protocolos geram gramáticas inaugurais, neste caso, nas formas de exibir os vídeos, que estão editorialmente sintonizados com o rompimento da perspectiva linear e rígida da televisão tradicional e mesmo do videojornalismo.

No caso do *Estadão*, observa-se a superação da rigidez que caracterizou o conteúdo jornalístico apresentado na versão jornal “papel” na experimentação dos formatos dessas plataformas, promovendo a saída da linearidade do produto convencional em direção às estruturas complexas. Na atuação em rede, sob a forma de arquivos, os conteúdos vão sofrendo hibridações resultantes da emancipação das condições estanques de origem, agora influenciadas pela conectividade entre essas mídias e plataformas e entre estas e seus públicos, resultando em gramáticas hipermediáticas inovadoras.

Os modos de exibição dos conteúdos passam a ser pensados em função do protagonismo e das decisões do receptor (Piccinin, 2019a). Da perspectiva rizomática, o jornalismo produzido em áudio e vídeo para as distintas telas (Emerim, 2017) se expande, circulando em diferentes locais, a fim de capturar os públicos, permitindo interações mais radicais entre o mundo da emissão e da recepção e amplificando, assim, o conceito original do jornalismo de televisão. Criam-se produções portanto que, dentro do ecossistema midiático, buscam oferecer o sentido de aproximação entre emissores e audiência, influenciadas inclusive pelas possibilidades interativas que as redes sociais vêm instaurando.

Sem *offs*, passagens e/ou sonoras que compõem as reportagens tradicionais, os vídeos produzidos para as diferentes telas vão sendo conformados a partir de uma estética que privilegia o sentido da “não edição”, intencionando vender a ideia da câmera que é ligada, que registra o que sucede à sua frente sem cortes e que é desligada ao final da ação. A narração que se pretende resultante do sentido de não edição se apresenta cheia de marcas do linguajar cotidiano, com pausas, erros e falas ofegantes, constituindo essa informalidade do vídeo como manifestação decorrente da linguagem das redes sociais, típica da dinâmica da operação em rede e das reconfigurações que o ecossistema midiático complexo propõe. Além de dispensar a narração convencional de repórter em *off*, alguns conteúdos

audiovisuais acabam por romper também com a estrutura clássica de uso da passagem – reservado ao momento em que o repórter aparece – e da sonora, que são as falas, editadas ou não, dos entrevistados.

Figura 10.2 – “Capas” com *lettering* selecionadas



Fonte: Respectivamente disponíveis em: <https://abre.ai/idbq>; <https://abre.ai/idbL>; <https://abre.ai/idb5> (captura de tela das). Acesso em: 30 ago. 2023.

Nesse sentido, majoritariamente, no período analisado, os vídeos são capturados, em parte ou integralmente, pelo que a linguagem sugere, pelas próprias audiências. As produções são, por isso, bastante espontâneas e informais, aproximando-se de vídeos domésticos, sem traços evidentes, na maioria, do tratamento editorializado, intencionando convencer que o conteúdo jornalístico não passou pela formatação tradicional, e que por isso se trata da versão mais próxima do fato narrado. O material amador recebe alguma edição, como a adição de efeitos, de *lettering* e trilha, o que marca a convergência e a hibridação de linguagens dos conteúdos multiplataformas – do jornal impresso, por exemplo, ao videojornalismo –, adequados a espaços como o TikTok. Os *letterings* e o texto de apoio que vai ao lado do vídeo, nesse sentido, estão no lugar convencional do apresentador que, se ali estivesse, leria a “cabeça” explicando, a partir de uma introdução equivalente ao *lead*, do que trata o VT que virá a seguir. Nesse caso, sem a presença do apresentador em estúdio, o VT explica-se por si só, sem nem mesmo o uso do *off* na maior parte das vezes, ofertando apenas algumas pistas indexadoras dadas pelo texto na tela “capa” do vídeo, conforme alguns exemplos (Figura 10.2).

Por meio dos *letterings*, o *Estadão* expressa na capa e nos textos de apoio seu posicionamento explícito a respeito dos atos antidemocráticos. Alguns textos indicam como o jornal nomeou os atos: “Congresso invadido: apoiadores de Bolsonaro radicalizam em Brasília”, “Cenas de caos em Brasília: radicais invadem Congresso, Supremo e Planalto”, “Cadeiras arrancadas, pichações e janelas destruídas; Veja as cenas de depredação do STF”; “Golpistas invadem Senado e sentam na cadeira de Pacheco”, “Extremistas tentam sair pelo teto do Congresso, depois de terem invadido e destruído plenário”, “Terroristas que invadiram o STF roubaram até a toga do Ministro”.

Figura 10.3 – Antes e depois das três casas da República



Fonte: Disponível em: <https://abre.ai/idcB>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Dos 20 vídeos, cinco (25%) não têm *off*, contando como informação, além das imagens, apenas o texto escrito na capa e ao lado, na página do TikTok, e falas fragmentadas misturadas ao áudio ambiente, fazendo supor que se trata de conteúdo gravado pelos próprios participantes. Apenas um desses vídeos apresenta uma edição mais elaborada, com uso de recursos de pós-produção. É o *post* “Antes e depois em Brasília” que propõe mostrar como eram o STF, Palácio do Planalto e Congresso Nacional (Figura 10.3)

antes e depois dos ataques terroristas do dia 8 de janeiro. A edição dá conta de apresentar a imagem de cada lugar antes e, na sequência, imediatamente depois dos atos. Sem *off*, os conteúdos parecem pretender mobilizar as audiências apenas pela força das imagens que falam por si, entregues à fruição com apoio de uma trilha sonora que sugere a gravidade dos acontecimentos, num formato pouco observado no jornalismo de televisão e/ou no videojornalismo tradicionais.

Outros dez (50%) são vídeos que mantêm o mesmo formato. Quem grava é também quem narra, ora em voz *over*, ora, em alguns casos, enquadrando a si mesmo nesse narrar. Os vídeos conservam a característica da câmera instável e da edição feita a partir do conceito de não edição. Do total de dez, três são produzidos por participantes, que adicionam descrições por meio de gritos de palavras de ordem, objetivando estimular as ações de vandalismo.

Os demais cinco vídeos mostram o que, tecnicamente, se chamaria de sonora no jornalismo de televisão, que trata do formato de um entrevistado falando em trecho editado a respeito de algum tema. Dois deles são excertos de um pronunciamento do presidente Lula, falando da necessidade de punir os responsáveis pelos atos terroristas, bem como da referência que faz ao incoerente posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro em não aceitar a derrota nas eleições de 2022. Essas sonoras respeitam critérios formais de enquadramento, iluminação, composição de cena e de edição e, por isso, apresentam uma linguagem mais próxima da adotada pelo jornalismo de televisão profissional. Os outros três vídeos são depoimentos enfáticos de participantes dos atos terroristas, celebrando a data e as atividades que estão cumprindo, emocionados pela “grandiosidade” dos feitos. Os enquadramentos não respeitam as regras da linguagem do jornalismo de televisão, nem em composição de cena, nem em iluminação ou proporcionalidade, reafirmando mais uma vez a estética amadora.

Do ponto de vista dos conteúdos, as falas são sensacionalistas e, do mesmo modo que as narrações em voz *over* anteriores, mostram-se a partir de comportamentos irracionais na forma de gritos e de um gestual violento. Um dos vídeos mostra uma participante dos atos em depoimento à câmera, dizendo que “[...] não tem Dubai, não tem Paris, não tem viagem que tenha feito na vida, que seja melhor que esse dia que eu sonhei [...]”. Em outro, a câmera mostra um terrorista no Congresso dizendo que o Brasil enfim ficou “livre das trevas”.

Assim, verifica-se que tanto em forma quanto em conteúdo, tanto no que diz respeito à qualidade da imagem e do som capturados quanto à edição e teor das produções, os vídeos da plataforma TikTok estão distantes dos regimes narrativos que conformam o que se compreende como próprio do videojornalismo tradicional e, até mesmo, das produções do videojornalismo que se permitem algumas inovações. Na amostra analisada, portanto, há uma espécie de radicalização do sentido de não edição, com certa crueza da linguagem adotada pelos vídeos, que são, em sua maioria, produzidos pelo próprio público do *Estadão*, buscando na informalidade a proximidade com as suas próprias audiências.

Pensar a narrativa jornalística implica considerar seu tempo, linguagem e técnica. A prática de contar histórias ganha anatomias, conformações e temáticas diretamente relacionadas à significação e à potência social que produzem, às variantes técnicas de que lançam mão para sua estruturação, bem como à linguagem associada com esses aspectos. Em tempos de jornalismo digital, é clara a exploração das potencialidades da hipermídia e do ambiente conectado em acordo com o contexto do jornalismo plataformizado. As formas de contar agregam particularidades não apenas técnicas, mas também da cultura de uso, da exploração das *affordances* e da dinâmica de referências, realimentações entre as próprias plataformas, que resultam em formatos inaugurais.

Assim, este capítulo procurou mostrar um recorte dos modos de contar no jornalismo plataformizado com foco no perfil do *Estadão* no TikTok, centralizando a análise nas narrativas audiovisuais num determinado período, relacionado a um evento específico, os atos antidemocráticos realizados no dia 8 de janeiro de 2023. Essas narrativas e sua natureza mutante marcada pela recombinação de linguagens configuram o jornalismo para as telas (Emerim, 2017) e se expressam na própria ideia de expansão do audiovisual (Longhi, 2014), operado em distintas plataformas geradoras, pelo intercâmbio de suas características, de novos formatos narrativos.

A exploração de linguagens e inovações decorrentes das necessidades que as plataformas de compartilhamento vão instaurando, estimuladas inclusive pelos novos modelos de conteúdos e negócios, sob a perspectiva do jornalismo audiovisual, resulta numa programação que vai ganhando um redesenho no sentido da naturalização da narrativa, caso especialmente

enfocado no *corpus* analisado. Tal aspecto remete a uma das conclusões do mais recente relatório de pesquisa *Digital News Report*, do Instituto Reuters, publicado em 2022, que identificou, após análise do jornalismo digital em 46 países, um declínio no interesse por notícias, uma menor confiança e um aumento da evitação ativa de notícias em alguns grupos, especialmente dos mais jovens. Para estes, segundo o relatório, tais questões são agravadas por formas diferentes de ver a mídia, conforme se percebe pela verificação dos hábitos de notícias da audiência abaixo dos 30 anos, que mostra uma dependência muito grande de plataformas de mídia social. O fato de os jovens usarem a mídia de maneiras que desafiam as abordagens herdadas dos negócios e da prática do jornalismo ficou evidente em todos os países analisados, segundo o relatório.

A extrema importância adquirida pelas plataformas de mídia social em anos recentes e conclusões como as do *Digital News Report* sinalizam para o desafio do jornalismo de explorar as plataformas, especialmente aquelas mais ligadas ao entretenimento, como o TikTok. Não é difícil entender, assim, a presença de grandes veículos de mídia em plataformas de mídia social como a analisada aqui. Se no início tratava-se de uma proposta de entretenimento unicamente, já que sua criação estava ligada à música, à dublagem e a danças, o TikTok logo tornou-se um espaço desafiador para o jornalismo. No Brasil, data de 2019 a entrada dos primeiros veículos jornalísticos no TikTok, que apostaram em conteúdos bastante ligados às características do ambiente, como a dança. Aos poucos, portanto, identifica-se uma especialização dos formatos no sentido de exploração dos recursos nativos da plataforma e da tendência, por meio da informalidade do narrar evidenciado na “não edição”, com a finalidade de seduzir novos públicos.

Essencialmente audiovisual, o TikTok é o cenário em que se verificam formatos inaugurais de conteúdos, o que, para os estudos do jornalismo para as telas, marca um momento peculiar de experimentação, tanto em termos da produção como também da fruição. Tal cenário, constituído pelas conectividades entre as mídias e plataformas e entre estas e seus públicos, portanto, gera influências e complexificações de formatos e de gramáticas hipermediáticas que demandam que a investigação científica dê conta para entender o fenômeno e para buscar decifrar os caminhos do jornalismo.

Referências

- ALVES, I. *Jornalismo no TikTok*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – ECA/USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.jornalismoetiktok.com/>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- ALVES, Y. M. *Jornalismo em mídias sociais de imagens instantâneas: as narrativas jornalísticas em formato de stories no Snapchat e Instagram*. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.
- ANDERSON, C.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, n. 5, ano 2, São Paulo, p. 30-89, abr./maio/jun. 2013.
- BARROS, L. S. de. *Narrativas efêmeras do cotidiano: um estudo das stories no Snapchat e no Instagram*. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. (org.). *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Petrópolis: Loyola, 2011.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258 p.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1. 257 p.
- BOZZETTO, V.; PICCININ, F. Espécies bastardas: hibridismo e transmidialidade em *Eu Sou Amazônia*. In: IRIGARAY, F.; GOSCIOLA, V.; PIERO-OTERO, T. (org.). *Dimensões transmídia*. Aveiro: Ria Editorial, 2019, v., p. 213-234.
- BRUNER, J. *Realidades mentais e mundos possíveis*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 211 p.
- CARLÓN, M. Repensando os debates anglo-saxões e latino-americanos sobre o “Fim da Televisão”. In: CARLÓN, M.; FECHINI, Y. (org.). *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, Recife: Editora UFPE, 2014. 134 p.
- CASAROTTO, C. YouTube Shorts: o que é, como fazer e usar na sua estratégia. *Blog Rockcontent*. 15 abr. 2022. Blog. Disponível em: <https://abre.ai/idkP>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- COSTA, C. F. Telejornalismo Mobile: um estudo sobre a recepção das notícias no celular pelo público adultos/idosos. Mobile television news: a study on the reception of the news on the mobile audience by adults/seniors. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 30-45, maio/ago. 2015. Disponível em <https://abre.ai/idkY>. Acesso em: 13 mar. 2023.

D'ANDREA, C. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: Editora da Ufba, 2020. 81 p. E-book.

ECO, U. Tevê: a transparência perdida. In: ECO, U. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 182-204.

EMERIM, C. Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2017.

Disponível em: <https://abre.ai/idlf>. Acesso em: jan. 2023.

FREUD, S. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 112 p.

GAI, E. P. Narrativas e conhecimento. *Desenredo: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 5, n. 2, p. 137-144, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://abre.ai/idlu>. Acesso em: 13 mar. 2023.

HARARI, Y. N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. 50. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015. 452 p.

KANNENBERG, V. Senta que lá vem *stories*: a apropriação do espaço efêmero do Instagram pelo jornalismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIBERJORNALISMO, 8., Campo Grande, MS, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/idli>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LINDEMANN, C.; SCHUSTER, P. R.; BELOCHIO, V. Em busca da performance jornalística no TikTok: uma análise do *Estadão* e da *Folha de S. Paulo*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2022. Disponível em: <https://abre.ai/idly>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LONGHI, R. R. Audiovisual, conceito em expansão. In: GÓMEZ, F. U.; SÁNCHEZ, J. S. (org.). *Miscelânea sobre el entorno audiovisual en 2014*. Madrid: Editorial Fragua, 2014. p. 283-300. 971 p.

LONGHI, R. R. Narrativas complexas no ciberjornalismo: interface, imagem, imersão. In: LONGHI, R. R.; LOVATO, A.; GIFREU, A. (org.). *Narrativas complexas*. Aveiro: Ria Editorial, 2020, p. 37-57.

LONGHI, R. R. Por que o Jornalismo tem que começar a considerar o TikTok? *Medium/Nephi-Jor*, 2021a. Disponível em: <https://abre.ai/idmo>. Acesso em: fev. 2023.

LONGHI, R. R. Para lá da dancinha: Como o Jornalismo está se adaptando ao TikTok. 2021b. Palestra na mesa Transformações do Jornalismo no contexto da nova ecologia midiática e plataformação. *Seminário Internacional Ecologia de Mídia no Contexto de Plataformação*. Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Minas Gerais, Grupo de Pesquisa ConJor. Disponível em: <https://abre.ai/idmA>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LONGHI, R. R.; CAETANO, K. Valor-experiência no contexto do jornalismo experiencial. *Galáxia*, n. 42, set./dez., p. 82-95, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/idmH>. Acesso em: 13 mar. 2023.

- LONGHI, R. R.; PAGOTO, L. Jornalismo efêmero: o uso de *stories* do Instagram pela *Folha de S. Paulo*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 18, n. 2, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/idnh>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 176 p.
- PEREIRA, A.; MONTEIRO, J. Jornalismo no TikTok, check! *Revista Latino-americana de Estudos Científicos*, v. 2, n. 12, p. 77-90, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/idnF>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- PICCININ, F. O “complexo” exercício de narrar e os formatos múltiplos: para pensar a narrativa no contemporâneo. In: PICCININ, F.; SOSTER, D. de A. (org.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. 293 p.
- PICCININ, F. Cumplicidades entre mídia e audiência nas narrativas de “real” na ficção e no jornalismo. *Lumina*, v. 13, n. 1, p. 15-28, 2019a. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.26056. Disponível em: <https://abre.ai/idnP>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- PICCININ, F. El telediaro de la hipertelevisión. In: TEJEDOR, Santiago (org.). *Herramientas digitales para comunicadores*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2019b, v. 1, p. 89-95. Disponível em: <https://abre.ai/idoA>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- PICCININ, F.; THOMÉ, C.; REIS, M. A. Anatomias narrativas do telejornalismo contemporâneo e seus elementos certificadores. In: EMERIM, C.; PEREIRA, A.; COUTINHO, I. (org.). *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*. Florianópolis: Insular, 2020. p. 159-196. (Coleção Jornalismo Audiovisual, v. 9).
- RESENDE, F. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: COMPÓS, 20., Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre, jun. 2011. Disponível em: <https://abre.ai/idoA>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- RIBEIRO, A. P.; SACRAMENTO, I. *Televisão e memória: entre testemunhos e confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.
- SANTAELLA, L. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTAELLA, L. A ecologia pluralista das mídias locativas. *Revista FAMECOSI*, n. 37, 2008. Disponível em: <https://abre.ai/idoP>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- SCOLARI, C. This is the end: as intermináveis discussões sobre o fim da televisão. In: CARLÓN, M.; FECHINE, Y. (org.) *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento; Recife: Editora UFPE, 2014. 134 p.
- TELLERIA, A. S. Liquid spheres on ubiquitous. In: SERRA, P.; SÁ, S.; SOUZA FILHO, W. (org.) *A televisão ubíqua*. Covilhã: Livros LabCom Books, 2015. 305 p. Disponível em: <https://abre.ai/idph>. Acesso em: 13 mar. 2023.

TIKTOK. Apoiando os criadores com uma atualização no sistema de moderação de contas. 2 fev. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/idpp>. Acesso em: 13 mar. 2023.

TIKTOK. Um bilhão de vezes obrigado! 27 set. 2021. Disponível em: <https://abre.ai/idpB>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VÁZQUEZ-HERRERO, J.; NEGRERA-REY, M.; LÓPEZ-GARCÍA, X. Let's Dance the News!: how the news media are adapting to TikTok. *Sage Journals*, 2020.

Disponível em: <https://tinyurl.com/3245djpB>. Acesso em: 13 mar. 2023.

WALLITER, C. TikTok no Brasil e na sua marca: 10 estatísticas para arrasar em 2022. 14 dez. 2021. Disponível em: <https://abre.ai/idp0>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ZAGO, G.; BELOCHIO, V. Remediação da experiência de consumo de notícias em sites de redes sociais. *Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 90-106, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/idqM>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Por uma metodologia da reportagem investigativa

Magali Moser
Samuel Pantoja Lima

Ao questionar versões oficiais dos acontecimentos, desmascarar injustiças e expor aquilo que se busca esconder da opinião pública, o jornalismo investigativo se fundamenta em princípios e métodos de apuração exigentes de especificidades. Para estudiosos dessa vertente, a reportagem investigativa se distingue em geral por quatro características: 1) a investigação resulta da iniciativa pessoal de quem reporta o assunto tratado; 2) apresenta uma informação que alguém procurava ocultar; 3) aborda uma temática de inequívoco interesse coletivo; 4) requer tempo e recursos financeiros para a boa execução da pauta (Nascimento, 2010; Santoro, 2004; Lopes; Proença, 2003; Arbex, 2012). Esse processo sistemático de busca da informação, marcado por etapas, condutas e procedimentos rigorosos de apuração, consolida-se como fundamental no resultado alcançado pela prática jornalística. Nesse sentido, refletimos aqui sobre cada uma das dinâmicas envolvidas nesse fazer como forma de avançar na compreensão dos fundamentos da metodologia da reportagem investigativa.

Na cultura profissional jornalística, é senso comum a ideia de que cada investigação exige um processo metodológico particular, considerando as especificidades de cada pauta. Ainda que cada reportagem seja única e exija técnicas, estratégias e abordagens conforme a própria investigação, entendemos que subsistem procedimentos comuns e permanentes na produção da reportagem. Recusando a possibilidade de um caminho único e acabado, de uma fórmula pronta, reconhecemos que essas etapas comuns se referem, afinal, a uma questão central da atividade jornalística. Por esse motivo, exigem um grau de detalhamento capaz de evitar argumentos frágeis, genéricos e abrangentes, que impedem muitas vezes o

reconhecimento do jornalismo como profissão e fragilizam todo o campo profissional. Afinal, seguindo princípios elementares, o que distingue a reportagem investigativa é, sobretudo, um método próprio.

Meyer (2009, p. 222) estabelece as diferenças entre um ofício e uma profissão. Enquanto o primeiro é passível de ser aprendido por imitação:

“assistir à performance de um mestre e depois imitá-la, uma profissão é aprendida a partir de princípios fundamentais, de modo que quando as situações mudam, o profissional entende as mudanças e ajusta as técnicas para se adequar”.

Seguindo o mesmo raciocínio, Kunczik (2002) esclarece as diferenças entre emprego, ocupação e ofício, tendo em vista que a profissão requer um conhecimento altamente especializado, com base teórica. A tendência de internalização de saberes jornalísticos e competências dificulta o reconhecimento da existência de uma metodologia em torno do exercício da reportagem (Moser, 2021). Mas a negação de um método próprio enfraquece o jornalismo como prática social, forma de conhecimento e campo de mediação.

Por isso defendemos a necessidade de explicitação desse método jornalístico investigativo, inclusive para demarcar a diferença e as especificidades da natureza desta atividade comparada a outras, que podem parecer semelhantes, mas que se constituem de formas diferentes. Ressaltamos que, ao propor uma reflexão em torno da metodologia adotada na reportagem investigativa, não buscamos engessar o processo, reduzindo-o a um “manual”, *modus operandi* ou “receita” a ser adotada em qualquer circunstância e replicada. Evidentemente, reconhecemos a impossibilidade de um caminho único, especialmente quando consideradas as particularidades dessa prática jornalística e as exigências de cada pauta, em seu contexto próprio e singular. Compreendemos metodologia como uma simbiose entre teorias, técnicas e o potencial criativo da ou do jornalista.

Entretanto, também acreditamos que a sistematização de uma metodologia para o jornalismo investigativo, além de contribuir com a reflexão teórica em torno de suas especificidades, pode se constituir em conhecimento relevante à prática desse gênero (Lima, Levy, 2019). Por isso, defendemos a necessidade de um esforço de sistematização em torno de princípios elementares que caracterizam metodologias próprias desse tipo de prática jornalística, observando suas peculiaridades.

Para Kovach e Rosenstiel (2004), a aplicação de métodos transparentes e sistemáticos de verificação consiste na ferramenta mais importante de

jornalistas. O embasamento das discussões aqui apresentadas se dá a partir de dados quantitativos e qualitativos produzidos em recente pesquisa de doutorado de Moser (2021), com reflexões pedagógicas, teóricas e práticas, acerca da metodologia da reportagem investigativa, apresentadas em Seminários de Pesquisa em Jornalismo Investigativo realizados nos últimos anos por Lima (2017, 2018), Lima e Levy (2019) e Lima e Moura (2020).

No caso específico da pesquisa intitulada “O método da reportagem: um estudo a partir de depoimentos de repórteres especiais” (Moser, 2021), foram realizadas entrevistas em profundidade com 12 repórteres especiais com atuação no Brasil: Adriana Carranca, Andrea Dip, Armando Antenore, Caco Barcellos, Chico Felitti, Daniela Arbex, Fabiana Moraes, Fábio Bispo, José Hamilton Ribeiro, Mauri König, Natália Viana e Renan Antunes de Oliveira, entre 2018 e 2021. A escolha desse perfil não se dá de maneira aleatória: repórteres especiais ocupam um dos lugares mais prestigiados no campo profissional. Refere-se a uma elite profissional que, em geral, reúne diferentes atributos e habilidades, maior autonomia e tempo na proposição e execução de suas pautas. Menos previsíveis e contrapondo-se às amarras da padronização da narrativa jornalística, suas obras costumam ser reconhecidas como referências da profissão, exercendo uma influência particular sobre ela. Não raro, grandes reportagens investigativas desses(as) autores(as) se transformam em livros-reportagens, filmes, séries das empresas de *streaming* que oferecem conteúdos na internet e canais a cabo etc.

A seleção a partir desse critério permitiu designar profissionais com passagens por diferentes suportes midiáticos e amplo reconhecimento nacional entre o campo e o público em geral. Esse direcionamento procurou contemplar nomes que alcançam reconhecimento em diversas instâncias e plataformas, não se atendo a apenas um formato. Entendemos a necessidade de a reportagem investigativa merecer um olhar mais aprofundado do ponto de vista da metodologia que a caracteriza sobretudo por suas especificidades: seja pelo tensionamento das práticas jornalísticas dominantes, considerando a própria concepção da pauta, seja pelas resistências aos condicionantes impostos pelas rotinas industriais, tendo em vista a criação de alternativas para subverter a lógica imperativa das redações. São, portanto, desviantes daquilo que se convencionou como norma, escapando muitas vezes à imposição das regras, técnicas e padrões vigentes do jornalismo industrial.

“A experiência demonstra que cada investigação requer uma metodologia específica, com técnicas que dependem de cada caso” (Lopes; Proença, 2003, p. 18). A frase resume um pensamento insistente no campo profissional jornalístico. A defesa recorrente de tal posicionamento pode levar, em última instância, à negação da existência de uma metodologia da reportagem. Como o jornalismo investigativo não se condiciona a prazos e fechamentos tão apertados quanto o jornalismo *hard news*, há condições de aprofundar o processo de reflexão em torno da tomada de decisões adotada nessa dinâmica. Ainda assim, esse movimento não costuma ser uma tendência entre o grupo profissional, acostumado a seguir procedimentos muitas vezes de maneira automatizada, espontânea e “natural”, de maneira tácita, sem o necessário exercício da reflexão crítica sobre as próprias práticas. Nem mesmo repórteres especiais, consagrados pela experiência, escapam dessa constatação.

A jornalista investigativa e escritora Daniela Arbex, por exemplo, publicou em 2008, na Tribuna de Minas, uma série de reportagens intitulada “Caso Koji”, trabalho com o qual ganhou o Prêmio IPYS de Melhor Investigação Jornalística da América Latina. A investigação revelou um caso de corrupção envolvendo o vereador Vicente de Paula Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG) e dono da construtora Koji, que montara uma rede de corrupção junto ao poder público municipal. Anos mais tarde, ao participar de evento internacional sobre pesquisa e investigação jornalística, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Arbex relembrou detalhes do processo de produção dessa reportagem:

Ricardo Uceda [jornalista investigativo peruano, que presidia o Júri do Prêmio IPYS] tocou no ponto que queríamos chegar: a metodologia da investigação jornalística. Preciso confessar que mesmo depois de mais de 700 matérias publicadas, mais da metade delas manchete do jornal, nunca havia pensado no processo de investigação dessa forma. Para ser bem honesta, até o 2º Seminário Brasil-Argentina, em Florianópolis, realizado no primeiro semestre de 2012, não havia refletido sobre a prática da investigação. *O fato é que investigávamos, sim, com qualidade, mas de maneira empírica, sem que percebêssemos que tínhamos desenvolvido, pela experiência, na tentativa e no erro, um método de trabalho eficiente para a descoberta de fatos desconhecidos pela maioria da população* (Arbex, 2012, p. 170, grifo nosso).

Tendo as relações no ambiente profissional como bússolas, jornalistas têm sua identidade forjada, procurando com o tempo, e com a experiência, distinguir-se dos colegas pela forma como apresentam a informação ou pelo modo como conduzem a apuração. Princípios, hábitos, normas simbólicas e valores internalizados compartilhados pelo grupo guiam suas ações e dificultam a explicação sobre as práticas, tomadas muitas vezes de forma naturalizada e mecanizada nas rotinas produtivas. Saberes e fazeres são indissociáveis do processo de socialização entre pares. Tanto que já se disse que o aprendizado das regras, a política do jornal e a inserção no sistema de trabalho são apreendidos por *osmose*: “Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores” (Breed, 1999, p. 155).

Este capítulo dialoga com estudos anteriores que procuram contribuir no sentido de estabelecer parâmetros em torno das metodologias adotadas na reportagem investigativa (Sequeira, 2005; Lage, 2017). O cotejamento entre essas reflexões teóricas nos permite chegar, em geral, à identificação de pelo menos sete etapas sempre presentes na rotina de repórteres que exercem o jornalismo investigativo: 1) a busca por um novo tema, que pode surgir de diferentes maneiras e experiências; 2) o estudo de viabilidade, levantando fontes e documentos disponíveis capazes de colaborar no processo; 3) a pesquisa e o estudo aprofundado do assunto em questão pelo repórter; 4) a criação de um projeto de trabalho, com os custos e métodos a serem adotados; 5) a fase de apuração e o cruzamento de informações propriamente ditas; 6) revisão e redação; e 7) edição/publicação e monitoramento de possíveis desdobramentos.

Refletindo sobre sua premiada série “Os homens de bens da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro”, a repórter investigativa Angelina Nunes aponta:

A execução de uma série especial de matérias requer tempo, dinheiro e especialização. Dito de outra forma: requer planejamento, organização, distribuição de tarefas e uma equipe. É nesse ponto que, em algumas redações, o caldo entorna. Aquela imagem idealizada do jornalista solitário, que fica enfiado num local cheio de papéis, trabalhando

sozinho mudou nos últimos tempos. Principalmente para quem lida com a administração pública. Para atuar nessa área é necessário especialização e hoje, pela complexidade das fraudes, é fundamental trabalhar em equipe (Nunes, 2011, p. 29-30, grifo nosso).

No “Caso Koji”, uma empresa da construção civil investigada por Daniela Arbex e equipe de repórteres do jornal *Tribuna de Minas* (Juiz de Fora/MG), em 2008, a metodologia de investigação jornalística é descrita e comentada por Arbex (2012). A pauta surgiu de uma conversa da jornalista com um taxista: “Veja que até vereador tem construtora por aqui, a Koji” (Arbex, 2012, p. 171). De modo geral, a partir dessa informação genérica, o método de apuração seguiu alguns passos: 1^o) *Uma rápida pesquisa no Google* levou a repórter ao *site* da Prefeitura da cidade – Atos de Governo, licitações; 2^o) *Buscas mais refinadas*, revelaram que a construtora havia ganhado licitações junto a todas as secretarias, entre 2005 e 2008 (gestão de presidente do vereador); 3^o) Constatada a existência da Koji, *o passo seguinte foi levantar, na Junta Comercial de Minas Gerais*, o nome dos sócios e o capital social; no Ministério do Trabalho, outra revelação: os sócios eram “laranjas”; 4^o) *Faltava provar que havia um “elo”* entre Vicentão e a empresa; 5^o) *Pesquisa na Justiça do Trabalho*, num processo movido contra o vereador, revelou o nome de Juliana Moreira Corrêa (preposta), secretária da presidência da Câmara e secretária-executiva da Koji. O nexo se comprovava; 6^o) *A última etapa do caminho foi analisar os processos de licitação* (fraudes). O vereador mantinha uma ONG paga com recursos públicos (Arbex, 2012).

Esmiuçando um pouco mais a questão, Lima (2018) defende uma proposta de pauta para a reportagem investigativa, combinando etapas como pré-apuração, angulação (hipóteses), questões de partida, metodologia (métodos e técnicas de apuração), planejamento (campo) e produção textual. Lopes e Proença (2003) argumentam que a investigação jornalística se fundamenta com base em pelo menos três fases imprescindíveis: 1) a busca de documentação escrita capaz de respaldar ou refutar hipóteses levantadas; 2) as observações diretas feitas no processo investigativo; e 3) a realização de entrevistas com pessoas envolvidas com a temática. A partir dos dados levantados na confluência entre as perspectivas adotadas por diferentes autores aqui citados e os conhecimentos empíricos manifestados em relatos colhidos em pesquisas anteriores (Moser, 2021; Lima, 2018), propomos a existência de pelo menos sete etapas do processo de produção da reportagem investigativa.

As etapas se dividem em três momentos centrais: *a pauta*, ou definição da abordagem temática, quando se inicia o processo de produção jornalística; *a apuração/entrevista*, quando se intensifica o trabalho de investigação; e *a edição* propriamente dita, concentrada na finalização e acabamento do material levantado, com foco na preocupação de como entregar o resultado ao público. Das três principais fases, a primeira é a que recebe menos espaço nas reflexões em torno da teoria do jornalismo. Há pelo menos sete possibilidades de origens da pauta jornalística (Moser, 2021). Com uma mirada semiótica em *Pauta e notícia*, Henn (1996) qualifica a abordagem acadêmica em torno do tema como escassa e enfatiza:

A pauta não se dirige apenas à orientação na cobertura dos acontecimentos. Muitas vezes ela aponta para acontecimentos ou fatos que se encontram como que ‘adormecidos’ na sociedade e encaminha-os para a notoriedade pública (Henn, 1996, p. 85-86).

Fabiana Moraes (2022) segue na mesma direção ao problematizar as muitas escolhas e decisões tomadas no processo de produção jornalística e reconhecer a dificuldade para estabelecer uma definição acerca de pauta, compreendendo-a como uma “arma de combate”. Ela critica o grau de naturalização envolvido na concepção da pauta, um certo modo de agir baseado no piloto automático e verifica essa tendência mesmo entre profissionais de larga experiência no campo, ainda que estejam acostumados a falar sobre suas práticas. Como menciona Moraes (2022):

Toda pauta organiza e desorganiza visibilidades e invisibilidades, toda pauta hierarquiza e desierarquiza vozes e representações, toda pauta estrutura e desestrutura discursos. Toda pauta é uma arma e, sendo assim, toda a pauta também pode ser uma arma de combate: ela pode servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo próprio jornalismo. É uma tecnologia à disposição de um agir (Moraes, 2022, p. 10).

Pensando em tornar a discussão da metodologia da reportagem investigativa mais didática, elaboramos o quadro a seguir. Nele, procuramos apresentar de maneira detalhada as etapas de produção implicadas nesse processo, com a descrição de cada fase e buscando relacioná-la a uma experiência empírica.

Quadro 11.1 – Proposta de etapas do processo de produção da reportagem investigativa

Etapa do processo	Descrição sobre a atividade/procedimento/prática jornalística	Exemplo prático a partir das experiências empíricas
1) A procura por um novo ângulo/novo olhar para determinado acontecimento	Em geral, a busca por uma abordagem inédita marca o processo inicial de trabalho, desenhando as etapas posteriores.	Em “Todo o dia a mesma noite”, sobre o incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), a jornalista Daniela Arbex lança uma nova perspectiva sobre o caso, amplamente midiaticizado em nível internacional, a partir de depoimentos de familiares e de profissionais de saúde.
2) Planejamento das investigações	Definida a pauta, é necessário sistematizar o trabalho de apuração, buscando respaldar as etapas seguintes e dar mais sustentação para o processo.	Em “Spotlight: segredos revelados” (2016), a equipe do Boston Globe demonstrou a importância do planejamento para a investigação dos padres pedófilos.
3) Estudo de viabilidade e previsão orçamentária	Estudar a viabilidade inclusive financeira da pauta é parte das etapas indispensáveis da produção jornalística, capaz de lançar luz e permitir escolhas mais embasadas.	No caso de “Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo”, o jornalista Mário Magalhães investiu recursos próprios e dedicação de mais de nove anos, ou seja, o estudo de viabilidade e a previsão orçamentária são essenciais numa investigação de fôlego temporal maior.

4) Imersão na pesquisa	Em geral, este costuma ser o momento de maior entusiasmo dos repórteres, justamente pela possibilidade de se entregar profundamente à apuração, incluindo consultas a fontes diversas na busca por novas informações.	Na investigação que resultou na obra “Diário de um <i>skinhead</i> ”, do jornalista espanhol Antonio Salas, a sensível técnica do disfarce, com infiltração na organização criminosa (torcida Ultras Sur, do Real Madrid) foi decisiva para o alcance e a profundidade da investigação.
5) Confronto de versões	O momento de finalização da apuração costuma se definir pelo prazo de entrega, o chamado <i>deadline</i> . Até lá, o cruzamento de dados é fundamental.	O caso de “Juízes no banco dos réus”, do jornalista Frederico Vasconcelos, baseado em extensa e rigorosa pesquisa documental, coloca em confronto os juízes corruptos com as provas obtidas na investigação.
6) Redação/ revisão	Nesta etapa de organização e sistematização de todo o material levantado, torna-se necessária a seleção das informações mais importantes e eventual descarte daquilo sobre o que não há certeza.	Com um arquivo de mais de 300 mil caracteres, que resultou da investigação de “O coronel que raptava infâncias”, o jornalista Matheus de Moura desenvolveu um sistema de checagem interna do material e fez um intenso trabalho de revisão para alcançar a excelência da narrativa jornalística.

7) Edição/ finalização	O fechamento do processo de construção da reportagem é o momento de ajustes finais para a veiculação/publicização do material na mídia.	Um dos decanos do jornalismo investigativo no país, o jornalista Caco Barcellos trabalhou mais de cinco anos na apuração e vivência comunitária para produzir a obra “Abusado: o dono do Morro Dona Marta”. O tempo para ajustes finais da reportagem de extenso fôlego se revelou precioso na edição e finalização do livro.
---------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa ideia geral de processo investigativo demonstra que, apesar de cada jornalista imprimir suas próprias marcas à reportagem que produz, há certos procedimentos imprescindíveis, dos quais não se pode deixar de lançar mão, sob o risco de comprometer o resultado. Compreendendo a necessidade de maior explicitação e reflexão em torno de cada uma dessas etapas, esse artigo busca detalhar os processos de produção. Em um momento de ameaças, ataques e violências à liberdade de imprensa, como o que ocorre no Brasil nos últimos anos, sobretudo depois da chegada da extrema direita ao poder (Fenaj/objEthos, 2022), avançar rumo à demonstração dos métodos jornalísticos parece-nos fundamental, compartilhando esse conhecimento com profissionais e pesquisadores(as). Inclusive para demonstrar sua relevância em sociedades democráticas, além de seu reconhecimento como campo de estudos. Afinal, é o método que faz do jornalismo investigativo uma prática capaz de alcançar interesse público, relevância e compromisso social.

As trocas estabelecidas entre o grupo profissional se revelam um importante agente de consolidação e compartilhamento de certos saberes difundidos entre jornalistas nas suas práticas investigativas. Os depoimentos coletados indicam que a convivência e as trocas com colegas de redação se revelam fundamentais para o próprio aperfeiçoamento profissional e aprendizado de técnicas de trabalho.

No jornalismo investigativo, por exemplo, eu aprendi muito com o Lúcio [Lambranhão]. Ele me trouxe toda uma expertise por ter vindo de Brasília, ter feito [a série de reportagens sobre] a farra das passagens [que denunciou o uso de dinheiro público patrocinando passeios de deputados, senadores, seus amigos e parentes], que foi um trabalho super, ultrainvestigativo, desde os tempos de pesquisar em relatórios de papel. Ele me ensinou todo esse trâmite burocrático, que é bastante essencial para qualquer repórter hoje, mas, principalmente, para um repórter que vai investigar política ou vai trabalhar com algum documento do judiciário [...] O Lúcio trouxe pra gente uma expertise muito boa por ter trazido um jornalismo muito profissional, de Brasília, São Paulo... o que engrandeceu muito (Fábio Bispo em entrevista a Moser, 2021).

Esse trecho da entrevista concedida pelo repórter investigativo catarinense Fábio Bispo demonstra a importância das trocas de experiências entre o grupo profissional, além de demarcar o papel da socialização nesse contexto. As relações estabelecidas entre jornalistas nas redações e práticas investigativas de trabalho também aparecem em Marocco (2016). No depoimento concedido à autora pela repórter Eliane Brum, esta reconhece Carlos Wagner como figura central na sua carreira de repórter de jornal, apesar de um estranhamento inicial. Tais relações também são citadas por Caco Barcellos ao refletir sobre os aprendizados no início de sua trajetória como repórter de jornal, admitindo a relevância de um antigo chefe no processo de apropriação do trabalho de reportagem. Não são depoimentos aleatórios, os relatos confirmam a força da interação nesse aprendizado.

Eram muitas as dúvidas de como se mexer na redação, de uma questão como o famoso “contrabando”, como é que fazes para passar uma matéria que os chefes não querem, até a necessidade de discutir sobre alguma dúvida de como fazer uma reportagem. Todas essas coisas, essas sutilezas aprendi com o Wagner [repórter Carlos Wagner], especialmente (Eliane Brum em entrevista a Marocco, 2016, p. 72).

Eu tive lições na vida... [o chefe de reportagem] Carlos Alberto Kolecza, do Rio Grande do Sul. Eu era como os meninos que estão chegando. Ele me deu uma tarefa. Eu era taxista e escondia isso dos colegas. Tinha um sequestro na cidade, de um estudante, que estavam torturando no DOPS. A missão era descobrir algo [...]. O delegado não me recebeu [...]. Ele disse: “Bateu então em 15 portas? Pelo que sei são 5 andares com 25 portas. Faltam quantas portas pra você bater?”

Pode voltar!”. Passei uns dois dias fazendo isso. [...] Ficou para mim aquela lição (Caco Barcellos em entrevista a Moser, 2021).

Em maio de 1994, tive contato diário com aquele que seria o meu grande professor de Jornalismo, o Montezuma Cruz, meu chefe na sucursal da Folha de Londrina [...]. Eu percebia como ele fazia. A gente conversava bastante e ele me falava como fazer, as estratégias [...] Tive outro professor que aparecia por lá, José Maschio, o Ganchão, repórter especial da “Folha de S. Paulo” [...] Eu o acompanhei algumas vezes pra aprender como ele fazia, o traquejo em campo, como entrevistava. Foram os meus grandes professores da prática [...] eu não seria o jornalista que sou hoje sem ter tido os meus exemplos, os meus modelos de trabalho. [...] Em Curitiba, [...] me deparei com um outro grande jornalista com quem eu aprendi muito, a gente sentava lado a lado e conversava sobre o trabalho jornalístico, o José Carlos Fernandes (Mauri Konig em entrevista a Moser, 2021).

É a partir dessas convivências que jovens jornalistas aprendem com os mais experientes caminhos e condutas no percurso de uma reportagem investigativa, seus dilemas e desafios próprios. Para além da interação no ambiente da redação, acreditamos que é fundamental um esforço no âmbito acadêmico no sentido de organizar e sistematizar processos e métodos de trabalho com a finalidade de avançar na explicitação da metodologia da reportagem investigativa. Entendemos que esse esforço pode contribuir para a prática pedagógica, fornecendo pistas para o ensino do jornalismo investigativo e estimulando o aperfeiçoamento do exercício profissional da reportagem investigativa.

É relevante e oportuno ressaltar, por fim, que o uso de técnicas e procedimentos de apuração “heterodoxos” estão nas origens do jornalismo investigativo. Nascimento (2010) lembra dois casos clássicos: o primeiro, em setembro de 1690, o jornalista Benjamim Harris publica uma denúncia de violência praticada por índios estadunidenses contra franceses e britânicos; o segundo, é o trabalho do lendário repórter investigativo inglês, W. T. Stead, que em sua reportagem mais reconhecida, cujo objetivo era denunciar a prostituição e o tráfico de menores, chegou a comprar uma menina de 13 anos como prova de sua investigação. Acabou preso, mas sua denúncia mudou o *status* do jornalismo investigativo naquele país, repercutindo nas políticas públicas.

No entanto, é no começo do século XX – a chamada “idade do ouro” do jornalismo investigativo, nos Estados Unidos – que seu potencial

transformador aparece, historicamente. Burgh (2008) resgata um desses pioneiros, o jornalista e escritor Upton Sinclair, que publicou o romance de não ficção *The Jungle* (A selva), em 1906, sobre o processo de industrialização dos alimentos: “Para fazer a pesquisa para o romance, Sinclair se disfarçou, usando uma técnica característica do jornalismo investigativo, e viveu clandestinamente para obter informações estatísticas e factuais sobre o assunto” (Burgh, 2008, p. 90).

Resiste ainda nos espaços de reflexão e debate da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), fundada há mais de 20 anos e que realiza congressos anuais, o senso comum de que “todo jornalismo é investigativo, senão não é jornalismo”, uma frase atribuída ao jornalista e escritor Gabriel García Márquez, evidentemente retirada do contexto. Entendemos que essa discussão está devidamente superada, sobretudo após a conceituação proposta por Nascimento (2010): “Jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista” (Nascimento, 2010, p. 22).

Os ecos desse senso comum ainda aparecem na pesquisa realizada por Moser (2021), como relata a autora:

[...] não deixa de ser curiosa a evitação da noção de método, mesmo quando a discussão se volta para os repórteres mais prestigiados no cenário brasileiro. Há quem possa aventar a falta de consenso profissional acerca de algo elementar, como os princípios fundamentais em torno da atividade e que impedem muitas vezes que ela seja considerada, de fato, uma profissão (Moser, 2021, p. 236).

Com efeito, a literatura sobre o jornalismo investigativo nos apresenta uma série de procedimentos e técnicas de apuração que compõem, de algum modo, esse escopo mais amplo da metodologia da reportagem investigativa que é objeto desta nossa reflexão. O uso do disfarce, a infiltração, a infiltração com disfarce, a campana, os equipamentos ocultos (câmeras, gravadores miniaturizados, *smartphones* de última geração etc.), por exemplo, convivem com a tradicional pesquisa documental e com a construção de relação de confiança mútua, aberta e direta com as fontes primárias (especialmente em investigações de longo prazo). Em última análise, todos esses procedimentos somados reafirmam nossa convicção sobre a

necessidade de avançarmos no esboço de uma metodologia da reportagem investigativa, tanto nas escolas de jornalismo (produção de conhecimento do campo) quanto no mercado profissional.

Evidentemente, há uma ressalva importante a ser resgatada: não buscamos uma receita de “sucesso”, nem “autoajuda” ou ainda um “manual de segredos” como critica Arbex:

Recentemente, li na internet que uma importante editora do país estava lançando um curso de jornalismo com o tema “Os segredos da investigação jornalística”. Achei engraçado, porque dá a impressão de que, revelados os segredos, a investigação flui, anda sozinha. Mas aí vai uma má notícia. A investigação jornalística necessita técnica, sim, porém a transpiração é 90% do processo. Na prática, investigar exige profunda dedicação do repórter, muita persistência para vencer adversidades e a falta de recursos, além de um bocado de talento (Arbex, 2012, p. 176).

Em depoimento convergente à pesquisa de Moser (2021), o jornalista José Hamilton Ribeiro reconhece a necessidade de um método de investigação jornalística, mas refuta o que ele chama de “receita de bolo”:

A gente tá vendo a academia fazer isso, o que se espera dela, que é estudar esse fenômeno e que síntese pode tirar disso [...] eu acho que sim [existe método]. É o coração do trabalho de pesquisa na academia. É o que se espera, uma síntese. Uma formulação que não seja uma receita de bolo, mas que seja uma síntese. Acho possível chegar a isso em nível acadêmico. Não sei também se já não existe, né? Porque eu não sigo também a publicação acadêmica. Mas *eu acho sim um objeto de pesquisa* (José Hamilton Ribeiro em entrevista a Moser, 2021, grifo nosso).

Por outro lado, o consagrado jornalista Caco Barcellos examina a existência de um método de investigação a partir da narrativa:

Se você seguir aquilo que todo o roteirista faz pra contar uma história de forma atraente, pensando no ritmo e, sobretudo, num começo, meio e fim, o ponto de emoção muito bem construído, a metodologia passa a ser fundamental. [...] *Quando eu penso em metodologia, eu penso na narrativa que seja atraente [...] O meu método é sair por aí atrás de pessoas que têm histórias relevantes pra contar [...] O meu método é totalmente refém daquela descoberta.* Como eu

vou contar essa história para comover? Eu vou em busca de grandes emoções (Caco Barcellos em entrevista a Moser, 2021, grifo nosso).

No entanto, há quem não consiga definir seu método próprio, considerando que há sempre uma pegada pluri- ou transmetodológica nos saberes e fazeres que envolvem a prática do jornalismo investigativo. É o caso da jornalista Fabiana Moraes:

Não consigo fazer uma definição de meu método. Eu adoto metodologias várias, clássicas de apuração, checagem. Mas, gosto de pensar que, se eu posso chamar de método, algo importante na condução do trabalho seria justamente pensar o desenho de cada pauta. Antes da reportagem em si [...] Ela precisa me trazer novas respostas, novas configurações, não um olhar reconfigurado [...] eu nunca tinha pensado nisso, a transgressão como método. [...] é quase um questionamento do jornalismo fazendo o tempo todo jornalismo (Fabiana Moraes em entrevista a Moser, 2021, grifo nosso).

Avançando um pouco mais, o jornalista Mauri König, reconhecido e premiado repórter investigativo, no país e em escala internacional, propõe uma analogia interessante, que é pensar as semelhanças entre os métodos de investigação jornalística e científico.

Depois da experiência do mestrado, o meu foco principal seria investir um tempo maior de dedicação sobre os métodos [...] Quando você faz uma pesquisa no “stricto sensu” – para mim, pelo menos, aconteceu – abriu muito mais a percepção de como dar uma dimensão maior à tua pesquisa, quanto mais trouxer elementos outros pra compor [...]. O método da investigação jornalística se assemelha muito com o método da investigação acadêmica (Mauri König em entrevista a Moser, 2021, grifo nosso).

Por fim, mas não menos importante, resgatamos um aspecto da metodologia de investigação jornalística que chama atenção no processo de produção das reportagens pesquisadas, a etapa preparatória – que chamamos de pré-apuração – responsável por nutrir e ser uma espécie de bússola para os rumos que a reportagem vai assumindo – como apontou a jornalista Fabiana Moraes durante entrevista (Moser, 2021). Em apurações de longo prazo e com amplo espaço de análise, a robustez da primeira etapa pode ser crucial para o êxito da investigação jornalística. Entendemos que a reportagem investigativa, pelas suas próprias características e especifici-

dades, apresenta condições que permitem uma análise mais apurada do processo de produção. No entendimento de Lage (2017, p. 138), a reportagem, sobretudo aquela que se distingue das práticas habituais, está associada ao jornalismo investigativo, “geralmente definido como forma extremada de reportagem”.

Mesmo reconhecendo os desafios impostos à prática do jornalismo investigativo, sobretudo com o enxugamento das redações e as dificuldades de se investir em projetos de maior fôlego tendo em vista os prazos exigidos com a ascensão das novas tecnologias, defendemos como necessária a busca por possibilidades de viabilizar reportagens que apresentem tais características. A apuração demorada capaz de confrontar e questionar determinadas versões oficiais, em geral falsas, contextualizando os fatos dentro do universo que os abriga, revela-se como um dos pilares do jornalismo de qualidade. Com o auxílio das novas tecnologias e das novas formas de produção, distribuição e consumo da informação, iniciativas de jornalismo independente ganham força e visibilidade abrindo um caminho de potencialidades a serem exploradas.

O caminho da colaboração entre organizações jornalísticas, entre marcas consagradas e nativos digitais, é algo que renderá sempre bons frutos – como, por exemplo, o consórcio formado por mais de uma centena de veículos (109 organizações e 370 jornalistas) que investigou o chamado “Panamá Papers” liderado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ). O volume de dados vazados pela empresa panamenha Mossack Fonseca impunha uma investigação colaborativa: trata-se do maior vazamento na história do jornalismo, com 2,6 *terabytes* de dados, ou seja, mais de 11,5 milhões de documentos reunidos, ou seja, mil vezes mais que os “telegramas diplomáticos” vazados pelo WikiLeaks, em 2010.

Outro exemplo mais recente ainda do jornalismo colaborativo, de natureza investigativa, foi realizado por um consórcio de centenas de jornalistas investigativos que atuam em grandes veículos em escala global. Trata-se do “Forbidden Stories”,¹ que revelou detalhes de uma robusta fábrica de *fake news* israelense, que cobra US\$ 6 milhões para fraudar eleições e manipular resultados, no mundo todo. A reportagem foi veiculada na revista eletrônica “Fantástico” (Grupo Globo), na edição de 26 de fevereiro de 2023.² Os caminhos para o fortalecimento do jornalismo investigativo

¹ Disponível em: <https://forbiddenstories.org/>. Acesso em: 1 set. 2023.

² Disponível em: <http://glo.bo/40lGoJf>. Acesso em: 1 set. 2023.

estão postos a partir do modelo colaborativo, contudo, em última análise, se a imprensa deixar de cumprir as atribuições que são esperadas dela historicamente (Kovach; Rosenstiel, 2003), certamente, outros agentes sociais podem ocupar esse espaço.

Ao refletir sobre depoimentos e experiências de profissionais consagrados, entendemos que os discursos acerca da produção da reportagem estão em disputa, mas há certos procedimentos e etapas primordiais dos quais a reportagem não pode prescindir. Do contrário, corre o risco de perder sua própria identidade. Se houver violação de certas etapas e princípios que a caracterizam, a produção pode deixar de ser considerada e reconhecida como reportagem, seja pelo público, seja pela comunidade profissional. Por isso, a transparência dos métodos adotados pelos profissionais da reportagem contribui para a legitimidade da prática (e do próprio jornalismo), ainda mais diante dos desafios da imprensa num contexto de desinformação e pós-verdade. O jornalismo se constituiu historicamente como uma instituição, e a reportagem se consolidou como prática de aprofundamento reflexivo em torno de diferentes temas, e de seus contrapontos e controvérsias.

Referências

- ARBEX, D. Métodos de pesquisa e investigação. In: CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. (org.). *Reportagem, pesquisa e investigação*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BREED, W. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.
- BURGH, H. (org.). *Jornalismo investigativo: contexto e prática*. São Paulo: Rocca, 2008.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ); OBSERVATÓRIO DA ÉTICA JORNALÍSTICA (OBJETHOS) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Dossiê FENAJ-objETHOS: ataques ao jornalismo e ao seu direito à informação*. Florianópolis: UFSC, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://abre.ai/idXR>. Acesso em: 21 maio 2022.
- HENN, R. *A pauta e a notícia: uma abordagem semiótica*. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KUNCZIK, M. *Conceitos de jornalismo: norte e sul: manual de comunicação*. Tradução de Rafael Varela Júnior. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMA, S. *Ensino do jornalismo investigativo: reflexões pedagógicas e metodológicas*. São Paulo: Seminário Abraji, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/MRzaeb>. Acesso em: jun. 2022.

LIMA, S. *Pauta da reportagem investigativa: elementos para uma proposta*. São Paulo: Seminário Abraji, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/fzTRah>. Acesso em: jun. 2022.

LIMA, S.; LEVY, C. *Metodologia da reportagem investigativa: reflexões pedagógicas*. São Paulo: Seminário Abraji, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/aUQfbj>. Acesso em: 21 maio 2022.

LIMA, S.; MOURA, M. *Livro-reportagem e metodologia da reportagem investigativa*. São Paulo: Seminário Abraji, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/RSCXod>. Acesso em: jun. 2022.

LOPES, D.; PROENÇA, José Luiz. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MAROCCO, B. *Ações de resistência no jornalismo: livro de repórter*. Florianópolis: Insular, 2016.

MEYER, P. Por que o jornalismo precisa de doutores? *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 219-222, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n2p219>. Disponível em: <https://abre.ai/idYW>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MORAES, F. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOSER, M. *O método da reportagem: um estudo a partir de depoimentos de repórteres especiais*. 2021. 412 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234583>. Acesso em: 21 maio 2022.

NASCIMENTO, S. *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

NUNES, Angelina. Jornalismo, o prazer do ofício. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (org.). *Jornalismo investigativo e pesquisa científica*. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTORO, D. *Técnicas de investigación: métodos desarrollados en diarios y revistas de América Latina*. México: FCE, 2004.

SEQUEIRA, C. M. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

Direitos humanos e uma visão pluriversa para decolonizar os fazeres jornalísticos

Jorge Kanehide Ijuim
Isabel Colucci Coelho
Lynara Ojeda de Souza
Hendryo Anderson André
Criselli Maria Montipó
Thais Araujo de Freitas
Patrícia Hadlich Aquino
Karla Gabriela Quint

Os modelos jornalísticos em prática no Brasil possuem fortes ingerências do norte global. Primeiro, da corrente europeia pela qual se entende o jornalismo como formador de opinião; depois, da vertente estadunidense calcada no direito à informação (Merton, 1970). Ambas foram construídas sob as estruturas do pensamento moderno, sobretudo pelo paradigma positivista. Elaboraões caras à modernidade como *verdade*, *neutralidade*, *imparcialidade* e *objetividade* foram incorporadas às formas de pensar e fazer jornalismo (Medina, 2008). Se o ofício é motor e manifestação da cultura, suas formas de fazer podem e devem passar por reflexões e reelaboraões constantes, especialmente em momentos de crises paradigmáticas como a que incide sobre nosso campo neste início de século. Um exemplo é a própria questão da desinformação. Ao demonstrar que “não é a informação que forma a opinião, mas opiniões que filtram as informações que mais se adéquam à visão de mundo preexistente, servindo como meio de sua confirmação” (Saad, 2021, p. 61), o fenômeno revela inconsistências com princípios ontológicos das formas hegemônicas de jornalismo, como a objetividade.

Consciente da indissociabilidade do jornalismo com a promoção dos direitos humanos, o Grupo de Estudos Jornalismo e Direitos Humanos

(DHJor) – projeto de extensão que reúne estudantes, egressos, egressas e docentes do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – tem se dedicado a problematizar abordagens e concepções do jornalismo a respeito dos direitos humanos e da cidadania; discutir o componente ético-epistemológico inerente aos processos jornalísticos em relação a esses temas; e contribuir para a construção de uma crítica ao pensar e ao fazer jornalísticos com vistas aos processos de humanização/desumanização.

Neste ensaio, em um primeiro momento, buscamos problematizar os limites do pensamento hegemônico que tem guiado o fazer jornalístico e, por consequência, a emergência da decolonização – ou seja, o enfrentamento – desses fazeres. Na sequência, procuramos tensionar aspectos da racionalidade moderna que promovem distinções e exclusões, o que nos permite vislumbrar a importância de pautar a práxis jornalística a partir de uma visão pluriversa dos direitos humanos. Depois, debatemos – com base em sete materiais jornalísticos premiados ou que receberam menção honrosa no 44º prêmio Vladimir Herzog, entregue em outubro de 2022 – seis reportagens e um documentário que refutam ou, no mínimo, desmistificam o que Edgar Morin (1999) e Fabiana Moraes (2022) chamam de uma *objetividade excludente*, o que, como contraponto, exige melhor reflexão interseccional.

Ao identificar, por um prisma ético-epistemológico, experiências reconhecidas que se aproximam de práticas jornalísticas contra-hegemônicas, este ensaio visa identificar marcas de um jornalismo com gênese decolonial.

A prática e a práxis jornalísticas têm sido cotidianamente colocadas à prova, especialmente em momentos de rupturas e de evidências de violações dos direitos humanos visibilizados ou divulgados tanto pela imprensa quanto por movimentos sociais na contemporaneidade. Por isso, aqui, nosso propósito é incitar a reflexão sobre os limites do pensamento hegemônico que tem guiado o fazer jornalístico e, por consequência, encorajar a emergência da decolonização desses fazeres. A partir desse debate, problematizamos, por um viés crítico, a *objetividade excludente*, assentada, segundo Fabiana Moraes (2022), sobre uma base colonial, cientificista e de poder. Em palavras diretas, essa objetividade tem cor, gênero e hierarquia humanidades. Conforme a autora, o predicado da objetividade

permeia e se confunde muitas vezes com os procedimentos técnicos necessários à prática jornalística, quando, ao contrário, dissemina valores dominantes por meio de lentes de racionalidade que também excluem, produzem e reproduzem desigualdades sociais e ontológicas. Como contraponto, por uma perspectiva ético-epistemológica, um jornalismo de subjetividade (Moraes, 2022) pretende reconhecer experiências que buscam aproximações a abordagens jornalísticas contra-hegemônicas – decolonizadas e decolonizadoras.

Cabe ressaltar, para fazermos essa discussão, que *colonialidade* não é sinônimo de colonialismo (Quijano, 2005). Enquanto o último se refere a um modelo de dominação e exploração de ordem política e econômica, o primeiro diz respeito ao aspecto abstrato, da matriz de pensamento que perpetua a dominação e se mantém, mesmo quando se finda a submissão colonial. Há com a colonialidade uma imposição de imaginário, que torna o colonizado subalterno, enquanto reafirma o colonizador (Quijano, 2005).

Maldonado-Torres (2008) defende então que a descolonização só pode se dar mediante uma *atitude decolonial*, isto é, formas de resistência, questionamento e desmantelamento dos padrões coloniais desumanizadores do ser, do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2016, p. 78). A racionalidade que surge desse movimento de busca pelo reordenamento da geopolítica do conhecimento é chamada de *pensamento-outro* pelo sociólogo Abdelkebir Khatibi (2001). Por uma reflexão semelhante, Quijano (2010) acentua que a luta contra a exploração/dominação implica engajamento, chamado por ele de *colonialidade do poder*, visando a devolução aos próprios indivíduos do controle das instâncias básicas de sua existência social.

Por essa explanação, podemos compreender que a colonialidade do poder – de exploração/dominação inclusive de autoridade e subjetividades – mantém suas teias emaranhadas em vários setores das sociedades latino-americanas, em especial, a brasileira. Aceitando que a imprensa – e, por extensão, o jornalismo – é fatia do mesmo bolo social que a serve (Dines, 2009), essa instituição também está impregnada de colonialidade. Ao mesmo passo que pode e deve atuar como mediadora social em prol de transformação desta sociedade, a atividade tem colaborado para a manutenção de estigmas, estereótipos e violações de direitos humanos sobre a população negra, os povos originários, as camadas empobrecidas da sociedade, entre outros grupos sociais. Neste contexto, entendemos a emergência de decolonizar o pensamento para decolonizar os fazeres jornalís-

ticos, a partir de uma práxis atenta aos direitos humanos e à cidadania.

Assim, a discussão se aproxima de uma visão pluriversa dos direitos humanos, em uma busca permanente de análise crítica e saberes tidos como consagrados na área de direitos humanos e na prática jornalística. É o caso do documento basilar para a área, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948), que tem recebido críticas ao estabelecer um ideal de igualdade entre seres humanos.¹ Mesmo seu derivado socialmente justo, a *equidade*, não se concretiza no cotidiano, em razão das pessoas nascerem entranhadas em particularidades e diferenças, sejam econômicas, étnicas, sociais, entre tantas outras.

Até a ideia de universalidade – se restringida à noção de cidadania universal – também é excludente vista a partir da interculturalidade (Santos, 2009). O discurso de emancipação dos direitos humanos, sob a alegação de universalidade, traz em si um fundamento único de dignidade humana, marcado pela essencialização de hierarquias, conforme apontam autoras e autores em obra organizada por Santos e Martins (2019). Apesar de relevante para o reconhecimento de direitos, a versão mais recente da DUDH carrega a omissão sobre a luta anticolonial.

Vale lembrar que tal esquecimento ocorreu, em parte, devido ao próprio contexto histórico em que o documento foi construído, logo após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, salientamos que a cronologia ocidental sempre nos apresentou dois grandes marcos histórico-normativos para nos referenciarmos no que diz respeito à luta por direitos humanos: a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia (de 16 de junho de 1716) e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (de 26 de agosto de 1789). Tais documentos, o primeiro nascido nos Estados Unidos e o segundo na França, são reconhecidos como definidores da noção de direitos e preconizam já em seu artigo 1º que todos os indivíduos são igualmente livres e detentores de direitos inatos (Comparato, 2010). É a partir dessa concepção de igualdade e direito inerente, transportada mais tarde para a DUDH (de 10 dezembro de 1948), que toda a sistematização em defesa da dignidade das pessoas foi construída e disseminada. Consideramos importante nos atentarmos para

¹ Vigente desde 1948, o texto original denota linguagem sexista que, embora seja tema de discussão permanente e de avanços, ainda segue inalterado em algumas versões em português. Até o fechamento deste texto, por exemplo, a própria página do Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental da Organização das Nações Unidas ainda apresenta o documento como Declaração Universal dos Direitos do *Homem* (ONU, 2023, grifo nosso).

como os indivíduos são entendidos, contextualizados e homogêneos nessas normativas do século XVIII e como essas noções foram incorporadas na DUDH que temos atualmente como diretriz.

Ao reconhecer os contributos da DUDH, Maldonado-Torres (2019) indica como limite fundamental ao avanço dos direitos humanos a normalização de violações e da colonização, justificada pela ideia de conquista eurocêntrica. Pires (2020), por sua vez, adverte que a universalidade se baseia na proteção de apenas um determinado tipo de experiência humana plena: calcada no padrão de sujeito de origem europeia, masculino, branco, cristão, cis-heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiência. Como ponderou Gonzalez (2000), precursora de uma concepção amefricana de direitos humanos, essa postura não valoriza a diversidade de manifestações culturais brasileiras e os diversos lugares sociais de nossa gente, como é o caso de negros, mulheres e indígenas, por exemplo.

As bases dos modelos jornalísticos em prática foram estabelecidas na modernidade europeia desde o século XVII. Instrumento da burguesia, no princípio, o jornalismo serviu aos interesses econômicos e, mais tarde, tornou-se tribuna para pontos de vista políticos e ideológicos, quando passou a ser meio de difusão de ideias e ideais dessa burguesia em ascensão. Institucionalizou-se como *imprensa* no século XIX, na transformação da atividade artesanal em empresa de comunicação. Imbuído de uma filosofia cartesiana que entende o conhecimento como *universal, neutro, objetivo* e, portanto, ao alcance da *razão*, o jornalismo incorporou métodos e procedimentos similares aos de uma fábrica. Essa configuração aconteceu sob a predominância do pensamento positivista, e tais princípios operaram tanto nas práticas científicas como nos fazeres comunicacionais. Como sublinha Cremilda Medina (2008, p. 18), naquele período eram propostas “gramáticas presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social”.

Nesse contexto, o jornalismo inspirou algumas finalidades para descrever a realidade social. Pela corrente europeia, a atividade “orienta socialmente o público, formula e exprime as suas diferentes opiniões, atitudes e ações sociais, as suas concepções de mundo” (Hudec, 1980). Inspirada nos jornais políticos londrinos do século XVIII, a ideia de imprensa livre e direito

à informação foi introduzida nos Estados Unidos (Kovach; Rosenstiel, 2004). Tais finalidades – orientação social e liberdade de palavra – são preceitos que têm guiado o fazer jornalístico e são pertinentes às reflexões do norte-americano Robert Merton (1970), que apontam a preocupação com a *formação de opinião*, identificada com a sociologia do conhecimento, da tradição europeia; e o *direito à informação*, associado à sociologia da opinião e da comunicação de massa, da tradição estadunidense. No pensamento europeu, a ênfase é a formação da sociedade por perspectivas intelectuais – foco no conhecimento. Já o pensamento norte-americano está centrado na opinião pública, na crença das massas, que supostamente matiza-se em conhecimento – foco na informação. Dessa forma, o europeu imagina e o norte-americano olha, o norte-americano investiga a curto prazo e o europeu especula a longo prazo” (Merton, 1970, p. 535).

Já um jornalismo tido como decolonizado, defendemos, precisa se caracterizar como uma prática social que enfrente a desigualdade presente, vislumbre a sua superação no futuro e, exatamente por isso, carregue marcadores interseccionais de um passado construído por um modelo de sociedade escravista, rural, militarizado, com escassez de políticas públicas e, finalmente, com amplos períodos de exceção. Afastado de uma objetividade que é, por si, *excludente*, evitaria reduzir os seres humanos, sobretudo aqueles pertencentes a grupos socialmente marginalizados, a objetos analisados e observados – com foco na humanização.

As finalidades do jornalismo gestado no norte global e suas circunstâncias são relevantes, mas precisam ser examinadas com mais intensidade pelo viés epistemológico. É igualmente importante pensar como e por que o jornalismo europeu e o norte-americano – que forjaram o fazer jornalístico na maioria dos países industrializados – construíram tais propósitos.

Em seu clássico *Orientalismo*, o palestino Edward Said (1990) ressalta que a percepção que dá nome à obra foi inventada pelo Ocidente, em particular a Europa, como forma de justificar suas presenças imperialistas e colonialistas no *Oriente Próximo*. Em outras palavras, foi a criação de um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. Para o autor, o Oriente não está apenas adjacente à Europa, “é onde estão localizadas as maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural e uma das mais profundas e recorrentes imagens do Outro” (Said, 1990, p. 13).

Essa hegemonia europeia não foi conquistada só pela máquina burocrática imperialista ou pelas armas, mas contou com a elaboração de um

pensamento estruturado por historiadores, filósofos, sociólogos e literatos que disseminaram a ideia da superioridade ocidental. Ao que acrescentamos: e, por que não, a imprensa e os jornalistas? Ao Oriente coube nos escritos o exótico, o atraso, a ignorância, a rudeza das populações empobrecidas. Assim, “a cultura europeia ganhou em força e identidade, comparando-se com o Oriente como uma espécie de identidade substituta [paralela] e até mesmo subterrânea, clandestina” (Said, 1990, p. 15). Criou-se uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, em sua crítica à modernidade, atribui essa hegemonia europeia ao que chama de *razão indolente*. Essa razão subjaz ao conhecimento hegemônico – filosófico ou científico – produzido no Ocidente nos últimos séculos. Para o autor, “a consolidação do Estado Liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo, constituíram o contexto sociopolítico em que a razão indolente se desenvolveu” (Santos, 2002, p. 240). Uma das formas dessa indolência é a que Santos nomeia como *razão metonímica*, que é obcecada pela totalidade. Esta entende o todo como uma das partes transformada em termo de referência para as demais. Em outros termos: a Europa (parte) como ideal e referência para todas as outras partes (todo). Por isso, essa falsa totalidade gera dicotomias e hierarquias: cultura científica *versus* cultura literária; conhecimento científico *versus* conhecimento tradicional; homem *versus* mulher; cultura *versus* natureza; civilizado *versus* primitivo; capital *versus* trabalho; branco *versus* negro; Norte *versus* Sul; Ocidente *versus* Oriente.

Em outro estudo, Santos (2007) discorre sobre mais uma herança da modernidade europeia. Para ele, o pensamento moderno ocidental é *abissal*, isto é, consiste num sistema de distinções – visíveis e invisíveis – de forma que as invisíveis fundamentam as visíveis.

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (Santos, 2007, p. 1).

Numa percepção semelhante à de Said (1990), Santos (2007) salienta que tudo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo aceito – o Outro. Assim, há impossibilidade da copresença dos dois lados da linha; para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética. Dessa forma, embasado por esse pensamento abissal – que separa, distingue e exclui – a hegemonia europeia impõe-se na forma de imperialismo, de colonialismo, de dominação (Santos, 2007). O não reconhecimento do Outro estende-se além da dominação econômica ou cultural, pois despreza qualquer outra forma de pensar, de viver, ou como nos lembra Paulo Freire, a consciência do *ser* de não apenas estar *no* mundo, mas estar *com* o mundo (Freire, 1982). Tanto Said (1990) como Santos (2007), inspirados em Frantz Fanon (2022),² denunciam o *epistemicídio* praticado com todos os não europeus.

Por esses argumentos, entendemos que a modernidade proporcionou condições materiais para o desenvolvimento do jornalismo ao mesmo tempo que a imprensa – e seu produto, o jornalismo – impulsionou a modernidade. Seu modo de ser e de fazer influenciou os fazeres pelo mundo. Os avanços tecnológicos oferecem oportunidades para o desenvolvimento de novas plataformas, mas a essência de uma hegemonia do norte global se sobrepõe.

Essa predominância do norte global incidiu, como podemos perceber, nos modelos e nos propósitos que se espalharam pelo mundo. Cabe debater, portanto, a reverberação de tal paradigma, com suas virtudes e suas mazelas, no dia a dia da imprensa e do jornalismo.

A modernidade europeia, como já mencionamos, impôs-se ao mundo por uma racionalidade que promove distinções, hierarquias, exclusões. Ao adotar a ciência como fonte privilegiada de conhecimento, desprezou outros saberes para combater o irracionalismo do *ancien régime*, caracterizado como conhecimento superficial e ilusório; criou-se a oposição trevas/luz (Santos, 1989). Na expectativa de usufruir da experiência das ciências naturais, os positivistas entenderam que seria necessário reduzir os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis.

² Em *Os condenados da terra*, Frantz Fanon explicita a dominação do colonizador sobre o colonizado pela apropriação e pela violência – física e simbólica. O colonizador leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado (Fanon, 2022).

Como lembra Santos (2010), a relação sujeito/objeto que demarca a ciência moderna sugere o distanciamento entre o sujeito observador e o objeto observado. A crença dos cientistas era de que esse cuidado evitaria a interferência do pesquisador no objeto a ser conhecido. Daí surge o termo e a noção de *objetividade* como método e postulado consagrados pelo pensamento moderno. Associados a esse princípio, supostamente, a investigação alcançaria imparcialidade e neutralidade. A objetividade jornalística advém dessa linha de raciocínio.

Sob outro ângulo, Edgar Morin (1999) assevera que na concepção clássica, a ciência separa, por princípio, fato e valor, e suprime toda a competência ética com a eliminação do sujeito do conhecimento científico. Dessa forma, esforça-se para abolir a responsabilidade do sujeito pesquisador pelo trabalho que realiza. Para o pensador francês, “responsabilidade é noção humanista ética que só tem sentido para o sujeito consciente” (Morin, 1999, p. 117). Este postulado da objetividade *isenta* de responsabilidade ética, portanto, torna-se uma objetividade excludente, que foca *o que e como* o pensamento hegemônico determina.

Num entendimento análogo ao de Santos (2002) sobre a razão indolente já mencionada, que gera distinções e hierarquias, Fabiana Moraes (2022) lembra que – por ser ancorada em princípios universalistas, racializados, generificados, classistas, entre outros – essa objetividade gera a naturalização das diferenças que, por sua vez, são transformadas em desigualdades e acabam por cristalizar modos de vida. “Uma objetividade específica, calcada em uma racionalidade moderna, responsável por formas de ver, valorar, interpretar e enquadrar. Também com capacidade de hierarquizar humanidades, de se transmutar e de persistir” (Moraes, 2022, p. 33). A perspectiva construída nesses moldes, dita objetiva, acaba por reproduzir e produzir desigualdades, preconceitos e violências sociais.

Um contraponto, nesse sentido, é o jornalismo de subjetividade defendido pela autora, um modo de agir que não exclui a importância da apuração. A crítica é à objetividade compreendida como método superior, isento, equilibrado. A discussão sobre objetividade e subjetividade acaba sendo mais complexa do que parece: não trata apenas da subjetividade individual de jornalistas, mas deve se estender a uma democracia que supere o discurso hegemônico, branco, classista e cis-heterossexual, entre outros. Para a pesquisadora, é preciso marcar a subjetividade jornalística a partir de uma leitura crítica na qual não podem escapar escolhas e

apagamentos atravessados por questões de gênero, classe, raça e territórios, especialmente na sociedade brasileira, fruto de processos de genocídio de indígenas e de escravização de populações negras.

Desse modo, o jornalismo de subjetividade privilegia uma matriz interseccional. Isso porque o jornalismo não está só assentado em parâmetros deterministas, positivistas, heterossexistas e cis-sexistas, como também repousa na prática das pessoas que o realizam e que são afetadas histórica e socialmente pelos discursos hegemônicos interiorizados e naturalizados (Moraes, 2022). Assim, Fabiana Moraes (2022) sugere elementos que configuram o jornalismo de subjetividade, articulados em cinco dimensões que serão detalhadas na próxima seção.

Moraes (2022) defende que haja cinco dimensões estruturantes para se pensar, por uma abordagem praxiológica, um jornalismo tido como decolonial: 1) *Reflexividade contínua sobre ensino e prática*, o que requer uma formação regular, tanto técnica quanto hWumana; 2) *Crítica aos valores-notícia*, o que significa fugir dos aspectos mais superficiais dos fatos e desdobrar causas e consequências; 3) *Capacidade criativa/criadora*, ou seja, a apropriação de lógica artística, que consegue, na visão da autora, lidar melhor com a ideia de verdades do que o próprio jornalismo; 4) *Dimensão ativista e sensibilidade hacker*, que critica a ilusão de neutralidade e objetividade como uma isenção que é, por vezes, camuflada por outros interesses; e 5) *Interseccionalidade*, isto é, a observância de outras clivagens sociais e dimensões que ultrapassam e, até certo ponto, determinam um fato.

É pertinente observar que em alguns casos há impossibilidade de reunir todas as dimensões simultaneamente em uma reportagem, e que nem sempre tais características podem ser observadas no produto jornalístico final, de modo que o processo de produção noticiosa parece, se não mais, tão importante quanto a reportagem materializada. Nesse sentido, essas diretrizes podem interferir, por vezes, mais na ação jornalística, isto é, no enfrentamento da pauta, do que no produto final.

A seguir, observamos essas características em sete produtos jornalísticos (seis reportagens e um documentário), reunidos no Quadro 12.1, premiados ou que receberam menção honrosa no 44º prêmio Vladimir Herzog no ano de 2022 e que lidam com questões relacionadas a direitos humanos.

Quadro 12.1 – Materiais jornalísticos que abordam direitos humanos (44º Prêmio Vladimir Herzog – ano 2022)

Título/Referência	Veículo	Resumo
<i>Mortes invisíveis</i> Rossi, Dacau e Guimaraes (2022)	UOL TAB	O material se debruça sobre um tema negligenciado pelo poder público: as valas clandestinas. Aponta ainda a falta de dados oficiais sobre as valas, além da omissão nas investigações de pessoas desaparecidas e identificação de restos mortais.
<i>A rota do tráfico humano na fronteira da Amazônia</i> Pinheiro (2021)	Metrópoles	A repórter percorreu a fronteira do Brasil com Bolívia, Venezuela e Peru na Floresta Amazônica para mostrar como opera o tráfico de seres humanos, violação que integra uma rede criminosa que movimenta US\$ 32 bilhões anualmente.
<i>Cercados e vigiados: PF legaliza seguranças que aterrorizam moradores de antiga usina de açúcar em Pernambuco</i> Souza (2021)	The Intercept Brasil	Apresenta os conflitos entre trabalhadores rurais e uma usina de açúcar. Mostra que a Polícia Federal autorizou a atuação de seguranças privados da empresa e revela como os interesses estão acima das necessidades dos trabalhadores.
<i>Mineração arada: quilombolas barram avanço de empresa inglesa na Chapada Diamantina</i> Camargo e Martinho (2022)	Repórter Brasil	Mostra, via relatos de quilombolas, os danos causados pela mineradora Brasil Iron – que tentou impedir as gravações e, semanas após a publicação, foi interdita – nas comunidades quilombolas de Bocaina e Mocó, onde vivem 150 famílias.
<i>Crianças yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico</i> Hisayasu, Pereira e Oliveira (2021)	Fantástico (Rede Globo)	Apresenta, após uma investigação de duas semanas, a destruição da Floresta Amazônica provocada pela invasão de garimpeiros ilegais no território yanomami. São imagens fortes de desnutrição das crianças, falta de atendimento médico e casos de malária.

<p><i>“Não merecia ser humilhado”; PM arrasta suspeito em moto e recria cena da Escravidão em São Paulo</i> Belarmino (2021)</p>	<p>Fantástico (Rede Globo)</p>	<p>Sob a ótica do racismo estrutural, analisa a imagem de um jovem negro algemado à moto de um PM e arrastado até a delegacia. Incentiva a reflexão sobre a reação de parte da população diante da imagem que debocha da vítima e apoia a ação violenta.</p>
<p><i>Identidade, o direito à vida transvesti</i> Identidade (2021)</p>	<p>ESA-PE e TV Universitária de Pernambuco</p>	<p>O documentário traz relatos das travestis Robyoncé, Fernanda e Heymilly, todas negras, além de Oliver, um homem trans branco. São apontados problemas como a falta de estatísticas (cruciais para a implementação de políticas públicas).</p>

Fonte: Prêmio Vladimir Herzog, adaptado de Premiados... (2022).

Na primeira dimensão, Moraes (2022) defende o exercício de uma criticidade contínua sobre o pensar-fazer no jornalismo, que seja capaz de acompanhar os fenômenos sociais, observando frestas possíveis, ainda que em um contexto capitalista, para romper com representações violentas, prejudiciais às vidas de pessoas e grupos (Moraes, 2022). Nesse sentido, seria preciso ultrapassar a técnica e o mero relato de fatos, e olhar com atenção para a pluralidade de povos e saberes. “Os significados sociais, culturais e políticos não devem ser escondidos sob o discurso da técnica” (Moraes, 2022, p. 112). Embora haja limites para que possamos compreender como se estrutura o pensar-fazer jornalismo via conteúdo das reportagens – uma vez que a identificação dessa dimensão exigiria, metodologicamente, noções acerca de como as equipes que assinam os materiais compreendem tal processo, se preparam e executam as abordagens realizadas –, buscamos pinçar ações de rompimento de representações violentas.

Demarcadas as limitações, pudemos inferir que a disposição para escolhas de temas de interesse público e relacionados diretamente à dignidade humana indica que tais profissionais se mostram engajados no compromisso social ensinado durante a formação, que é a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. Isso nos permite entender que os sete produtos jornalísticos foram pensados e construídos, em maior ou menor grau, de veículos tidos como alternativos aos considerados hegemônicos, a partir de uma reflexividade entre o que foi aprendido e o que é (ou

deveria ser) praticado. Nosso entendimento é de que a mediação de episódios de violência sofridos por grupos socialmente vulneráveis – sem recorrer ao sensacionalismo, prática recorrente da imprensa – corrobora o enfrentamento à objetividade excludente, de gênese nortecêntrica, diretriz presente nos materiais selecionados.

A autora chama a atenção aos critérios noticiosos que baseiam o ensino do jornalismo e a sua prática profissional até os dias atuais, moldados pelo racismo, classicismo, cissexismo e machismo. Por trás de um discurso sobre objetividade se esconde uma ligação às exigências empresariais e organizacionais que interessam às instituições. Esse discurso contribui para que prevaleça a noção de objetividade no jornalismo, construída por meio de estruturas epistêmicas racializadas, patriarcais, excludentes e desumanizadoras (Moraes, 2022). Como ressalta a autora, a objetividade jornalística e os valores-notícia podem funcionar com pesos bem distintos para grupos, nações e populações.

A reportagem *Mortes invisíveis* (Rossi; Dacau; Guimarães, 2022) apresenta marcas que correspondem a esse elemento, uma vez que, ao falar sobre as valas clandestinas e a “não existência” de quem acaba nelas, denuncia uma sequência de violação aos direitos humanos e lança um olhar crítico a um tema negligenciado pelo poder público. Já a reportagem *A rota do tráfico humano na fronteira da Amazônia* (Pinheiro, 2021) visibiliza, via denúncia, a vulnerabilidade em que se encontram as vítimas desse tipo de crime que cria uma rede bilionária de exploração. Esse movimento da reportagem valoriza sentimentos e coloca as subjetividades dos personagens no centro da narrativa, o que os humaniza e, por conseguinte, os retira do campo da não existência. Em *Cercados e vigiados* (Souza, 2021), a crítica aos valores-notícias hegemônicos aparece com a revelação da contaminação e assoreamento da nascente do Bebedouro. Além dos danos ambientais, a poluição prejudicou o abastecimento de água nas comunidades quilombolas de Bocaina e Mocó, na Bahia, onde vivem 150 famílias, resultando em diversos problemas de saúde.

Já em *Não merecia ser humilhado* (Belarmino, 2021), observamos que a reportagem recorreu ao pesquisador Silvio de Almeida (atualmente, ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania) para auxiliar a análise e discussão sobre o caso abordado. A busca por um especialista que é

referência na área dos direitos humanos indica a disposição em debater a temática respeitando tais preceitos, valorizando outras vozes para além das institucionais, como a da polícia.

Dos exemplos é possível observar a permanência e a ruptura com alguns critérios substantivos de seleção elencados por Traquina (2005). Questões como *morte*, *novidade*, *notabilidade* (isto é, a qualidade de se tornar visível), *conflito* e *infração* permaneceram recorrentes. Já outros materiais apresentam eminentes rupturas com critérios de noticiabilidade: *notoriedade* da pessoa e/ou grupo social envolvido (ponto usual em todos os materiais); *proximidade*, partindo da presunção de que esse critério é valorativo na medida em que lida com grupos geográfica e, em alguns casos, culturalmente distantes do modelo de vida hegemônico dos grandes centros urbanos do país; e *inesperado*, exceção feita a Belarmino (2021), cuja pauta parte de um vídeo viralizado nas redes sociais, presente em todos os materiais.

Esta dimensão compreende o campo das artes – como literatura, artes visuais, cinema, documentário e performance – como um espaço privilegiado para o exercício da prática informativa. Para Moraes (2022, p. 139), “a arte consegue lidar melhor com a ideia de verdades do que o ambiente do jornalismo”. Sendo assim, a produção artística constitui uma alternativa do jornalismo com o seu entorno, tanto para restaurar credibilidade quanto para alcançar uma audiência mais ampla.

Esta abordagem corresponde ao que Cremilda Medina (2003, p. 62) chamou de “o gesto inspirador da arte”. Para a autora luso-brasileira, “os artistas percebem como poucos os significados mais profundos do estar no mundo. Em sua sintonia fina, despoluída conceitualmente, tocam a aventura humana, agarrando o desejo coletivo de uma outra história”. Tal perspectiva, embora considerável, foi observada de forma tímida nas reportagens, embora seja possível identificarmos em todas elas algumas marcas desse elemento, materializadas, sobretudo, em estratégias narrativas voltadas, potencialmente, à identificação e ao engajamento do público.

A autora critica ilusões relativas à neutralidade e à objetividade. Essa ideia de isenção, explica, é, por vezes, camuflada por interesses empresariais, políticos e ideológicos. Nessa linha, o ativismo não deve ser compreendido como um ato de legitimidade para a ausência de rigor na apuração, mas como um recurso potencializador do jornalismo. Moraes (2022) lembra que o engajamento jornalístico é frequentemente associado à militância e/ou ativismo, num tom de crítica e denúncia à falta de objetividade jornalística. O termo *sensibilidade hacker*, de acordo com ela, está relacionado à produção reflexiva do material noticioso, e é capaz de produzir contranarrativas e desestabilizar naturalizações. Ao considerar o jornalismo como produtor e reproduzidor de violências raciais, a autora propõe uma prática *hacker* que precisa ser, simultaneamente, reflexiva e engajada:

Na subjetividade que entende a prática ativista como pertinente ao jornalismo – aquele que procura informar para além do senso comum e que tem como um dos propósitos a possibilidade de restauração de humanidades – não se nega a tomada de “um lado” (Moraes, 2022, p. 159).

Acreditamos que esse é um elemento que perpassa todas as reportagens observadas, uma vez que percebemos traços de um denso processo de investigação, apuração e mobilização dos dados e fontes. A escolha por desenvolver pautas acerca de temáticas urgentes, sensíveis e que denunciam violações de direitos humanos – fazendo uso de diversos recursos, como imagens, trilhas sonoras, fotografias, infográficos e ilustrações – demonstra que essas produções estão preocupadas em defender um lado, o das pessoas e/ou grupos sociais em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, é possível identificar marcas do engajamento profissional no compromisso com uma abordagem sensível e preocupada com a defesa dos direitos humanos.

As reportagens recorreram a dados, documentos, fontes especializadas e, principalmente, deram espaço aos personagens. Como em *Identidade, o direito à vida transvesti* (Identidade, 2021), documentário no qual não existe narração em *voz over*, um recurso bastante combatido em produções documentárias contemporâneas porque costuma trazer alguns problemas, como a presença de uma voz desincorporada do todo da narrativa (Puccini, 2012) – conseqüentemente, mais poderosa, destoante das demais. Dito isso, na referida produção, as personagens relatam como é viver às margens da sociedade. O público, como explicam Gould e Rocha (2021), tem acesso a fragmentos biográficos das personagens, que ocupam posições discursivas

e se apresentam como sujeitos múltiplos. “Essas posições são relevantes na busca pelo entendimento de como se constrói o que é dito, algo crucial para o exame de um possível apelo ao sensível” (Gould; Rocha, 2021, p. 111).

Já *Mortes invisíveis* (Rossi; Dacau; Guimarães, 2022) se apresenta como um material de qualidade na apuração e com diversidade de fontes que atuam na área da temática abordada, como um pesquisador do setor de segurança pública há 18 anos, da Universidade de Cambridge, a promotora do programa de desaparecidos do Ministério Público do Estado de São Paulo, além de professores com reconhecida competência vinculados a universidades brasileiras. A reportagem consiste em extenso material que contém vídeo, gráficos, fotos e diversos textos em *links* separados. Em *A rota do tráfico humano na fronteira da Amazônia* (Pinheiro, 2021), a equipe do *Metrópoles* percorreu ou viajou por rios, estradas clandestinas e trilhas na mata de quatro países (Brasil, Bolívia, Venezuela e Peru) por onde os traficantes transportam de forma silenciosa as pessoas que serão exploradas, principalmente na prostituição e no trabalho escravo. A produção se dedica a ouvir personagens e a registrar como essas pessoas têm seus direitos violados. Na reportagem *Não merecia ser humilhado* (Belarmino, 2021), o repórter humaniza o jovem quando colhe os depoimentos da irmã e da namorada deste. Elas – e o próprio rapaz, que redigiu um bilhete da cadeia no qual trazia o trecho “Cometi um erro, mas não merecia ser humilhado” – admitem que o jovem cometeu uma falha, mas que isso não teria relação, muito menos justificaria a ação do agente policial. O jornalista foi cuidadoso ao adotar postura que já debatemos em outros escritos, como o respeito às diferenças, também evitou prejulgamentos e a reprodução de preconceitos e estereótipos (Ijuim, 2017). Diante da observação de Gould e Rocha (2021) de que é preciso encontrar formas de humanizar que não falhem por romantizar os personagens, o material parece cumprir com uma premissa importante de humanização:

Não adianta querer ou propagar empatia por outro ser humano se essa empatia está vinculada à doce ilusão de um ser humano só imagem, sem erros, sem história. A empatia é um investimento onde estão incluídos carne, osso, dor e decepção (Valois, 2020, s.p.).

Por último, Moraes (2022) defende que é crucial abarcar produções jornalísticas para além de uma postura cisgênero. A autora reflete sobre a importância da perspectiva interseccional na prática jornalística respaldada pelas contribuições de Patricia Hill Collins, pensadora estadunidense para quem a matriz da interseccionalidade busca analisar as desigualdades sociais geradas por camadas de discriminação pelas quais diversos grupos estão submetidos, bem como enxergar problemas sociais derivados do colonialismo, do racismo, do sexismo e do nacionalismo como interconectados.

Portanto, parâmetros enviesados de objetividade acabam por delimitar uma objetividade excludente assentada sobre uma base colonial, cientificista e de poder baseada na hegemonia nortecêntrica que, de maneira peculiar na América Latina, segundo Quijano (2005), constituiu um espaço/tempo num processo para o desenvolvimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. A particularidade latino-americana, naturalmente, incide sobre o jornalismo praticado no Brasil.

As marcas desses elementos surgem de forma recorrente nas reportagens selecionadas. De modo geral, raça e classe são marcadores sociais que apareceram nas narrativas jornalísticas observadas nas reportagens *Mineração arada: quilombolas barram avanço de empresa inglesa na Chapada Diamantina* (Camargo; Martinho, 2022), *Cercados e vigiados* (Souza, 2021) e *Não merecia ser humilhado* (Belarmino, 2021).

Dentre as demais, destacamos *A rota do tráfico humano na fronteira da Amazônia* (Pinheiro, 2021), que aborda não somente o tráfico para fins de exploração, mas também salienta que entre os grupos vulneráveis encontram-se crianças meninas, ou seja, classe, gênero e geração se interseccionam de modo a deixá-las ainda mais expostas a esse crime. Outra reportagem que evidencia os marcadores sociais que atravessam os corpos de seus personagens é *Crianças yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico* (Hisayasu; Pereira; Oliveira, 2021), que lança um olhar para a negligência do Estado na proteção aos direitos de crianças indígenas, o que denuncia a vulnerabilidade de grupos sociais que interseccionam raça/etnia, classe e geração. E, por fim, o documentário *Identidade, o direito à vida transvesti* (Identidade, 2021) que, ao trazer os relatos das travestis Robyoncé, Fernanda e Heymilly, todas negras, dá visibilidade às pessoas que muitas vezes são estigmatizadas em razão de suas identidades de gênero.

Este trabalho é fruto de reflexões coletivas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor/UFSC). Entendemos que a prática jornalística exercida incorpora valores do norte global que excluem a pluriversalidade presente em nossa cultura, o que, muitas vezes, acaba por reforçar a exclusão e a estigmatização de grupos sociais. Nesse sentido, influenciados pelo pensamento decolonial, que procura romper com lógicas hegemônicas de enxergar e interpretar o mundo, empreendemos o esforço de pensar em possibilidades de um jornalismo que seja exercido a partir do reconhecimento e da valorização dos indivíduos, sobretudo no Brasil, um país secularmente marcado por densas e violentas formas de desigualdade. A midiaticização de temas jornalísticos precisa, em nossa opinião, reconhecer marcas deixadas pela colonização (ainda muito vivas) na nossa sociedade.

Assim, com base nas contribuições de Santos (2007), que nos lembra que alguns indivíduos são apenas objetos do discurso de direitos humanos e não sujeitos de direitos, propusemo-nos a identificar de modo exploratório – em sete produções jornalísticas que tratam de temas ligados às violações de direitos humanos premiadas ou que receberam menção honrosa no 44º Prêmio Vladimir Herzog – as marcas dos cinco elementos estabelecidos por Moraes (2022): 1) *Reflexividade contínua sobre ensino e prática*; 2) *Crítica aos valores-notícia*; 3) *Capacidade criativa/criadora*; 4) *Dimensão ativista e sensibilidade hacker*; e 5) *Interseccionalidade*.

Em contraste com o viés meritório que as premiações costumam causar, nossa intenção foi identificar nessas boas práticas marcas de um jornalismo de gênese decolonial que nos parecem, primeiro, fundamentais, depois, viáveis. Por meio das cinco dimensões trabalhadas por Moraes (2022), foi possível, então, verificar a existência de produtos jornalísticos atentos aos aspectos multiculturais e comprometidos com a defesa da dignidade humana e, conseqüentemente, com a ética.

Como temos considerado desde reflexões anteriores sobre o assunto, se o jornalismo é um pensar/fazer para a produção de conhecimento (notícia), a dignidade humana deve ser compreendida como um conceito ético, entendendo-se ética enquanto visão de mundo que determina nossas escolhas para esses fazeres, assim como o que queremos conhecer (Russel, 1977) e como conhecemos – epistemologia (Bombassaro, 1992). Esse componente ético-epistemológico estipula o que visualizamos como pauta e como a lemos, assim como quem são as fontes, que perguntas fazemos a elas, quais narrativas produzimos em nossas notícias.

Esse componente ético-epistemológico, inerente a cada profissional, precisa ser decolonizado de modo que as múltiplas dimensões dos direitos humanos sejam reconhecidas, percebidas e incorporadas. Portanto, podemos inferir que para humanizar o jornalismo há que humanizar o jornalista, repensar a prática e intensificar a práxis. Em outras palavras, defendemos uma postura praxiológica atenta ao espaço social, em que processos reflexivos e dialógicos atuem na decolonização e, a partir de seu potencial transformador, incorporem as marcas de um jornalismo de subjetividade atento à proteção dos direitos humanos.

Referências

- BOMBASSARO, L. C. *As fronteiras da epistemologia: como se produz o conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- COMPARATO, F. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINES, A. *O papel do jornal e a profissão de jornalista*. 9. ed. São Paulo: Summus, 2009.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Trad. Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GONZALEZ, L. A democracia racial: uma militância. *Arte e ensaios*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 222-225, 2000.
- GOULD, L.; ROCHA, V. R. O uso social dos afetos: um olhar sobre o jornalismo sensível na era da desinformação. *Comunicologia*, v. 14, n. 1, p. 102-121, 2021.
- HUDEC, V. *O que é jornalismo?* Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo(?). *Verso e Reverso*, v. 31, n. 78, p. 235-243, 2017.
- KHATIBI, A. Maghreb plural. In: MIGNOLO, W. (comp.). *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 61-72, jun./dez. 2008.
- MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 31, p. 75-97, jan./abr. 2016.

- MALDONADO-TORRES, N. Da colonialidade dos direitos humanos. In: SANTOS, B. S.; MARTINS, B. S. (org.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Epistemologias do Sul, v. 2).
- MEDINA, C. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDINA, C. *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.
- MERTON, R. K. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MORAES, F. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração universal dos direitos humanos*. Paris: 1948. Disponível em: <https://bit.ly/2zcGcC5>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3yTzJKO>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- PIRES, T. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.
- PREMIADOS do 44º Prêmio Vladimir Herzog. *Prêmio Vladimir Herzog*. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3FALSHY>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- PUCCINI, S. *Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO, set. 2005. p. 227-278. Disponível em: <https://abre.ai/id53>. Acesso em: 1 out. 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.
- RUSSEL, B. *Ética e política na sociedade humana*. São Paulo: Zahar, 1977.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAAD, E. Reflexões sobre ontologias jornalísticas no contexto de desinformação e crises sistêmicas. *Fronteiras: estudos midiáticos*, v. 23, n. 2, p. 58-72, 2021.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 232-280, out. 2002.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: <https://abre.ai/id7q>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, B. S. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, n. 2, p. 10-18, 2009.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S.; MARTINS, B. S. (org.). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Epistemologias do Sul, v. 2.)

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

VALOIS, L. C. A frágil empatia do Fantástico show da prisão. *Brasil de Fato*, [S. l.], 10 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FzSR3W>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Reportagens selecionadas do Prêmio Vladimir Herzog

BELARMINO, G. “Não merecia ser humilhado”; PM arrasta suspeito em moto e recria cena da Escravidão em São Paulo. *Fantástico*, 5 dez. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/3Z78SWk>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMARGO, D.; MARTINHO, F. Mineração arada: quilombolas barram avanço de empresa inglesa na Chapada Diamantina. *Repórter Brasil*, 18 maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LBwFue>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HISAYASU, A.; PEREIRA, A.; OLIVEIRA, V. Crianças yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico. *Fantástico*, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/40kjt7G>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IDENTIDADE, o direito à vida transvesti. Direção de Silvia Bessa. [S. l.]: ESA-PE e TV Universitária-PE, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Jrcgpa>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PINHEIRO, M. A rota do tráfico humano na fronteira da Amazônia. *Metrópoles*, 8 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3TtGYm2>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSSI, A.; DACAU, J.; GUIMARÃES, S. P. Mortes invisíveis. *UOL TAB*, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ltwPZZ>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUZA, A. de. Cercados e vigiados: PF legaliza seguranças que aterrorizam moradores de antiga usina de açúcar em Pernambuco. *The Intercept Brasil*, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ZUIVKC>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Ética do engajamento jornalístico na era digital¹

Carlos Camponez

A criação dos *penny press* está na base da fundação do jornalismo moderno (Neveu, 2009; Muhlmann, 2004; Schudson, 2010), que teve por base projetos jornalísticos como *The New York Sun* (1833) e *The New York Herald* (1836), nos Estados Unidos. Esse “novo” jornalismo está também na base de uma nova normatividade, de novos valores e de uma nova legitimidade pública que constituíram aquilo a que poderíamos chamar o pacto comunicacional do jornalismo moderno.

A ideologia jornalística nascente construiu-se em torno do pressuposto de que é possível contar os acontecimentos com verdade a partir dos fatos narrados de forma rigorosa, precisa e objetiva, do pressuposto de que as opiniões e as notícias adquirem preponderância sobre os editoriais. Esse ideal de verdade está na origem de valores deontológicos como rigor, objetividade, imparcialidade, honestidade (Muhlmann, 2004, p. 10) e cruza-se com as pretensões da cientificidade e do positivismo no século XIX. Nesse sentido, como afirma Cornu, “a objetividade é filha da modernidade” (Cornu, 1994, p. 358). Subjacente a esses pressupostos está outra noção central do jornalismo, intimamente ligada à emergência das democracias e do desenvolvimento do capitalismo (Chapman, 2008): a de público. Não falamos aqui do círculo de leitores fiéis de um jornal de opinião, mas da noção desenvolvida pelos *penny press* de um público transversal, pretensamente visando “todas as classes sociais” (Chapman, 2004, p. 32). Nas palavras de Gabriel Tarde, um público “indefinidamente extensível”, que constituirá o “grupo social do futuro” em resultado desse

¹ O texto respeita, no essencial, o português de Portugal, mas algumas palavras e expressões foram ajustadas, procurando ir ao encontro do público brasileiro.

“feixe de três invenções mutuamente interauxiliares – imprensa, caminhos de ferro e telégrafo” (Tarde, 1991, p. 19).

Nesse contexto, a sobriedade da narrativa e o relato dos fatos aparecem como o elemento agregador, capaz de juntar pessoas que precisam de informação para compreender o mundo que as rodeia (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 153). É a esse público que Walter Williams, jornalista e fundador do primeiro curso de jornalismo, na Universidade do Missouri (EUA), dedica as primeiras palavras do “Credo dos jornalistas”, de 1908, que foi um documento de referência em muitas redações do mundo, onde se afirma: “Creio que o jornal público é um dever público; em que todos com ele relacionados, na medida plena das suas responsabilidades, são fiéis depositários da confiança do público; e que a aceitação de um serviço menor que o serviço público é uma traição deste dever”. Com efeito, a necessidade de um serviço de informação verídica para um público diverso e plural revelar-se-á basilar para o processo de construção do jornalismo como profissão. O jornalismo profissional constitui, por si, uma forma de fechamento da atividade, ainda que nunca verdadeiramente concluída (Cornu; Ruellan, 1993), em particular em relação aos intelectuais e homens de letras, cada vez mais vistos como intrusos nas redações (Jones, 1980, p. 12).

Subjetividade e objetividade narrativa, proximidade e distanciamento serão, pois, termos de uma dualidade com implicações vastas no jornalismo. Isso tem por trás também razões epistêmicas e ético-filosóficas. Sendo o nosso objetivo pensar a questão do engajamento jornalístico na era digital em causas públicas, propomo-nos a analisar esta questão a partir de três tópicos: 1) a ética jornalística; 2) a “epistemologia” do jornalismo; 3) as transformações do jornalismo em curso no novo ecossistema midiático. Antes, porém, começaremos por tratar do contexto desse debate no jornalismo.

A natureza inovadora da transformação do denominado jornalismo de opinião para o jornalismo de informação, no século XIX (Brin; Charron; Bonville, 2004), é bem evidenciada por Daniel Bounoux ao recordar-nos que “nem sempre a informação foi um valor, nem o jornalista uma profissão”. Acrescenta Bounoux a este propósito:

No seio da grafosfera,² a grande imprensa e a reportagem tiveram de se destacar da literatura e só emergiriam lentamente. Ao reler certas polêmicas, ficamos tocados pela resistência, desprezo mesmo, que inspira os excelentes espíritos do século XIX o simples projeto de informar os seus contemporâneos. A própria noção de informação, valor para nós evidente, tem dificuldade de se separar de uma matriz intelectual para quem as funções de tribunos da polêmica, da influência, do comentário e do estilo elevado se sobrepõem em muito à decisão inferior e trivial de *reportar os fatos*. Durante muito tempo a profissão de informar, sem mais, é considerada como uma mutilação intolerável (Bougnoux, 2006, p. 82).

Michael Schudson, em *Descobrimdo a notícia*, mostra como a narrativa dos fatos era entendida como uma aprendizagem difícil para os jornalistas e repórteres norte-americanos. Com efeito, essa aprendizagem tinha subjacentes duas implicações: se, por um lado, implicava a fuga ao “embelezamento imaginativo”, por outro lado, implicava “uma distinção mais rígida” entre notícias e opiniões (Schudson, 2004). Ambos os procedimentos, tinham a vantagem de serem muito úteis à nova economia da imprensa emergente. As descrições verdadeiras, objetivas e honestas permitem uma diversidade de públicos capaz de reunir uma pluralidade de pessoas em torno de um certo ecumenismo dos fatos e da informação rigorosa. Essa forma de contar os acontecimentos tanto representa uma nova técnica de construção narrativa quanto é a expressão de uma estratégia de um novo modelo de negócio da imprensa capitalista em ascensão (Muhlmann, 2004, p. 8). Desse modo, ao efeito aglutinador dos públicos em torno de notícias distanciadas e *fatualizadas* contrapõe-se o risco de desagregação dos leitores provocada pelas narrativas editorializantes e pelas opiniões divergentes, considerada indesejada pela nova imprensa comercial e pela publicidade.

² Grafosfera por referência a midiosfera, um conceito criado pelos “*médiologues*” franceses – de que Bougnoux faz parte. Os midiólogos trabalham a história humana a partir das suas experiências e criações técnicas. Desse modo, é possível pensar quatro midiosferas na história da humanidade: a logosfera dominada pela oralidade, não obstante o papel da escrita; a grafosfera, marcada pelo poder simbólico da imprensa; a videosfera, onde os meios audiovisuais preponderam sobre os restantes; e a hiperesfera, marcada pela centralidade das conexões, das interações e das redes, de que a internet e as mídias digitais são uma das expressões (Merzeau, 1998).

Uma discussão mais problematizada acerca da objetividade jornalística pôs a nu os limites do “empirismo ingênuo” (Schudson, 2004, p. 16) e da “indigência epistêmica” (Muhlmann, 2004, p. 11-12) dos jornalistas do final do século XIX. Para tal situação contribuiu a crítica realizada à cobertura noticiosa da Primeira Guerra Mundial e, na segunda metade do século XX, o crescente interesse das empresas midiáticas pelo entretenimento.

Não obstante o desenvolvimento de uma visão crítica sobre essas separações e as nuances que elas tiveram na história do jornalismo, Schudson mostra como elas se mantiveram até os nossos dias como paradigmas que nunca foram verdadeiramente ultrapassados, surgindo recorrentemente como visões problemáticas entre si. Em causa está, por um lado, o que denomina por jornalismo informativo – supostamente mais distanciado, rigoroso e menos subjetivo; por outro lado, o jornalismo narrativo – visto como tendencialmente mais empenhado, crítico e no qual se fundam tradições como o *new journalism* dos anos 1960 (Schudson, 2004, p. 107-108).

Sandrine Lévêque, em *Journalistes engagés*, sustenta que essas divisões no jornalismo contemporâneo foram potenciadas pelas mídias digitais como “indicadores da exacerbação (provisória?) da luta entre duas definições da profissão”: por um lado, a perspectiva que “procura impor a representação de um jornalista livre de todas as amarras, relator dos fatos brutos e da realidade” e, por outro lado, a do jornalista como “auxiliar da democracia, defendendo um projeto de sociedade, em suma um jornalismo de combate, encarregado de esclarecer o povo, inclusive defendendo as suas próprias ideias” (Lévêque; Ruellan, 2010, seção Introduction, parágrafo 4, s.p.).

Na discussão sobre o impacto no jornalismo das tecnologias da era digital, Stephen J. A. Ward considera inevitável pensar também em novos valores éticos e deontológicos dos jornalistas que respondam aos desafios colocados pelo atual ecossistema midiático. Em 2013, identificou cinco aspectos que no seu entender devem ser acompanhados por uma nova reflexão ética: 1) o jornalismo realizado em novos espaços que não as redações tradicionais; 2) o uso responsável das novas mídias; 3) a discussão sobre conceitos-chave como “comentário informado”, “análise perspicaz” e “boa interpretação”; 4) o jornalismo ativista; 5) e o jornalismo democrático global (Ward, 2013).

Em *Ethical journalism in a populist age: the democratically engaged journalist* (Ward, 2019a) e em *Objectively engaged journalism: an ethic* (Ward, 2019b), Stephen Ward trabalha o conceito de jornalismo “objetivamente

engajado” no projeto de uma democracia global. Um jornalismo objetivamente engajado visa responder a um conjunto de dualismos aprofundados pelo jornalismo moderno, tais como objetividade/subjetividade. Para Ward, esse dualismo tem reflexo nas formas como os jornalistas tratam os acontecimentos: nas atitudes dos jornalistas (neutralidade/envolvimento; distanciamento/proximidade); na forma como observam os acontecimentos (observação/interpretação; factualidade/julgamento); e no modo como os descrevem (fatos/opiniões). Reconhecendo que o envolvimento jornalístico pode causar problemas na distorção dos fatos (Ward, 2019b, p. 186), o autor salienta também que os fatos precisam de um complemento interpretativo, numa abordagem que não pode deixar de evocar a expressão celebrizada pelo relatório Hutchins, segundo o qual “não basta relatar os fatos com verdade, é necessário dizer a verdade sobre os fatos” (The Commission on Freedom of the Press, 1947, p. 22). O engajamento jornalístico defendido por Ward situa-se entre os extremos da “defesa partidária e [d]a neutralidade minuciosa” (Ward, 2019b p. 187). Mas é mais do que isso:

Na minha opinião, jornalistas engajados devem ter como objetivo final a proteção e o avanço da democracia global, em prol do florescimento humano e da justiça social. Faço da democracia o fim geral do jornalismo porque é uma condição para a livre investigação, a igualdade e o progresso humano. Precisamos de uma ética para um jornalismo democraticamente engajado que possibilite um público participativo. O jornalismo engajado democraticamente não é um suporte para qualquer tipo de democracia. Não deve apoiar uma democracia populista onde os demagogos usam as mídias para se apresentarem como homens “fortes” do povo; e por isso o jornalismo não deve apoiar uma forma elitista de democracia. A democracia que tenho em mente é uma democracia representativa, liberal, plural e igualitária. Isto é, aberta e participativa em impulso e estrutura, com proteção Constitucional das minorias contra a tirania das maiorias. Uma democracia plural e igualitária é baseada no estado de direito, na divisão de poderes, no interesse público, no governo transparente e em liberdades fundamentais para todos. O processo de uma democracia plural é robusto, baseado no conhecimento, no diálogo respeitoso, na vontade de compromisso para com o bem comum e pronta para testar (e modificar) a nossa visão parcial do mundo (Ward, 2019b, p. 186-187).

O engajamento com a democracia, em particular com uma democracia robusta, igualitária, deliberativa e dialógica, coloca-se a Ward (2019b, p. 213) como decorrente das ameaças do regresso de formas políticas autoritárias, que, no mínimo, souberam aproveitar uma série de derivas comunicativas associadas ao ecossistema digital. A proposta tem a perspicácia de perceber não só o potencial ameaçador que todas essas formas de autoritarismo podem ter para o exercício livre do jornalismo, como também procura perceber quais os procedimentos já existentes no jornalismo que podem contribuir para melhorar e preservar um projeto de democracia global.

A abordagem de Ward não deixa também de nos remeter para um problema sensível que o ideal de objetividade do jornalismo moderno nunca conseguiu resolver: o fato de ser e narrar estarem intimamente imbricados numa profissão que faz do relato dos acontecimentos a sua principal razão de existir. Disso já nos falava de forma muito clara a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1929, no seu Relatório sobre as *Condições de trabalho e de vida dos jornalistas* e que não será de mais recordar aqui:

O jornalista não é apenas uma pessoa que ganha a vida; geralmente, é também uma pessoa que tem opiniões ou convicções que utiliza no seu trabalho. Enquanto noutras profissões, as opiniões políticas, as convicções religiosas podem ser completamente separadas da prática profissional, podendo nós sermos considerados conservadores ou progressistas sem que daí resulte alguma consequência para a forma como fabricamos um relógio, curamos doentes ou construímos uma ponte, as opiniões e as convicções de um jornalista são, na maior parte dos casos, um dos elementos constitutivos da sua atividade. [...] O apego que qualquer pessoa tem pelas suas convicções e o respeito que cada um deve às ideias dos outros conferem ao jornalista uma nobreza indiscutível, ao mesmo tempo que o expõem perante riscos reais. Com efeito, mais do que as crises económicas, as crises que estalam no domínio das ideias atingem cruelmente o jornalista no seu ganha-pão (*apud* Jones, 1980, p. 12-13).

Existe, no entanto, uma diferença entre a proposta de Ward e a caracterização do jornalismo realizada em 1929, pela OIT. A democracia estava nessa altura longe de ser um regime político capaz de reunir a aceitação que viria a adquirir a partir da Segunda Guerra Mundial e da Queda do Muro de

Berlim. Perante visões diferenciadas acerca da natureza dos regimes políticos, as lutas ideológicas refletiam-se no seio das redações, situação muito bem evidenciada nos momentos de transição política em várias revoluções (Downing, 2002). A definição da OIT tem a força de evidenciar como o envolvimento de cidadãos na vida pública não está totalmente separado da forma como esses mesmos cidadãos assumem o papel de jornalistas e nele colocam perguntas, levantam questões e narram acontecimentos.

Quer a reflexão jornalística acerca do que significou a cobertura jornalística dos fatos durante a Primeira Guerra Mundial (Traquina, 2002, p. 140-143), quer o pensamento filosófico, em particular os contributos da filosofia da linguagem (Rorty, [1967] 1998), acabaram por revelar a ingenuidade do jornalismo ao acreditar na possibilidade da verdade e da objetividade construídas a partir da noção do relato “factual” dos acontecimentos, iludindo o sujeito da narrativa. Aos jornalistas talvez seja aplicável também a situação dos filósofos, quer na tentação platônica de “expulsar os artistas da cidade justa, segundo a universalidade das ideias”, quer no esforço dos filósofos pós-nietzschianos de evidenciar o individual e o contingente (Bello, 1998, p. 10). Segundo Rorty, nesse esforço de substituir a opinião pelo conhecimento, criou-se a convicção de que “cada filósofo rebelde tenha pretendido estar ‘ausente de pressupostos’ embora nenhum o tenha conseguido” (Rorty, [1967] 1998, p. 48). Esse problema filosófico atravessa com toda a clareza a expressão do estatuto editorial do *Jornal de Notícias*, um histórico diário português publicado no Porto, desde 1888, quando, após a Revolução de 25 de abril de 1974, se definiu editorialmente empenhado numa “informação honesta e objetiva”, acrescentando na mesma frase: “propósito que só se considera possível se identificado com a defesa dos interesses das classes trabalhadoras, assim como, na medida em que sejam conciliáveis com aqueles, dos interesses da pequena indústria, do pequeno comércio e da pequena lavoura” (*apud* Gomes, 2006, p. 245). A história do jornalismo deste período, em Portugal, mostrou o quão embaraçante foi para o *Jornal de Notícias* e para muitos outros jornais da altura a amálgama entre verdade, objetividade, factualidade e convicção política.

Verdade, objetividade, convicções e engajamento são polos que dividem o jornalismo moderno, mas cuja origem evoca dilemas ético-filosóficos que lhes são muito anteriores. Se nos ativermos às abordagens que procuram pensar uma ética do jornalismo a partir dos paradigmas ético-filosóficos, verificaremos como essas questões estão muito presentes. Não obstante as tentativas de pensar o jornalismo a partir de uma ética kantiana do dever, ou de uma ética aristotélica das virtudes, ou mesmo do pensamento utilitarista, para apenas citarmos alguns exemplos, fica a ideia de que os autores que com mais propriedade tratam dessa matéria defendem para o jornalismo uma espécie de ética do meio, numa tentativa de estabelecerem um compromisso entre diferentes paradigmas. Assim, Edmund Lambeth defende para o jornalismo uma ética deontológica de “regra mista”, que valorize os princípios, mas que também seja capaz de aceitar compromissos quando existem situações conflitantes (Lambeth, 1992, p. 33).

John Merrill fala de uma “deontélica apolonisíaca”. Por um lado, o conceito de deontélica junta as propostas das éticas deontológicas – inspiradas em Kant e em conceitos como deveres e princípios de sentido universalista – e teleológicas – inspiradas em Aristóteles e numa ética das virtudes de pendor comunitarista. Por outro lado, a ética “apolonisíaca” evoca os deuses gregos Apolo e Dionísio, numa tentativa de conciliar no perfil de jornalista um sujeito que pensa e sente, que se preocupa com os fatos, mas também com os sentimentos, conjugando conceitos como liberdade individual, racionalidade e compromisso. Estas propostas encontram toda a sua expressão no conceito “mutualismo ético”, procurando juntar o melhor dos mundos dos diferentes paradigmas (Merril, 1997, p. 214-215). Marc-François Bernier, referindo-se ao jornalismo, fala de uma “ética um pouco situacional” ou de uma “ética do embaraço”, capaz de permitir responder aos dilemas suscitados pela complexidade dos casos reais e cotidianos que desafiam as “boas velhas regras” (Bernier, 1994, p. 99). Patterson e Wilkins (2014, p. 16), embora sem se posicionarem acerca de uma maior legitimidade de uma qualquer corrente ética relativamente ao jornalismo, não deixam de salientar a importância da sua relação com a realidade ou, na letra de Johannesen, Valde e Whedbee (2008, p. 237), com a natureza flexível dos contextos comunicacionais culturalmente diferenciados. O trabalho editado por Ward e Wasserman (2010) reúne vários textos numa discussão acerca dessas diferentes visões éticas, em que perpassa a tentativa de encontrar compromissos entre elas. Servirá, pois, este arrazoado para

salientar o fato de as diferentes abordagens éticas sobre o jornalismo sublinharem a complexidade de situações que se colocam ao exercício da profissão e aconselharem uma atitude prudencial, que não descarte nenhuma das possibilidades, mas que as recupere no que denominamos de uma ética do meio ou uma ética do compromisso.

Independentemente de outras razões inerentes ao próprio campo ético-filosófico, uma das razões que explicam esse impasse prende-se com a própria natureza do discurso jornalístico, com o caráter do seu conhecimento e com os métodos com que pretende dar a conhecer o mundo.

Barbie Zelizer fala dos jornalistas como uma “comunidade interpretativa” constituída a partir de um “discurso que estrutura a recolha de acontecimentos segundo agendas em evolução e que estabelece padrões de ação em constante mudança através dos quais os jornalistas agem no momento presente” (Zelizer, 2000, p. 52). Essa comunidade interpretativa faz dos jornalistas mais do que simples narradores de “um primeiro esboço grosseiro da história”, capaz de fundar a sua autoridade social. Para Zelizer, o problema reside no fato de essa autoridade não chegar a ser endossada aos historiadores nem terminar necessariamente quando começa a narrativa da História. Sendo assim, torna-se pertinente perguntar se será o jornalismo uma forma de conhecimento. Fazendo recordar a posição de Walter Lippmann a este propósito, Meditsch hesita perante a ideia de declarar o jornalismo como uma forma de conhecimento. Considera que fazê-lo implicaria ser mais exigente para “com a formação profissional dos jornalistas, que deixam de ser meros comunicadores para se transformarem em produtores e reprodutores de conhecimento” (Meditsch, 2018, p. 12). Já Ortega e Humanes falam dos jornalistas como criadores de sentido e provedores de uma terceira cultura, entendida, na linha do pensamento de Vargas Llosa, como todo um “polimórfico material” composto por conhecimentos, experiências, mitos, emoções e sonhos, essenciais para suprir as necessidades práticas e espirituais básicas do público e para fazer funcionar as sociedades (Ortega; Humanes, 2000, p. 211).

Essas abordagens vão no sentido de entender o lugar ocupado pelo jornalismo como “uma posição epistêmica precária na esfera pública”, na expressão de Ward (2019b, p. 221). Assim, o conhecimento jornalístico não

pode aspirar ao estatuto racional e moderno de verdade reivindicado pelas ciências. Em face dessa fragilidade epistêmica, a pretensão de os jornalistas dizerem a verdade só pode ser entendida numa perspectiva moral, de guia, de farol, o que os coloca pretensiosamente no papel do intelectual ou no lugar do profeta, tal como o definiu Weber. Dizem Ortega e Humanes sobre a verdade dos jornalistas:

[A verdade dos jornalistas] Não é, portanto, a verdade que surge do conhecimento empiricamente fundado, sempre frágil, sempre submetida a críticas, sempre disposta a ser substituída por outra com melhores provas. É, pelo contrário, a verdade daquele que crê no que diz, de quem está persuadido de que está “na posse da verdade”; é a verdade do crente. Pelo que, a partir do momento em que o jornalista sustém que algo é “verdade”, dificilmente retificará a sua posição caso haja suficientes provas para o fazer. Inclusive, é provável que reforce ainda mais a sua tese, como faz todo o bom crente, persuadido que está sobre a bondade das suas convicções. O problema é que o jornalista não costuma torná-las explícitas (Ortega; Humanes, 2000, p. 210).

Recusar aos jornalistas o papel de dizer a verdade não implica, no entanto, secundarizar a sua tarefa social. Contribuir para o estabelecimento dos fatos públicos nas sociedades democráticas implica uma ética do cuidado da informação e da opinião pública (Camponez, 2014) e um distanciamento crítico do próprio jornalismo face às suas narrativas sobre o presente. Como nos recorda Hannah Arendt, os fatos são “muito mais que a informação cotidiana fornecida pelos jornalistas, ainda que sem eles nunca nos pudéssemos situar num mundo em mudança perpétua e, no sentido mais literal, não soubéssemos nunca onde estávamos” (Arendt, 1995, p. 56). No entanto, esse poder de orientar o debate público e de situar o homem no mundo é a expressão da “função política” do jornalismo e será bem distinta daquela a que os jornalistas aspirariam: o estabelecimento definitivo das “verdades de fato”. O poder de estabelecer fatos definitivos, enquanto verdades absolutas, representa aquilo que não se pode mudar. As verdades absolutas são para Arendt “antipolíticas” precisamente pela razão de que representam “aquilo que não podemos mudar”. O poder de estabelecer os fatos públicos que não se podem mudar poderia ser efetivamente um “quarto poder”, frequentemente associado ao papel das mídias e aos jornalistas, mas que Arendt não lhes reconhece. Se o quarto

poder existisse, efetivamente, ele deveria, no seu entender, ser protegido “contra todo o governo e agressão social ainda mais cuidadosamente do que o é o poder judicial” (Arendt, 1995, p. 56).

Cláudia Gameiro (2023), na sua tese acerca do conceito de *Banalidade do Mal no jornalismo*, considera que o jornalista apolítico em Hannah Arendt implica uma “postura de observador não participante da esfera pública que tenta compreender todas as perspectivas envolvidas, movido de uma extrema honestidade intelectual, para procurar encontrar uma aproximação a uma verdade antipolítica que se reconhece complexa e de difícil alcance para o indivíduo comum” (Gameiro, 2023, p. 93). Essa tarefa implica, acrescenta, construir narrativas onde estejam todas as perspectivas dos acontecimentos, tornando a objetividade na tal “paixão curiosa” pela “integridade intelectual a qualquer preço”, de que nos fala Arendt, que é a base de toda a ciência (Gameiro, 2023, p. 93). Nesta perspectiva, acrescentaríamos nós, talvez também aí resida a razão de ser do engajamento social do jornalismo: a tarefa social de contribuir para estabelecer a verdade dos fatos. Escreve Arendt:

A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objeto do debate. Por outras palavras, a verdade de facto fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica (Arendt, 1995, p. 25).

Ao posicionar-se como narrador dos acontecimentos a partir de uma “epistemologia precária”, o jornalista revela a fragilidade dos seus instrumentos profissionais que o colocam no papel de ator político. Porém, ao assumir como papel principal o relato dos fatos, o jornalista evidencia também toda a sua força enquanto profissional empenhado no estabelecimento de *verdades de fato*, no sentido arendtiano. Ainda recuperando o pensamento de Arendt, entre a precariedade do seu conhecimento e a sua pretensão em estabelecer verdades sobre os fatos, o jornalista posiciona-se num limbo entre o intelectual e o político.

Até aqui, pensamos a ética jornalística como uma ética média, uma ética do compromisso. Em seguida, procuramos entender o conhecimento jornalístico no quadro de uma “epistemologia precária”, resultante

da condição dos jornalistas enquanto profissionais provedores de conteúdos necessários ao conhecimento das sociedades contemporâneas. Consideramos estar, assim, em condições para podermos pensar uma ética do engajamento dos profissionais da informação.

Recuperaremos para esta discussão as reflexões de Miguel Benasayag e Angélique del Rey a propósito de duas formas de engajamento possíveis no mundo contemporâneo: o engajamento transcendental, racionalista programático ou militante; e o projeto de engajamento investigativo (*engagement-recherche*). Por contraposição a um engajamento militante, que se funda na crença de um mundo melhor alternativo, enquanto promessa num futuro pronto a ser vivido, o engajamento investigativo constrói-se a partir de “um paradigma complexo de compreensão do agir que implica o abandono da pretensão do domínio da mudança global” (Benasayag; Rey, 2011, p. 37). A ideia da complexidade do mundo leva os autores a considerar que o agir humano não pode estar submetido a um programa racional definido previamente, pelo simples fato de que a complexidade do mundo contemporâneo não se dá como algo programável previamente pelo conhecimento humano.

Obedecendo a um programa, mediante o qual o engajamento é um meio para alcançar os fins, Benasayag e Rey recordam o fim dos teóricos das revoluções na América Latina, compelidos a tomar o avião quando confrontados com os movimentos contrarrevolucionários. Nessa linha de pensamento, consideram que a ação motivada pela crença de um “outro mundo” transcendente, só acessível através de uma série de deduções racionais, previsíveis e programáveis, está condenada a soçobrar perante o “desabamento da fé”. Por isso, defendem um engajamento em que o motor da ação seja “imaneente” a cada sujeito, empenhado na resolução dinâmica dos problemas, tal como eles se colocam *aqui e agora*, num mundo sobre o qual nem tudo já foi escrito (Benasayag; Rey, 2011). Isso implica uma abordagem situacionista do engajamento dos sujeitos no mundo, optando por uma “ação restrita”:

Aceitar o caráter restrito das lutas supõe também abandonar qualquer visão abrangente que pretenda totalizar as situações concretas numa síntese capaz de fazer surgir uma nova sociedade. Deixar de pensar do ponto de vista da globalidade não é uma renúncia a mudar o rumo das coisas. Ao contrário, é a possibilidade de um pensamento e uma ação estruturada por múltiplas e intrincadas assimetrias onde

o bem e o mal se jogam em termos de melhor e pior em situação. Se o racionalismo é sempre uma arma de poder, a ação restrita pode-lhe responder com uma racionalidade mais complexa capaz de incorporar as dimensões nunca totalmente desdobráveis, próprias do vivente e da cultura. Trata-se de contrapor a transcendência da revelação característica da transitividade messiânica por um centramento em torno da manifestação fenomenológica que funda na situação qualquer compromisso sem necessidade de promessa de um bem maior. (Benasayag; Cany, 2021, seção Revendiquer l'action restreinte, parágrafo 2, s.p.).

Não obstante o reconhecimento da OIT do jornalista como, por um lado, um sujeito detentor de convicções e de direitos cívicos e, por outro lado, um profissional sobre o qual impendem deveres éticos e deontológicos, pode-se sustentar que o jornalismo engajado em causas públicas não é bem aceito nas mídias.

Em Portugal, coberturas noticiosas engajadas realizadas pelos jornalistas em casos como a incineração de resíduos tóxicos, em 1999 (Camponez, 2002), o tratamento informativo dos acontecimentos dramáticos do pós-referendo em Timor Leste (Timor..., 2000), do Dia D Contra a Droga, em 1997 (Mesquita, 1998, p. 75-78), ou ainda em situações mais pontuais de jornalistas envolvidos politicamente em partidos políticos, não são reconhecidas como momentos muito edificantes do jornalismo. Geralmente, a interpretação da função social dos jornalistas e a ideia de que um comprometimento cívico prejudica a credibilidade dos jornalistas estão na base dessas críticas.

No caso português, os jornalistas estão legalmente impedidos de angariar, conceber ou apresentar, através de texto, voz ou imagem, mensagens publicitárias ou desempenhar funções de *marketing*, relações-públicas, assessoria de imprensa e consultoria em comunicação ou imagem, bem como de planificar, orientar e executar estratégias comerciais. No entanto, se a lei considera essas formas de comunicação estratégica incompatíveis com a atividade jornalística, o mesmo já não acontece com a participação cívica, considerada uma condição geral dos direitos de cidadania.

A Constituição da República Portuguesa no Decreto de 10 de abril de 1976, artigo 46, nº 1 e nº 2, declara o direito de todos os cidadãos constituírem associações, “livremente e sem dependência de qualquer autorização”, não sendo possível serem obrigados a pertencer ou a permanecer nelas.

Também o artigo 50, nº 2 refere que ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de cargos públicos. Nos termos do artigo 56, nº 1, esclarece-se que a liberdade de associação “compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e de através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político”. Por seu lado, a Lei de Imprensa assegura “a liberdade de expressão e de criação”, no art. 22, alínea a, da Lei nº 2/99, de 13 de janeiro (Portugal, 1999b). No entanto, o Estatuto do Jornalista, um diploma legal que regula o exercício da profissão, em Portugal, inclui o dever de os jornalistas recusarem “funções ou tarefas suscetíveis de comprometer a sua independência e integridade profissional” (artigo 14, nº 1, alínea c, Lei nº 1/99, de 1 de janeiro), uma formulação que é praticamente uma transcrição direta do ponto 11 do Código Deontológico dos jornalistas portugueses (Código Deontológico do Jornalista, 2017).

Da leitura dos documentos legais poderemos dizer que a abertura de participação prevista na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Imprensa é relativamente circunscrita pelo Estatuto do Jornalista e pelo Código Deontológico do Jornalista. Porém, é deixado à consideração ética de cada profissional a interpretação do que nas diferentes situações significará “funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional”. No entanto, a julgar por algumas polémicas nos últimos anos, o mínimo que se poderá dizer é que muitos jornalistas tendem a ter uma visão restrita acerca da latitude que lhe é deixada pela lei e pela deontologia. Em 2002, o Sindicato de Jornalistas realizou eleições antecipadas na sequência da polémica suscitada nas mídias, pelos próprios jornalistas, em que se punha em causa a legitimidade da candidatura do presidente daquela organização, como independente e num lugar não elegível, à Assembleia Municipal da Câmara Municipal do Porto, um lugar não executivo, nas listas de um partido político, a Coligação Democrática Unitária, que integra os comunistas e os verdes. Apesar de o presidente demissionário ter sido reeleito nas eleições seguintes, a questão não deixou de se manter viva nos debates entre jornalistas. Mais recentemente, um jornalista que se candidatou à Câmara Municipal da Amadora, na região metropolitana de Lisboa, pelo mesmo partido, foi objeto de várias críticas. Sua credibilidade foi posta em causa

por ter realizado uma cobertura jornalística da Guerra na Ucrânia, para a *CNN-Portugal*, a partir do lado das forças invasoras russas.

Também em contracorrente com as novas possibilidades de participação pública permitidas pelas redes sociais, quer em Portugal, quer internacionalmente, as mídias (Hohmann; Asne Ethics and Values Committee, 2011) têm feito recomendações/obrigações no sentido de que os seus jornalistas cuidem ou acautelem as suas formas de participação pública. Em causa está o fato de tais engajamentos poderem ser interpretados como suscetíveis de uma tomada de posição que comprometa a credibilidade e a independência dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social para os quais trabalham. Da análise feita do estudo dos códigos de conduta dos jornalistas nas plataformas *online*, Cátia Mateus concluiu que as mídias de referência consideram que o público tenderá sempre a valorizar, nas opiniões emitidas por sujeitos que são também jornalistas, o perfil do profissional em detrimento da figura do cidadão. Esse posicionamento assume o seu paroxismo na expressão do código de conduta do *Washington Post* onde se declara que “todos os jornalistas [daquela mídia] renunciaram a alguns dos privilégios pessoais dos cidadãos individuais” (Hohmann, J; Asne Ethics and Values Committee, 2011, p. 44). A formulação nos termos em que é feita parece elevar a recusa de alguns direitos de cidadania dos jornalistas do *Washington Post* acima do dever de reserva dos juízes, consagrando o princípio segundo o qual, em termos públicos, o exemplo é mais eficaz do que a crítica (Neves; Reis, 2009, p. 96).

Esse posicionamento sofreu um revés, com consequências ainda por calcular, com o caso recente do apresentador do programa desportivo da *BBC*, Match of the Day, Gary Lineker. A *BBC*, que há vários anos proíbe os jornalistas de exprimirem as suas opiniões nas redes sociais, decidiu estender a recomendação aos colaboradores da estação pública britânica para evitarem de se posicionar sobre assuntos de política partidária ou sobre assuntos políticos controversos. A recomendação, interpretada como a “cláusula Lineker”, devido a outros posicionamentos anteriores do apresentador, adquiriu toda a sua força quando este fez comentários duros à política de imigração do governo conservador britânico. No Twitter, Lineker contestou a ideia de que a Grã-Bretanha estivesse a receber um enorme fluxo de emigrantes, recordando que existem países europeus que acolhem muito mais emigrantes no seu território. E acrescentou: “Esta é apenas uma política imensamente cruel dirigida às pessoas mais vulneráveis, numa linguagem que não é diferente da utilizada pela Alemanha nos

anos 30 [...]” (Público, 2023). Não obstante a suspensão inicial de Gary Lineker, a *BBC* teve de reincorporar o apresentador diante da “rebelião da imensa maioria de jornalistas e colaboradores da *BBC*” (La *BBC*..., 2023, p. 10).

A exposição que acabamos de fazer indicia que o conceito de engajamento pode ter inúmeras interpretações e aplicações. Pode, por exemplo, referir-se ao engajamento numa causa social, num projeto político-partidário ou ser a expressão de um engajamento cívico num debate público. Mas não podemos deixar de incluir nessa dimensão os mergulhos nos consensos de causas sociais em momentos de crise, como aconteceu quando dos atentados do 11 de setembro, nos Estados Unidos, com a pandemia da Covid-19, declarada em 2020, ou como poderá estar a acontecer com a guerra da Ucrânia (Halimi; Rimbart, 2023), para já não falar nas coberturas jornalísticas de acontecimentos desportivos, em que estão em competição equipes nacionais. Sobre esta última categoria de engajamento do jornalismo em acontecimentos de caráter mais celebratório ou em momentos de comunhão social, próximos dos grandes rituais mediáticos de grande audiência, descritos por Dayan e Katz (1999), talvez seja de notar como as mídias parecem deixar de ser tão ciosas acerca de seu estatuto de independência bem como os jornalistas menos abertos a discutirem as implicações sociais da suspensão crítica operada em tais situações. No entanto, para citar Mário Mesquita (1998, p. 78) na qualidade de provedor dos leitores³ de um dos jornais de referência em Portugal, o *Diário de Notícias*, nem por isso “a adesão a causas tão consensuais deixa de acarretar o risco de escamotear os limites de tais consensos e de anular a distância crítica que legitima a ação dos jornalistas”.

As novas tecnologias e o novo ecossistema digital permitiram novas formas de engajamento social. A democratização da vida pública foi uma das promessas surgidas com o advento da internet e das redes sociais, nomeadamente para fazer face ao poder mediador do jornalismo da era

³ “Provedor do leitor” é a expressão que circula em Portugal para o profissional contratado para fazer crítica ao veículo e atuar como intermediário entre o meio de comunicação e seu público. No Brasil, foi adotado o termo sueco *ombudsman*, que é o termo utilizado em países de língua inglesa para denominar esse cargo.

Gutenberg, anterior à digitalização das mídias. No entanto, muitas dessas promessas ou não se cumpriram ou, muitas vezes, foram contrabalançadas com novos e nefastos problemas para a vida pública. Assim, se não podemos rejeitar as vantagens da comunicação de todos para todos, também não podemos deixar de nos preocupar com a extrema fragmentação da esfera pública que daí resulta. As promessas de maior democratização rivalizam com as ameaças do populismo e novas formas de autoritarismo. Os inconvenientes da comunicação hierarquizada das mídias de massa têm hoje um contraponto na proliferação, nas redes sociais, de mensagens sem filtro. A relativa escassez de conteúdos deu lugar a processos infodêmicos que dificultam selecionar informação pertinente e relevante para o nosso cotidiano. As queixas acerca da manipulação da informação do jornalismo e das mídias *mainstream* parecem irrisórias diante dos problemas das novas formas ocultas de controle social por via dos meios digitais. O *gatekeeping* e o *gatewatching* realizados pelo jornalismo foram substituídos por formas de agendamento algorítmicos de que desconhecemos as motivações e os critérios de seleção. Os desejos de uma maior liberalização de circulação de conteúdos ameaçam resvalar em abordagens intrusivas da liberdade por parte dos governos, empenhados em controlar a desinformação através de novas formas de regulação. Os que desconfiavam do jornalismo profissional não têm boas alternativas no jornalismo cidadão. A espiral do silêncio provocado pela comunicação de massas e pelo poder das majorias deu lugar às bolhas de informação. As expectativas de maior transparência da comunicação pública resultaram em novas e profundas formas de opacidade na formação da opinião pública.

A identificação destas derivas comunicativas e as implicações a elas inerentes visam evidenciar aqui aspectos da crise e dos desafios que se colocam ao jornalismo contemporâneo. Três aspectos merecem a nossa atenção, tendo em conta a discussão que estamos a realizar em torno do engajamento jornalístico: a crise de mediação (Aurélio, 2019); a crise de credibilidade; e a crise socioprofissional marcada pela hibridação dos perfis profissionais e das narrativas no jornalismo.

Por crise de mediação entendemos as alterações provocadas pelas tecnologias da informação sobre as tradicionais formas de mediação social. Restringindo-se ao tema das mídias e do jornalismo, Diogo Pires Aurélio refere que a primeira grande mudança operada no espaço público se verificou no final do século XIX, quando da passagem das mídias

tradicionais a protagonistas do espaço público. A crise de mediação das mídias e do jornalismo reflete-se hoje no apagamento desse papel assumido durante mais de um século (Aurélio, 2019, p. 120).

O impacto da crise de mediação sobre o jornalismo não só redesenhou o papel das mídias informativas, enquanto mediadoras privilegiadas do espaço público, como contribuiu para questionar a sua credibilidade. No entanto, vários estudos têm revelado que a erosão da credibilidade do jornalismo não é um fenômeno associado apenas ao novo ecossistema midiático, que emergiu com a digitalização das comunicações (Christofoletti, 2019; Frost, 2000, p. 25; Lima, 2007; Meyer, 2007, p. 137; Pigeat; Huteau, 2000, p. 20; Schiffrin, 2023). Com efeito, se é verdade que o conceito de credibilidade mobiliza múltiplos fatores, alguns dos quais subjetivos, que não dependem dos emissores das mensagens (Tsfati; Walter, 2019), não podemos deixar de notar que o próprio jornalismo e as mídias não se eximem da responsabilidade do descrédito em que se deixaram enredar. Nem as mídias nem os jornalistas conseguiram posicionar-se crítica e estrategicamente face às mudanças induzidas pelas tecnologias, privilegiando lógicas comerciais, produtivas e narrativas do momento que descurem o interesse público.

À hibridação das narrativas podemos juntar também a hibridação dos perfis socioprofissionais dos jornalistas (Fidalgo, 2019). As novas tecnologias não apenas impuseram necessidades de novos saberes dentro das redações como também proporcionaram, fora delas, novas formas de “civismo jornalístico” de quem tende a transformar “atos de jornalismo” (Stearns, 2013) numa estratégia para legitimar no espaço público a sua voz, os seus pontos de vista e as suas reivindicações.

Byung-Chul Han (2022) sublinha como essas derivas comunicativas e a “desfactualização da realidade” têm sido um ambiente propício para o germinar dos populismos. Propostas políticas autoritárias, subliminadas em conceitos como o de “democracia iliberal” parecem fazer o seu caminho perante uma sociedade que se tribaliza e privilegia a eficácia das mensagens em prejuízo de processos mais complexos de deliberação política. Essas tendências parecem refletir um cansaço das democracias. O compromisso social, o respeito pela diferença e o pluralismo, que sustentam a convivência social e as democracias progressivamente mais justas e inclusivas, parecem ceder o lugar a propostas políticas autoritárias com base em engajamentos e militâncias dogmáticas. Na linha do que Benasayag e Rey referiam a propó-

sito dos engajamentos militantes, falamos de estratégias que não olham meios para alcançar os seus fins. Essas novas formas de obscurantismo emergente alimentam-se das crises de mediação das sociedades contemporâneas. Neste contexto, mais do que um neoiluminismo, um novo Iluminismo (Camponez; Christofoletti, 2020, p. 12), um Iluminismo contemporâneo, pode sustentar a ideia de uma ética do engajamento jornalístico, tendo por base valores do jornalismo.

Se hoje somos mais produtores do que receptores de informação (Deuze, 2017, p. 12), é natural que o jornalismo veja reconfigurado o papel central nos processos de mediação pública na era digital que detinha no passado. Muitas das informações cotidianas são geradas fora das mídias e do jornalismo, e, por vezes, são os próprios conteúdos jornalísticos que estão sujeitos a um processo de mediação, pelas próprias redes sociais e pelo público. A expressão de Abbott Joseph Liebling, um falecido crítico das mídias nos Estados Unidos, acerca dos limites de liberdade de expressão e da liberdade de imprensa já não faz sentido nos termos em que o fez quando dizia:

Alguém que tenha dez milhões de dólares é livre para comprar um periódico de uma grande cidade como Nova Iorque ou Chicago, enquanto que, com um milhão (e muita pachorra), é livre para o fazer num lugar de tamanho médio como Worcester, Massachusetts. Quanto aos outros, os restantes, somos livres para comprar ou não o jornal da nossa preferência à venda nas bancas (*apud* Herman; McChesney, 1999, p. 301, tradução nossa).

A liberdade de imprensa e as liberdades de se informar, informar e ser informado serão sempre um corolário da liberdade de expressão. No entanto, no atual ecossistema midiático, é forçoso admitir que a especificidade do jornalismo reside, hoje, menos na função social de assegurar a liberdade de expressão dos sujeitos do que em garantir a qualidade da discussão pública. Uma forma de o fazer passa por combater a desfactualização do real, através de narrativas dos acontecimentos, rigorosos, pertinentes, diversos e plurais, cada vez mais essenciais para a deliberação pública. Esse poder de “relatar os fatos com verdade” e de “dizer a verdade sobre os fatos”, de os submeter a

um rigoroso escrutínio, procurando revelar a sua natureza complexa, deve, pois, constituir o centro do engajamento público do jornalismo. Essa tarefa não é de menor importância, se retomarmos a reflexão que Hannah Arendt desenvolve sobre a importância dos fatos para o debate público e político. Diz-nos Arendt que “os fatos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias – mesmo as mais loucamente especulativas – produzidas pelo espírito humano” (Arendt, 1995, p. 15). E essa fragilidade decorre da circunstância de os fatos serem complexos, precisarem de testemunhas, necessitarem de ser verificados, sem o que serão ainda mais facilmente apropriados e manipulados para melhor se ajustarem às opiniões do momento. O poder e o perigo da desinformação residem nisto mesmo: a descredibilização da narrativa sobre fatos é uma das condições para a sua transformação em meras opiniões.

Não será, pois, por acaso que, aproveitando os flancos abertos pelo jornalismo, os populismos e os novos autoritarismos se empenharam em desacreditar a informação jornalística. O modo como o fizeram foi tornar o jornalismo no principal alvo da “novilíngua”, substituindo ou inventando um sinônimo para a desinformação: as *fake news* ou os fatos alternativos (Wardle; Derakhshan, 2017). Aqui residirá a natureza fundamentalmente política do engajamento jornalístico. Não podendo os fatos narrados pelos jornalistas serem considerados como definitivos e fechados, mas como um processo de sedimentação de verdades relativas, não poderemos dizer, em termos arendtianos, que o jornalismo é apolítico, porque ele não possui os instrumentos capazes de garantir a *verdade dos fatos*. Portanto, tratando-se de uma factualidade em construção, resultante da recolha de testemunhos, de pontos de vista diferentes e plurais, os jornalistas deveriam privilegiar um engajamento restrito, como um dever ético resultante de uma tripla condição: 1) da fragilidade epistêmica da verdade dos fatos jornalísticos; 2) do poder político que, neste contexto de fragilidade, resulta da própria atividade que se dá por objetivo construir os fatos públicos; 3) e, não obstante tudo isso, da pretensão que os jornalistas se dão, por dever público, em tentar dizer a *verdade dos fatos* cotidianos, sem terem de esperar pela História.

Pensar um engajamento do jornalismo nas narrativas complexas da atualidade não representa regressar à factualidade ingênua do passado nem reduzir o jornalista a um simples estenógrafo. Trata-se, pelo contrário, de

pensar o papel dos jornalistas e a função social do jornalismo num contexto midiático e político que tende a desvalorizar a factualidade.

O papel principal do jornalismo é o de provedor de informações credíveis para a discussão pública nas sociedades e nas democracias da era digital. Nisto, seremos provavelmente mais conservadores que Ward quando fala num jornalismo objetivamente empenhado na democracia global. Não porque o seu ideal político de uma democracia deliberativa nos cause reservas. Apenas consideramos que o papel do jornalismo enquanto construtor de fatos e provedor de informações público exige um cuidado e um investimento, já por si, de natureza, profundamente democráticos: a seleção dos acontecimentos de interesse público; a narrativa de dimensões diferenciadas acerca desses acontecimentos; o relato das perspectivas dos diferentes intervenientes sociais num contexto de um mundo que se nos dá apenas em facetas da sua complexidade; narrar os fatos com verdade para melhor permitir a verdade dos fatos... Ao defendermos essa perspectiva, estamos a considerar que o jornalismo e a profissão de jornalista terá tanto mais futuro quanto conseguir legitimar uma função social própria de produtor de relatos sobre os acontecimentos, de acordo com as necessidades do ecossistema midiático. Fazê-lo nos tempos que correm significa rejeitar a hibridização e a indiferenciação em que o jornalismo corre o risco de se liquefazer (Camponez, 2018).

Isso terá certamente outras implicações. A primeira delas será o cultivo de um recuo crítico do jornalismo não só acerca da realidade que se propõe narrar, mas também relativamente às próprias lógicas de produção noticiosa. Com efeito, os jornalistas não podem deixar de se questionar qual o seu papel noutras formas subliminares de engajamento jornalístico, nomeadamente no tratamento comercial de grandes eventos celebratórios ou no recurso ao infoentretenimento.

A democratização das comunicações libertou os jornalistas de muitas tarefas que tinham a responsabilidade e o dever de desempenhar por força da centralidade que as mídias e o jornalismo tinham na era pré-digital. O desafio do engajamento dos jornalistas será, portanto, o de pensar uma atualização do seu futuro a partir da adaptação de ideais e pactos normativos pensados no passado. Quanto melhor o fizerem, mais espaço os jornalistas terão para exercer a sua liberdade para se empenharem civicamente em causas públicas, sem o perigo de porem em causa a sua credibilidade profissional e a credibilidade do seu trabalho.

Às novas formas de participação e engajamento cívico proporcionadas pelas tecnologias da informação propõe-se como alternativa o conceito de engajamento restrito. O engajamento restrito, proposto por Benasayag e Rey, é um conceito situacionista para um novo modo de engajamento cívico. Mas ele pode aplicar-se ao jornalismo: pela fragilidade epistêmica do jornalismo enquanto conhecimento; pelo poder social que detém no estabelecimento da factualidade; pelo distanciamento crítico que se lhe pede acerca das verdades jornalísticas; pelo seu papel de cuidador da opinião pública. Esse estatuto socioprofissional não é impeditivo de outros tipos de engajamento social do jornalista enquanto cidadão. Mas um jornalista empenhado jornalisticamente, na perspectiva de uma ética situacionista, não deixará de retirar também as ilações correspondentes sobre os modos, limites, deveres e circunstâncias do seu engajamento em causas públicas; e das consequências disso para essa outra causa pública que é também a sua profissão.

Referências

- ARENDDT, H. *Verdade e política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- AURÉLIO, D. P. As redes e o espaço público. *Mediapolis: revista de comunicação jornalismo, e espaço público*, n. 9, p. 119-130, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/ieip>. Acesso em: 6 set. 2023.
- BELLO, G. Introducción: Richard Rorty en la encrucijada de la filosofía postanalítica: entre pragmatismo y hermenéutica. In: RORTY, R. *El giro lingüístico*. Barcelona: Paidós, 1998. p. 9-44.
- BENASAYAG, M.; CANY, B. *Les nouvelles figures de l'agir*. Paris: La Découverte, 2021.
- BENASAYAG, M.; del REY, A. *De l'engagement dans une époque obscure*. Neuvy-en-Champagne: Le Passager Clandestin, 2011.
- BERNIER, M. F. *Éthique et déontologie du journalisme*. Sainte-Foy: Presses Universitaires de Laval, 1994.
- BOUGNOUX, D. *La crise de la représentation*. Paris: La Découverte, 2006.
- BRIN, C.; CHARRON, J.; BONVILLE, J. *Nature et transformation du journalisme: théorie et recherches empiriques*. Laval: Les Presses Universitaires de Laval, 2004. p. 292-293.
- CAMPONEZ, C. *Jornalismo de proximidade: rituais da comunicação na imprensa regional*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.
- CAMPONEZ, C. Novas responsabilidades do jornalismo face à liquidificação da profissão: fundamentos normativos, valores, formação. *Media & Jornalismo*, v. 18, n. 32, p. 19-30, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/ieiF>. Acesso em: 6 set. 2023.

CAMPONEZ, C. Infoentretenimento: perspectivas de regulação de um género híbrido. In: FIGUEIREDO, J. P.; CALADO, V. (org.). *Infoentretenimento: possíveis abordagens regulatórias*. Coimbra: Almedina, 2021. p. 77-100.

CAMPONEZ, C.; CHRISTOFOLETTI, R. Reinventando pactos globais para a ética da comunicação e do jornalismo. *Mediapolis: revista de comunicação jornalismo e espaço público*, n. 9, p. 5-12, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/ieiT>. Acesso em: 6 set. 2023.

CHAPMAN, J. *Comparative media history*. Malden: Polity Press, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R. *A crise do jornalismo tem solução?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA. 2017. Disponível em: <https://abre.ai/iejS>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CORNU, D. *Journalisme et vérité*. Genève: Labor et Fides, 1994.

CORNU, G.; RUELLAN, D. Technicité intellectuelle et profissionnalisme des journalistes. *Réseaux*, v. 11, n. 62, p. 145-157, 1993.

DAYAN, D.; KATZ, E. *A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva, 1999.

DEUZE, M. No one listens when everyone speaks: on the future of media in media life. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, n. 4, p. 11-37, 2017. DOI: 10.14195/2183-6019_4_1.

DOWNING, J. D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002.

FIDALGO, J. Em trânsito pelas fronteiras do Jornalismo. *Comunicação Pública*, v.14, n. 27, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/5522>; DOI: <https://abre.ai/iekh>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FROST, C. *Media ethics and self-regulation*. Edimburgo: Pearson Education Limited, 2000.

GAMEIRO, C. S. *A banalidade do mal na prática profissional do jornalismo*. 2022. 855 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2023.

GOMES, R. M. A imprensa diária portuense no período revolucionário 1974-75. In: LOFF, M.; PEREIRA, M. C. M. (coord.). *Portugal: 30 anos de democracia – Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras do Porto (30 set./1 out. 2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006. p. 241-249.

HALIMI, S.; RIMBERT, P. A comunicação social, vanguarda do partido da guerra: um ano depois da invasão da Ucrânia, o falhanço do jornalismo. *Le Monde Diplomatique*, II Série, n. 197, p. 26-29, mar. 2023.

- HAN, B. C. *Infocracia*. Lisboa: Relógio D'Água, 2022.
- HERMAN, E. S.; MCCHESENEY, R. W. *Los medios globales: los nuevos misioneros del capitalismo corporativo*. Madrid: Catedra, 1999.
- HOHMANN, J.; ASNE ETHICS AND VALUES COMMITTEE. *ASNE - 10 best practices for social media helpful guidelines for news organizations*, May 2011. Disponível em: <https://abre.ai/iemD>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- JOHANNESSEN, R. L.; VALDE, K. S.; WHEDBEE, K. E. *Ethics in human communication*. Long Grove: Waveland Press, 2008.
- JONES. C. *Déontologie de l'information: codes et conseils de presse*. Paris: UNESCO, 1980.
- KOVAC, B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora, 2004.
- LAMBETH, E. B. *Periodismo comprometido: un código de ética para la profesión*. México: Limusa: Noriega Editores, 1992.
- LA BBC y el “caso Lineker”. *El País*, n. 16673, p. 10, 18 mar. 2023.
- LÉVÊQUE, S.; RUELLAN, D. (org). *Journalistes engagés*. Rennes: Ed. Presses universitaires de Rennes, 2010. (Collection Res publica).
- LIMA, V. A. Falta de transparência compromete a credibilidade. *Observatório da Imprensa*, 31 jul. 2007. Disponível em: <https://abre.ai/iend>, Acesso em: 17 mar. 2023.
- MEDITSCH, E. B. V. Jornalismo como forma de conhecimento. *INTERCOM*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, 1998.
- MERRILL, J. C. *Journalism ethics: philosophical foundations for news media*. Boston: Bedford/St.Martin's, 1997.
- MERZEAU, L. Ceci ne tuera pas cela. *Les Cahiers de Médiologie*, n. 6, p. 27-39, 1998.
- MESQUITA, M. *Jornalismo em análise: a coluna do provedor dos leitores*. Coimbra: Minerva, 1998.
- MEYER, P. *Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MUHLMANN, G. *Une histoire politique du journalisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.
- NEVES, J. F. M.; REIS, R. S. Do dever de reserva dos juizes: breves considerações. *Julgar*, n. 7, p. 73-96, 2009.
- NEVEU, E. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2009.
- ORTEGA, F.; HUMANES, M. L. *Algo más que periodistas: sociología de una profesión*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

PATTERSON, P.; WILKINS, L. *Media ethics: issues & cases*. New York: McGrawHill, 2014.

PIGEAT, H.; HUTEAU, J. *Déontologie des médias: institutions, pratiques et nouvelles approches dans le monde*. Paris: Editions UNESCO, 2000.

PORTUGAL. Decreto de 10 de abril de 1976. A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, n. 86/1976, Série I. Disponível em: <https://abre.ai/ienI>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PORTUGAL. Lei n. 2/99, de 13 de janeiro de 1999. Aprova a Lei de Imprensa. *Diário da República*, n.º 101999, p. 201-208, 17 jan. 1999, Série I-A. Disponível em: <https://abre.ai/ien1>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PÚBLICO. Lineker afastado pela BBC depois de comentários sobre nova política de migração, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/ieop>. Acesso em: mar. 2023.

RORTY, R. *El giro lingüístico*. Introducción de Gabriel Bello. Barcelona: Paidós, 1998.

SCHIFFRIN, A. Credibility and trust in journalism. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://abre.ai/ieph>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SCHUDSON, M. *Descobrimo a notícia – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2004.

STEARNS, J. *Acts of Journalism: defining press freedom in the digital age*. Oct. 2013. Disponível em: <https://abre.ai/ieoP>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TARDE, G. *A opinião e a multidão*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

THE COMMISSION ON FREEDOM OF THE PRESS. *A free and responsible press: a general report on mass communication: newspaper, radio, motion pictures, magazines, and books*. Chicago: The University of Chicago Press, 1947.

TIMOR: jornalistas na frente. *Jornalismo e Jornalistas*, n. 1, p. 7-21, jan./mar. 2000.

TRAQUINA, N. *O que é jornalismo*. [S. l.:] Quimera, 2002.

TSFATI, Y.; WALTER, N. Credibility. In: VOS, T. P.; HANUSCH, F. (General Ed.). *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/ieqB>. Acesso em: 6 mar. 2024.

WARD, S. J. A. *Ethical Journalism in a Populist Age: the democratically engaged journalist*. Lanham: London Rowman & Littlefield, 2019a.

WARD, S. J. A. *Objectively engaged journalism: an ethic*. McGill-Queen's: University Press, 2019b.

WARD, S. J. A. Why we need radical change for media ethics, not a return to basics. *Media Shift*, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/ieq2>. Acesso em: 6 set. 2023.

WARD, S. J. A; WASSERMAN, H. *Media ethics beyond borders*. New York: Routledge, 2010.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN; H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasburg: Council of Europe, 27 set. 2017.

ZELIZER, B. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 27, p. 35-61, 2000.

Sobre as autoras e os autores

Arnaldo Zimmermann

Jornalista, doutorando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Jornalismo (UFSC). Especialista em Publicidade pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Graduado em Jornalismo (UNISOCIESC) e Letras (FURB). Integrante do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). Bolsista Capes. *E-mail:* arnaldozimmermann@gmail.com

Caetano Machado

Jornalista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. *E-mail:* caetano1975@gmail.com

Carlos Camponez

Professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Preside a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), é vice-presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) e membro integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, em Portugal. *E-mail:* carlos.camponez@fl.uc.pt

Carlos Castilho

Com 46 anos de experiência em jornalismo, foi repórter e editor do *Jornal do Brasil*, da TV Globo, e correspondente no Chile, na Inglaterra e na Costa Rica. Tem graduação em Mídias Eletrônicas, mestrado em Jornalismo Local, doutorado em Curadoria Jornalística e pós-doutorado em Comunidades de Prática. Foi editor do *Observatório da Imprensa* e diretor da ONG Iniciativas de Comunicación para el Desarrollo (ICODE) na Costa Rica. *E-mail:* ccastilho@gmail.com

Carlos Locatelli

Jornalista, professor do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), mestre em Economia (UFSC) e doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: locatelli.jor@gmail.com

Criselli Maria Montipó

Jornalista, doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Docente e pesquisadora. Integrante do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). *E-mail*: criselli@gmail.com

Fabiana Moraes

Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), *campus* Agreste. Pesquisa hierarquização social e a relação jornalismo e subjetividade. Vencedora de prêmios como Esso e Petrobras de Jornalismo, é autora de seis livros, entre eles *O nascimento de Joicy* e *A pauta é uma arma de combate* (Arquipélago Editorial). Foi repórter especial do *Jornal do Commercio*. Colunista do *The Intercept Brasil* e, antes disso, do *UOL* e da *Piauí*. *E-mail*: fabimoraes@gmail.com

Fabiana Piccinin

Professora e pesquisadora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vice-líder do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele/CNPq). Bolsista de produtividade (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4792-5716>. *E-mail*: fabiana.piccinin@ufsc.br

Fábio Henrique Pereira

Titular da Cátedra de Jornalismo Científico Bell da Université Laval e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Especialista em sociologia do jornalismo, sociologia profissional dos jornalistas e das relações entre mídia e intelectuais. Coeditor da revista *Sur le journalisme* (<https://revue.surlejournalisme.com>). *E-mail*: fabio-henrique.pereira@com.ulaval.ca

Flávia Guidotti

Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutoranda no Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. *E-mail*: flavia.gguidotti@gmail.com

Florence Le Cam

Professora e titular da Cátedra de Jornalismo da Université libre de Bruxelles. Codirige o Laboratoire des pratiques et identités journalistiques (<https://lapij.ulb.ac.be>), é coeditora da revista *Sur le journalisme*. Suas pesquisas mais recentes tratam das violências públicas e organizacionais do jornalismo, relações de gênero e história das lutas profissionais dos jornalistas. *E-mail*: florence.le.cam@ulb.be

Hendry Anderson André

Jornalista, doutor em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Integrante do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). *E-mail*: hendryoandre@gmail.com

Isabel Colucci Coelho

Jornalista, doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Professora adjunta do Departamento de Jornalismo da UFSC. Integrante do grupo de pesquisa Mídia-Educação e Comunicação Educacional e do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). Mãe de duas crianças, nascidas em 2012 e 2015. *E-mail*: isabelcolucci@gmail.com

Ivone Rocha

Jornalista de formação, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), mestre em Políticas Públicas, especialista em Tecnologia da Informação e gestora do Instituto Devir Educom, mantenedor do projeto Memórias em Rede, que trabalha a educomunicação por meio do jornalismo em escolas públicas de educação básica. *E-mail*: ivoneasr@gmail.com

Jacques Mick

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), está vinculado ao Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) da UFSC. *E-mail*: jacques.mick@ufsc.br

Jorge Kanehide Ijuim

Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), com pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), onde coordena o grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). *E-mail*: ijuimjor@gmail.com

Juliana Gomes

Jornalista, doutoranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Jornalismo (UFSC). Especialista em Gestão de Processos de Comunicação Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Integra o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). *E-mail*: jugomes250380@gmail.com

Karla Gabriela Quint

Jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestranda em Jornalismo no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC). Integrante do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). *E-mail*: karlagquint@gmail.com

Lynara Ojeda de Souza

Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Integrante do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). Mãe de duas crianças, nascidas em 2012 e 2018. Bolsista Capes. *E-mail*: lynaraojeda@gmail.com

Magali Moser

Jornalista, doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), mestra pelo mesmo programa e especialista em Estudos Literários pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Atua como professora substituta do curso de Jornalismo da FURB, também desenvolveu a mesma função no curso de Jornalismo da UFSC, em 2022. *E-mail:* magali.moser@gmail.com

Matheus Costa Nunes

Jornalista pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Possui experiência na área de Comunicação, com ênfase em jornalismo de dados, automação e inovação. Além da atuação acadêmica, presta assessoria para Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs). *E-mail:* matheuscnxavier@gmail.com

Patrícia Hadlich Aquino

Jornalista graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); mestranda em Jornalismo no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Integrante do grupo de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). Mãe de dois filhos, nascidos em 2014 e 2017. *E-mail:* patriciahadlich@gmail.com

Rafael Venuto

Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Bolsista do Programa Uniedu/Fumdes de Pós-Graduação. *E-mail:* rafael.vnt@gmail.com

Raphaela Ferro

Jornalista, doutoranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing (UFG). Integra o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). Bolsista Capes. *E-mail:* raphaelaferro@gmail.com

Raquel Ritter Longhi

Professora e pesquisadora no Departamento de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Hiperídia e Linguagem (Nephi-Jor/CNPQ). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7302-1994>. *E-mail*: raqlonghi@gmail.com

Rita Paulino

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, gestão 2022-2024, e docente no curso de Jornalismo da UFSC. Desenvolve pesquisas relacionadas a tecnologias aplicadas ao jornalismo, métodos digitais, mídias sociais e *webdesign*. *E-mail*: rcpauli@gmail.com

Rogério Christofolletti

Professor do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de produtividade (CNPq) e membro do Conselho de Ética da Agência Lupa. *E-mail*: rogerio.christofolletti@ufsc.br

Samuel Pantoja Lima

Professor e pesquisador do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É doutor pelo Programa de Engenharia de Produção – Mídia e Teoria do Conhecimento (UFSC, 2005). Coordenador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) e pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). *E-mail*: samuca13@gmail.com

Stefanie Carlan da Silveira

Professora adjunta do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP). Atua na área de Comunicação, com ênfase em Internet, Jornalismo Digital e Inovação. É subcoordenadora do Grupo de Pesquisa Hiperídia e Linguagem (NephiJor/UFSC) e pesquisadora do grupo COM+ da USP. *E-mail*: me@ssilveira.com

Sylvia Debossan Moretzsohn

Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora aposentada de jornalismo e pesquisadora do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS /UFSC), do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor/UFRGS) e do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs-Universidade do Minho). *E-mail*: sylviamoretz@uol.com.br

Terezinha Silva

Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq) e uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa Transverso – Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica (PPGJOR/UFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7427-9364>. *E-mail*: terezinhasilva@yahoo.com

Thais Araujo de Freitas

Jornalista graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra e doutoranda em Jornalismo no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Integrante do grupo de pesquisa Transverso – Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica (PPGJOR/UFSC) e de estudos Jornalismo e Direitos Humanos (DHJor). Mãe de duas filhas e um filho, nascidos em 2005, 2010 e 2016. Bolsista Fapesc. *E-mail*: thata.a.freitas@gmail.com

Valci Zuculoto

Jornalista, professora do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Coordenadora da Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RadioJor/SBPJor). Diretora Científica da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR). Líder do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). *E-mail*: valzuculoto@hotmail.com

Este livro foi editorado com as fontes
Minion Pro e Open Sans. Publicado *on-line*
em: editora.ufsc.br/estante-aberta

Como o jornalismo atravessa a vida humana, é natural esperar que ele se relacione com muitos temas. Neste volume – sob o pretexto de refletir sobre a histórica prática de informar – reunimos alguns desses assuntos. Por isso, ideologia e xenofobia, civilização e arte, profissionalismo e pioneirismo habitam as páginas deste livro, mas não só isso. Estão por aqui o jornalismo automatizado e o que oculta os nomes, o que vive plataformizado e o que se impõe na investigação, o que se encontra com seu público e o que se guia pelos direitos humanos e se realiza na ética, apesar de tudo.